

TIRANDO O VÉU
ESTUDO SOBRE
CASAMENTO INFANTIL
NO BRASIL



TIRANDO O VÉU
ESTUDO SOBRE
CASAMENTO INFANTIL
NO BRASIL



**MENINAS
PELA IGUALDADE**

Ficha técnica

PLAN INTERNATIONAL

International Headquarters
Dukes Court, Block A, Duke Street,
Woking, Surrey. GU21 5BH, Reino Unido

ROA
Edifício 155 A&B, Cidade do Conhecimento
Clayton. Cidade de Panamá, Panamá

Plan International Brasil
Escritório Nacional
Rua Enxovia, 472, Sala 1710, Vila São Francisco,
São Paulo - SP

Bahia – Núcleo de Programas
Praça Conselheiro Almeida Couto, 374 – Nazaré
Salvador – BA

Codó – Unidade de Programas
Avenida Santos Dumont, 3888
Codó – MA

PLAN INTERNATIONAL BRASIL

Diretora Nacional:
Cynthia Betti

Gerente Financeira:
Evelyn Silva

Gerente Nacional de Programas e Incidência:
Flávio Debique

Gerente de Marketing e Comunicação:
Ana Paula de Andrade

Gerente de Mobilização de Recursos:
Thalia Pinheiro

Gerente de Gênero e Incidência Política:
Viviana Santiago

Gerente Técnica de Programas:
Nicole Campos

Gerente de Projetos SP:
Gabriela Aratangy Pluciennik

Gerente de Projetos BA:
Sara Regina de Oliveira

Coordenação geral: Flávio Debique e Viviana Santiago

Coordenação técnica e edição final:
Daniella Rocha Magalhães
Sofia - Comunicação e Cultura

Revisão e edição final:
Bruno Cobalchini

Coordenação editorial:
Juan Carlos González e Marcelo Avilés

Edição e design gráfico:
Claudia O'Ryan

Análise e redação da amostra de Codó (MA)
Bruna Pegna Hercog, Caroline Biscarde
e Rebeca Ribas Bulhosa

Parceria
Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
(FLACSO)
Mary Garcia Castro (consultora ética de pesquisa)
End.: SAIS Área 2-A, s/n, 1º andar, sala 120
CEP: 70610-900, Brasília (DF), Brasil

Pesquisa de campo
Daniella Rocha Magalhães (coordenação), Caroline
Biscarde (assistente de pesquisa), Aldenor Braga Filho,
Anselmo de Sousa Costa, Ana Cristina Santos Borges,
Bruna Pegna Hercog, Diego Ribeiro, Hellen Nzinga,
Gianluigi Airoldi, Lêinad Dallyne de Oliveira Alves,
Lucian Eleonay da Silva Sousa, Maria Nayara Oliveira
Torres, Maria Rita Pereira dos Santos, Mariane Miguel
Chaves, Mônica Pereira de Santana, Rebeca Ribas
Bulhosa, Sheila Santos Cunha.

www.plan.org.br

Agradecimentos

Agradecemos a todas as pessoas que se dispuseram a colaborar com este estudo, concedendo entrevistas e participando de grupos focais, sobretudo às/aos adolescentes, sujeitos centrais para a compreensão do tema sob análise. Nosso muito obrigada às/aos diretoras/es das escolas parceiras na Bahia e no Maranhão que mobilizaram participantes para o trabalho, à Associação das Quebradeiras de Coco do Codó Novo, à Associação de Moradores do Bairro do Santo Antônio e à Igreja do Evangelho Quadrangular de Codó (MA), que nos auxiliaram na mobilização de meninas, mulheres e homens casados. Obrigada à Flacso, em especial a Mary Castro, parceira que cuidou com zelo dos aspectos éticos da pesquisa.

Um agradecimento especial também à equipe da Plan e aos parceiros da América Latina e Caribe que, juntos, propiciaram uma análise sobre a região coordenada por

Margaret Greene; à equipe Plan Brasil, representada por Viviana Santiago e Flávio Debique, responsáveis pelo estudo no país; à equipe Plan Bahia, composta por Bruno Moreno, Danielle Meneses, Deise Barros, Louraine Carvalho, Paulo Robson Bonfim, Sarah Mabel Rios, Sara Oliveira, Susana Oliveira; e à equipe Plan Codó (MA), composta por Aldenor Braga Filho, Anselmo de Sousa Costa, Diego Ribeiro, Lêinad Dallyne de Oliveira e Maria Rita Pereira dos Santos.

O estudo não seria possível sem o trabalho cuidadoso da equipe de campo, composta por Ana Cristina Santos Borges, Caroline Biscarde, Bruna Pegna Hercog, Hellen Nzinga, Gianluigi Airoldi, Lucian Eleonay da Silva Sousa, Maria Nayara Oliveira Torres, Mariane Miguel Chaves, Mônica Pereira de Santana, Rebeca Ribas Bulhosa, Sheila Santos Cunha e dos membros da equipe Plan Codó acima nominadas, que aplicaram a pesquisa no Maranhão.

1. ANTECEDENTES E JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	10
2. METODOLOGIA	12
2.1. Estudo no Brasil	12
3. MARCO LEGAL E POLÍTICO	16
4. CASAMENTO INFANTIL – UMA QUESTÃO SEMÂNTICA	18
5. CENÁRIOS DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA BRASILEIRAS	20
5.1. Panorama sociodemográfico	20
5.2. Panorama socioeconômico	21
5.3. Panorama de meninas adolescentes em casamentos e uniões forçadas e precoces	22
5.4. Panorama de temas correlatos	24
6. DADOS QUALITATIVOS – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS (BAHIA E MARANHÃO)	29
6.1. Perfil das/dos participantes	29
6.1.1. Perfil dos Grupos Focais	30
6.1.2. Perfil das entrevistas semiestruturadas	32
6.2. Sistema de crenças reforçadoras do casamentos e uniões forçadas e precoces de meninas adolescentes	37
6.2.1. Meninas até 18 anos casadas e meninas não casadas (10 a 17 anos)	37
6.2.2. Mulheres de 18 a 25 anos que se casaram adolescentes – narrando trajetórias	47
6.2.3. Meninos não casados (10 a 17 anos)	54
6.2.4. Homens adultos que se casaram, na ocasião, com meninas abaixo de 18 anos	63
6.2.5. Familiares / Responsáveis por meninas casadas e não casadas	69
6.3. Relações comunitárias e casamentos e uniões forçadas e precoces de meninas adolescentes: dinâmicas de pressão e colaboração	79
6.4. Perspectivas institucionais: apoios e brechas	85
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	92
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	98

PREFÁCIO

A designação “casamento infantil, prematuro e forçado” se tornou o termo aceito nos documentos das Nações Unidas para descrever esta prática. O termo **infantil** se refere aos casamentos e uniões ocorridos antes dos 18 anos de idade – o final da infância, de acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança. **Prematuro** (em alguns casos aludido como **precoce**) refere-se ao início de uma vida matrimonial que é problemática para as meninas e adolescentes, posto que concorre, por exemplo, com seu direito à educação. Define-se ainda como **forçado** para ressaltar as desigualdades estruturais que propiciam esta realidade para meninas no mundo todo, bem como as condições que determinam se constituir um casamento ou união implica realmente uma “escolha” ao levarmos em conta as baixas perspectivas existentes para as meninas, o trabalho doméstico e o controle a que são submetidas em seus lares de origem e o compromisso limitado com sua educação por parte de suas famílias.

Com frequência, estes casamentos e uniões são concretizados com homens maiores de idade, mais experientes, de maior instrução formal e com melhores perspectivas econômicas, tornando assim as meninas vítimas ao situá-las em uma posição de desigualdade em relação ao seu cônjuge. Tal fenômeno é muitas vezes acompanhado pela violência de gênero na esfera privada do domicílio.

Além disso, na região da América Latina e do Caribe, inclui-se a palavra **uniões** para abarcar matrimônios informais e uniões livres, bastante comuns, muito embora não sejam reconhecidos nem corroborados pela Igreja ou pelo Estado.

A informalidade destas uniões dificulta sua contagem e o levantamento de dados suficientes para evidenciar esta problemática.

Utilizam-se diversos termos para denominar e descrever essas formas de união no Brasil, o que implica desafios específicos para a maneira como a população do país pensa, reflete e fala sobre elas. O uso de diversos termos reduz a visibilidade desta realidade e dificulta o reconhecimento de uma prática de extrema violação dos direitos humanos das meninas adolescentes. O fenômeno perpetua a desigualdade de gênero.

Por essa razão, não há dúvidas sobre a importância de ressaltar que os índices mais elevados de casamentos e uniões na América Latina e no Caribe são verificados entre meninas adolescentes. Neste contexto, o presente estudo enfoca as meninas adolescentes em casamentos e uniões forçadas e precoces para dar visibilidade às necessidades específicas dessas meninas e trabalhar pela mudança das normas sociais que perpetuam essa violação de seus direitos humanos.

Plan International das Américas



Estados e municípios em que foram levantadas as informações para este estudo.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ALC	América Latina e Caribe
CDC	Convenção dos Direitos da Criança
Conanda	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Cras	Centros de Referência da Assistência Social
Creas	Centros de Referência Especializados da Assistência Social
CT	Conselho Tutelar
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ESE	Entrevista semiestruturada
FNPETI	Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
Flacso	Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
GF	Grupo Focal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ISTs	Infecções Sexualmente Transmissíveis
Lista TIP	Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil
Sinan	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
PL	Projeto de Lei
PIB	Produto Interno Bruto
Pnad	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
RM	Região Metropolitana
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas

RESUMO¹

EXECUTIVO

Casamento infantil se refere às uniões, formais ou informais, nas quais pelo menos um dos cônjuges tem menos de 18 anos, conforme determina a Convenção dos Direitos da Criança, da qual o Brasil é signatário.

Trata-se de um fenômeno antigo, mas pouco percebido no Brasil. Tanto que é comum identificarmos, em gerações anteriores, casos de avós, tias, mães, etc., que se casaram ainda meninas, sem jamais questionarmos essas uniões ou destacarmos seu caráter negativo; é ainda mais raro que sejam vistas como uma violação de direitos. Contudo, pesquisas evidenciam o quanto esta prática pode ser prejudicial para meninas e meninos ao obstaculizar sua trajetória de vida, sobretudo no que tange a aspectos educacionais, profissionais, físicos e subjetivos.

Em números absolutos, o Brasil ocupa a quarta posição no ranking internacional de uniões de meninas e está entre os cinco países da América Latina e Caribe com maior incidência de casos. Diferentemente dos países asiáticos e africanos, onde os casamentos podem fazer parte de um negócio familiar ou de tradições culturais arraigadas conforme as quais as meninas são prometidas a homens muito mais velhos, no Brasil e na América Latina esse tipo de prática tem consentimento.

O presente estudo visa a refletir sobre esse poder de concessão e a aprofundar a compreensão sobre o fenômeno na região, especificamente em oito países – Brasil, Bolívia, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Peru e República Dominicana. O objetivo é identificar os fatores subjacentes capazes de explicar o poder de concessão e decisão de meninas e meninos diante de um casamento/união, de forma a propiciar uma intervenção baseada em evidências.

Para sua realização no Brasil a Plan contou com a parceria da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), responsável pelos aspectos éticos da pesquisa, aprovada por seu Comitê de Ética.

¹ Todos os dados citados no resumo executivo são apresentados e referenciados ao longo deste Informe.

² O termo “meninas adolescentes em casamentos e uniões forçadas e precoces” foi adotado em todos os países no qual o estudo foi realizado devido à sua incidência exponencialmente superior a de casamentos envolvendo meninos e por uma questão política. No estudo realizado no Brasil, contudo, também foi estudado o impacto do fenômeno sobre meninos.

³ Metodologia utilizada para explorar aspectos comportamentais e explicada de forma mais detalhada no capítulo 2.

A metodologia foi elaborada pela Plan e adotada em todos os países estudados. Ela incluiu plurimétodos e dois níveis de investigação: (I) nacional, com levantamento e análise de dados secundários sobre meninas adolescentes em casamentos e uniões forçadas e precoces² e sobre outros temas correlatos, e (II) amostral, com levantamento e análise de dados primários, realizada por meio de pesquisa de campo.

Dois instrumentos foram utilizados: entrevistas semiestruturadas (foram realizadas 84) e grupos focais com snap³ (30 sessões realizadas) aplicados em 13 grupos participantes. Estes eram compostos por: meninas de 10 a 17 anos não casadas; meninos de 10 a 17 anos não casados; meninas casadas com menos de 18 anos; mulheres de 18 a 25 anos que se casaram ainda adolescentes; maridos que, na ocasião, se casaram com adolescentes; familiares / responsáveis por meninas não casadas; familiares / responsáveis por meninas casadas; agentes públicos locais; agentes públicos nacionais; lideranças comunitárias e/ou religiosas; especialistas; representantes de agências de cooperação; e representantes de organizações da sociedade civil.

O estudo amostral brasileiro foi realizado na Bahia – nos municípios de Salvador, Camaçari e Mata de São João – e no Maranhão – no município de Codó. Tratam-se de localidades onde a Plan tem projetos estruturados, o que facilitou a mobilização de participantes. Além disso, os estados figuram respectivamente em quinto e décimo lugares no ranking de número de casamentos ou uniões de meninas adolescentes registrados pelo IBGE em 2015.

Este Informe está dividido em sete capítulos. O capítulo 1 apresenta os antecedentes e as justificativas para a realização do estudo. O capítulo 2 explica em detalhes a metodologia utilizada. O capítulo 3 aborda os principais marcos legais nacionais e internacionais referentes ao tema. O capítulo 4 faz uma discussão acerca de aspectos semânticos do termo casamento infantil.

O capítulo 5 apresenta dados secundários, nacionais e locais (Bahia, Maranhão e municípios contemplados pelo estudo), referentes a casamentos, bem como outros temas correlatos como educação, gravidez, trabalho infantil doméstico e violências. O capítulo 6 discute os principais achados da pesquisa de campo. O capítulo 7 realiza uma análise a partir das evidências coletadas e apresenta algumas recomendações a fim de subsidiar atores públicos e sociais na abordagem e no enfrentamento do fenômeno de casamentos e uniões forçadas de meninas adolescentes no Brasil.

Em face do trabalho realizado, as principais considerações e recomendações do presente estudo são:

- Há um sistema de crenças que reforça os casamentos e uniões forçadas em idades precoces e que é formado por duas categorias estruturantes: gênero e

EM NÚMEROS ABSOLUTOS, O BRASIL OCUPA A QUARTA POSIÇÃO NO RANKING INTERNACIONAL DE UNIÕES DE MENINAS E ESTÁ ENTRE OS CINCO PAÍSES DA AMÉRICA LATINA E CARIBE COM MAIOR INCIDÊNCIA DE CASOS.

- sexualidade. As normas e papéis tradicionais de gênero produzem diferenças e desigualdades entre meninos e meninas, homens e mulheres, que se refletem no casamento por meio de duas representações simbólicas: o provedor e a cuidadora. Ao homem cabe o papel hegemônico do provimento material e da proteção da família; e à mulher, o papel do cuidado doméstico e com os filhos/as;
- Os direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes têm pouco reconhecimento social, sobretudo por parte das instituições familiares e religiosas, significando um fator de risco frente a esses casamentos e uniões, uma vez que sua vivência, principalmente se acarretar gravidez, é motivador para uniões de meninas e meninos;
 - As principais motivações para casamentos e uniões forçadas em idade precoce evidenciados neste estudo são, por ordem de prevalência: gravidez não planejada; amor e desejo de constituir família; vivência da sexualidade (perda da virgindade); necessidade de saída de lares conflituosos; desejo pela maternidade; proteção contra violência e sanção da comunidade (julgamento moral). Com isso, aferimos que o poder de concessão e decisão frente ao casamento deve ser relativizado, pois muitas vezes o matrimônio é pautado primariamente pelas necessidades e/ou pela falta de oportunidades do que pelo desejo de uma união;
 - As principais consequências para as meninas evidenciados neste estudo são, por ordem de prevalência: aumento do serviço doméstico; cuidado parental exercido predominantemente por elas; falta de profissionalização; exclusão do mercado de trabalho; atraso e/ou abandono escolar; restrição da mobilidade e da liberdade;
 - A diferença média de idade entre os cônjuges, na amostra coletada, é de 5,8 anos. Dos 44 casamentos de meninas, mulheres e homens entrevistados, 16 ocorreram com meninas de idades entre 10 e 14 anos, configurando, portanto, estupro de vulnerável. Esse dado indica a complexidade e a multicausalidade do fenômeno, que não pode ser observado apenas como uma expressão do desejo e do poder de decisão das meninas e das mulheres;
 - A nomenclatura casamento infantil, utilizada internacionalmente, carrega sentidos polissêmicos e precisa ser melhor elucidada no contexto social a fim de minimizar algumas conceituações do senso comum, como presunção de que este fenômeno abrange somente crianças (e não adolescentes) e que engloba somente uniões formais (e não também as informais);
 - Apesar da alta incidência no Brasil, os casamentos e uniões forçadas e precoces de meninas adolescentes constituem um fenômeno socialmente invisível. Assim, acaba não se configurando como um problema capaz de mobilizar a agenda pública e não é incorporado por nenhuma política, programa, projeto ou ação pública nacional ou local (Bahia/Maranhão). A geração de dados e de evidências e a realização de campanha e ações para conferir maior visibilidade ao fenômeno são fundamentais para que ocorra uma mudança do cenário;
 - A falta e/ou insuficiência de políticas e serviços públicos voltados para adolescentes restringe as possibilidades de sonho e construção de projetos de vida mais autônomos, capazes de abranger educação e trabalho. Na ausência de oportunidades, o casamento/união acaba se configurando como uma saída para as meninas;
 - Os marcos legais brasileiros, sobretudo o Código Civil (que estabelece idade núbil), precisam ser harmonizados com outras normativas internacionais das quais o Brasil é signatário. Assim, o país poderia fechar as brechas existentes e cumprir com os acordos assinados, a exemplo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 5, meta 5.3). O projeto de lei em tramitação no Parlamento brasileiro para alteração no Código Civil, retirando exceção, é uma das ações necessárias, contanto que venha acompanhado de intervenções nas políticas públicas e de estratégias de mobilização social que incidam sobre as questões culturais que sustentam o fenômeno;
 - Os dados secundários apontam que os casamentos/uniões atingem meninas de forma exponencialmente superior em relação aos meninos, indicando que a universalidade dos direitos não é suficiente para a abordagem do fenômeno e requerendo ações com base no paradigma da especificidade de alguns grupos sociais, como é o caso das meninas;
 - No que tange aos dados sobre violência, há a necessidade de interlocução entre os órgãos e as normativas referentes aos direitos das mulheres e aos direitos das meninas (crianças e adolescentes). A violência doméstica praticada contra meninas por cônjuges e ex-cônjuges não é trabalhada em conjunto com ações protetivas das mulheres; antes é objeto de outras normativas da infância que, no entanto, não têm nexos causais com a conjugalidade;
 - A escola é uma instituição social bastante citada como fator de apoio e proteção contra casamentos e uniões forçadas. No entanto, o fenômeno não é abordado em sala de aula, e tampouco integra os conteúdos de educação sexual. Ademais, essa instituição tem sido objeto de intensa disputa por parte de determinados grupos sociais interessados em restringir a lista de conteúdos que podem ser abordados e excluir questões como gênero e sexualidade.
- Em resumo, o presente estudo oferece dados e pistas que podem colaborar para a remoção do véu que encobre o fenômeno dos casamentos e uniões infantis no Brasil e na América Latina. O cotejamento com dados dos outros países participantes do projeto poderá propiciar a geração de evidências consistentes e orientar acerca das melhores formas de intervenção na região. Os direitos da infância e adolescência só serão plenamente garantidos quando houver igualdade entre meninas e meninos e as práticas com forte incidência de gênero – como o casamento – forem enfrentadas.

1. ANTECEDENTES E JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

O casamento e/ou a união de crianças e adolescentes no Brasil não é um fenômeno novo. Bastaria observarmos nossas próprias histórias de vida para localizarmos avós, tias, mães e outros parentes que se casaram ainda jovens, com 13, 15 ou 17 anos. O fenômeno é tão naturalizado e arraigado culturalmente que, no senso comum, criou-se a impressão de que falar em casamento infantil é o mesmo que tratar de um tema distante da realidade brasileira, de algo presente apenas em países da África e da Ásia.

Contudo, dentre os 20 países com maior número absoluto de casamentos de meninas, o Brasil ocupa o quarto lugar, perdendo apenas para Índia, Bangladesh e Nigéria. Os dados são de pesquisa realizada pelo Unicef, que estimou o número de mulheres com idades entre 20 e 24 anos que tiveram seu primeiro casamento ou união entre os 15 e 18 anos⁴.

Em relação a América Latina e Caribe (ALC) o Brasil figura entre os cinco países com índices mais altos, sendo: Nicarágua (41%), República Dominicana (37%), Brasil (36%), Honduras (34%) e México (23%). Isso significa que uma em cada quatro meninas da ALC se casam antes dos 18 anos⁵.

Pesquisas apontam que, diferentemente do que ocorre em alguns países africanos e asiáticos, onde esses casamentos ocorrem devido a práticas culturais e

ritualísticas arraigadas em que as meninas não raro são forçadas a participar dessas uniões, no Brasil e nos demais países da América Latina e Caribe elas são de ordem consensual. Ou seja, meninas e meninos optam por se casar⁶.

Predominam na região as uniões informais, isso é, sem cerimônia civil ou religiosa; marcadas pela coabitação do casal junto a membros de uma das famílias; e de maior ocorrência em áreas rurais, grupos indígenas e famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Mas os índices podem ser ainda mais altos, considerando-se que muitos países não possuem sistemas de informação sobre casamento. Outra possibilidade é a subnotificação, sobretudo das uniões informais – algo característico da região.

Ademais, o que de fato significa o poder de concessão e decisão das meninas e meninos frente ao casamento? Que fatores

subjacentes sustentam essa decisão? Essas indagações são pertinentes quando observamos os diversos impactos negativos que os casamentos e uniões têm sobre a vida de adolescentes na comparação com indivíduos que se casaram mais tarde.

No conjunto das evidências de pesquisas⁷ os casamentos de meninas acarretam como consequência para as meninas a fragilidade dos seus direitos em educação, saúde, profissionalização, emprego, mobilidade e segurança, dentre outros.

Por exemplo, o número de matrículas de meninas nos países onde a idade legal para casar é de 18 anos ou mais é de 83%, contra 69% nos países em que a idade legal é abaixo de 18 anos. O coeficiente de emprego feminino/população é de 50% nos países com idade legal acima dos 18 anos, contra 29% nos países abaixo de 18 anos⁸.

Normas e papéis sociais tradicionais e desiguais de gênero, pobreza e falta de oportunidades, gravidez não planejada, violência sexual e insuficiência legal e de políticas públicas são apontados como possíveis causas para os casamentos e/ou as uniões precoces.

NO CONJUNTO DAS EVIDÊNCIAS DE PESQUISAS OS CASAMENTOS DE MENINAS ACARRETAM COMO CONSEQUÊNCIA PARA AS MENINAS A FRAGILIDADE DOS SEUS DIREITOS EM EDUCAÇÃO, SAÚDE, PROFISSIONALIZAÇÃO, EMPREGO, MOBILIDADE E SEGURANÇA, DENTRE OUTROS.

⁴ Unicef, Situação Mundial da Infância 2016, com dados levantados a partir de Pesquisas de Indicadores Múltiplos e outros indicadores formulados e aplicados pelo organismo em nível mundial.

⁵ *Girls Not Brides, Exploratory Research: Child Marriage in Latin America*, 2014. Trata-se de uma parceria global entre mais de 800 organizações da sociedade civil do mundo todo comprometidas com o fim do casamento infantil. Muitos dados da iniciativa são compilados das publicações e indicadores do Unicef, utilizados como referência global para o tema. Acesso em: <<http://www.girlsnotbrides.org>>. Ao longo deste estudo, citamos essa iniciativa algumas vezes por compilar e disponibilizar uma série de dados e evidências sobre o tema; em todas as ocasiões nos referimos à Girls Not Brides, mas evitamos a repetição do endereço eletrônico por ele já ter sido citado logo no início do Informe.

⁶ Idem.

⁷ Unicef, 2014; Banco Mundial, 2017; *Girls Not Brides*.

⁸ Banco Mundial / UNFPA, 2017.

No entanto, a escassez de pesquisas⁹ não permite uma compreensão mais aprofundada e holística sobre a conjugalidade na vida de crianças e adolescentes – principalmente das meninas, as mais afetadas pelo fenômeno, como veremos mais a frente. Com isso, a situação da América Latina e Caribe segue desconhecida, e não dispomos de informações de qualidade que possam ajudar na implementação de mudanças efetivas.

Este estudo tem o propósito de contribuir para o entendimento do casamento ou união infantil na América Latina e Caribe, identificando suas causas e consequências, de forma a propiciar uma intervenção baseada em evidências.

Ele é uma das ações da Plan International, dentro de sua proposta técnica e política nomeada *18+ Teoria de Mudança Global para fazer frente ao casamento infantil*, que tem como objetivo suprir as lacunas de conhecimento sobre o fenômeno e assim colaborar para que os esforços de erradicação dessa prática sejam efetivos e sustentáveis na ALC.

Para isso Plan definiu três dimensões de mudança que podem propiciar um resultado mais duradouro: (I) normas sociais, atitudes e comportamentos e seu poder de impacto frente aos casamentos; (II) marco político legal e pressupostos relativos ao tema estruturados (ou não) nos países; (III) recursos econômicos e redes de segurança social capazes de sustentar o desenvolvimento de ações de prevenção.

O estudo aqui apresentado foi elaborado com base nessas três dimensões de mudança. Espera-se, com isso, remover o véu que encobre o fenômeno do casamento ou união infantil no Brasil e na América Latina, reconhecendo sua existência no país e na região e buscando entendê-lo enquanto fenômeno complexo com impactos profundos e diferenciados sobre a vida de meninas e meninos.

⁹ No Brasil, a única pesquisa até então de referência é: Ela vai no meu barco – casamento na infância e adolescência no Brasil, elaborada em 2015 pela organização social Promundo, em parceria com a Plan International, contendo dados quanti-qualitativos com amostra feita nos estados do Maranhão e Pará. Acesso em: <https://promundoglobal.org/wp-content/uploads/2015/07/SheGoesWithMeInMyBoat_ChildAdolescentMarriageBrazil_PT_web.pdf>.

2. METODOLOGIA

Este estudo tem como objetivo compreender os fatores que promovem os casamentos e uniões forçadas e precoces de meninas adolescentes em oito países da América Latina e Caribe –Brasil, Bolívia, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Peru e República Dominicana– identificando as barreiras que as meninas enfrentam nas três dimensões de mudança descritas anteriormente (18+). Com isso, pretende-se orientar futuros programas e ações na região, bem como colaborar com governos e sociedade civil para o enfrentamento do fenômeno com base em evidências.

Níveis de investigação

O estudo teve caráter plurimetodológico e abrangeu dois níveis:

I Investigação nacional quantitativa: levantamento e análise de conteúdo, em cada país, de dados secundários sobre casamentos, uniões forçadas e outros temas correlatos, tais como gravidez, violências, escolarização, trabalho doméstico de crianças e adolescentes, bem como marcos legais e institucionais nacionais sobre o tema.

II Investigação local qualitativa: levantamento e análise de dados primários amostrais, definidos de acordo com o contexto e as prioridades de cada país e realizada por meio de pesquisa de campo.

Ressalta-se que foi dado foco especial aos dados qualitativos, a fim de entender os casamentos e uniões forçadas a partir da perspectiva e das percepções de atores e atrizes sociais e públicos, em especial das meninas e dos meninos, sujeitos diretamente afetados pelo fenômeno.

A metodologia acima foi elaborada pela Plan e adotada em todos os países participantes, viabilizando assim uma análise comparativa da região. Cada país elaborou seu próprio informe, e também foi elaborado um Informe geral de ALC.

Instrumentos de coleta qualitativa

Foram definidos os seguintes instrumentos para coleta de dados qualitativos:

I Entrevistas semiestruturadas: técnica que permite aprofundar opiniões, percepções e vivências individuais dos sujeitos investigados;

II Grupos Focais: técnica que permite analisar experiências, opiniões e preocupações coletivas dos sujeitos e a interconexão entre diferentes vivências e opiniões;

III Snap: técnica utilizada para investigar normas sociais, por meio da apresentação de um estudo de caso no qual as/os participantes refletem sobre um tema no seu contexto local. A partir de uma história narrada por um/uma facilitador/a, as/os participantes são estimulados a debater o tema, utilizando-se, para isso, uma série de perguntas norteadoras que exploram as expectativas e os comportamentos empíricos e normativos. Tal metodologia já foi aplicada pela Plan em outros estudos, inclusive sobre casamento infantil. O snap foi utilizado como técnica dentro dos grupos focais.

Todos os instrumentos utilizados contaram com roteiros padronizados de perguntas para os grupos participantes, porém adaptados à realidade de cada país e ao idioma (espanhol e português brasileiro).

2.1. ESTUDO NO BRASIL

O Brasil seguiu a metodologia definida e contou com a parceria da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), sobretudo nos aspectos de ética de pesquisa.

Investigação nacional quantitativa

A investigação nacional contou, além de entrevistas semiestruturadas com informantes-chave, com dois aportes: (I) coleta e análise de dados secundários sobre casamentos, uniões forçadas e temas correlatos em nível nacional (Brasil) e local (Bahia, Maranhão e municípios selecionados) e (II) análise dos marcos legais e institucionais nacionais em torno do tema.

Os dados secundários foram coletados entre novembro de 2017 e março de 2018 nas principais bases digitais oficiais sociodemográficas, tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), incluindo a Pesquisa por Amostra de Domicílio (Pnad), o Censo e as sínteses de indicadores sociais.

Também foram utilizados dados provenientes de estudos, pesquisas, relatórios e levantamentos produzidos por organizações da sociedade civil e organismos internacionais, todos descritos nas Referências Bibliográficas.

Os principais marcos legais relativos aos direitos da criança e do adolescente, das mulheres e dos direitos humanos foram pesquisados, tais como Estatuto da Criança e do Adolescente, Convenção dos Direitos da Criança, Plataforma de Pequim, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Código Civil, dentre outros, todos devidamente citados no capítulo 3.

Investigação local qualitativa

Foram realizadas duas amostras qualitativas, em locais e tempos distintos, a saber:

Amostra 1: Bahia, especificamente os municípios de Salvador, Camaçari e Mata de São João.

Amostra 2: Maranhão, especificamente o município de Codó.

A escolha por esses dois estados se deveu à combinação dos seguintes critérios: (I) alto percentual de casamentos ou uniões de meninas adolescentes, figurando entre os dez estados com pior desempenho em 2015; (II) características das cidades favorecem uma amostra representativa, ainda que não em termos probabilísticos para o país – um grande centro urbano (Salvador), dois municípios de médio porte (Camaçari e Codó) e um município de pequeno porte (Mata de São João); (III) presença da Plan nos dois estados e especificamente nas cidades citadas, favorecendo a produção local e a mobilização dos públicos participantes.

Grupos de sujeitos participantes

Seguindo a metodologia proposta, o estudo foi aplicado junto a 13 grupos de sujeitos participantes distintos, cada um com seu instrumento correspondente e o quantitativo de coleta, conforme quadro sinótico mais abaixo (tabela 1). Priorizou-se, sempre que possível, a aplicação igualitária, na Bahia, junto às três cidades – Salvador, Camaçari e Mata de São João. Para o Maranhão, como a única cidade selecionada foi Codó, procurou-se fazer o quantitativo requerido pela metodologia.

Os dados referentes aos grupos de representantes de órgãos oficiais nacionais/agências de cooperação e de especialistas foram coletados em Brasília/DF, com entrevistas presenciais ou virtuais. Os dados dos demais grupos participantes foram coletados na Bahia e no Maranhão de forma presencial.

No total, foram realizadas 84 entrevistas semiestruturadas nacionais e locais e 30 Grupos Focais (GFs), que reuniram 218 participantes. Todos os dados de campo, tanto nacionais como locais, foram colhidos entre os meses de novembro e de dezembro de 2017 (amostra Bahia) e abril de 2018 (amostra Maranhão).

TABELA 1. QUADRO SINÓTICO DA APLICAÇÃO DO ESTUDO DE CAMPO¹⁰

	GRUPOS DE SUJEITOS PARTICIPANTES	INSTRUMENTOS	QUANTITATIVO (BAHIA)	QUANTITATIVO (MARANHÃO)
1.	Meninos de 10 a 14 anos, casados ou não	Grupo Focal	3	3
2.	Meninos de 15 a 17 anos, casados ou não	Grupo Focal	3	3
3.	Meninas de 10 a 14 anos não casadas	Grupo Focal	3	3
4.	Meninas de 15 a 17 anos não casadas	Grupo Focal	3	3
5.	Responsáveis por meninas não casadas	Grupo Focal	2	3
6.	Responsáveis por meninas casadas	Grupo Focal	-	1
7.	Meninas casadas abaixo de 18 anos	Entrevistas semiestruturadas	6	7
8.	Maridos	Entrevistas semiestruturadas	6	6
9.	Mulheres de 18 a 25 anos que se casaram meninas	Entrevistas semiestruturadas	11	8
10.	Representantes das comunidades e/ou líderes religiosos	Entrevistas semiestruturadas	6	6
11.	Representantes dos órgãos oficiais locais (Secretarias de Desenvolvimento Social, Conselhos Tutelares e Centros de Referência Especializados da Assistência Social)	Entrevistas semiestruturadas	10	5
12.	Representantes dos órgãos oficiais nacionais / agências de cooperação ¹¹	Entrevistas semiestruturadas	6	-
13.	Especialistas (universidades, organizações da sociedade civil)	Entrevistas semiestruturadas	7	-

¹⁰ Não foi possível realizar na Bahia nenhum dos grupos participantes com responsáveis de meninas casadas definidos previamente pela metodologia da Plan, pois não foi possível localizar e mobilizar pessoas que se adequassem ao perfil no tempo destinado para a aplicação de campo – dezembro de 2017.

¹¹ Uma das entrevistas foi feita na modalidade de questionário de perguntas, enviado digitalmente, respondido por escrito e devolvido, também digitalmente, pela entrevistada.

Profissionais, treinamento e pré-teste

Seguindo a metodologia, priorizaram-se pesquisadoras mulheres para conduzir o trabalho de grupos focais com adolescentes e entrevistas com meninas e mulheres casadas e pesquisadores homens para as entrevistas com maridos. Partimos do pressuposto de que os homens poderiam ficar mais à vontade para relatar sobre suas vidas matrimoniais com outro homem, superando eventual resistência. A mesma lógica prevaleceu para a escolha das mulheres pesquisadoras.

A equipe na Bahia atendeu ao perfil definido para o estudo, qual seja: graduação completa, preferencialmente na área de Ciências Sociais; experiência em pesquisa, sobretudo com os dois instrumentos propostos (ESE e GF); experiência em trabalho e/ou atuação com adolescentes e comunidades por meio de projetos ou ações sociais e pesquisa ou extensão acadêmica.

Especificamente na amostra de Codó, no Maranhão, as/os pesquisadoras/res participantes foram os próprios profissionais da Plan, cujo perfil é: curso superior completo ou em andamento e experiência em trabalho com adolescentes e/ou comunidades.

Antes da aplicação de campo, as/os profissionais de ambas as amostras (Bahia e Maranhão) passaram por um treinamento no qual foram discutidos metodologia, instrumentos de aplicação e modelos de relatórios descritivos, além de conceitos relativos a meninas adolescentes em casamentos e uniões forçadas e precoces e dados sobre o fenômeno no Brasil.

A política de proteção à infância, elaborada pela Plan, também foi abordada, de forma a orientar as/os profissionais sobre questões éticas e suporte a crianças e adolescentes em casos de revelação acidental de violências e violações. Contudo, não ocorreu a revelação de nenhum caso durante o estudo.

Foi realizado um pré-teste antes da aplicação de campo, em Salvador/BA, com um grupo focal de famílias de meninas não casadas, conduzido pela coordenadora da pesquisa e por consultora da Flacso, posteriormente debatido no treinamento da equipe. Para a amostra 2, em Codó (MA), não foi necessário realizar pré-teste, uma vez que todos os instrumentos já haviam sido aplicados na Bahia.

Análise

A técnica utilizada foi a análise categorial de conteúdo¹², realizada manualmente a partir dos seguintes aportes: relatórios descritivos de entrevistas semiestruturadas e de grupos focais, elaborados pelas/os pesquisadoras/es a partir de modelo previamente construído e discutido; audição e/ou transcrições de ESEs e GFs e anotações de campo.

¹² Análise categorial de conteúdo baseada em Bardin, 2016.

A análise dos dados primários seguiu o modelo definido pela metodologia, que contempla as seguintes dimensões:

- I sistemas de crenças reforçadores desses casamentos e uniões na perspectiva dos sujeitos implicados no fenômeno – meninas (casadas e não casadas); meninos (não casados); famílias/responsáveis (por meninas casadas e não casadas); mulheres (casadas quando eram adolescentes) e maridos (casados, na ocasião, com meninas adolescentes);
- II dinâmicas de pressão e colaboração cotidiana nas relações comunitárias;
- III perspectivas institucionais: apoios e brechas.

Para efeitos de estruturação do Informe, os dados qualitativos dos dois estados foram subdivididos e referenciados como amostra 1 (Bahia) e amostra 2 (Maranhão), propiciando, dessa forma, uma melhor organização da análise comparativa (capítulo 6).

Ética

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso). Além disso, a Flacso atuou como parceira na pesquisa por meio de consultoria para os procedimentos éticos.

Termos de livre consentimento foram elaborados e utilizados em todas as entrevistas e grupos focais, junto com um esclarecimento de seu conteúdo. Os participantes receberam explicações prévias sobre a pesquisa e foram orientados a participar apenas por livre e espontânea vontade, podendo sair ou interromper sua participação a qualquer momento.

Nas entrevistas com agentes públicos locais e nacionais e com especialistas, estes últimos tiveram liberdade para identificar ou não seu nome e da sua instituição. Já nas entrevistas com meninas e mulheres casadas e maridos, bem como grupos focais, não houve identificação, garantindo-se rigorosamente o sigilo e a confidencialidade. Todos os dados foram enviados à Plan, que os mantém trancados em seus arquivos.

A equipe também assinou um código de conduta referente à pesquisa para garantir o cumprimento dos procedimentos éticos, sobretudo por se tratar de um estudo com adolescentes, reforçando o caráter de confidencialidade dos dados.

Limitações

O estudo possui limitações, como o fato de ser amostral, não permitindo uma análise probabilística aplicável ao país como um todo. Optou-se por um modelo qualitativo por sua capacidade de propiciar densidade analítica ao objetivo de captar informações sobre o sistema de crenças e a percepção dos atores e atrizes acerca do tema. Por outro lado, a ausência de dados quantitativos limita a possibilidade de uma análise mais abrangente do fenômeno, sobretudo ao considerarmos a dimensão e a diversidade de contextos do Brasil.

Amostra 1 – Bahia

A estratégia utilizada para a seleção de participantes foi a mobilização a partir das escolas públicas com as quais a Plan mantém parcerias na Bahia, o que funcionou bem para a montagem dos grupos focais com adolescentes e suas famílias e para parte das entrevistas com mulheres casadas.

Salientamos que alguns participantes dos grupos focais fazem parte do projeto da Plan na Bahia, o que é um fator de viesamento, uma vez que discutem uma série de temas relativos aos direitos infanto-juvenis, incluindo gênero. Porém, o tema casamento/uniões nunca tinha sido abordado.

Já a mobilização de meninas casadas e seus maridos foi mais desafiador, posto que praticamente não havia pessoas com esse perfil nas escolas. Nesses casos recorreu-se à rede de relações das pesquisadoras para a obtenção de contatos que ajudaram a identificar, por exemplo, outras escolas públicas.

Ainda assim tivemos algumas diferenças entre a amostra planejada e a coletada, especialmente em Mata de São João, onde não conseguimos realizar grupos focais com famílias/responsáveis e entrevistas com meninas casadas de idade inferior a 18 anos e seus respectivos maridos. O tempo de mobilização foi muito curto para a realidade do município que, historicamente, tem menor cultura participativa em relação aos demais locais estudados. Além disso, a aplicação ocorreu no final do ano, especialmente em data de feriado, quando a cidade se encontrava mobilizada para o trabalho no turismo.

Amostra 2 – Maranhão

Em Codó (MA) os grupos focais com adolescentes foram feitos a partir de mobilização das escolas públicas onde a Plan atua, em estratégia semelhante àquela adotada na Bahia. Alguns desses adolescentes fazem parte de projeto social da organização, o que pode ser um fator de viesamento, como na amostra baiana.

Já para os grupos focais com responsáveis/famílias de meninas não casadas, a mobilização contou com o apoio da Associação das Quebradeiras de Coco do Codó Novo, que estimulou a participação dos/as associados/as. Salientamos que, dessa forma, o grupo de familiares foi bastante homogêneo em relação às condições socioeconômicas.

A mobilização de meninas e de mulheres casadas foi realizada a partir da parceria da Plan com a Associação de Moradores do Bairro do Santo Antônio. A dos maridos contou com o apoio da Igreja Quadrangular.

A maior dificuldade de mobilização em Codó (MA) se deu em relação aos responsáveis/familiares de meninas casadas: muitos deles/as não quiseram participar dos grupos focais por não se sentirem mais responsáveis legais pelas filhas, afirmando que, a partir do momento em que houve o casamento, a menina passou ser responsabilidade dos maridos, mesmo nos casos em que a união não é formal.

Assim como na Bahia, o quantitativo planejado foi diferente do coletado, mas em menor proporção.

Amostra nacional

No que tange ao poder público nacional, não conseguimos agendar entrevistas presenciais com informantes-chave do legislativo devido à dinâmica e à rotina sobrecarregada da Câmara dos Deputados. Assim, enviamos digitalmente um questionário com perguntas, que foi respondido por uma das parlamentares mobilizadas. Alguns membros do Executivo federal também não deram respostas acerca dos reiterados pedidos de entrevistas.

Período de coleta

Outra questão desafiadora foi o curto período para a realização do trabalho de campo frente ao volume de grupos participantes: novembro de 2017 para a coleta nacional, dezembro de 2017 para a coleta da Bahia e abril de 2018 para a coleta do Maranhão.

No caso da Bahia, soma-se às dificuldades a realização de coleta em época de final de ano, um período próximo das festas e das férias e, no caso das escolas, de provas de recuperação e encerramento das atividades, marcado pela baixa frequência de alunos e pelas muitas demandas para as equipes escolares.

Já em Codó (MA), o mês de abril foi marcado por chuvas intensas, com bairros alagados e áreas em alerta. Por conta disso, a mobilização dos maridos, por exemplo, precisou ser adiada no cronograma. A equipe da Plan também foi reduzida para a aplicação, em razão de seu envolvimento com outras demandas específicas do período do ano.

Potencialidades

Constatou-se quase todos os/as participantes não conheciam o tema. Na maioria das vezes, elas/eles ficavam intrigados com os dados acerca da situação brasileira e se sentiram motivados a buscar mais informações, bem como a pensar em formas de intervenção. Isto revela o potencial do estudo para inserir o tema na agenda pública, tirando-o da invisibilidade.

O trabalho, ainda que amostral, aponta para a complexidade do fenômeno e as diversas possibilidades de explorá-lo por outros caminhos ainda não trilhados, o que pode inspirar outros estudos e pesquisas por parte de órgãos públicos e privados nacionais e internacionais.

Como possíveis desdobramentos, sugerimos a realização de pesquisas quanti-qualitativas que abranjam todo o território nacional e que afirmem dados em dimensões estratégicas, tais como: rural/urbano, grupos e comunidades tradicionais (ciganos, indígenas, quilombolas), casamentos e uniões homoafetivas, dentre outros.

3. MARCO LEGAL E POLÍTICO

No Brasil a idade mínima legal para casamento ou união é de 18 anos, conforme estabelece o Código Civil (Lei 10.406/2002). Contudo, a lei prevê que meninas e meninos podem se casar entre os 16 e 18 anos, desde que com autorização dos pais e mães ou dos responsáveis legais (Art. 1.517). Caso estes se recusem a conceder autorização, é permitido ao juiz concedê-la.¹³ Tal exceção é comum em mais da metade dos países onde a idade legal para casamento é de 18 anos, sobretudo na América Latina.¹⁴

Contudo, o Código Civil estabelecia outra exceção extremamente danosa a crianças e adolescentes, mas que perdeu sua eficácia depois de revogada pelo Código Penal¹⁵.

Trata-se da autorização para casamento de quem ainda não alcançou a idade núbil (16 anos com autorização dos pais) em casos excepcionais, para “evitar cumprimento de pena criminal ou em caso de gravidez” (Art. 1.520).

DIVERSAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NACIONAIS E INTERNACIONAIS ATUANTES NO TEMA DOS CASAMENTOS E UNIÕES FORÇADAS DE MENINAS DEFENDEM UMA HARMONIZAÇÃO LEGAL NOS PAÍSES SIGNATÁRIOS DE ACORDOS INTERNACIONAIS E REGIONAIS RELATIVOS AOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

Isso significava que crianças e adolescentes vítimas de violência sexual poderiam se casar com seus abusadores para lhes retirar uma possível pena criminal e que vigorou até poucos anos atrás. Observa-se que nesse caso o casamento poderia ser autorizado inclusive para pessoas com menos de 14 anos, o que, de acordo com o Código Penal, configura-se como estupro de vulnerável¹⁶.

Considerando-se dados de pesquisas¹⁷ que indicam a prevalência de meninas e mulheres como vítimas da violência sexual, percebe-se o quanto essa regra reflete as normas tradicionais e desiguais de gênero, na qual as meninas eram duplamente penalizadas (pela violência sexual e pelo casamento).

A outra exceção do Código Civil, relativa à gravidez, ainda perdura, demonstrando mais uma vez como as normas de gênero operam ao induzir o casamento como solução para uma questão social que afeta primordialmente as meninas (já que são elas, e não os homens, que engravidam). A exceção da gravidez também está presente nas legislações de quatro países da América Latina: Venezuela, Guiana, Guatemala e Honduras¹⁸.

Diversas organizações sociais nacionais e internacionais atuantes no tema dos casamentos e uniões forçadas de meninas¹⁹ defendem uma harmonização legal nos países signatários de acordos internacionais e regionais relativos aos direitos de crianças e adolescentes. Tais acordos estabelecem idade e padrões a serem seguidos pelos governos para proteger esse público, o que, neste caso, significa o estabelecimento da idade mínima de 18 anos, sem exceções.

O Brasil é um dos países em que essa discussão esteve em curso até 2019, o que incluiu uma proposta legislativa para revogar as exceções presentes no Código Civil.²⁰ O fato vem motivando intensos debates, como discutiremos no capítulo 6.

Outras normativas nacionais e internacionais

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei. 8.069/1990) é a principal referência legal do país acerca dos direitos desse público. Contudo, o ECA só aborda a questão do casamento / união no artigo 148, que estabelece que a Justiça da Infância e da Juventude tem competência para suprir a capacidade ou o consentimento para casamento, contanto que se trate de crianças e adolescentes com direitos ameaçados ou violados por omissão do Estado ou dos pais e mães/responsáveis legais²¹. Não há qualquer outra discussão de conteúdo e/ou de forma quanto ao tema.

¹³ O Brasil aprovou uma lei que proíbe o casamento de crianças e adolescentes menores de 16 anos, após uma campanha de dois anos de duração mobilizada por políticos, ativistas e ONGs, incluindo a Plan International. A mudança de lei, aprovada em 13 de março de 2019 pelo presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, após ser aprovada no Congresso Nacional e no Senado do Brasil, proíbe qualquer um de se casar com adolescentes menores de 16 anos sob quaisquer circunstâncias. A lei passa a ser Lei Ordinária 13811/2019.

¹⁴ Banco Mundial / UNFPA, 2017

¹⁵ O Código Penal brasileiro (Lei 2.848) é de 1940, tendo sido atualizado em 2005 pela Lei 11.106, na qual consta a alteração citada no texto. Acesso em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111106.htm>.

¹⁶ Para reforçar o enfrentamento ao estupro de vulnerável o Superior Tribunal de Justiça (STJ) aprovou, em outubro de 2017, a súmula 593, reafirmando esta prática como crime mesmo que haja “eventual consentimento da vítima para a prática do ato, experiência sexual anterior ou existência de relacionamento amoroso com o agente”. Para saber mais acesse: <http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Tribunal-edita-tr%C3%AAs-novas-s%C3%BAmulas>.

¹⁷ Disque Direitos Humanos (Disque 100), canal de denúncias sobre violências, coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil; Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), coordenado pelo Ministério da Saúde; Mapa da Violência, 2015, Flacso, OPAS e Secretaria Especial de Políticas para Mulheres.

¹⁸ Promundo, 2015.

¹⁹ *Girls Not Brides*.

²⁰ Acesso em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>.

²¹ Lei 13.811/19

Os planos nacionais relativos a direitos de crianças e adolescentes, como o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual, Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária e Plano Decenal, todos sob responsabilidade do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), tampouco contemplam o tema, nem sequer de forma transversal²².

Isso revela a invisibilidade dos casamentos e uniões forçadas e precoces de meninas adolescentes no Brasil e a completa inexistência de uma agenda pública referente ao tema.

Em nível internacional, o país é signatário da Convenção Sobre os Direitos da Criança (CDC)²³, que estabelece o casamento infantil como a união envolvendo pelo menos um cônjuge com idade inferior a 18 anos. O Brasil também assinou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (Cedaw, 1979), que, no artigo 16, dispõe que “o casamento infantil não terá efeito legal e todas as medidas necessárias deverão ser tomadas para estabelecer a idade mínima”²⁴.

Porém, os acordos que mais aprofundam o tema – inclusive no que se refere aos direitos das meninas, por serem as mais afetadas pelo casamento – são a IV Conferência Mundial Sobre as Mulheres (1995)²⁵ e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS, 2016)²⁶.

A Conferência elaborou um documento, nomeado Declaração de Pequim que, no objetivo estratégico L.1, dispõe sobre medidas a serem adotadas para eliminar todas as formas de discriminação contra as meninas, inclusive em relação ao casamento, com o estabelecimento de idade mínima e outras proteções legais.

Já os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável possuem um Objetivo específico que visa à igualdade de gênero para meninas e mulheres, o ODS 5, cuja meta 5.3 estabelece a “eliminação dos casamentos prematuros e forçados”.

Cabe reforçar que a idade mínima citada nas normativas tem como referência a Convenção dos Direitos da

Criança, o marco internacional mais aceito mundialmente e que estabelece a idade de 18 anos.

Como signatário desses acordos e normativas, que inclusive possuem prazos para execução das metas estabelecidas, o Brasil precisa dar respostas efetivas quanto aos casamentos e uniões forçadas e precoces de meninas adolescentes através de legislação, políticas públicas e mobilização social adequadas e suficientes para a redução do índice atual. Aprofundaremos essa discussão ao longo deste texto, sobretudo nas análises do trabalho de campo.

²² Todos os planos podem ser acessados no site do Conanda: <<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda>>.

²³ A Convenção, ratificada por 193 países, é o instrumento de direitos humanos universalmente mais aceito. Foi adotada por Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 e ratificada pelo Brasil em 20 de setembro de 1990. Para saber mais acesse: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm>.

²⁴ Para saber mais acesse: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/>>.

²⁵ Para saber mais acesse: <<http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>>.

²⁶ Para saber mais acesse: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>.

4. CASAMENTO INFANTIL

UMA QUESTÃO SEMÂNTICA

Você conhece casos de casamentos de meninas e de meninos aqui na comunidade?” “Casados não, mas que moram juntos conheço muitos”. Este tipo de diálogo foi uma constante no estudo de campo, quando abordávamos a percepção das pessoas sobre a ocorrência de uniões maritais em suas comunidades. Isso nos alerta para uma questão fundamental: os conceitos de casamento e de infância que integram o senso comum e o modo como eles conformam significados para o termo “casamento infantil”.

A Convenção dos Direitos da Criança utiliza o termo “casamento infantil”. Outra nomenclatura utilizada internacionalmente é “casamento infantil forçado e/ou precoce”. No caso do Brasil e da América Latina, onde há, em princípio, o poder de decisão das meninas e dos meninos frente ao matrimônio, a palavra “forçada” precisa ser melhor compreendida. Na região, a discussão centra-se sobre o significado desse poder de decisão e sobre o quanto o contexto sócio-histórico pode “forçar” um casamento.

Assim, o presente estudo utiliza o termo “meninas adolescentes em casamentos e uniões forçadas e precoces” para se referir às uniões maritais em que ao menos um dos cônjuges tem idade inferior a 18 anos e que podem ocorrer nas modalidades formal (no civil e/ou no religioso) e/ou informal, pois ambas reúnem causas e consequências importantes para investigação.

Contudo, as definições formais não resolvem as conceituações do senso comum, que devem ser problematizadas a fim de que o fenômeno seja melhor compreendido.

Para a maioria das/dos participantes, nas duas amostras (Bahia e Maranhão), casamento se refere a uniões formalizadas legalmente no civil e, por vezes, também no âmbito religioso. Já a união informal recebe outras designações, como “juntados”, “morando/vivendo juntos” ou “amigados”, dentre outras. Esta segunda modalidade, pelas evidências colhidas, é a mais comum entre adolescentes. Para os adultos, no entanto, ela carrega um estereótipo negativo, pois representa fluidez e falta de compromisso com uma relação mais duradoura, que seria garantido pelo casamento formal. “Os adolescentes estabelecem uma relação fugaz. O casamento [informal] se constitui para resolver uma questão econômica, social, cultural, mas depois se desfaz. No casamento convencional [formal] é diferente”, explica uma agente pública estadual (Bahia), para quem a modalidade formal é mais estável e estruturadora da vida familiar.

O CASAMENTO FORMAL TEM UMA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE UNIÃO, SEGURANÇA E RITUALIDADE – ASSINATURA DE PAPÉIS, PRESENÇA DE TESTEMUNHAS, POR VEZES REALIZAÇÃO DE FESTA COM USO DE VESTIDO BRANCO E VÉU, DENTRE OUTRAS PRÁTICAS. TAL REPRESENTAÇÃO, CONSTRUÍDA CULTURALMENTE, AINDA É UM ESTATUTO POSITIVO PARA GRANDE PARTE DAS/DOS ENTREVISTADAS/DOS. CONTUDO, ELA CONTRASTA COM O CONCEITO DE CASAMENTOS E UNIÕES FORÇADAS E PRECOSES DE MENINAS ADOLESCENTES UTILIZADO INTERNACIONALMENTE, QUE A CONSIDERA UMA VIOLAÇÃO DE DIREITOS.

O casamento formal tem uma representação social de união, segurança e ritualidade – assinatura de papéis, presença de testemunhas, por vezes realização de festa com uso de vestido branco e véu, dentre outras práticas. Tal representação, construída culturalmente, ainda é um estatuto positivo para grande parte das/dos entrevistadas/dos. Contudo, ela contrasta com o conceito de casamentos e uniões forçadas e precoces de meninas adolescentes utilizado internacionalmente, que a considera uma violação de direitos. Assim, o termo casamento torna-se paradoxal, oscilando entre uma conceituação positiva e outra negativa. Se ele for resultado de violências (como sexual, simbólica, de gênero etc.) pode ainda camuflar situações deletérias para meninas e mulheres.

Quando eu falo de casamento, falo de uma idealização [...] de que foi por amor, foi por consenso, que aquilo foi permitido e é socialmente aprovado. O casamento na infância é permitido? Não! (Especialista)

Outro destaque importante é que as relações homoafetivas não são consideradas como possibilidade de casamento ou união. Ao pedir para descreverem o que seria casamento, todas/os participantes das duas amostras sempre se referem à união entre mulher e homem, nunca abrangendo a hipótese de pessoas do

mesmo sexo. O conceito, portanto, ainda predomina no senso comum em seu padrão heteronormativo.

Infância é outro conceito que reivindica maior reflexão. Internacionalmente, o termo se refere a pessoas com até 18 anos incompletos, caso da Convenção dos Direitos da Criança. No Brasil, contudo, o Estatuto da Criança e do Adolescente faz um recorte etário entre a infância, de 0 a 11 anos, 11 meses e 29 dias, e a adolescência, de 12 a 18 anos incompletos. Há ainda o Estatuto da Juventude, que conceitua como jovem pessoas com idade entre 15 e 29 anos e que, portanto, tem uma sobreposição etária na faixa situada entre 15 a 17 anos.

No senso comum, essa divisão etária é muito presente. Enquanto a criança é representada socialmente por termos como alegria, inocência e brincadeira, adolescente é associado a ideias como confuso, rebelde, atrevido e “aborrecente”. A nosso ver, o senso comum tende a valorizar e evidenciar a infância de forma positiva, relegando à margem a adolescência, que é vista mais como problema do que como potencialidade.

Assim, os direitos e as questões da infância (como os temas do casamento infantil e do trabalho infantil, para ficar em dois exemplos) não abrangeriam a adolescência. Magalhães (2017) argumenta que o termo “trabalho infantil”, por exemplo, utilizado pelo Brasil para seguir as normativas internacionais, ao não explicitar o adolescente em sua nomenclatura, reforça a opacidade desse grupo social quando do (re)conhecimento do problema.

Deve-se tomar o mesmo cuidado com o termo “casamento infantil”, sobretudo pelo fato de sua maior incidência ocorrer justamente na adolescência (assim como o trabalho infantil).

A junção, no senso comum, dos conceitos de “casamento” e “infância” demonstra que o termo “casamento infantil” pode carregar sentidos e nuances diferenciados. Não temos a pretensão de esgotar o tema ou de resolver a questão semântica colocada, mas sim de ampliar o debate acerca do conceito, apresentando as complexidades que ele acarreta.

Ainda que os sentidos sejam polissêmicos e possibilitem diversas interpretações, é possível e recomendável que, na agenda pública e das organizações que atuam com o tema, essa questão conceitual seja debatida até um consenso. Para sustentar que o fenômeno é uma violação de direitos, faz-se mister um trabalho de informação e mobilização da sociedade que a auxilie a construir novos sentidos para este conceito, que possam abranger uma compreensão protetiva da infância e da adolescência.

5. CENÁRIOS DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA BRASILEIRAS

Nesta seção, apresentamos os principais dados relativos às crianças e adolescentes brasileiros, com destaque para os casamentos e uniões forçadas e precoces de meninas adolescentes e temas correlatos. Para efeitos de sistematização, os dados foram agrupados nas categorias abaixo e se referem, sempre que encontrados, à situação desse grupo social²⁷ no Brasil (nível nacional), na Bahia e no Maranhão (nível estadual) e nos municípios da amostra: Salvador, Camaçari, Mata de São João e Codó (nível local).

Para cada categoria apresentamos alguns achados da presente pesquisa, de forma a correlacionar os dados primários e qualitativos àqueles secundários, oficiais. De qualquer forma, todos os dados primários são discutidos de forma aprofundada no capítulo 6.

As categorias são:

- **Sociodemografia:** dados gerais sobre crianças e adolescentes;
- **Socioeconomia:** dados gerais da Bahia e do Maranhão e dos municípios participantes da amostra;
- **Casamento ou união de crianças e adolescentes:** sexo, grupo de idade e natureza das uniões (neste caso acima de 15 anos);
- **Gravidez:** nascidos vivos e taxa de fecundidade (neste caso, de 15 a 19 anos);
- **Educação:** abandono e evasão escolar;
- **Trabalho infantil:** doméstico e afazeres domésticos;
- **Violências:** geral, sexo, agressor, tipologia (sexual, física, psicológica e negligência/abandono).
- **Sexualidade:** prática de relações sexuais, uso de preservativos, educação sexual nas escolas.

²⁷ O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) define esse público no Brasil como indivíduos com idades entre 0 e 18 anos incompletos. No entanto, as bases de dados dos órgãos oficiais nem sempre seguem esta faixa etária, como é o caso do IBGE, que abrange até 19 anos. Por isso, em alguns casos há variação nas informações secundárias levantadas.

²⁸ IBGE / Mapa da Distribuição Espacial da População segundo a Cor ou Raça – Pretos e Pardos, com base no Censo 2010.

5.1. PANORAMA SOCIODEMOGRÁFICO

O Brasil possui cerca de 60 milhões de crianças e adolescentes, de acordo com o Censo de 2010, com simetria no número de meninas (29.368.259) e meninos (30.289.081). Deste total, mais da metade é negra (pretos e pardos, totalizando 32.418.020), seguida de branca (26.312.650), amarela (562.232) e indígena (363.426).

Amostra 1- Bahia

Na Bahia, num universo de cerca de 14 milhões de habitantes (Censo, 2010), pouco mais de quatro milhões são formados por crianças e adolescentes. Dentre estes, a população se concentra majoritariamente entre a infância e o início da adolescência – 22,8% da população total, contra 9,3% constituídos de adolescentes (15 a 19 anos, conforme faixas de idade classificadas pelo IBGE).

A mesma simetria sociodemográfica relativa a sexo pode ser percebida no estado e nos municípios de Salvador,

Camaçari e Mata de São João, com equilíbrio entre o número de meninas e meninos.

Contudo, na categoria raça/cor observa-se uma proporção cerca de três vezes maior de negros (pretos e pardos) do que de brancos na comparação com os dados nacionais, sobretudo nos municípios estudados, como pode ser visto na tabela abaixo (tabela 2).

Dentre os estados da região Nordeste, a Bahia está entre os de maior concentração de pessoas autodeclaradas pretas, com 13%, (contra uma média nacional de 6,2%), e um dos menores percentuais de pessoas que se autodeclararam brancas, com 25,2%. Já as pessoas que se autodeclararam pardas somam 60,1%²⁸. Salvador, Recôncavo e Região Metropolitana são áreas com grande predomínio de população negra, devido, sobretudo, ao processo de colonização e escravidão brasileiro, que teve Salvador como polo fundante.

Amostra 2 - Maranhão

O Maranhão possui cerca de 6,5 milhões de habitantes (Censo, 2010), dos quais aproximadamente 2,5 milhões

são crianças e adolescentes. O número de meninos (1.312.624) é um pouco superior ao de meninas (1.275.300), desviando discretamente da média nacional.

Há prevalência de negros (1,9 milhão) em relação a brancos (552.724), assim como na Bahia. Interessante notar o volume de autodeclarações de crianças e adolescentes pardas no estado (1.801.433), o maior número dentre todas as categorias de raça/cor. A população amarela é maior do que a população indígena, um dado que deve ser mais investigado, mas que não cabe no escopo da presente pesquisa.

Codó é um município com população infanto-juvenil majoritariamente negra, composta por 40.466 meninas e meninos pretos e pardos e apenas 6.458 brancos. Percebe-se que a autodeclaração de pardos segue a mesma tendência do estado.

TABELA 2 . POPULAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ENTRE 0 E 18 ANOS POR RAÇA /COR E SEXO

LOCALIDADE	TOTAL	BRANCOS	PRETOS	AMARELOS	PARDOS	INDÍGENAS	FEMININA	MASCULINO
Brasil	59.657.340	26.312.650	3.716.554	562.232	28.701.466	363.426	29.368.259	30.289.081
Bahia	4.675.938	1.015.507	672.854	53.954	2.913.835	19.590	2.301.286	2.374.652
Salvador	727.312	122.156	189.068	10.729	403.716	1.507	360.920	366.393
Camaçari	80.269	13.793	15.090	1.272	49.861	252	39.360	40.909
Mata de São João	13.639	1.543	2.990	310	8.773	23	6.705	6.934
Maranhão	2.587.924	552.724	189.443	26.044	1.801.433	18.256	1.275.300	1.312.624
Codó	47.424	6.458	4.949	467	35.517	33	23.710	23.714

Fonte: IBGE / Censo Demográfico, 2010

5.2. PANORAMA SOCIOECONÔMICO

Salvador

Foi a primeira capital do país e o local onde convergiram as propostas colonizadora e escravagista brasileira, que vieram acompanhadas de intensos processos de luta e resistência popular. É a terceira cidade mais populosa do Brasil, com 2,6 milhões de habitantes, dos quais mais de 75% se autodeclararam pretos e pardos²⁹. Como capital, é um polo de concentração da economia do estado: a cidade tem o maior Produto Interno Bruto (PIB) dentre todas as cidades baianas e é responsável por 24,9% de toda a sua atividade econômica³⁰. Seu IDH é de 0,759, o maior do estado, mas apenas o 306º no ranking geral do país.

Camaçari

Situada na Região Metropolitana, Camaçari fica a cerca de 50 quilômetros de Salvador. Tem população aproximada de 242 mil habitantes (Censo, 2010), o que a configura como quarta maior cidade da Bahia. O

município abriga o Polo Petroquímico, maior complexo do estado, que reúne indústrias químicas, petroquímicas, automobilísticas, dentre outras. A presença desse complexo faz com que Camaçari tenha o terceiro PIB da Bahia. Mas tal riqueza econômica não se reflete de forma proporcional na situação social: o IDH da cidade é de 0,694, o décimo segundo no ranking estadual. Possui uma área de 784,6 quilômetros quadrados, dividida entre a sede administrativa da cidade e a orla (42 Km de faixa costeira), localizadas em áreas distintas (é preciso pegar a estrada para transitar entre a sede e a orla).

Mata de São João

Distante cerca de sessenta quilômetros de Salvador, Mata de São João também faz parte da Região Metropolitana. Possui uma população de 40.183 habitantes (Censo, 2010), distribuída por uma área de 632,2 quilômetros quadrados. Apesar de ser um município da região metropolitana, concentra muitas características rurais. Assim como Camaçari, é dividida entre a sede administrativa da cidade e a orla; a distância entre elas, porém, é muito grande, e não há estrada conectando-as. Para ir da sede à orla, é preciso pegar a estrada que passa por Camaçari. A divisão não é somente territorial: ela também se reflete nos aspectos sociais e econômicos, com maior concentração de trabalho e renda na orla devido ao turismo. Por outro lado, há concentração de serviços públicos na sede e pouca cobertura na orla. O município tem o 33º maior IDH da Bahia, de 0,668.

²⁹ Idem.

³⁰ Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais – SEI, 2007.

Codó

É um município de médio porte com cerca de 118.038 habitantes (Censo, 2010). É a sexta maior cidade do Maranhão e está bem distante da capital, São Luís (cerca de 297km); Codó está mais próxima de Teresina, (172km), capital do estado do Piauí. A zona rural abriga 31% da população (Censo 2010). O IDH do município é de 0,595, o que lhe garante a 4255ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros³¹.

Abaixo, sistematizamos outros indicadores socioeconômicos dos quatro municípios de forma a oferecer um breve panorama para mostrar como se estruturam nesses locais as condições de trabalho, educação, saúde e saneamento, bem como o impacto desses fatores sobre a vida da população em geral, e a infância e adolescência em particular (tabela 3).

O NÚMERO DE CASAMENTOS E/OU UNIÕES GERAIS NO BRASIL, EM 2016, FOI DE 1,09 MILHÃO. DESTE TOTAL, 137.973 INCLUÍRAM MENINAS E MENINOS COM ATÉ 19 ANOS.

TABELA 3. INDICADORES SOCIAIS SALVADOR, CAMAÇARI, MATA DE SÃO JOÃO E CODÓ

INDICADOR (IBGE, 2015) / MUNICÍPIO	SALVADOR	CAMAÇARI	MATA DE SÃO JOÃO	CODÓ
TRABALHO E RENDA				
Salário médio mensal (SM - Salário Mínimo)	3,5 SM	4,3 SM	2,2 SM	1,8 SM
Pessoas ocupadas em relação à população total	30,5%	28,6%	30,4%	8%
Domicílios com até ½ salário mínimo por pessoa	36,8%	41,5%	44,7%	51%
EDUCAÇÃO				
Nota média no IDEB (anos iniciais)	4.7	4.7	5.1	4.0
Taxa de escolarização	95.9	96.7	98.1	97,1
Matrículas pré-escola	37.411	6.797	1.506	4.096
Matrículas ensino fundamental	270.573	37.180	8.595	22.486
Matrículas ensino médio	95.269	12.328	2.137	5.361
SAÚDE				
Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	16	15.04	15.89	16.86
Internações por diarreia (por 1.000 nascidos vivos)	0.2	0.2	0.1	1.3
SANEAMENTO				
Domicílios com esgotamento sanitário adequado	92,8%	64,8%	42,8%	24,2%

Fonte: IBGE / Cidades. Acesso em: <https://cidades.ibge.gov.br>

5.3. PANORAMA DE MENINAS ADOLESCENTES EM CASAMENTOS E UNIÕES FORÇADAS E PRECOSES

O número de casamentos e/ou uniões gerais no Brasil³², em 2016, foi de 1,09 milhão. Deste total, 137.973 incluíram meninas e meninos com até 19 anos³³. Contudo, chama a atenção a enorme diferença quando esse número é especificado por sexo: foram 28.379 uniões de meninos, contra 109.594 uniões de meninas.

A disparidade no percentual é semelhante nos casos de Bahia, Maranhão e dos municípios pesquisados, o que demonstra a forte incidência da categoria gênero para a compreensão do fenômeno. Na Bahia, também em 2016, foram registrados pouco mais de 60 mil casamentos, dos quais 7.770 foram com crianças e adolescentes. Houve um total de 1.399 uniões de meninos, contra 6.371 de meninas. No Maranhão, naquele mesmo ano, de um total de 24.824 uniões formais, 3.463 foram de meninas e 894 de meninos.

De forma geral, a proporção de mulheres e de homens a partir dos 15 anos que se casam no Brasil progride

³¹ http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/codo_ma

³² Para todos os grupos de idade, masculino e feminino.

³³ IBGE: Estatísticas do Registro Civil.

conforme a idade. No entanto, os homens só atingem valores elevados acima dos 30 anos, enquanto as mulheres atingem valores altos até os 30 anos. Ou seja, os homens demoram mais a se casar, enquanto as mulheres se casam mais cedo³⁴.

Por exemplo, a Pnad aponta que 3,8% de homens com idades entre 15 e 19 anos e 23% do homens com idade entre 20 e 24 anos se casaram em 2015, contra 12,6% de mulheres entre 15 e 19 anos e 37,5% entre 20 e 24 anos. Os homens alcançam índices de 80% de união na faixa entre 50 e 60 anos, enquanto as mulheres alcançam percentual de 70% entre 30 e 40 anos.

Casamentos e estupro de vulnerável

Registra-se que não houve nenhum casamento de meninos abaixo de 15 anos na Bahia e no Maranhão em 2016, contra seis e sete, respectivamente, de meninas na mesma faixa de idade. Já nos municípios pesquisados, não houve registro algum de uniões abaixo dessa mesma idade, tanto de meninas como de meninos.

Nossa hipótese: há maior conhecimento do público acerca da proibição de se manter relações sexuais com pessoas menores de 14 anos, o que é enquadrado como crime de estupro de vulnerável pelo Código Penal.

Com isso, inferimos duas situações possíveis: (I) o número de uniões com pessoas nessa faixa de idade está diminuindo; (II) tais uniões estão ocorrendo clandestinamente na informalidade, o que implicaria uma subnotificação nos dados.

No trabalho de campo realizado na Bahia e no Maranhão, grande parte das/dos participantes, sejam adultos ou adolescentes, alertaram para a proibição de se manter relações sexuais com menores de 14 anos. Ainda que muitas vezes não conheçam a lei, estão cientes dessa proibição e se referem a essa questão como “pedofilia” de forma indistinta. No capítulo 6, nos aprofundaremos mais no uso do conceito “pedofilia” e no modo como ele figura no senso comum para explicar as relações sexuais.

Do total de 30 meninas e mulheres casadas entrevistadas nas duas amostras, 11 se casaram entre 10 e 14 anos; do total de 14 maridos entrevistados, também nas duas amostras, cinco se casaram, na ocasião, com meninas até 14 anos. As uniões nessa faixa etária ocorreram em maior proporção na amostra do Maranhão. Isso indica o caráter ilegal desses casamentos – um aspecto que, no entanto, não é comentado nem objeto de reflexão para as/os entrevistadas/dos. O fato também reforça uma das possibilidades acima evocadas: de que tais uniões ocorram de maneira informal e clandestina.

TABELA 4. CASAMENTOS E UNIÕES NOS MUNICÍPIOS PESQUISADOS - 2016

IDADE / MUNICÍPIO	SALVADOR	CAMAÇARI	MATA DE SÃO JOÃO	CODÓ
Total geral todas as idades	13.080	1.361	226	229
Menor de 15 anos masculino	-	-	-	-
Menor de 15 anos feminino	-	-	-	-
15 a 19 anos masculino	135	25	3	12
15 a 19 anos feminino	532	126	7	48

Fonte: IBGE / Estatísticas de Registro Civil

Dados longitudinais

Os dados apontam a persistência dos casamentos e uniões forçadas e precoces de meninas adolescentes ao longo dos anos, bem como a assimetria de sua ocorrência entre meninas e meninos.

Entre as meninas com até 15 anos, observa-se a tendência de retração, com uma redução de 884 casos em 2003 para 244 casos em 2016. Provavelmente, a legislação acerca de estupro de vulnerável tenha impactado nessa redução. Já para os meninos na mesma faixa etária não há retração, com aumento entre os anos de 2010 e 2014 e diminuição considerável em 2016.

Entre as meninas com idades entre 15 e 19 anos, observa-se maior persistência nos números: há oscilações ao longo dos anos, mas sem indicação de decréscimo considerável. Entre os meninos de 15 a 19 anos, a situação é a mesma.

Isso sugere que, não havendo intervenção específica sobre o fenômeno em termos de leis, políticas públicas e mobilização social, a prática tende a permanecer, impedindo o Brasil de melhorar sua posição no ranking mundial e cumprir com acordos internacionais como os ODS (ODS 5, meta 5.3 – eliminar o casamento infantil) (tabela 5).

³⁴ Idem

TABELA 5. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MENINAS ADOLESCENTES EM CASAMENTOS E UNIÕES FORÇADAS E PRECOÇES NO BRASIL

FEMININO							
FEMININO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
< 15 anos	884	792	588	636	610	524	474
15 a 19 anos	127.944	150.948	148.950	146.935	141.083	137.426	125.629

FEMININO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
< 15 anos	429	438	355	319	345	287	244
15 a 19 anos	129.599	131.178	128.988	126.699	127.843	122.518	109.350

MASCULINO							
MASCULINO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
< 15 anos	41	22	15	23	17	16	16
15 a 19 anos	26.963	34.454	34.078	34.232	32.735	31.697	28.195

MASCULINO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
< 15 anos	33	42	41	55	37	15	4
15 a 19 anos	28.994	30.080	30.597	31.476	32.811	31.892	28.375

Fonte: IBGE / Estatísticas de Registro Civil

No estado da Bahia, há pouca variação nos dados entre 2003 e 2016. Na faixa etária inferior a 15 anos, foram registrados ao longo desses anos três casamentos de meninas em Salvador, três em Camaçari e nenhum em Mata de São João. Não houve nenhum casamento de meninos da mesma idade no período analisado.

No Maranhão, para o mesmo período observado, houve uma queda significativa de registro de casamentos de meninas menores de 15 anos: foram sete casos em 2016, contra 117 em 2003. Em Codó, ao longo dos mesmos anos, foram registrados cinco casamentos de meninas e nenhum de menino.

Distribuição regional

Em termos regionais, o Sudeste lidera o ranking (49.513) de casamentos de menores de 19 anos registrados em 2015 (IBGE), seguido pelo Nordeste (33.868), Sul (16.815), Centro-Oeste (11.996) e Norte (10.613). Já os estados com pior desempenho no mesmo ano foram: São Paulo (25.561), Minas Gerais (13.686), Paraná (8.826), Ceará (6.996) e Bahia (6.844). O Maranhão ocupa o décimo lugar, com 3.769 casos. Os dados indicam que, apesar das diferenças nos números, o fenômeno não é localizado e se espalha por todo o país.

Formal X informal

No conjunto de uniões ocorridas no Brasil, prevalece o casamento formal realizado no civil e/ou no religioso. Em

2015, segundo a Pnad, foram 35,5% de uniões formais de pessoas com 15 anos ou mais e 19,8% de uniões não formais. Na Bahia e no Maranhão, a relação entre formal e não formal teve percentuais mais próximos: respectivamente 29,7% formais e 24,2% não formais e 28,5% formais e 27,6% não formais.

O presente estudo contrasta esses dados, com prevalência de uniões informais (29) a formais (17) nos três grupos pesquisados (meninas casadas abaixo de 18 anos, mulheres de 18 a 25 anos que se casaram adolescentes e maridos que se casaram, na ocasião, com adolescentes) nas duas amostras.

5.4. PANORAMA DE TEMAS CORRELATOS

Gravidez na adolescência

Em 2015, o Brasil contabilizou pouco mais de três milhões de nascidos vivos, dos quais 25.409 foram filhos/as de meninas com menos de 15 anos e 518.175 de meninas de 15 a 19 anos³⁵. Ou seja, mais de 500 mil meninas foram mães adolescentes naquele ano, com prevalência entre a faixa etária mais velha.

A taxa de fecundidade brasileira – 59,4 filhos por mil mulheres (15 a 19 anos) para o período de 2005 a 2015 – é semelhante a de outros países da América Latina e do Caribe (66,5 por mil para 2010 – 2015), mais baixas que a de países africanos (98,5 por mil) e mais altas que as da Europa (16,2 por mil) e da América do Norte (28,3 por mil), de acordo com o IBGE.

³⁵ IBGE / Estatísticas de Registro Civil, 2015. No Brasil, a fecundidade é medida pelo número de filhos/as nascidos vivos de mulheres em determinados grupos etários.

Na Bahia, a taxa de fecundidade adolescente, em 2015, foi de 65,4 por mil nascidos vivos, acima da média nacional. Em termos absolutos foram 211.134 nascidos vivos no estado, sendo 2.342 deles filhos de adolescentes com menos de 15 anos e 39.241 com mães de idade entre 15 a 19 anos.

No Maranhão, a taxa de fecundidade adolescente foi de 90,2 por mil nascidos, o que confere ao estado uma das taxas mais altas para essa faixa de idade, mais especificamente o 6º lugar (IBGE, 2016). Em números absolutos, isso significa que de 117.564 nascidos vivos no estado, 1.700 são de meninas com menos de 15 anos e 28.356, filhos de meninas com idade de 15 a 19 anos.

A tabela abaixo indica os percentuais dos municípios pesquisados. Observa-se prevalência na faixa etária mais velha, seguindo as tendências estaduais e nacional (tabela 6).

TABELA 6. NÚMEROS DE NASCIDOS VIVOS POR IDADE DA MÃE – 2015

Índice / município	Salvador	Camaçari	Mata de São João	Codó
Total	36.637	4.579	647	2.141
10 a 14 anos	262	31	7	33
15 a 19 anos	4.822	780	100	563

Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) / Ministério da Saúde

Ao cruzarmos os dados referentes ao número de de casamentos e uniões forçadas e precoces de meninas adolescentes retratados em páginas anteriores com a taxa de nascidos vivos de meninas até 19 anos, percebemos que o percentual de gravidez é, proporcionalmente, muito maior do que o de uniões.

Temos duas hipóteses para responder a essa questão: (I) nem todas as gestações resultam em casamento / união; (II) há subnotificação das uniões informais, o que reduz os dados a respeito do fenômeno no país – ao contrário dos dados sobre gravidez, que são melhores notificados pelo sistema de saúde e, assim, revelariam de forma mais fidedigna a situação das meninas.

Adolescentes e famílias participantes dos grupos focais corroboram esses dados. Elas/eles avaliam que há um número muito maior de meninas grávidas e/ou com filhos/as em suas comunidades do que meninas casadas. No entanto, a maioria das meninas que se casam o fazem motivadas por uma gestação.

Nas amostras coletadas, a gravidez foi o motivo mais frequente para as uniões (15 casos). A incidência do fenômeno foi muito maior na Bahia (12 casos) do que no Maranhão (3 casos). Contudo, a gestação surge como consequência quase imediata dos casamentos, visto que a maioria das meninas engravidando logo após as uniões.

NAS AMOSTRAS COLETADAS, A GRAVIDEZ FOI O MOTIVO MAIS FREQUENTE PARA AS UNIÕES (15 CASOS). A INCIDÊNCIA DO FENÔMENO FOI MUITO MAIOR NA BAHIA (12 CASOS) DO QUE NO MARANHÃO (3 CASOS). CONTUDO, A GESTAÇÃO SURGE COMO CONSEQUÊNCIA QUASE IMEDIATA DOS CASAMENTOS, VISTO QUE A MAIORIA DAS MENINAS ENGRAVIDANDO LOGO APÓS AS UNIÕES.

Educação

A educação no Brasil avançou muito nos últimos anos, com uma alta cobertura de matrículas na educação básica. Em 2016, foram cerca de 48,8 milhões de matrículas abrangendo o ensino regular, especial e/ou a educação de jovens e adultos. Há simetria de gênero, com cerca de 24 milhões de vagas preenchidas por meninas e 24 milhões por meninos³⁶.

Contudo, o ensino não é universalizado, sobretudo nos ciclos infantil e médio. Em 2015 (Pnad, IBGE), 2,8 milhões de crianças e adolescentes estavam fora da escola. Na Bahia, 6,2% de meninas e meninos de 4 a 17 anos também estavam fora da escola em 2015 (Unicef, 2017)³⁷, o que representou um contingente de 220.353 pessoas. No Maranhão, a parcela era de 6,1%, totalizando 120.259 crianças e adolescentes longe das escolas.

A tabela a seguir mostra a exclusão escolar nos municípios pesquisados, tendo como base o Censo (IBGE) de 2010 (tabela 7):

TABELA 7. CRIANÇAS E ADOLESCENTES FORA DA ESCOLA – 2010

Índice / município	Salvador	Camaçari	Mata de São João	Codó
Total	40.705	4.812	538	3.185

Fonte: Censo, 2010, organizado por Unicef, Fora da Escola Não Pode!

³⁶ Censo Escolar / Instituto Anísio Teixeira (Inep) / Ministério da Educação (MEC).

³⁷ Unicef, 2017. Cenário da exclusão escolar no Brasil, com base na Pnad 2015.

Os motivos para abandono e evasão escolar são diversos e incluem gravidez e afazeres domésticos. O Censo de 2010 mostra que, de 661 mil meninas de 12 a 18 anos com filhos, apenas 27,3% frequentavam a escola. Já a Pnad 2016 (Módulo Educação) aponta que 26,1% das meninas de 14 a 29 anos fora da escola (num universo de 24,8 milhões de adolescentes e jovens de ambos os sexos fora da escola) alegaram como motivo os afazeres domésticos e o cuidado com crianças ou idosos. Só 0,8% dos meninos alegaram o mesmo motivo³⁸.

É possível que muitas dessas meninas fora da escola e com filhos fossem casadas, mas esse dado não foi cruzado com os demais. Por sinal, o casamento é uma categoria que aparece pouco nos indicadores relacionados à educação. Uma das pesquisas que abordam o tema no Brasil³⁹, realizada pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento e a Fundação Victor Civita, buscou averiguar se havia associação entre a evasão escolar e a constituição precoce de famílias para adolescentes de 15 a 19 anos de ambos os sexos.

No caso dos meninos, 80,8% daqueles fora da escola estavam na condição de filho na família, 4,4% eram a pessoa de referência e apenas 0,6% estavam na condição de cônjuge. Já no caso das meninas, apenas 40,3% estavam na condição de filhas, 12,4% eram a pessoa de referência e 35,2% se encontravam na condição de cônjuges. Ou seja, o casamento foi um fator importante para a evasão e/ou abandono das meninas, mas não dos meninos.

VALE RESSALTAR QUE UMA MENINA OU MENINO QUE ABANDONA A ESCOLA EM RAZÃO DE CASAMENTO E/OU FILHO TEM UM DIREITO VIOLADO. A EDUCAÇÃO É UM DIREITO CONSTITUCIONAL QUE DEVERIA SER GARANTIDO A TODAS AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES, MESMO NO CONTEXTO DE UMA VIDA CONJUGAL.

Abandono escolar no estudo amostral

Em nosso estudo de campo, os dados corroboram alguns achados da pesquisa acima. Na Bahia, houve evasão e atraso escolar de alguns maridos de meninas abaixo de 18 anos casados por um período de tempo, mas nenhum abandono permanente. Vale ressaltar que, no caso das meninas, a maioria tinha filho/a. Isso motivou a evasão temporária e, conseqüentemente, o atraso escolar.

No caso das mulheres casadas (de 18 a 25 anos), os prejuízos educacionais foram maiores, com episódios de abandono, evasão e atraso escolar. Dentre as que estudavam, nenhuma estava na idade/série correspondente à sua idade.

Em Codó (MA) o abandono escolar foi muito maior junto aos três grupos pesquisados do que em relação aos municípios baianos. Chama a atenção o caso das meninas casadas – das sete entrevistadas, seis

abandonaram os estudos, cinco delas nos anos finais do ensino fundamental e uma no ensino médio. As mulheres casadas (de 18 a 25 anos) também contam com episódios de abandono (três casos) e de atraso escolar. Dos maridos, quatro abandonaram a escola ainda no ensino fundamental e dois concluíram o ensino médio. No capítulo 6, apresentamos o perfil das/dos participantes do estudo; ali, é possível verificar os dados educacionais de forma mais detalhada.

Interessante notar a percepção contrastante das/dos adolescentes (10 a 17 anos) participantes dos grupos focais da Bahia em relação aos dados acima: a maior parte deles, independentemente de sexo, acredita que os meninos/homens tendem a abandonar muito mais os estudos dos que as meninas/mulheres, uma vez que são mais compelidos ao mercado de trabalho para sustentar suas famílias do que as meninas. Estas, caso contem com ajuda familiar e apoio dos maridos, tendem a continuar estudando.

Vale ressaltar que uma menina ou menino que abandona a escola em razão de casamento e/ou filho tem um direito violado. A educação é um direito constitucional que deveria ser garantido a todas as crianças e adolescentes, mesmo no contexto de uma vida conjugal.

Trabalho infantil

O trabalho infantil⁴⁰ atinge os meninos (66%) em proporção maior do que as meninas (Pnad, 2015). Contudo, elas são maioria absoluta no trabalho infantil doméstico, representando 94,1% da mão-de-obra desse setor⁴¹, muito embora esta ocupação esteja incluída, desde 2008, na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP)⁴² – e sendo, portanto, proibida para menores de 18 anos.

³⁸ Acesso em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18993-das-jovens-fora-da-escola-26-alegam-cuidar-da-casa-de-criancas-ou-idosos.html>

³⁹ Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) e Fundação Victor Civita. O que pensam os jovens de baixa renda sobre a escola, 2013. Pesquisa quanti-qualitativa realizada com adolescentes de 15 a 17 anos, de ambos os sexos, residentes em duas capitais – São Paulo e Recife, que frequentavam ou frequentaram o ensino médio por um período de seis meses em 2012.

⁴⁰ Pela Constituição brasileira o trabalho infantil é definido como toda atividade econômica e/ou de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro e remuneração, executada por crianças e adolescentes menores de 16 anos, o que é proibido. Acima de 14 anos, as/os adolescentes de ambos os sexos podem ser admitidos no emprego somente na condição de aprendizes, desde que em funções que não ofereçam risco à sua saúde, segurança e integridades física e mental. É proibido ainda o trabalho ou emprego noturno, perigoso e insalubre para adolescentes que não completaram 18 anos.

⁴¹ Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), 2016. O trabalho infantil nos principais grupamentos de atividades econômicas no Brasil, com base na Pnad de 2014.

⁴² Decreto 6.481/2008. Acesso em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm

Dessas trabalhadoras domésticas adolescentes, 83,1% ainda são responsáveis por tarefas domésticas. Ou seja, elas somam a atividade principal do serviço doméstico (que pode ser remunerado em dinheiro ou em benefícios) com todas as tarefas da própria casa e os cuidados com filhos/as.

Em números absolutos, a Bahia ocupava o primeiro lugar do Nordeste no ranking de trabalho infantil doméstico em 2013 (24.988)⁴³ e o segundo lugar no ranking geral do país, perdendo apenas para Minas Gerais (27.642). O Maranhão ocupava o segundo lugar do Nordeste (22.015) e o quarto do Brasil. O número de ocupados com afazeres domésticos também foi alto na Bahia em 2013 (20.647), seguido pelo Maranhão (17.611).

A Região Metropolitana (RM) de Salvador, que engloba três municípios do presente estudo, apresentou, em 2013, o maior percentual (7,4%) de crianças e adolescentes ocupados com serviço doméstico dentre 10 RM pesquisadas pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI)⁴⁴. Isso significa que, de cada 100 trabalhadoras/res de meninas na RM de Salvador, 7 a 8 estavam inseridos no serviço doméstico⁴⁵.

A maior ocorrência foi de meninas (2.881) e a faixa etária mais comum foi de 16 a 17 anos (1.602). É o mesmo perfil que prepondera nos casamentos e uniões forçadas em Salvador, Camaçari, Mata de São João e Codó, embora não existam dados que permitam um cruzamento e uma análise mais precisa que relacione os dois fenômenos.

Como se trata de um trabalho majoritariamente feminino, com forte correlação com as desigualdades de gênero, é possível inferir que muitas meninas casadas, com ou sem filhos/as, ocupam-se com afazeres domésticos; algumas ainda acumulam o trabalho doméstico de suas próprias residências.

Trabalho infantil doméstico no estudo amostral

As/os participantes do estudo de campo apontam duas consequências para as meninas que se casam/unem precocemente: (I) aumento do serviço doméstico e/ou (II) delimitação da sua vida exclusivamente a este tipo de serviço, sem o exercício de outras funções sociais (escola, lazer, profissionalização etc.).

⁴³ Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), 2015. Trabalho infantil e trabalho infantil doméstico no Brasil, com base na Pnad de 2012 e 2013.

⁴⁴ Salvador, Fortaleza, Distrito Federal, Belo Horizonte, Belém, Curitiba, Recife, Rio de Janeiro, Porto Alegre e São Paulo.

⁴⁵ O município de Codó (MA), como não está localizado em área metropolitana, não fez parte da análise do FNPETI sobre trabalho infantil doméstico.

⁴⁶ Flacso, OPAS e Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2016. Mapa da Violência 2015 – Homicídio de Mulheres no Brasil, com base em dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde. A pesquisa não traz dados por municípios.

As meninas solteiras participantes dos grupos focais, sobretudo das faixas etárias mais velhas (15 a 17 anos), indicam o serviço doméstico como sua principal preocupação numa situação de casamento – é isso que elas não querem vivenciar. E as meninas e mulheres casadas entrevistadas confirmam a mesma aversão das solteiras, uma vez que todas elas, sem exceção, são responsáveis pelos afazeres domésticos e cuidados com filhos/as, embora algumas relatem contar com a ajuda dos maridos.

Violências

Em 2014, cerca de 223 mil pessoas foram atendidas pelos serviços de saúde brasileiros vítimas de violências diversas. Destas, pouco mais de 147 mil eram mulheres e, dentre elas, 45.415 eram meninas. Isso dá uma média de 405 atendimentos diários de meninas e mulheres nas redes de saúde⁴⁶.

O tipo de violência mais praticado contra crianças foi a sexual (29%), seguida de negligência/abandono (28,3%); no caso de adolescentes, a violência física (40,9%) foi seguida de sexual (24,3%).

A Bahia não possui valores muito elevados, se comparados ao conjunto dos estados. O índice médio de vitimização feminina no Brasil nos atendimentos de saúde é de 83,4%; na Bahia, é de 36%. A taxa de atendimento feminino por 10 mil no país é de 14,2; na Bahia, é de 7,8. Já no Maranhão o índice de vitimização está acima da média nacional e é de 101%. A taxa de atendimento feminino por 10 mil é de 5,1. Os dados por estado não foram cruzados com os de idade para que possamos aferir a dimensão do problema entre o público infantil e adolescente.

Os dados sobre os agressores é o indicador a partir do qual podemos captar informações sobre violência doméstica contra meninas casadas/ unidas. Em 2014, 2.095 adolescentes foram agredidas pelos cônjuges e 565 por ex-cônjuges. Mas a prática de relações violentas parece ter início antes mesmo do casamento/união, com 2.405 adolescentes agredidas por namorados e 729 por ex-namorados. Isso significa 482 meninas agredidas mensalmente por seus parceiros naquele ano.

Essa situação tende a se agravar com o avanço para a idade jovem e adulta, de 18 a 59 anos, quando o maior agressor é o parceiro ou ex-parceiro, responsáveis pela metade de todos os casos registrados.

Violências no estudo amostral

Esse tema figurou de forma intensa nas entrevistas com agentes públicos nacionais e locais, especialistas e lideranças. Muitos consideram o próprio instituto do casamento uma violência contra meninas e meninos, sobretudo naqueles em que há grande diferença de idade e no qual é possível notar uma maior incidência de dominação masculina sobre a infância e adolescência femininas.

Tanto as violências simbólicas como materiais são citadas pelas/los entrevistadas/os como conseqüências do casamento/união, incluindo práticas como cerceamento à liberdade e à mobilidade da menina, submissão aos maridos e agressões psicológicas e físicas, dentre outras.

Nos grupos focais com famílias e adolescentes, bem como nas entrevistas com maridos, meninas e mulheres casadas, o tema da violência é relacionado com maior frequência e intensidade à sua dimensão material, e menos aos aspectos simbólicos (bater, machucar e agredir são os verbos mais empregados). Adolescentes opinam que a probabilidade de uma menina sofrer violências é maior no contexto de um casamento, sobretudo se o marido for mais velho e consumir álcool e drogas. Em alguns grupos em particular há relatos de histórias familiares em que as mães já sofreram violência doméstica por parte dos maridos.

Sexualidade

Pesquisa realizada junto a estudantes de escolas públicas e privadas de todo o Brasil pelos ministérios da Saúde e da Educação⁴⁷ (2016) apontam que 27,5% destes já tiveram relação sexual alguma vez na vida, com percentual superior entre os meninos (36,0%) do que entre as meninas (19,5%).

A iniciação sexual aumenta gradativamente com a idade. No grupo etário de 13 a 15 anos foi de 27,0%, enquanto no grupo etário de 16 e 17 anos pouco mais da metade já tinha tido uma primeira relação sexual (54,7%). Os meninos iniciam mais cedo do que as meninas: no grupo masculino de 13 a 15 anos 34,5% já tinham tido relação sexual. No grupo feminino da mesma faixa, 19,3% declararam ter tido relações sexuais. Na faixa mais velha (16 e 17 anos), as diferenças percentuais diminuem um pouco, mas ainda prevalecem: 59,9% dos meninos e 49,7% das meninas.

Daqueles que tiveram relações sexuais, 61,2% declararam ter utilizado preservativo, com maior índice pelas meninas (68,7%) do que para os meninos (56,8%). Depois da camisinha, o método mais utilizado foi a pílula anticoncepcional (61,5% de estudantes).

Segundo os e as estudantes entrevistados, o tema da educação sexual figura nas escolas: 87,3% afirmaram ter recebido informações sobre infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), 79,2% sobre prevenção da gravidez e 68,4% sobre como adquirir preservativo gratuitamente.

⁴⁷ IBGE, Ministério da Saúde e Ministério da Educação, 2016. Pense – Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar: 2015. A pesquisa foi realizada com dois planos amostrais, ambos de escolas públicas e privadas: estudantes do 9º do ensino fundamental 2 e estudantes de 13 a 17 anos frequentando as etapas do 6º ao 9º anos do ensino fundamental 2 e da 1ª a 3ª série do ensino médio, no ano de referência – 2015. Foram analisados 102.072 questionários da amostra 1 e 10.926 da amostra 2.

Sexualidade no estudo amostral

Nos grupos focais, adolescentes apontam a prática de relações sexuais como uma das causas e das conseqüências dos casamentos/uniões. Essa percepção é corroborada nas entrevistas com maridos, meninas e mulheres casadas, que apontaram como motivo para suas uniões a gravidez não planejada e a vivência da sexualidade por parte da menina (perda da virgindade).

Na Bahia, a escola é a instituição mais citada pelas/los adolescentes para recebimento de informações acerca da prevenção de gravidez e ISTs, mas nunca sobre casamento. Santos et. al. (2017) afirma que uma das queixas de adolescentes é que o tema da sexualidade é restrito, na maior parte das vezes, à explicação sobre amadurecimento sexual e orgânico e a formas de prevenção da gravidez e de ISTs. No entanto, pouco abrange questões que as/os mobilizam ou inquietam como gênero, relacionamentos, desejos e afetos – conteúdos que, a nosso ver, podem propiciar o debate sobre casamentos e uniões na adolescência.

No Maranhão, a escola tem menor peso enquanto instituição para tratar de temas ligados à sexualidade – um papel ocupado pela família. As/os participantes dos grupos focais desejam ter mais diálogo com suas famílias para tratar sobre esse tema de forma aberta e menos repressiva.

NOS GRUPOS FOCAIS, ADOLESCENTES APONTAM A PRÁTICA DE RELAÇÕES SEXUAIS COMO UMA DAS CAUSAS E DAS CONSEQÜÊNCIAS DOS CASAMENTOS/UNIÕES.

6. DADOS QUALITATIVOS

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nessa seção apresentamos e discutimos os principais achados do estudo de campo, subdivididos pelas seguintes dimensões de análise e públicos:

- Sistema de crenças reforçadores de casamentos e uniões forçadas e precoces de meninas adolescentes na perspectiva dos sujeitos implicados no fenômeno: meninas (casadas e não casadas); mulheres (casadas quando eram adolescentes); meninos (não casados); maridos (casados, na ocasião, com meninas adolescentes) e famílias/responsáveis (por meninas casadas e não casadas);
- Dinâmicas de pressão e colaboração cotidiana nas relações comunitárias;
- Perspectivas institucionais: apoios e brechas.

6.1. PERFIL DAS/DOS PARTICIPANTES

Dos públicos participantes do estudo, buscou-se captar e compreender, em especial, as percepções e as vivências daquelas/es mais afetados pelos casamentos e uniões forçadas em idade precoce, como meninas, meninos, mulheres, maridos e famílias, cujos perfis foram levantados e sistematizados.

As categorias idade, raça/cor e religião abrangem todos os participantes dos grupos focais e de entrevistas. Já para maridos, meninas e mulheres casadas, foram incluídas também as seguintes categorias: idade da própria pessoa na ocasião do casamento; idade do marido/mulher na ocasião do casamento; tipo de união; escolaridade; ocupação; forma de habitação.

Optamos por não elaborar um perfil único acerca dos sujeitos inseridos ou suscetíveis a casamentos e uniões forçadas em idade precoce devido às seguintes questões: (I) os sujeitos contam com vivências e contextos sociais diversos, o que impacta em diferentes trajetórias de vida e, portanto, de possibilidades ou não de casamento/união; (II) não reforçar qualquer estereótipo, sugerindo que apenas determinados grupos sociais estariam vulneráveis ao fenômeno, sem considerar suas especificidades; (III) não contar com outras pesquisas realizadas com amplos grupos sociais, de forma a oferecer uma análise comparativa que pudesse indicar algum público específico.

Na amostra da Bahia, observamos que a solicitação para autodeclaração de raça/cor evidenciou um visível constrangimento nas pessoas. Alguns se entrelhavam, tinham dificuldade ou demoravam um tempo para responder.

Já na amostra do Maranhão, percebemos essa questão de outra forma, a partir da pergunta: “como assim?”, feita a cada vez que era solicitado para se autodeclararem em relação a raça/cor. Muitas vezes os/as pesquisadores/as tinham que listar as categorizações do IBGE para que os/as participantes entendessem o que se pedia.

Isso revela como a questão é polêmica e a forma como o racismo foi estruturado na sociedade brasileira, de modo a tornar invisível o tema e determinados sujeitos sociais.

As autodeclarações mostram um mosaico de classificações que transcende aquelas oficialmente utilizadas no Brasil (preto, pardo, branco, amarelo e indígena, segundo o IBGE), como “café com leite”; “moreno”; “moreno claro”; “todas as cores”, “raça humana, embora os papéis digam parda”, “pálida”, dentre outras.

Sistematizamos as autodeclarações de raça/cor por ordem de prevalência em: negros (pretos e pardos – 119 pessoas); definições variadas de cor (moreno, café com leite, todas as cores, raça humana etc. – 60); brancos (8); sem definição ou não sabe (5). Percebe-se número muito superior de negros e pouco de brancos, seguindo a tendência para a Bahia e o Maranhão já observada pelo IBGE e retratada no capítulo 5.

Em relação à religião, duas se sobressaem entre as/os participantes: evangélica e católica, com número superior de adesões para a primeira. Nenhuma pessoa se declara agnóstica ou atea, ainda que um quantitativo considerável afirme não ter religião. Algumas dizem ter uma vivência de espiritualidade, mesmo que não atrelada a instituições religiosas (“acredito em Deus”, “leio a Bíblia em casa”, “não tenho religião, mas sou cristão” etc.). Destaca-se a baixíssima presença das religiões de matriz africana e a ausência de outras denominações.

Sistematizamos as declarações religiosas por ordem de prevalência em: evangélicos (70); católicos (50); não possui religião (49); definições amplas de religiosidade, mas sem frequência a instituição religiosa (23); candomblé (2); espírita (1).

Como os dados sobre raça/cor e religião foram obtidos por meio de autodeclaração, optamos por descrevê-los exatamente como cada participante falou. Além de conferir fidedignidade aos dados, mostram a polissemia dos conceitos.

6.1.1. Perfil dos Grupos Focais

Famílias / responsáveis por meninas não casadas

AMOSTRA 1- BAHIA

Os GFs foram realizados em Salvador e Camaçari e somaram 12 participantes, com prevalência de mulheres (9) sobre homens (3). Dentre as e os que comentaram suas ocupações, dois são líderes comunitários, duas donas de casa, uma professora e uma funcionária pública. O relato da própria experiência com o casamento e gravidez foi recorrente nos dois grupos, com uniões na adolescência por parte de algumas mulheres – o que não ocorreu com nenhum homem.

IDADE ATUAL	RAÇA / COR	RELIGIÃO	IDADE NA ÉPOCA DO CASAMENTO ⁴⁸
1 com 25 anos	1 negra	1 nasceu católica e hoje faz estudo da Bíblia só em casa	1 aos 15 anos
1 com 33 anos	1 raça humana, embora certidão diga parda	1 espírita	1 aos 16 anos
2 com 35 anos	1 negra, porém também parda por causa dos papéis	1 católico	2 aos 17 anos
1 com 39 anos	1 “a gente é pardo mas não é, a gente é ser humano; me considero negra, branca”	3 acreditam em Deus independentemente de religião	1 aos 22 anos
1 com 42 anos	2 raça humana	6 evangélicos	1 aos 19 anos (homem)
1 com 43 anos	2 negros, mas raça humana		1 aos 27 anos
3 com 44 anos	4 pardos		1 aos 28 anos (homem)
1 com 50 anos			2 engravidaram aos 18 e 20 anos, mas não se casaram com os pais das crianças
1 com 55 anos			

Famílias / responsáveis por meninas casadas e não casadas

AMOSTRA 2 - MARANHÃO

Foram realizados quatro grupos focais de responsáveis por meninas, sendo três por meninas não casadas e um por meninas casadas, somando 15 pessoas, 13 mulheres e dois homens. Três pessoas não eram alfabetizadas. Das que comentaram suas ocupações, cinco são lavradoras/es, duas quebradeiras de coco e um auxiliar de produção.

IDADE ATUAL	RAÇA / COR	RELIGIÃO	IDADE NA ÉPOCA DO CASAMENTO ⁴⁹
1 com 38 anos	10 morenos	8 católicas	1 aos 12 anos
1 com 70 anos	3 negras	1 evangélica	1 aos 16 anos
1 com 51 anos	1 pálido	1 nem católica nem evangélica, crê em Deus	2 aos 17 anos
2 com 48 anos	1 não informou	5 não informaram	1 aos 27 anos
1 com 42 anos			1 aos 24 anos
1 com 43 anos			
1 com 29 anos			
3 com 54 anos			
1 com 60 anos			
1 com 56 anos			
2 sem idade informada			

⁴⁸ Incluímos essa categoria no perfil pela prevalência de informações fornecidas pela maioria das/dos participantes e pela sua importância para a análise. Com exceção dos dois homens especificados, os demais dados se referem a mulheres.

⁴⁹ Incluímos essa categoria no perfil pela prevalência de informações fornecidas pela maioria das/dos participantes e pela sua importância para a análise. Todos os dados se referem a mulheres.

IDADE	RAÇA / COR	RELIGIÃO
2 com 10 anos	1 todas as cores	1 não tem religião, mas acredita em Deus
3 com 11 anos	1 afroamericano	
2 com 12 anos	1 café com leite	3 frequentavam a igreja e não frequentam mais
4 com 13 anos	3 morenos claros	
4 com 14 anos	4 brancos	6 não tem religião
6 com 15 anos	5 pardos	9 católicos
13 com 16 anos	6 negros	14 evangélicos
3 com 17 anos	11 morenos	5 não informaram
1 com 18 anos ⁵⁰	6 não informaram	

Meninos não casados

AMOSTRA 1- BAHIA

Os GFs foram realizados em Salvador, Camaçari e Mata de São João, sendo dois em cada cidade, subdivididos por faixa etária, de 10 a 14 anos e de 15 a 17 anos. Ao todo, foram 38 participantes. Todos são estudantes de escolas públicas e cursam ensino fundamental 2 ou ensino médio.

IDADE	RAÇA / COR	RELIGIÃO
10 com 10 anos	2 pretos	2 frequentavam a igreja e não frequentam mais
3 com 11 anos	2 café com leite	
3 com 12 anos	15 pardos	11 não têm religião
2 com 15 anos	4 negros	9 católicos
7 com 16 anos	6 morenos	8 evangélicos
8 com 17 anos	5 não identificaram	3 cristãos
1 com 18 anos ⁵¹		1 não informado

Meninos não casados

AMOSTRA 2 – MARANHÃO

Foram realizados 6 GFs subdivididos por faixa etária, de 10 a 14 anos e de 15 a 17 anos. Ao todo, foram 34 participantes. Todos são estudantes de escolas públicas e cursam ensino fundamental 2 ou ensino médio.

IDADE	RAÇA / COR	RELIGIÃO
1 com 10 anos	1 preta	1 acredita em Deus
1 com 11 anos	1 café com leite	2 frequentam igreja (não dizem qual)
6 com 12 anos	2 não sabem a cor	7 católicas
6 com 13 anos	3 brancas	15 não tem religião
6 com 14 anos	7 morenas	16 evangélicas
11 com 15 anos	7 pardas	
10 com 16 anos	19 negras	
	1 não informou	

Meninas não casadas

AMOSTRA 1 - BAHIA

Os GFs foram realizados em Salvador, Camaçari e Mata de São João, sendo dois em cada cidade, subdivididos por faixa etária, de 10 a 14 anos e de 15 a 17 anos. Ao todo, foram 41 participantes. Todas são estudantes de escolas públicas e cursam ensino fundamental 2 ou ensino médio.

IDADE	RAÇA / COR	RELIGIÃO
9 com 10 anos	17 pardas	18 evangélicas
5 com 11 anos	6 morenas	9 católicas
1 com 12 anos	1 amarela/parda	2 crentes
3 com 13 anos	3 pretas	3 não tem religião
1 com 14 anos	4 negras	1 cristã
5 com 15 anos	1 não sabe a cor	
3 com 16 anos	1 não informou	
5 com 17 anos		
1 sem idade informada		

Meninas não casadas

AMOSTRA 2 - MARANHÃO

Os GFs foram realizados em Codó (MA), subdivididos por faixa etária, de 10 a 14 anos e de 15 a 17 anos. Ao todo, foram 33 participantes. Todas são estudantes, do ensino fundamental 2, ensino médio e ensino superior.

⁵⁰ Completados poucos dias antes da realização do Grupo Focal. Assim, optamos por incluí-lo na amostra.

⁵¹ Idem

6.1.2. Perfil das entrevistas semiestruturadas

Meninas casadas abaixo de 18 anos

AMOSTRA 1 - BAHIA

Foram entrevistadas seis meninas de Salvador e de Camaçari⁵², com idades variadas e casamentos/uniões recentes (no máximo dois anos). A diferença média de idade entre elas e seus maridos é de quatro anos. Os motivos para o casamento/união foram: gravidez (quatro situações), perda da virgindade da menina (uma situação) e desejo do casal pela união (uma situação). Há prevalência de uniões informais e habitação com maridos e/ou filho/a. Apenas uma menina teve atraso escolar; a maioria não exerce trabalho remunerado, mas todas são responsáveis pelo serviço doméstico.

Idade atual	1 com 15 anos 2 com 16 anos 3 com 17 anos
Raça / cor	1 morena-parda 1 negra 2 pardas 2 não declararam
Religião	1 evangélica 1 católica 4 não tem religião
Idade dela na ocasião do casamento	16 anos 14 anos 14 anos 16 anos 15 anos 16 anos
Idade do marido na ocasião do casamento	19 anos 19 anos 22 anos 19 anos 19 anos 18 anos
Tipo de união	1 formal 5 informais
Escolaridade	1 cursa ensino fundamental 5 cursam o ensino médio
Ocupação (com exceção do serviço doméstico)	5 não trabalham 1 jovem aprendiz
Forma de habitação	4 com marido e/ou filhos 1 com a família do marido 1 com a família dela

⁵² Como explicitado no capítulo 2, de Metodologia, não conseguimos realizar entrevistas com meninas em Mata de São João.

⁵³ Mais adiante neste capítulo, analisamos mais a fundo todas as motivações elencadas pelas entrevistadas.

⁵⁴ O casamento não estava no projeto de vida delas, mas os companheiros pediram e elas aceitaram.

⁵⁵ A entrevistada justifica o casamento pelo tempo de namoro, de quatro anos, que considera longo.

⁵⁶ A entrevistada sofreu um assalto e afirma que, depois disso, optou pelo casamento como forma de proteção.

Meninas casadas abaixo de 18 anos

AMOSTRA 2 - MARANHÃO

Foram entrevistadas sete meninas com idade variadas e casamentos recentes (como na Bahia, de até dois anos). A diferença média de idade entre elas e seus maridos é de sete anos – a diferença mínima foi de quatro anos e a máxima, de 20 anos – portanto, quase o dobro da Bahia. Os motivos para o casamento/união foram⁵³: iniciativa do marido (duas situações⁵⁴), gravidez (uma situação), perda da virgindade da menina (uma situação), tempo de namoro (uma situação⁵⁵), proteção contra a violência urbana (uma situação⁵⁶) e julgamento moral dos vizinhos sobre o namoro (uma situação). Há prevalência de uniões informais. A maioria habita com maridos e/ou filho/a ou com a família da menina. Apenas uma menina estava estudando; nenhuma exerce trabalho remunerado, porém, todas são responsáveis pelo serviço doméstico.

Idade atual	1 com 13 anos 3 com 15 anos 2 com 16 anos 1 com 17 anos
Raça / cor	3 morenas 3 pardas 1 parda/negra
Religião	1 evangélica 2 católicas 2 não tem religião 1 não informou 1 gostaria de frequentar a igreja adventista
Idade dela na ocasião do casamento	13 anos 14 anos 14 anos 14 anos 17 anos 14 anos 15 anos
Idade do marido na ocasião do casamento	18 anos 34 anos 19 anos 19 anos 21 anos 18 anos 23 anos
Tipo de união	1 formal 6 informais
Escolaridade	1 cursa ensino fundamental 6 não estão estudando (série em que pararam: 1 – 6ª série; 2 – 7ª série; 1 – 8ª série; 2 – 1º ano do ensino médio)
Forma de habitação	2 com marido e filha/o 3 com a família dela 1 mora com marido e filho mais outra família 1 com o marido

Mulheres de 18 a 25 anos que se casaram adolescentes

AMOSTRA 1 - BAHIA

Foram entrevistadas onze mulheres de Salvador, Camaçari e Mata de São João. A maior parte dos casamentos/uniões foi realizada com idades entre 16 e 17 anos, e a diferença média de idade para seus maridos é de cinco anos. Os motivos para o casamento/união foram mais diversificados do que das meninas: gravidez (quatro situações), desejo do casal pela união (três situações), sair de um lar conflituoso/desestruturado (três situações), perda da virgindade da menina (uma situação). Muitas mulheres tiveram atraso escolar ou abandonaram os estudos após o casamento. Há prevalência de uniões informais; a maioria não exerce trabalho remunerado, mas, assim como no caso das meninas, todas são responsáveis pelo serviço doméstico.

Idade atual	4 com 18 anos 1 com 21 anos 3 com 20 anos 1 com 22 anos 1 com 23 anos 1 com 25 anos
Raça / cor	1 morena 1 preta ou parda 2 pardas 7 negras
Religião	1 espiritualista 1 candomblecista 1 católica 2 evangélicas 6 não tem religião
Idade dela na ocasião do casamento	10 anos 14 anos 15 anos 15 anos 16 anos 16 anos 16 anos 16 anos 17 anos 17 anos 17 anos
Idade do marido na ocasião do casamento	19 anos 16 anos Não informou 21 anos 18 anos 19 anos 20 anos 25 anos 19 anos 23 anos 24 anos
Tipo de união	3 formais após os 18 anos 8 informais
Escolaridade	1 concluiu o ensino médio 2 cursam EJA 5 cursam o ensino médio 2 pararam de estudar 1 cursa ensino superior
Ocupação (com exceção do serviço doméstico)	5 não trabalham 1 jovem aprendiz 1 faz trabalho eventual com música 1 faz trabalho eventual 3 não informaram
Forma de habitação	7 com marido e/ou filhos 1 com a família do marido 3 com a família dela

Mulheres de 18 a 25 anos que se casaram adolescentes

AMOSTRA 2 - MARANHÃO

Foram entrevistadas oito mulheres. A maior parte dos casamentos/uniões foi realizada aos 17 anos, e a diferença média de idade para seus maridos é de quatro anos. Os motivos para o casamento/união foram: afeto/amor (quatro situações), desejo pela maternidade (duas situações), gravidez (uma situação), perda da virgindade da menina (uma situação). Assim como na Bahia, a maioria das mulheres teve atraso escolar ou abandonou os estudos após o casamento. Há também prevalência de uniões informais; a maioria não exerce trabalho remunerado, porém, assim como no caso das meninas da Bahia e do Maranhão, todas são responsáveis pelo serviço doméstico.

Idade atual	2 com 18 anos 1 com 19 anos 1 com 20 anos 1 com 21 anos 2 com 22 anos 1 com 25 anos
Raça / cor	2 pardas 3 morenas 3 negras
Religião	1 acredita em Deus e não frequenta nenhuma igreja 4 católicas 1 não tem religião 1 evangélica 1 não informou
Idade dela na ocasião do casamento	15 anos 17 anos 12 anos 17 anos 16 anos 14 anos 17 anos 17 anos
Idade do marido na ocasião do casamento	20 anos 21 anos 17 anos 22 anos 22 anos Não informou 18 anos 20 anos
Tipo de união	2 formais 5 informais 1 não informada
Escolaridade	1 tem ensino médio completo 1 cursa EJA 2 cursam o ensino superior 1 parou de estudar no 2º ano o ensino médio 2 pararam de estudar no ensino fundamental 1 não informou
Ocupação (com exceção do serviço doméstico)	2 não trabalham 1 cuidadora de idosos 3 desempregadas 1 não consta a informação 1 vendedora autônoma
Forma de habitação	4 com marido e/ou filhos 1 com a família do marido e filhos 2 com a família dela 1 mãe, filho e irmão e o marido mora em outra cidade

Maridos que, na ocasião, se casaram com adolescentes

AMOSTRA 1- BAHIA

Foram entrevistados 6 maridos em Salvador e Camaçari, com idades entre 18 e 32 anos. A maioria se casou depois dos 18 anos, e a diferença média de idade em relação a suas esposas é de cinco anos. A gravidez foi o principal motivo para os casamentos/uniões (quatro situações), seguida de perda da virgindade da menina (uma situação) e saída, da menina, de um lar conflituoso/desequilibrado (uma situação). Há equilíbrio entre as uniões formais e não formais, em que pese duas formais terem sido realizadas quando os dois já moravam juntos. Houve menos prejuízos educacionais para os homens após o casamento, com algum atraso, mas nenhum abandono. Todos trabalham e a maioria vive com mulher e/ou filho/a.

Idade atual	20 anos 21 anos 23 anos 24 anos 27 anos 32 anos
Cor/Raça	4 pardos 2 negros
Religião	1 pagão 1 católico 2 evangélicos 1 candomblecista 1 não tem religião
Idade dele na ocasião do casamento	15 anos ⁵⁷ 17 anos 18 anos 22 anos 25 anos 25 anos
Idade da esposa na ocasião do casamento	18 anos 14 anos ⁵⁸ 17 anos 14 anos 16 anos 17 anos
Tipo de união	1 formal 1 formal após os 18 anos 1 formal após 18 anos da esposa 3 informais
Escolaridade	1 faz curso técnico 1 concluiu o ensino médio 2 cursam o ensino médio 1 cursa ensino superior 1 concluiu curso superior completo
Ocupação	1 técnico em manutenção 1 barbeiro 1 cantor 1 motorista 1 auxiliar técnico de mecânico 1 analista de articulação social
Forma de habitação	5 vivem só com esposa e/ou filhos 1 vive com família

⁵⁷ Esse entrevistado é uma exceção ao padrão da pesquisa (homens acima de 18 anos que se casaram com meninas), tratando-se de um caso contrário, no qual o menino era adolescente e a mulher, maior de idade. Isso permitiu uma rica análise sobre as causas e consequências do casamento ou união infantil na perspectiva do menino.

⁵⁸ Idem.

Maridos que, na ocasião, se casaram com adolescentes

AMOSTRA 2- MARANHÃO

Foram entrevistados seis maridos em Codó (MA), com idades entre 20 e 68 anos. Todos se casaram depois dos 18 anos e a diferença média de idade em relação a suas esposas é de dez anos, o dobro do encontrado na Bahia. O principal motivo para as uniões foi o desejo, embora salientem que ele partiu mais das meninas, que insistiram na união (quatro casos); seguido de sair de lar agressivo (um caso) e gravidez (um caso). Há mais uniões formais do que informais; a maioria abandonou os estudos (dois abandonaram devido ao casamento, dois já haviam abandonado antes mesmo do casamento). Todos trabalham (apenas um estava desempregado no momento da entrevista) e moram com suas próprias famílias (sem coabitação).

Idade atual	38 anos 20 anos 49 anos 68 anos 42 anos 40 anos
Cor/Raça	2 morenos 1 preto 1 branco 1 moreno claro 1 pardo
Religião	3 evangélicos 1 católico 1 não tem religião 1 católico mas frequenta a igreja evangélica
Idade dele na ocasião do casamento	37 anos 19 anos 31 anos 27 anos 24 anos 19 anos
Idade da esposa na ocasião do casamento	14 anos 14 anos 17 anos 14 anos 17 anos 15 anos
Tipo de união	2 informais 1 informal por dois anos depois formalizou 3 formais
Escolaridade	3 ensino fundamental incompleto 1 estudou três meses ⁵⁹ 2 tem ensino médio completo
Ocupação	1 lavrador 1 padeiro 1 desempregado 1 aposentado 1 ferroviário 1 motorista
Forma de habitação	5 vivem só com esposa e/ou filhos 1 vive com a esposa, filhos e a mãe

⁵⁹ Ao ser perguntado sobre sua escolaridade o entrevistado respondeu apenas que estudou por três meses, mas não aprofundou a informação. Assim, não temos como aferir seu nível de escolaridade.

6.2. SISTEMA DE CRENÇAS REFORÇADORAS DO CASAMENTOS E UNIÕES FORÇADAS E PRECOSES DE MENINAS ADOLESCENTES

6.2.1. Meninas até 18 anos casadas e meninas não casadas (10 a 17 anos)

Amostra 1 - Bahia

APRENDIZAGENS DE GÊNERO E CONSTRUÇÃO DA FEMINILIDADE (HOMENS PROVEDORES, MULHERES CUIDADORAS)

As diferenças entre criança e adolescente são nítidas para as meninas, reforçando o que abordamos no capítulo 4, sobre como no Brasil as distinções entre as duas etapas da vida estão presentes no senso comum. As palavras designadas para significar infância são “alegria”, “inocência” e “brincadeira”; para a adolescência, são “independência” e “liberdade”.

Percebe-se que as meninas atribuem uma valoração positiva à adolescência (diferentemente dos adultos), com duas características (independência e liberdade) que podem ser muito desejadas por elas. Para as solteiras, o casamento/união seria a negação desse desejo. Já para algumas casadas que vieram de trajetórias familiares mais complexas e tensas, a união foi a concretização desse desejo (independência e liberdade). Contudo, mesmo as casadas ponderam que liberdade é uma condição muito mais presente na vida de meninas solteiras e que sentem falta dela.

Já as diferenças entre meninas e meninos revelam como os papéis e normas tradicionais e desiguais de gênero ainda são predominantes. Para elas as palavras que definem menina são “maturidade”, “compromisso”, “responsabilidade” e “sensibilidade”. Já os meninos são o oposto disso: imaturos, irresponsáveis, egoístas e fechados.

Na vida adulta, as distinções persistem e ficam mais concretizadas numa situação de casamento, porém com outras nuances. As diferenças mais marcantes referem-se aos papéis designados para cada um, que são unanimidade entre as meninas casadas e solteiras: o homem é o provedor e a mulher é a cuidadora. A ele cabe a responsabilidade pelo sustento da família, e a ela, o cuidado com a casa e com o/a filho/a.

Essa percepção é tão naturalizada entre as meninas que, embora elas por vezes critiquem o machismo

ou os homens, tais papéis jamais são alvo de seus questionamentos. “Hoje em dia todas as mulheres estão tentando acabar com o machismo. A mulher também é guerreira, pode trabalhar como os homens” (menina casada, 16 anos, Camaçari). Mas, no casamento, os papéis desiguais não se alteram: “Para o homem, é mais responsabilidade financeira; para a mulher é cuidar do marido, do filho, da casa”. (mesma menina casada acima).

O homem tem que sustentar a mulher, ter uma casa e construir uma vida com essa mulher. O menino tem que ajudar, mas o peso é maior para a menina por conta do filho. (Grupo focal meninas de 10 a 14 anos, Mata de São João)

Quando ela tiver pronta para ser mãe de família, ser uma cozinheira, arrumar a casa [em referência a quando uma menina está pronta para casar]. (Grupo focal meninas de 10 a 14 anos, Salvador)

Mesmo numa situação de casamento de um menino menor de 18 anos, a atribuição masculina de provedor não diminui. Essa percepção é compartilhada também pelos meninos participantes dos grupos focais, que colocam o sustento doméstico como maior questão do casamento. Um dos entrevistados, que se casou aos 15 anos, relata que trancou a escola e precisou trabalhar para sustentar a mulher e a filha, mesmo sabendo que “adolescente trabalhando é crime né?!”.

Ao observarmos o perfil das meninas casadas, vemos que elas seguem esses papéis de gênero: são as cuidadoras, responsáveis pelo serviço doméstico e pelo/a filho/a (das seis entrevistadas, só uma não é mãe), enquanto seus maridos são os provedores, com ou sem ajuda familiar. Só uma trabalha fora, mas também acumula o serviço doméstico. Há, portanto, uma circunscrição da vida ao universo privado e doméstico. Mas, elas não questionam esse papel.

Ele [marido] ajuda. Eu faço umas coisas, ele faz o que pode, porque ele trabalha o dia todo, à noite ele vem pro colégio. Eu trabalho de manhã, pego meu filho na creche, faço as minhas coisas. (Menina casada, 17 anos)

O verbo ajudar, usado pelas meninas casadas e solteiras para definir o papel dos homens nas tarefas domésticas, revela o quanto as desigualdades ainda persistem no casamento. Nenhuma fala em compartilhar tarefas, e todas justificam a função coadjuvante dos homens pelo fato de eles serem os provedores e, portanto, terem menos tempo para a casa.

Essa posição conta com forte incidência dos modelos familiares, mas também aparece como orientação de instituições a exemplo das igrejas, frequentadas por algumas meninas.

O pastor fez uma palestra para os jovens falando que é a mulher que comanda o casamento, porque ela cuida da casa, lava roupa, cuida de filho, do marido. (Grupo focal 15 a 17 anos, Mata de São João).

Na minha casa, meu pai não faz nada porque ele disse que ele trabalha e quer tudo pronto quando chegar. (Grupo focal 15 a 17 anos, Mata de São João).

Notamos que a naturalização dos papéis femininos e masculinos no casamento/união é muito presente entre as meninas solteiras de faixa etária mais nova (10 a 14 anos), bem como entre aquelas do interior (Camaçari e Mata de São João). Inferimos que essas meninas ainda estão muito ligadas aos modelos familiares e institucionais tradicionais, com menos oportunidades para acesso a outras reflexões mais questionadoras do *status quo*.

Apenas em um dos grupos focais com meninas mais velhas (15 a 17 anos), realizado em Salvador, elas demonstraram desconforto com esses papéis, apontando-os como o grande problema do casamento união:

A SANÇÃO MORAL DA SEXUALIDADE POR PARTE DAS INSTITUIÇÕES FOI UMA QUESTÃO MUITO DEBATIDA PELAS MENINAS DOS GRUPOS FOCALIS. ELAS RELATAM O QUANTO ESTE ASSUNTO É TABU EM SUAS FAMÍLIAS E IGREJAS (PARA AQUELAS QUE AS FREQUENTAM) E QUE A ABORDAGEM PREVALENTE É A TENTATIVA DE CONTROLE SOBRE SUAS VIDAS AFETIVAS.

Facilitadora: Você acha que essa falta de divisão das tarefas é um motivo de grande discussão entre o casal?

Participantes: Têm pessoas que sempre falam isso: ah, dividir tarefas com o marido, dividir as contas, mas quando chega a hora de fazer, ela está muito apaixonadinha e ele larga tudo pra ela... Fala uma coisa e faz tudo totalmente diferente.

Facilitadora: Vocês acham que os homens têm mais resistência para fazer serviços de casa?

Participantes: Acho que muito. É uma das coisas que a gente pensa antes de morar junto, de casar... (Grupo focal meninas de 15 a 17 anos, Salvador)

As atribuições domésticas são motivo de grande preocupação para as meninas solteiras, tanto é que, ao apontarem as principais consequências e perdas num casamento/união, esse item surge no topo da lista. Para elas, esse seria um destino inexorável no contexto de uma união. Mas se é perda para as meninas, significa ganho para os homens, pois estes teriam o conforto de ter “casa, comida e roupa lavada”, para usar uma expressão verbalizada por elas.

IMAGINÁRIOS SOBRE SEXUALIDADE

Os códigos de gênero ainda vigentes, que determinam características distintas para meninas e meninos, mulheres e homens, se reverberam no casamento, como vimos acima, mas também na sexualidade. Há uma intrínseca relação entre gênero, casamento e sexualidade, como observamos nesse estudo. Ao analisarmos os motivos para as uniões das meninas casadas vemos que todos perpassam a sexualidade – gravidez, virgindade e desejo/afeto.

Mas a questão que nos parece mais premente e que explica as motivações por trás do casamento são a falta de reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes e a tentativa de domínio das famílias sobre os corpos e os desejos das meninas. Todas as entrevistadas que hoje estão casadas tinham vida sexual ativa, embora nem sempre protegida, mas escondida das famílias. E foi essa vivência sexual que, a partir do momento em que foi exposta, gerou como consequência o casamento.

A perda da virgindade e a gravidez podem significar um pânico moral para as famílias frente à sexualidade adolescente, e o casamento por vezes é visto como a melhor solução. Foi o caso de uma das meninas, que se uniu aos 14 anos, após um mês de namoro, por pressão da família, após esta descobrir que a menina mantinha relações sexuais.

Em outro caso, a menina vinha de uma família com muitos conflitos, sobretudo entre ela e a mãe. A forma que encontrou para sair dessa situação foi a gravidez aos 16 anos, que serviu de motivação para que se casasse com o namorado e, assim, saísse de casa sem maiores questionamentos. Percebe-se que o conflito familiar não foi suficiente para sua saída: foi necessária uma gestação para justificá-la.

A pressão familiar, entre as meninas casadas, foi maior por parte das figuras maternas. Os homens (pais, avôs, tios, irmãos, etc.) foram pouco comentados e, em algumas falas, completamente ausentes.

Elas me amedrontaram [mãe e avó], falaram que não iam me deixar dentro de casa grávida, sendo que ele [então namorado] tinha me engravidado. Hoje eu sei que elas não iam me deixar na rua grávida, era mais para ele assumir a responsabilidade porque se ele soube fazer, ele podia assumir, apesar de ser novo na época...tinha 19 [marido] (Menina casada, 17 anos)

A sanção moral da sexualidade por parte das instituições foi uma questão muito debatida pelas meninas dos grupos focais. Elas relatam o quanto este assunto é tabu em suas famílias e igrejas (para aquelas que as frequentam) e que a abordagem prevalente é a tentativa de controle sobre suas vidas afetivas. Tanto que as orientações preventivas que recebem são mais focadas em não ter vida sexual ativa do que em se proteger contra uma gravidez não planejada ou infecções sexualmente transmissíveis. Um furo neste bloqueio pode ser motivo para um casamento/união.

A mãe vai mandar que ela case [em uma situação de gravidez] porque ela não se preveniu e o filho não escolheu nascer e ela deve ter maturidade e responsabilidade. (Grupo focal meninas 10 a 14 anos, Camaçari)

Minha mãe sempre me diz: ‘minha filha, valorize sua virgindade porque quem perde ela é você, não é o homem’. (Grupo focal meninas 15 a 17 anos, Mata de São João).

Interessante notar que o tema da sexualidade é tão contido que grande parte dos meninos, meninas, famílias e outros adultos raramente utilizam a palavra “sexo” ou “transar”, substituindo-as por verbos ou substantivos como “se perder”, “se satisfazer”, “se aproveitar”, “ter relações”, “se entregar”, “negoçar”, “fazer”, “desonrar”, “pecar”, “ceder”, “ato consumado”, dentre outras.

Seguindo os códigos de gênero tradicionais, não se verifica a mesma preocupação e cuidado das instituições com a sexualidade dos meninos. Para eles, a sexualidade e a prática sexual são garantidas e estimuladas, enquanto para elas está a proibição. O padrão de masculinidade hegemônica tenta colocar os meninos no lugar de predadores e das meninas no lugar de presas, fazendo com que elas tenham receio, e até mesmo pânico, de relacionamentos.

Os homens acham que se der carinho à mulher, ser romântico, é sinal de fraqueza. Então eles falam que precisam ser machões, mas isso não vai diminuir ele de ser homem. Eu acho que, pelo contrário, quanto mais sentimento ele mostrar, mais homem ele vai ser. Eles têm a filosofia do ‘se pisar, gama’, mas, se o homem está te maltratando assim, ele não te ama, ele só quer atenção.

As mulheres são muito bobas. Às vezes os homens só fingem que gostam e elas já estão apaixonadas. Muitas vezes, o homem só chega para iludir.

Para alguns homens, tirar a virgindade é um ato heroico. Aí eles conquistam, namoram, depois que tiram a virgindade, somem. Tem uns que apostam isso. (Grupo focal meninas 15 a 17 anos, Mata de São João)

As desigualdades de gênero podem ser vistas ainda na responsabilização das meninas frente aos relacionamentos e eventuais contingências, como a gravidez e o casamento: elas se deixaram seduzir por meninos/homens irresponsáveis; elas não se preveniram; elas devem arcar com as consequências. Tanto é que muitas meninas relatam como são comuns em suas comunidades casos de gravidez em que os meninos/homens não assumem a/o filha/o e desaparecem.

PERCEPÇÕES SOBRE O AMOR, OS RELACIONAMENTOS E O CASAMENTO/UNIÃO

Ao perguntarmos o significado do casamento/união para as meninas, observamos dois posicionamentos: amor e responsabilidade. No primeiro posicionamento, o casamento tem um sentido mais romântico, ligado ao afeto e ao compartilhamento da vida, agora única. Já o segundo posicionamento apresenta uma visão mais pragmática, ligada a atribuições e negociações cotidianas. Percebemos que as meninas mais novas (10 a 14 anos) tendem a apresentar a visão mais romântica, enquanto entre as mais velhas predomina a visão mais pragmática.

Avaliamos que essa diferença se deve aos distintos repertórios próprios de cada fase da vida. As meninas mais novas possuem uma experiência ainda limitada acerca de relacionamentos, sexualidade, namoro, etc., o que faz com que sempre recorram a histórias de outras pessoas ou se refiram a situações vistas em meios de comunicação.

Suas mães, irmãs e primas mais velhas são citadas, bem como as novelas. Em vários momentos elas falam na busca pelo “homem perfeito” ou “cara certo”, revelando uma visão romantizada dos casamento/uniões.

É uma coisa tão bonitinha, é fofo uma pessoa que fica junto pobre porque passa necessidade junto e conquistam a meta juntos. Passou fome, mas ficaram juntos, independente da dificuldade [relatando uma situação hipotética de casamento de uma adolescente] (Grupo focal meninas 10 a 14 anos, Camaçari)

Já as meninas mais velhas possuem um repertório maior sobre relacionamentos, namoros e sexualidade e já viveram ou têm amigas que passaram pelos dramas inerentes às relações afetivo-sexuais.

As meninas casadas também atribuem um sentido mais pragmático ao casamento/união e relatam o quanto ele lhes trouxe aprendizados árduos e cotidianos acerca da vida a dois e dos cuidados da casa, dos filhos/as e dos maridos. A dificuldade mais comentada por elas é a de equalizar e negociar as diferenças de opiniões e estratégias para conduzir as famílias.

Somos novos. Estamos amadurecendo juntos. Foi muito difícil lidar com algumas situações. (Menina casada, 17 anos)

Não é fácil, mas a gente tem que saber se adaptar um ao outro porque cada um teve uma criação diferente. Tem coisas de um e de outro que não agrada, mas a gente tem que saber mudar aos poucos para agradar. Os dois têm que pensar numa mesma direção porque se ele pensar que casamento é a mesma coisa que o namoro, não vai dar certo. Casamento é muito mais amplo. (Menina casada, 17 anos)

Outra percepção conceitual muito presente é a não diferenciação entre conjugalidade e parentalidade não apenas entre as meninas casadas e solteiras, mas também na maioria das entrevistas e dos grupos focais. O vínculo entre casamento e gravidez é imediato e as falas são sempre a partir da suposição de que a união envolva uma gestação e um/uma filho/a. Assim, a gravidez aparece como causa e consequência do casamento infantil.

Há diferenciação entre o conceito de casamento e de união, conforme já apontamos no capítulo 4. As meninas casadas e solteiras afirmam que a união pode ser caracterizada como “morar junto”, algo mais informal e que traria menos complicações no caso de um rompimento. Já o casamento envolve “papel assinado”, com mais proteção e complicações em caso de término.

Se eu tivesse o apoio dos meus pais eu não casaria, mas se eu não tivesse e se ele [namorado] gostasse mesmo de mim, fosse me assumir como esposa dele, eu moraria junto. Agora, casar...

Minha mãe me disse que quando você casa, a gente mostra para o mundo que a gente não é mais de ninguém. Quando você mora junto. No casamento já está tendo traição, imagina morando junto. (Grupo focal meninas 15 a 17 anos, Mata de São João).

As meninas (casadas e solteiras) afirmam conhecer muitas situações de casamentos ou união em suas comunidades, mas na modalidade informal, sobretudo de coabitação na casa de uma das famílias. Para elas, o maior motivador é a gravidez (cujo percentual, inclusive, é muito superior ao verificado em uniões). Os casamentos/uniões de meninos são raros e só ocorreriam eventualmente devido a uma gravidez. Aliás, algumas até chegam a questionar se meninos se casam. “Que menino com menos de 18 quer casar, pelo amor de Deus? Nem com mais de 18 querem casar”. (Grupo focal meninas 10 a 14 anos, Salvador).

Nenhum casamento das meninas foi planejado; eles ocorrem como contingência de alguma situação – gravidez, perda da virgindade ou necessidade de sair de casa. Surpreendidas pelas situações impostas e pressionadas por suas famílias, elas viram o casamento como possível solução para um problema. Apesar disso, afirmam que foi uma decisão correta e demonstram afeto por seus maridos. Com isso, avaliamos que o casamento teve um aspecto adaptativo em suas vidas.

Eu pensava em me casar, mas não nessas circunstâncias, nessa idade. Queria me casar para depois ter filho, e não ter filho para depois casar. (Menina casada, 17 anos)

Não me atrapalhou nem ter o filho [o casamento]. Porque teve momento que eu continuava vindo pro colégio quando estava grávida, aí mudei para noite, para poder ficar com meu filho e à noite tem gente para ficar, sem precisar pagar outras pessoas para poder ficar. E com o passar do tempo eu fui me adaptando. (Menina casada, 17 anos)

Sobre o momento ideal para o casamento/união, as meninas solteiras avaliam que há dois critérios: maturidade e condições financeiras. No entanto, ao indagarmos o que seria maturidade, elas afirmam, majoritariamente, ter condições materiais de sobrevivência, representadas pelo binômio educação e trabalho – ou seja, a maturidade se daria a partir do momento em que elas completassem, preferencialmente, o ensino superior e já tenham uma ocupação.

No entanto, a questão financeira é sempre prevalente: mesmo sem curso superior, contanto que tenham um bom emprego, elas acham que já podem se casar, bastando ter mais de 18 anos. Percebemos que, neste, caso a visão romântica e ligada ao amor do casamento desaparece, e elas apontam situações muito práticas.

Amadurecendo. Exemplo: se eu tenho 20 anos, emprego, minha casa, tenho certeza de que estou pronta para casar. (Grupo focal meninas 10 a 14 anos, Mata de São João)

Pensar o futuro, no que você vai passar, no que vai fazer de sua vida. Não adianta casar nova e não ter sua própria sustentabilidade para o caso de se separar. Geralmente marido sustenta e depois passa na cara. Se os dois não tiverem algo fixo, a mulher sempre sai mais fraca. (Grupo focal meninas 15 a 17 anos, Mata de São João)

As meninas casadas têm opinião semelhante, porém não foi isso que ocorreu com elas. Ao se referirem a suas filhas e seus filhos, ponderam que não gostariam que estes repetissem suas histórias e só se casem depois de “formados e trabalhando”.

Viver sem pressa de crescer, aproveitar a infância dela [desejo para a filha]. Quando ela chegar na parte mais difícil da adolescência, que eu sei que vou ter trabalho, influenciar para que ela queira crescer na vida, ela fazer os próprios planos dela e esperar para se casar, esperar para ter filhos. Porque tudo tem o momento certo na vida. Não adianta se apressar. Filho e casamento não são tudo na vida quando se é novo (Menina casada, 17 anos)

Eu escutaria minha avó [se pudesse voltar atrás]. Os conselhos que ela me deu. Curtir, estudar, não pensar em namoro tão cedo. Me fazer como se fosse uma criança, na verdade. Não teria essa mente como os adolescentes têm hoje. (Menina casada, 16 anos)

Ao serem indagadas sobre as vantagens de um casamento, as meninas demoraram a identificar alguma, mas depois citaram maturidade, porém, adquirida de maneira forçada. Já para as desvantagens, a lista é enorme. No topo, aparece a responsabilidade com casa e filhos, incluindo o trabalho doméstico, seguindo de perda da liberdade, afastamento das amigas, atraso ou abandono escolar e, em algumas circunstâncias, violência doméstica.

Ela perde a adolescência, a juventude dela. (Grupo focal meninas 10 a 14 anos, Salvador)

A menina é dele e ele é de todas. (Grupo focal meninas 10 a 14 anos, Camaçari)

Tem aqueles [maridos] que fazem: ah, para de estudar, você já tá aqui comigo, eu vou te manter. (Grupo focal meninas 15 a 17 anos, Salvador)

Ele pode querer bater nela. (Grupo focal meninas 15 a 17 anos, Mata de São João)

As meninas casadas relatam algumas dessas desvantagens, como a grande carga de responsabilidade, falta de tempo para si e para os estudos e menor mobilidade.

Mudou muito, né? Porque antigamente eu podia sair, me divertia, não precisava me preocupar com fazer marmitta para ele levar para o trabalho, fazer almoço, lavar roupa, cuidar de filho. E eu também tinha mais tempo para meus estudos. E agora com marido e com filho já é mais difícil, é bem diferente, eu não tenho tempo para sair. (Menina casada, 16 anos)

Minha vida mudou bastante. Era uma vida totalmente diferente. Só fazia estudar. Era filha única. Tinha o apoio de todo mundo em relação aos estudos. Só estudava, namorava com ele. Tenho tanto a responsabilidade do meu filho quanto do meu marido. (Menina casada, 17 anos).

FATORES DE RISCO E DE PROTEÇÃO DO CASAMENTOS E UNIÕES FORÇADAS E PRECOÇES DE MENINAS ADOLESCENTES

Família e igrejas (católica e evangélica) são as instituições mais citadas pelas meninas solteiras, mas com funções paradoxais entre o risco e a proteção frente aos casamentos e uniões forçadas em idade precoce. O que determina para que lado sua função será exercida é a compreensão que estas instituições têm dos papéis de gênero e da sexualidade das/dos adolescentes.

De forma geral as meninas acreditam que nem famílias, nem igrejas apoiam esses casamentos e uniões forçadas, mas, em situações contingentes, como a gravidez e a vivência da sexualidade, essa posição pode mudar, como de fato observamos que mudou no caso das meninas hoje casadas.

O pânico moral familiar e social frente à sexualidade, como já abordamos, significa, neste caso, um fator de risco, pois induz as meninas ao casamento. Elas comentam que muitas denominações têm grande poder de sanção sobre as/os adolescentes, orientando que cumpram com todo o ritual tradicional esperado para a vivência afetivo-sexual: namoro longo, noivado, casamento e só então vida sexual. Mas, se esta for antecipada na cronologia, já é motivo para pressionar por uma união.

A minha igreja [católica] ia dar conselhos a casar e ir mais para igreja, fazer orações e ficar quieta. (Grupo focal meninas 10 a 14 anos, Salvador)

Dependendo de qual igreja, porque tem igreja que orienta que tem que casar para se reproduzir. (Grupo focal meninas 10 a 14 anos, Salvador)

A [igreja] católica não entra tanto na vida da pessoa, agora a evangélica, independente de qualquer coisa, já entra julgando e pressionando ela pra casar. (Grupo focal meninas 15 a 17 anos, Salvador)

As mães e os pais possuem distintas percepções para as meninas solteiras. Numa situação contingente que pudesse levar ao casamento, como a gravidez, elas afirmam que as mães seriam mais dialógicas, acolhedoras e propensas a não pressionar as meninas para uma união. Já os pais seriam mais rígidos e poderiam obrigá-las a se casar. Ambos possuem forte poder decisório, porém de diferentes maneiras.

FAMÍLIA E IGREJAS (CATÓLICA E EVANGÉLICA) SÃO AS INSTITUIÇÕES MAIS CITADAS PELAS MENINAS SOLTEIRAS, MAS COM FUNÇÕES PARADOXAIS ENTRE O RISCO E A PROTEÇÃO FRENTE AOS CASAMENTOS E UNIÕES FORÇADAS EM IDADE PRECOCE.

Ao comparar a percepção das meninas solteiras com a vivência das meninas casadas, vemos o quanto o papel da mãe é ambíguo. Ela oscila entre uma figura idealizada e outra real. Entre estas duas figuras, as meninas apontam gradações, sobretudo a partir das suas próprias experiências com mães mais amigáveis e complacentes e outras mais rígidas.

O poder decisório dos pais e das mães sobre o casamento é mais intenso por parte das meninas mais novas (10 a 14 anos) que das mais velhas. As primeiras tributam aos pais a responsabilidade superior por essa decisão, enquanto as segundas ponderam que o casal tem a primazia.

Lá em casa meu pai diz assim... 'enquanto tiver debaixo do meu teto, sou eu que mando'.

Eu gostaria de namorar, só que eu sei que a minha mãe não vai deixar porque a minha opinião não vale nada e eu tenho que obedecer. (Grupo focal meninas 10 a 14 anos, Camaçari)

Os pais mandam na gente, mas, na idade que a gente está chegando, os pais já estão começando a soltar a gente. Então, a partir dos 16 anos, a gente já tem nossas escolhas. (Grupo focal meninas 15 a 17 anos, Mata de São João)

Não, não é um quarteto [pai, mãe e casal], é um casal. Assim, pra mim, a decisão final é deles dois [do casal]. O pai e a mãe vão opinar, claro... (Grupo focal meninas 15 a 17 anos, Salvador)

Família extensa, pares e comunidade não possuem nenhum poder decisório para as meninas e exercem um papel muito secundário, somente de consulta. Porém, podem representar fator de risco, uma vez que, de acordo com elas, as meninas que querem se casar, sobretudo quando motivadas por situações envolvendo sexualidade, viram alvo de fofoca na família e na comunidade. Essas meninas sofreriam julgamento moral em qualquer situação – se se casarem, porque são novas; se não se casarem, porque vivem “no pecado”. Tal julgamento seria motivo de preocupações não só das meninas como também de suas famílias.

Eles [pais e mães] pensam muito na sociedade: ‘o que a sociedade vai falar da minha filha?’ e eles sabem o que vai acontecer com ela. Ela vai ser julgada e eles não querem. Todos os pais querem ver seus filhos felizes. (Grupo focal meninas 15 a 17 anos, Salvador)

Se fossem minhas tias iriam me criticar muito, mesmo meus pais apoiando o casamento. (Grupo focal meninas 10 a 14 anos, Camaçari)

A violência é apontada pelas meninas, sobretudo quando o casamento/união ocorre contra a vontade dos cônjuges, apenas com o intuito de resolver um problema. Nesses casos, avaliam que podem ocorrer maus tratos e agressões físicas e psicológicas por parte dos maridos. Ainda que não reflitam sobre a dominação masculina como um tipo de violência, elas citam vários exemplos que comprovam o fenômeno como fator de risco.

Tem alguns casos que o marido bate na mulher. Tenho uma amiga de 16 anos que ela apanha. A mãe dela não fala nada, mas, toda vez que a gente vai lá, ela tá cheia de hematoma. (Grupo focal meninas 10 a 14 anos, Mata de São João)

Do que adianta casar, se vai tratar mal? Obrigar a pessoa a casar para ser tratada mal? (Grupo focal meninas 15 a 17 anos, Mata de São João)

Tem marido que manda nela e não deixa que estude ou trabalhe. (Grupo focal meninas 15 a 17 anos, Camaçari)

As meninas casadas relatam já ter vivido episódios de brigas com os maridos, motivadas por ciúmes e diferenças de opinião. Em suas reflexões, nenhuma briga é entendida como violência doméstica, mas como a normalidade de um casamento.

Ficou muito tenso por causa das descararações dele. E eu sou um pouco estressada. Ainda estou aprendendo a lidar com meu ser. (Menina casada, 17 anos)

A gente não conseguia se entender, as ideias não se batiam. A gente brigava todos os dias por motivos... alguns fúteis, outros que eram sérios de verdade. Eu não queria ceder porque na minha cabeça eu estava certa e ele também não queria ceder porque ele se achava na autoridade. Mas, com a ajuda de Deus, a gente se entendeu e essa fase passou. (Menina casada, 17 anos)

Além das famílias e das instituições religiosas, as meninas citam a escola. Esta teria uma função mais protetiva, de acolhimento e apoio às meninas e aos

meninos na prevenção a um casamento ou união. Apesar disso, a escola figura mais como possibilidade do que apoio real, uma vez que, segundo as meninas, o tema do casamento não é debatido.

Para além dessas três instituições, as meninas têm muitas dificuldades em identificar outros órgãos de apoio e prevenção de casamentos e uniões forçadas em idade precoce. Isso aponta para duas questões interligadas: (I) ausência do tema nos órgãos de atenção e defesa de direitos de crianças e adolescentes e (II) desconhecimento dos órgãos e dos seus papéis por parte das meninas. Apenas quando listamos alguns órgãos é que elas opinam sobre aqueles nos quais o tema poderia ser acolhido, como o Conselho Tutelar⁶⁰ e os Centros de Referência da Assistência Social (Cras)⁶¹.

METAS E PROJETOS DE VIDA

Duas questões aparecem como metas para as meninas, sobretudo as solteiras: (I) concluir um curso superior e (II) conseguir um trabalho que lhes permita conquistar independência financeira em relação às suas famílias. Há uma visão bastante idealizada de conseguir um emprego bem remunerado, ter casa própria e automóvel.

Percebemos o quanto os sonhos e as metas são do âmbito financeiro mais imediato e estão conectados a necessidades materiais prementes e vivenciadas por elas no cotidiano. Galgar uma posição social melhor e mais confortável é um projeto sonhado, e elas apostam na educação para ajudá-las. Um casamento só atrapalharia o alcance dessa meta, que pode ser alcançada entre os 22 e 25 anos.

As meninas casadas têm mais dificuldade em projetar metas futuras. Para elas, fazer aquela instituição funcionar (o casamento) já é um desafio grande no momento. Assim, sonham menos com ensino superior completo e profissão na área escolhida.

Amostra 2 - Maranhão

APRENDIZAGENS DE GÊNERO E CONSTRUÇÃO DA FEMINILIDADE

As meninas sentiram dificuldades para conceituar a infância. As poucas que conseguiram se aprofundar nas reflexões apontam inocência e brincadeira como elementos marcantes. Além disso, uma delas cita a proximidade física e afetiva com os pais e as mães.

Ser criança tem uma parte boa que a gente fica mais tempo perto da mãe e do pai. O ruim de ser criança é que às vezes a mãe bate. (Menina casada, 15 anos)

A adolescência na amostra do Maranhão, assim como na Bahia, é marcada por uma valoração positiva sobre assumir responsabilidades. No entanto, em Codó, verifica-se que aparece associada à inserção no mercado de trabalho e a uma maior independência em relação aos familiares.

⁶⁰ Os Conselhos Tutelares são os órgãos responsáveis pela defesa de direitos de crianças e adolescentes (artigo 136 do ECA), aos quais competem acolher, denunciar, averiguar, encaminhar e orientar todos os casos de violação dos direitos e requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, assistência social, previdência, trabalho e segurança.

⁶¹ O Centro de Referência de Assistência Social (Cras) é um serviço público, localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, que tem como objetivo fortalecer a convivência da família e da comunidade.

Não há problematização sobre os diferentes papéis e normas de gênero entre meninos e meninas. A distinção clássica tende a aparecer quando são questionadas sobre as diferenças entre homens e mulheres, figurando eles como provedores e elas, como responsáveis pelo espaço doméstico e do cuidado. Essa visão é compartilhada por meninas casadas e não casadas, mulheres casadas, meninos não casados e homens casados.

Todas as meninas casadas entrevistadas desempenham atividades domésticas, enquanto seus maridos ocupam funções remuneradas e exercem o papel de provedor. Há uma naturalização por parte de todas acerca desse papel. Elas não avaliam o casamento a partir do aumento da demanda do trabalho doméstico, porque algumas delas já eram responsáveis por essa atividade quando solteiras.

Maior responsabilidade do homem porque trabalha fora e sustenta a mulher, dá as coisas... um monte de coisas. (Menina casada, 15 anos)

A forte naturalização dos papéis tradicionais de gênero faz com que mesmo as meninas que têm sonhos e expectativas de investir em si mesmas, nos estudos e na independência econômica, que tentam pensar em outras possibilidades de ser mulher, ainda estão focadas numa masculinidade tradicional. Sentem dificuldade para desvincular o homem da função de provedor, principalmente quando solicitadas a pensar nas condições ideais que levariam um homem a decidir se casar.

Eu acho que ela devia primeiro pensar nela, pensar na família dela: se ela casar com a pessoa que ela ama, como é que vai ser? E se a pessoa que ela casar, que ela ama, e não puder sustentar ela, se ela engravidar e puder ter os filhos? Aquela pessoa que ela ama não pode dar o sustento, o café, o almoço, o jantar... Não pode dar os alimentos pra ela... (Grupo Focal meninas de 10 a 14 anos)

No dia que ele perceber que ele tem condições suficientes pra sustentar a mulher. (Grupo Focal de meninas de 15 a 17 anos)

Eu acho que o homem tá pronto pra casar... Tem que ter um pensamento bem longe, pensar bem no que ele vai fazer e também precisa terminar os estudos dele, arrumar um jeito pra sustentar a mulher dele e o filho dele. (Grupo Focal meninas de 10 a 14 anos)

As meninas solteiras mais velhas assinalam que os afazeres domésticos, inerentes a uma vida de casada, significam perda no âmbito pessoal. Já as meninas solteiras mais novas questionam menos essa situação. Inferimos que isso se deve, sobretudo, à sua idade – a maioria tem entre 10 e 11 anos.

IMAGINÁRIOS SOBRE SEXUALIDADE

Também em Codó, algumas motivações para os casamentos das meninas perpassam a sexualidade. Todas as entrevistadas têm filhos ou estavam grávidas.

No entanto, as causas para as uniões são mais diversificadas do que na Bahia.

Em relação à sexualidade as meninas citam barreiras como falta de abordagem sobre educação sexual nas escolas e de diálogo com os pais e as mães para tratar do tema. Acabam ficando com repertório restrito nos quesitos de proteção e de vivência saudável da sexualidade devido à combinação entre curiosidade/desejo sexual natural e proibição/tabu, que seria o viés pelo qual as famílias tendem a tratar o assunto.

Facilitador: Você acha que a questão da iniciação sexual pode ser um fator que obriga elas a se casarem cedo?

Participante: Eu acho, eu acho não, tenho certeza! A maioria desses casos acontece também por falta de conselho, porque a menina, oh... Tem um ditado que diz que tudo que é proibido, é melhor, desperta curiosidade. E a menina, normalmente, nossos pais, nossas mães, eles não chegam a conversar com a gente sobre isso abertamente. A gente vê algo vago na escola ou em grupo de amigo. Então pra mim, na minha opinião, a gente teria que ter acompanhamento psicológico na escola, ter palestra sobre isso e tudo isso é formado por falta de informação, por a curiosidade do ser humano ela é muito grande, ela é ilimitada, então ele sempre quer descobrir coisas novas. É nessas coisas de descobrir, que a pessoa acaba se aperiando no final. (Grupo focal de meninas de 15 a 17 anos)

Interessante notar que essa falta de abertura ao diálogo sobre sexualidade não é percebida nos grupos focais de famílias. As/os responsáveis afirmam que têm dificuldades em lidar com a adolescência hoje devido aos costumes e comportamentos diferentes dessa geração em relação à sua, mas que ainda assim estão dispostos a dialogar sobre o tema. Contudo, as falas demonstram que a abordagem familiar é mais no sentido de alerta sobre os perigos dos relacionamentos afetivo-sexuais para as meninas, com uma visão bastante negativa sobre os meninos e os homens.

A regulação sobre os corpos e a sexualidade das meninas aparece fortemente marcada pelas instituições religiosas, corroborando os achados da Bahia. No entanto, não seria motivo para casamento/união, salvo para aquelas ligadas a denominações evangélicas.

Pra mim eles iriam julgar ela porque ela se entregou pra ele... Se ela fosse evangélica, ela tinha que entender que poderia se entregar pra ele depois do casamento, porque é isso que tem que fazer, mas muitos iam julgar ela, por causa disso, mas outros iam falar pra ela manter a responsabilidade e cuidar da criança também... iam mandar ela casar com ele [discutindo a hipótese de um casamento entre uma adolescente e um homem] (Grupo focal de meninas de 15 a 17 anos)

A ausência de espaços para buscarem informações sobre o seu corpo e, conseqüentemente, terem autonomia na contracepção, é um fator que estimula a gravidez na adolescência. O fenômeno, por sua vez, atua como causa e conseqüência de casamentos precoces: das sete meninas entrevistadas, quatro têm filhos com menos de um ano e três estavam grávidas.

Estudos apontam que a gravidez na adolescência implica, além do risco à saúde⁶², efeitos socioeconômicos duradouros como o abandono escolar, a falta de profissionalização, a repetição do ciclo de pobreza, dentre outros. Nossa pesquisa corrobora alguns desses dados, uma vez que apenas uma das meninas casada estuda, nenhuma está se profissionalizando ou trabalha e todas vivem em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O duplo código de conduta – para as meninas, a expectativa de recato, e para os meninos, o estímulo à sexualidade – também aparece na amostra de Codó (MA), com forte apelo à moralidade da relação estável e monogâmica como única possibilidade de vivência segura de uma sexualidade. Para as entrevistadas casadas, as meninas solteiras correm riscos de viver uma vida “promíscua”, estão mais suscetíveis a contrair infecções sexualmente transmissíveis e são mais vulneráveis às fofocas.

Tipo assim, uma pessoa querer usar ela. Porque quando a gente vê uma solteira... ela tá solteira, aquele rapaz fica na cabeça dela, até ele ficar com ela, aí ele vai ficar com ela e ele vai sair falando dela. Igual uma amiga minha, isso aconteceu no caso dela. Já uma casada não, ela vai ter a convivência com o marido dela, eles dois já se conhecem... (menina casada, 15 anos)

Um ponto divergente acerca da sexualidade entre as duas amostras é o aborto. Enquanto nos grupos e entrevistas com meninas na Bahia essa prática é pouco citada e está cercada de sanções (nenhuma menina aprova a prática), em Codó (MA) ele figura com mais intensidade, tanto entre as meninas mais velhas como entre as mais novas. O aborto é apontado como uma solução buscada pelas jovens para “resolver o problema” no caso de uma gravidez na adolescência não planejada.

A AUSÊNCIA DE ESPAÇOS PARA BUSCAREM INFORMAÇÕES SOBRE O SEU CORPO E, CONSEQÜENTEMENTE, TEREM AUTONOMIA NA CONTRACEPÇÃO, É UM FATOR QUE ESTIMULA A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA. O FENÔMENO, POR SUA VEZ, ATUA COMO CAUSA E CONSEQÜÊNCIA DE CASAMENTOS PRECOSES.

Participante: Tem algumas que super apoia que ela se case e tenha a criança, mas já vai ter outros que vão querer, já vão botar na cabeça dela que aborte a criança e que não se case, fique em casa.

Facilitador: Vocês acham que o tema do aborto é uma possibilidade nessas circunstâncias?

Grupo: É!

Facilitador: É? Por quê?

Participante: Porque é o meio mais fácil que ela tem ali, de primeira instância, pra recorrer a se livrar da criança.

Participante: Sem ninguém saber de nada.

Participante: Sem nenhuma conseqüência pra ela.

Participante: Pra se livrar da situação.

Participante: Os amigos eles são influentes nessas, nessas questões. Tem amigo que influencia a pessoa a fazer esse tipo de coisa.

Participante: Porque ela ficaria com medo também de ser julgada, a sociedade julga, amigos apontam, os próprios amigos apontam. E eu acho que ela também teria medo e pra se livrar desse medo, ela poderia recorrer ao aborto. (Grupo Focal Meninas de 15 a 17 anos).

PERCEPÇÕES SOBRE O AMOR, OS RELACIONAMENTOS E O CASAMENTO/UNIÃO

Para as meninas mais novas, sobretudo as que têm entre 10 a 12 anos, o casamento está envolto no ideal romântico, sem que haja uma vinculação imediata com as responsabilidades do lar. A noção quase unânime entre elas é a de que a união se dá unicamente por amor, envolta por vínculos de carinho, de respeito e de felicidade.

Já as meninas mais velhas, assim como na Bahia, possuem uma visão mais pragmática e associam o casamento a responsabilidades, principalmente no âmbito doméstico.

Todas afirmam conhecer casos de casamento envolvendo menores de 18 anos, motivados principalmente por gravidez e perda da virgindade – causas mais presentes na amostra da Bahia, mas também encontradas na amostra de Codó.

Além dessas, em Codó outras quatro situações foram motivadoras para a união das meninas. Duas delas afirmam que não pensavam em se casar, mas que seus companheiros quiseram e elas aceitaram. Em um dos casos, a menina – então com 14 anos – mantinha um relacionamento com um homem de 23 anos havia um ano quando este pediu a mão dela para a mãe e ela aceitou. No outro caso, a menina, com 14 anos,

⁶² O primeiro impacto de uma gravidez precoce é o risco em si dessa gravidez por conta da pouca idade materna, como indica o Manual Técnico de Gestação de Alto Risco do Ministério da Saúde (2012, p. 12). A gestação em menores de 15 anos, principalmente relacionada à imaturidade pélvica desse corpo em transformação e desenvolvimento é um dos maiores fatores à incidência do óbito materno nesta faixa de idade (MARTINS, *et al.*, 2014, p.92).

concordou com o pedido de união por avaliar que seria uma forma de estabilidade, pois gostava muito de sair e, às vezes, acabava se envolvendo em confusões.

Tais motivações demonstram a ausência de projetos de vida para essas meninas que pudessem assegurar uma opção pelo casamento pautada em desejo e planejamento. Inferimos que, na ausência de oportunidades e reflexão sobre os papéis de gênero, a união se configurou como uma situação esperada e natural, tanto que as mães das meninas aceitaram sem questionamentos.

Outra entrevistada alega que se casou porque já namorava havia quatro anos e, por isso, ela (com 17 anos) e o companheiro (com 21 anos) consideraram o matrimônio a melhor solução. Ela apresenta uma visão romântica e positiva do casamento, afirmando: “é bom. Tem felicidade, os dois se gostam, não tem briga”. Pela visão dela, a união melhorou o ciúme do companheiro e trouxe a oportunidade “de ensinar o que é gostar de uma pessoa”.

O papel de sanção da comunidade foi um dos motivos para a união de uma menina entrevistada, confirmando os relatos dos grupos focais de adolescentes da Bahia e do Maranhão. Ela conta que os vizinhos comentavam muito sobre o namoro dos dois, mas não explica o que lhes incomodava nessa situação. Todavia, o julgamento moral foi suficiente para decidirem pelo casamento, mesmo sem a aprovação da mãe dela.

(...) Nesse dia eu tinha ido para escola e quando eu saí da escola fiquei lá mesmo. Aí eu disse para ele que não iria em casa, com medo da minha mãe brigar, que ela não queria que eu morasse com ele. Ele foi lá, conversou com ela, disse que ia se amigar comigo porque todo dia era fuxico dele para a mãe e a mãe falando que ele era isso e era aquilo. Até quando ele não aguentou mais e pediu pra eu ir morar mais ele. A mãe só pediu para ele não me maltratar, não bater; se não quiser mais pode deixar onde ele achou. Assim... (menina casada, 16 anos)

A proteção contra a violência foi outro motivo apresentado para o casamento. A entrevistada relata que foi assaltada e ameaçada, ficando traumatizada com a situação. A união funcionou então como uma forma de proteção. “Eu falei que não tinha mais vontade de voltar para casa porque eu estava com medo”. Ela tinha 13 anos e o companheiro, 17 anos. Esse caso revela duas situações: a dificuldade da família em exercer seu papel protetivo, tributando a outro essa responsabilidade, e a insuficiência de políticas públicas de segurança. Ou seja, duas ausências – familiar e pública – impactaram na “escolha” possível para aquele contexto.

Em relação ao momento ideal para o casamento há uma convergência nas duas amostras, que indicam a maturidade e a independência financeira como condições necessárias para estabelecer uma vida a dois. As meninas mais novas apontam uma idade em torno dos 20 anos, e algumas chegam a indicar o amor como condição ideal para as uniões.

Porque se amam e se amar tudo pode dar certo.

(Grupo Focal de meninas de 10 a 14 anos)

Eu acho que ela está pronta pra casar dos vinte para cima, porque de vinte pra baixo é muita responsabilidade pra elas casar. (Grupo Focal de meninas de 10 a 14 anos)

Quando ela for independente mesmo, aí quando ela terminar os estudos, ser independente, ser dona dela mesma, ter a opinião dela, aí ela vai saber se realmente ela quer ter filhos e aí ela vai procurar o cara certo, ver qual é a dele, entendeu? Pra não chegar depender dele, né? (Grupo focal meninas 15 a 17 anos)

Outro ponto de semelhança entre a Bahia e o Maranhão é que as meninas casadas desejam que as/os suas filhas e seus filhos tenham trajetórias de vida distintas das suas. Todavia, há uma diferença de expectativas que podem ser reveladoras das suas próprias metas de vidas. As meninas que deixaram de estudar enfatizam mais a idade que os estudos como critério importante para a realização do casamento. Além disso, apontam uma média de idade menor do que as meninas que priorizam a educação. Elas relatam ainda o desejo de dar prosseguimento aos estudos, mesmo que no momento estivessem longe da escola.

Apenas as participantes de um dos grupos focais veem vantagens para uma menina que se casa antes dos 18 anos, e apenas no sentido afetivo, destacando-se as seguintes palavras: “amor”, “carinho”, “respeito”, “felicidade”. Justamente o grupo mais jovem, composto na sua maioria por meninas de 10 anos de idade.

Os outros dois grupos focais de meninas de 10 a 14 anos possuem opiniões mais convergentes com os grupos focais de meninas de 15 a 17 anos. Ou seja, essas meninas, assim como na amostra da Bahia, têm dificuldade em perceber vantagens na realização de um casamento cedo e, quando o fazem, apontam o aprendizado que essa experiência pode trazer. No entanto, a lista de desvantagem é extensa, desde a perda da juventude, estudos, liberdade, relações de amizade até aspectos relacionados à aparência física.

Ela perde a juventude. Ela perde a felicidade. Aquela alegria de brincar, aquela alegria de conversar, aquela alegria de brincar. Aquelas alegrias divertidas que a criança tem. E, assim, ela perde... (Grupo focal meninas de 10 a 14 anos).

Acho que ela num vai ganhar nada, não. Acho que ela perde uma oportunidade dela ser uma pessoa melhor na vida dela. Na questão financeira, terminar os estudos dela, perde os sonhos dela. Todo mundo tem sonhos. Quatorze anos, a gente sonha em se formar, ter uma profissão... (Grupo focal meninas de 15 a 17 anos).

Dentre as desvantagens apontadas pelas meninas casadas estão o fato de não saírem mais como saíam quando eram solteiras, a não conclusão do ensino médio e as conseqüentes falta de profissionalização e dependência financeira do cônjuge.

FATORES DE RISCO E DE PROTEÇÃO DOS CASAMENTOS E UNIÕES FORÇADAS EM IDADE PRECOCE

Um ponto contrastante com a amostra da Bahia é que a família aparece à frente das instituições religiosas como fator de prevenção e/ou de risco para esses casamentos e uniões. Com isso, não queremos insinuar que tais instituições não exerçam um papel de influência, mas apenas destacar que elas têm menor relevância que as famílias e só são citadas com maior frequência por aquelas que se declaram evangélicas.

O PAPEL DOS PAIS E DAS MÃES TAMBÉM É MUITO SEMELHANTE AOS ACHADOS DA PRIMEIRA AMOSTRA. DELAS, ESPERA-SE MAIS COMPREENSÃO E AFETO; DELES, MAIOR RIGIDEZ.

As meninas acreditam que famílias e igrejas não são favoráveis a priori a uniões precoces. Contudo, aceitam ou mesmo estimulam casamentos e uniões em situações de gravidez e perda da virgindade, como averiguado na amostra baiana.

O papel dos pais e das mães também é muito semelhante aos achados da primeira amostra. Delas, espera-se mais compreensão e afeto; deles, maior rigidez.

Em Codó (MA), diferentemente da Bahia, a idade das entrevistadas não foi um fator influenciador nas respostas sobre a pergunta de quem deveria decidir pelo casamento. Para as meninas de todas as faixas de idade, as respostas se articulam em três perspectivas: a de que eles mesmos devem tomar a decisão; a de que deve ser uma decisão conjunta entre casal e a família (pai e mãe); e a de que só os pais e/ou responsáveis devem/riam decidir.

Quem tem que decidir é eles mesmos, porque você fazer uma coisa obrigada que você não quer, você vai acabar sendo infeliz. (Grupo focal meninas de 15 a 17 anos).

Os responsáveis deles, porque uma pessoa não pode decidir a vida só, né? Principalmente de menor. (Grupo focal de meninas de 15 a 17 anos)

Os pais, como alguns são desobedientes e não pensa no que vai fazer, eles fazem a obra e depois assume as consequências. (Grupo focal de meninas de 10 a 14 anos)

A violência doméstica é apontada pelas meninas de Codó (MA) como uma possível consequência dos casamentos/uniões precoces, assim como na Bahia. Elas se referem tanto à violência física – mais nitidamente compreendida no conceito de violência para elas – como à violência simbólica.

É, acho que casar não é a solução porque... Se ela fosse casar com ele seria mais ruim pra ela devido aumentar a chance dela ser agredida, porque quando a pessoa junta tão cedo pode aumentar a chance dela ser agredida, violentada, e ter uma vida muito... É... Como é que se diz? (Grupo focal de meninas de 15 a 17 anos)

Ela tá com quinze. Eu acho que ela não acha bom não a vida de casada, porque, ela não pode vestir uma roupa porque ele briga. Ela veste um short e ele diz – pode tirar. Eu fosse ela dizia que não ia tirar porque ele num comprou... (risos). [participante relatando a vida da irmã que casou aos 15 anos] (Grupo focal de meninas de 15 a 17 anos)

(...) quase todas as noites ele briga quando ele bebe, quer bater nela, bota as coisas dela pra fora de casa. Com isso ela não vai ganhar nada, é prejuízo. Se ela tivesse com a mãe... [participante relatando a vida de uma amiga casada na adolescência] (Grupo focal de meninas de 15 a 17 anos)

As meninas casadas afirmam que o ciúme é uma das maiores dificuldades vivenciadas no casamento, mas nenhuma se sentiu à vontade o suficiente para relatar algum evento específico, dando respostas vagas. Também não há relato de brigas violentas com o marido.

Ciúme atrapalha demais. O ciúme dos dois. (Menina casada, 16 anos)

Casamento não é muito bom não também. Uma parte. Briga muito. (Menina casada, 15 anos)

O contraponto mais importante em relação à Bahia é o lugar que a escola ocupa na vida das meninas, principalmente das casadas. Essa instituição é pouco citada na prevenção do casamento/união, só aparecendo de forma incipiente para as meninas de 15 a 17 anos. Das sete meninas casadas entrevistadas em Codó (MA), apenas uma continuava estudando, e três haviam deixado a escola antes mesmo de se casarem e/ou engravidarem.

A dificuldade em identificar outros órgãos de apoio e de prevenção de casamentos e uniões forçadas em idade precoce também é grande, como na Bahia. Mesmo quando listamos alguns órgãos, as meninas afirmam não acreditar na eficiência do trabalho realizado, como no caso do Conselho Tutelar.

Facilitadora: E o Conselho Tutelar? Vocês não acham que ele apoia?

Participante – Não, acho que eles não apoia e não ajuda a situação dela. (Grupo focal meninas de 10 a 14 anos)

Espontaneamente, aparecem na fala delas organizações da sociedade civil que atuam com crianças e adolescentes (como a Plan e o Projeto Esperança) e que podem auxiliar nas discussões acerca da prevenção desses casamentos e uniões forçadas.

METAS E PROJETOS DE VIDA

As meninas mais velhas relatam que algumas amigas acabam mudando seus projetos de vida no que se refere a estudo, trabalho e independência ao se envolverem em um relacionamento amoroso. A relação acaba ganhando preponderância e se tornando o projeto de vida.

Participante: Comigo acontece o mesmo, mas eu já vi que aconteceu com amigas minhas que tinham esse mesmo pensamento que eu e agora, estão casadas e já tiveram filhos.

Facilitador: São todas menores de idade também?

Participante: Uhum.

Facilitador: O que você acha que mudou nos planos delas, por que que...?

Participante: Porque assim, elas falavam isso quando não tinham namorado, quando não tinham interesse por ninguém. E aí depois acabam tendo interesse pela pessoa, aí o menino já influencia também no pensamento dela... (Grupo focal meninas de 15 a 17 anos)

As meninas solteiras apontam como projeto de vida: (I) cursar o ensino superior e (II) obter um emprego que lhe permita independência financeira. Há uma alta expectativa para saber quando isso acontecerá, e elas vislumbram alcançar suas metas ainda no início da vida adulta.

As meninas casadas têm mais dificuldade em projetar metas futuras que não estejam ligadas à maternidade. Porém, algumas flertam com a possibilidade de retomar os estudos e se inserir no mercado de trabalho para garantir conforto material para as/os filhas/os. Apenas uma das entrevistadas deseja cursar o ensino superior como continuação de um sonho anterior ao casamento e à maternidade.

6.2.2. Mulheres de 18 a 25 anos que se casaram adolescentes – narrando trajetórias

Amostra 1 - Bahia

APRENDIZAGENS DE GÊNERO E CONSTRUÇÃO DA FEMINILIDADE

A percepção das mulheres sobre a infância é a mesma das meninas: uma fase de sonhos e de brincadeiras. Já a adolescência é vista como uma fase de responsabilidades. Talvez porque se casaram nesse momento da vida, a responsabilidade se tornou uma característica importante para elas.

Percebemos que os códigos tradicionais de gênero persistem e pontuam diferenças entre homens e mulheres no casamento/união. Novamente, o homem aparece como provedor e a mulher, como cuidadora. Todas as onze entrevistadas são responsáveis pelo trabalho doméstico e pelos cuidados com filhos/as; somente uma “trabalha fora”.

Ele [marido] tem a obrigação de trabalhar e manter a casa. E eu tenho a obrigação de manter tudo limpo, tomar conta de tudo em casa e ele tomar conta do trabalho. E no caso, fora do casamento não tem isso. A gente não tem essa obrigação, faz se quiser. No casamento é obrigatório manter isso. (Mulher casada, 18 anos)

A divisão do serviço doméstico figura como o grande nó para o enfrentamento às desigualdades de gênero, mesmo para aquelas que têm uma leitura mais apurada sobre a questão. Todas afirmam dividir tal serviço com os maridos, mas, ao explorarmos mais a fundo a questão, vemos que, assim como no caso das meninas, a divisão significa mais ajuda, feita de forma pontua e justificada pelo fato de eles trabalharem.

O serviço doméstico e o cuidado com filhos/as não são percebidos por elas como trabalho, mas como obrigação, posto que é realizado no âmbito privado e sem remuneração. Isso indica uma visão tradicional e hegemônica do trabalho como sendo unicamente a atividade externa, pública e geradora de recursos financeiros.

Tipo limpar o quintal, varrer uma casa, lavar os pratos. Muitas vezes eu estou fazendo uma coisa, ele vai e faz outra. É sempre essa coisa, menos no meio de semana porque ele está no trabalho. Mas final de semana, ele me ajuda. (Mulher casada, 18 anos).

Você tem que ver o marido cansado lá. Por estar em casa, você mesmo cansada às vezes, para fazer um café, fazer um almoço, lavar roupa. Fazer os deveres domésticos – no qual ele me ajuda bastante. Mas é totalmente diferente a responsabilidade, o papel de mulher (Mulher casada, 18 anos)

IMAGINÁRIOS SOBRE SEXUALIDADE

Ao observarmos os motivos das mulheres para os casamentos/uniões, percebemos que a sexualidade foi um fator importante: das onze entrevistadas, quatro se casaram devido à gravidez, uma por ter perdido a virgindade e duas pelo desejo de vivenciar uma relação afetivo-sexual. Apenas três apontaram como motivo a saída de lares conflituosos.

Mais uma vez, a sanção familiar funcionou como motivador para as uniões, só que em direções opostas: nas situações de gravidez e perda da virgindade, houve pressão em prol do casamento como forma de solucionar um problema. Já nas situações de desejo as mulheres viram no casamento uma possibilidade de vivenciarem relações afetivo-sexuais não permitidas por suas famílias.

Interessante observar que as meninas participantes dos grupos focais, ao debaterem sobre os motivos para um casamento adolescente, elencam justamente as questões vividas pelas mulheres – a gravidez, a vida sexual e os conflitos familiares.

As mulheres indicam que tinham pouco repertório sobre sexualidade e relacionamentos quando de seus casamentos. Todas se casaram/uniram com o primeiro “namorado sério” que tiveram e após um tempo curto de namoro.

Uma delas foi morar com o marido aos 17 anos (ele tinha 23 anos), um mês após se conhecerem, e engravidou logo em seguida. Ela admite que foi “um tiro no escuro” e que o relacionamento deu certo por acaso (estão juntos há nove anos), mas que não desejaria o mesmo para

a filha. Em sua opinião, esta só deveria se casar após completar 25 anos, já tendo passado pela “fase dos hormônios, da rebeldia e do querer sair de casa”.

Em outro caso, o marido (tinha 19 anos) foi o primeiro homem com quem a entrevistada teve relacionamento afetivo-sexual, aos 15 anos, o que motivou o casamento, pois ela teria violado a doutrina religiosa da qual a família é adepta; como resposta, esta pressionou pela união, que já dura três anos. Ela alerta que a falta de diálogo e orientação sobre sexualidade por parte de sua família acabou precipitando um casamento que ela não desejava naquele momento.

Eu nunca tive essa conversa de sexo, de abrir os olhos para isso. ‘Ah minha filha você vai se apaixonar’. Nunca tive esse tipo de conversa com eles. Nunca aconteceu. E aí quando aconteceu foi um impacto para eles e foi um baque para mim, que não esperava essa reação deles. Daí a mãe dele me acolheu e ele me acolheu. Estamos juntos até hoje.

(Mulher casada, 18 anos)

Em outras situações os namoros começaram muito cedo, com 10 anos, 11 anos ou 13 anos e logo em seguida resultaram em casamento e/ou gravidez. Observamos que são casos de grande precocidade e, inclusive, enquadrados como estupro de vulnerável pela lei. As mulheres, no entanto, não fazem nenhuma leitura nesse sentido. Algumas hipóteses podem ser levantadas: (I) naturalidade quanto à questão da idade (simplesmente aconteceu...); (II) não se expor com um tema que poderia gerar problemas e julgamentos para elas e seus maridos.

SE ENTRE AS MENINAS MAIS NOVAS A IDEIA DE AMOR ROMÂNTICO APARECE PARA SIGNIFICAR CASAMENTOS/UNIÕES, ENTRE AS MULHERES ELE DESAPARECE. APÓS UMA TRAJETÓRIA MAIOR NO CASAMENTO (DE UM A NOVE ANOS), A PALAVRA DESIGNATIVA PARA ELAS É “RESPONSABILIDADE”.

PERCEPÇÕES SOBRE O AMOR, OS RELACIONAMENTOS E O CASAMENTO/UNIÃO

Se entre as meninas mais novas a ideia de amor romântico aparece para significar casamentos/uniões, entre as mulheres ele desaparece. Após uma trajetória maior no casamento (de um a nove anos), a palavra designativa para elas é “responsabilidade”. Isso não quer dizer que não exista afeto, mas que a instituição casamento tem para elas um significado pragmático e prevalente da responsabilidade com a família, as/os filhas/os e a casa.

Grande responsabilidade para o homem e para a mulher. (Mulher casada, 21 anos)

Responsabilidade, comprometimento para a vida toda. Ou, pelo menos, enquanto dure. (Mulher casada, 25 anos)

Observamos ainda um significado atrelado a comportamentos e práticas esperadas e desejadas: “Casamento é a pessoa ser fiel. Compreender um ao outro. Compartilhar as coisas” (Mulher casada, 22 anos).

Uma das mulheres relata que há uma percepção negativa e um julgamento moral por parte da sociedade em relação às pessoas que se casam cedo. Isso a incomoda, porque seu casamento, apesar de antecipado devido a uma gravidez, era desejado.

Se você encontra uma menina de 20 anos e você vê ela com aliança no dedo, você diz ‘ah mas você já casou. Você tinha tanta coisa para fazer na sua vida, tanta festa para você ir, tanto show!’ Mas você não pergunta: ‘você gosta de festa? Você gosta de show? Você acha que o casamento precoce vai diminuir sua vida?’ E eles não veem que não é para interromper, mas para dar continuidade. O casamento não me priva de nada. (Mulher casada, 20 anos)

Em nosso estudo, essa foi a única fala contestatória; ainda assim, ela precisa ser problematizada. Nesse sentido, é pertinente indagar de onde vem o desejo. Será que, quando há um repertório amplo de escolhas materiais e subjetivas e de reflexão acerca dos papéis tradicionais de gênero, o casamento permanece como um desejo na adolescência? Pode ser que sim, como reivindica a entrevistada acima. Ao tributar as falas aos sujeitos implicados na questão, vemos que há pontos de vista diferentes e que precisam ser levados em consideração, uma vez que as pessoas possuem trajetórias distintas.

No entanto, nesta pesquisa os dados amostrais apontam a construção normativa acerca dos casamentos e uniões forçadas e precoces de meninas adolescentes como um problema social que reivindica uma compreensão e intervenção de ordem mais ampla.

Três mulheres se separaram recentemente e uma já se casou novamente. Num desses casos, a entrevistada se casou aos 17 anos (marido com 19 anos), após sete meses de namoro, devido à gravidez. Ela afirma que se casou por comodidade, não por sonho ou vontade, e que a relação durou pouco. Mesmo com essa experiência, ela apostou num novo casamento e avalia que está dando certo. Porém, “se eu pudesse hoje escolher, eu não teria filho e não estaria casada”, apontando descontentamento com a escolha feita ainda na adolescência.

Outra entrevistada, de 20 anos, afirma que o casamento por ela idealizado foi bem distante do vivido.

O casamento devia ser igual antigamente, no meu pensamento, a pessoa casa, tem família e não se separa mais. Faz 50 anos, 30 anos, vai fazendo e não separa. Tem o mesmo amor de antigamente e até hoje em dia.

Seu caso é a antítese do antigamente. Ela engravidou de um namorado aos 15 anos e, durante a gestação, acabou se envolvendo com outro homem (de 16 anos), com quem se uniu. Ficaram juntos durante quatro anos e

tiveram um filho (o segundo). Com o término da relação, ela voltou para a casa da família com a filha mais velha; o filho mais novo ficou com o ex-marido.

No terceiro caso, a mulher se uniu aos 16 anos (marido com 20 anos) para sair de casa. “No meu caso eu saí mais por questão familiar mesmo. Eu não estava bem com minha mãe, por isso que eu saí”. A mãe foi contra e o pai a apoiou. O casamento durou um ano e meio, tempo durante o qual ela evadiu da escola. A experiência, segundo ela, foi difícil e muito diferente do que imaginava, especialmente pela sobrecarga doméstica e a tentativa do marido de controlá-la.

O ciclo geracional feminino relacionado ao casamento é perceptível entre as mulheres. Muitas relatam vários casos de mães, irmãs, avós e tias que se casaram e/ou engravidaram na adolescência. Contudo, elas expressam o desejo de romper esse ciclo com suas filhas e filhos – todas afirmam que não gostariam que estes se casassem na adolescência, nem mesmo as mulheres que se uniram por desejo ou as que avaliam seus casamentos de forma positiva.

Eu falo a ela [filha] que ela não é obrigada a casar se ela não quiser. Que ela não precisa casar cedo, que ela não precisa ter filho para ser feliz. (Mulher casada, 23 anos)

Primeiro estudar, segundo fazer faculdade. Terceiro procurar um trabalho. E depois pensar em casar. Eu acho assim. (Mulher casada, 20 anos)

Hoje com a experiência não sou favorável ao casamento antes dos 18 anos. (Mulher casada, 25 anos)

Eu queria que ela fizesse o que eu não fiz, aquilo que minha mãe sonhou para mim. Ela queria que eu terminasse os estudos, tivesse um trabalho, uma casa, para depois eu casar. É o mesmo que eu queria... que eu quero... mesmo que seja uma menina ou um menino [estava grávida na ocasião]. (Mulher casada, 18 anos)

FATORES QUE FACILITAM OU DIFICULTAM O CAMINHO DO CASAMENTO/UNIÕES (VANTAGENS E DESVANTAGENS)

A família é uma instituição importante para as mulheres, embora muitas vezes esteja envolta em conflitos, entre pressões para casar ou deixar de casar. As mulheres relatam mais situações conflituosas com as mães e a ausência dos pais nas narrativas, como no caso das meninas.

Algumas viveram episódios de rompimento temporário com as famílias, mas, passado o momento inicial do casamento, as relações aos poucos foram retomadas e acomodadas, sobretudo com o nascimento de filhos/as.

Parte das entrevistadas considera suas famílias um ponto de apoio emocional e material para seus casamentos, como ajudar a cuidar dos/das filhos/as, auxiliar financeiramente, coabitar na mesma casa etc. Porém, para outras não é um fator facilitador.

A FAMÍLIA É UMA INSTITUIÇÃO IMPORTANTE PARA AS MULHERES, EMBORA MUITAS VEZES ESTEJA ENVOLTA EM CONFLITOS, ENTRE PRESSÕES PARA CASAR OU DEIXAR DE CASAR. AS MULHERES RELATAM MAIS SITUAÇÕES CONFLITUOSAS COM AS MÃES E A AUSÊNCIA DOS PAIS NAS NARRATIVAS, COMO NO CASO DAS MENINAS.

Mas hoje em dia tudo está mais equilibrado. Teve uma época que eu nem queria ir lá [na casa dos pais]. Meus pais não queriam olhar para minha cara. Hoje em dia a gente já sai, já conversa mais, já passa o final de semana lá. Em uma discussão entre eu e meu marido, meus pais já me acolheram de novo, já conversaram comigo. Então tudo isso daí, está dando tempo para tudo se organizar. (Mulher casada, 18 anos)

Minha mãe falou para que eu esquecesse que eu tinha mãe. Com menos de um mês ela já estava me ligando já. Aí depois ela concordou e já estava marcando casamento. (Mulher casada, 18 anos)

Nas situações em que o casamento foi motivado pela saída de um lar conflituoso ele é visto como vantajoso pela mulher. É o caso de uma entrevistada que vem de uma família numerosa, que mora numa casa pequena, com muitos irmãos e irmãs e com brigas constantes. A união (ela tinha 15 anos e o marido 16 anos), nesse cenário, lhe permitiu ter privacidade e autonomia: “Eu tinha mais paz, sabe? Não tinha agonia na minha mente. Fazia tudo na minha casa, o que eu queria fazer, fazia. Tinha privacidade”.

Em outro caso a situação familiar era tão grave que a entrevistada se casou aos 10 anos (o marido tinha 19 anos) e considera que isso foi, no contexto em que vivia, uma forma de proteção. Sua mãe teve cinco filhos, com pais diferentes que nunca os assumiram. Ela também não criou nenhum deles: cada um precisou se virar para sobreviver na casa de parentes.

A entrevistada viveu entre a casa da mãe e da avó até conhecer seu marido, com quem foi morar pouco tempo após o namoro. A primeira gravidez ocorreu logo depois, com 11 anos, e a segunda, com 12 anos. Oito anos depois, ela ficou grávida novamente, de trigêmeos. Teve que parar de estudar na sexta série para dar conta da família, já que não conta com a ajuda de ninguém.

Eu não vou mentir a você, eu dei muita sorte viu. Eu engravidei com 11, tive com 12, engravidei com 12, tive com 13 e assim, o pai das minhas filhas está comigo até hoje. Ainda vem três meninos para terminar de contemplar. Ele tá comigo até hoje. Se fosse outro homem, abandonava e largava. Ele assumiu a mim e minhas filhas. (Mulher casada, 20 anos)

Percebemos, por essa história, o quanto o casamento/união é um fenômeno multifatorial que só pode ser entendido a partir de uma análise ampla que contemple a percepção dos próprios sujeitos. Se a união trouxe, segundo a entrevistada, a vantagem de sair de uma família desorganizada, trouxe também muitas desvantagens, como o abandono escolar, a falta de profissionalização e de socialização e o fim da possibilidade de construir a trajetória de vida que ela desejava. Assim, ele se apresentou como opção possível frente à falta de oportunidades:

Na minha cabeça, se eu não fosse por esse lado [do casamento], hoje eu estava fazendo faculdade [...] Que vantagem tem em casar cedo? Não tem praticamente nada, né? Tem alguns que largam o estudo. Para mim nada, nenhuma vantagem. (Mulher casada, 20 anos)

Mesmo tendo um caráter adaptativo para todas as mulheres, uma vez que o casamento não foi planejado por elas, o elenco de desvantagens foi muito maior que o de vantagens. Dentre as vantagens, algumas apontam ter uma família; fazer planejamento financeiro; maior segurança e viver com o companheiro que gosta.

Já as desvantagens são: a sobrecarga de trabalho doméstico e com filhos/as; a imaturidade para viver uma união tão cedo; as constantes preocupações financeiras; a limitação da mobilidade; o atraso ou abandono escolar; a falta de trabalho e de profissionalização e os conflitos cotidianos do casamento.

Desvantagem é que você quer sair mesmo assim. Você vê suas amigas solteiras saindo. Você não pode sair para onde suas amigas solteiras vai, porque você está casada. Aí fica feio para você, entendeu? (Mulher casada, 20 anos)

Eu me senti sobrecarregada, porque só quem cuidava de minha filha era eu. (Mulher casada, 23 anos)

Eu não sei nada da vida. Dizer que tive outros relacionamentos, outros maridos, outras coisas, eu não tive. Muito pelo contrário. Me privou de algumas coisas. E me abriu os olhos para outras. (Mulher casada, 18 anos)

Poder construir a família. (Mulher casada, 22 anos)

Trouxe aquilo de querer construir uma vida junto com outra pessoa [...] Trouxe essa vontade de querer vencer na vida, ter mais força de querer encarar mais os estudos. 'Não, eu vou estudar bastante'... querer ter o emprego para ele ter orgulho de mim. (Mulher casada, 18 anos)

Eu acredito que sim [sobre vantagens do casamento]. Você pode ter uma pessoa ao seu lado que você sabe pode contar, que vai te ajudar, que vai te entender. Eu acho que isso é bem legal. (Mulher casada, 20 anos).

O atraso e/ou abandono escolar, de acordo com as entrevistadas, decorreu mais por causa da gravidez e filho/a do que do casamento. Isso também limitou sua mobilidade e a possibilidade de convivência mais

próxima com as amigas. Para a maioria, o circuito social é restrito à família e, por vezes, à igreja (para as que a frequentam).

Os relatos de brigas e de conflitos são mais comuns do que entre as meninas casadas, mas só estão presentes em alguns relacionamentos. Apesar de alguns parecerem graves, as mulheres fazem questão de minimizá-los e ressaltam se tratar de situações episódicas, já contornadas. Notamos uma tendência entre as mulheres de se responsabilizarem pelos conflitos e relativizarem as atitudes dos seus maridos. Nenhum trata as situações relatadas, ainda que episódicas, como violência doméstica.

Eu só tinha experiências com família. Eu tinha experiências de discussão com minha mãe. Não foi nada demais. Ele levantou a mão para me bater e eu disse a ele que se ele me batesse, eu ia dar uma queixa dele. Ele tinha aquela velha mania de pegar, apertar. (Mulher casada, 18 anos)

Ele levantou a mão para me bater e eu meti o garfo na mão dele. Aí depois disso daí, nunca mais ele me bateu não. (Mulher casada, 20 anos)

Eu sou bastante explosiva. Quando tem uma discussão, eu quero que a pessoa me escute. Então se já começou a agressão não foi por ele. Foi por mim. Porque você não vai ficar apanhando de uma pessoa... Gritando. Mas ele não fez nada não. Ele só fez me colocar no lugar, me sacudir e dizer pra eu ficar calma. Eu achava que se alguém está errado tem que apanhar. Até porque quando eu estava errada, meu pai me colocava de castigo e me batia. Aí eu achava que isso vinha para um relacionamento. (Mulher casada, 18 anos)

As diferenças entre ser solteira e ser casada são bem pontuadas pelas entrevistadas para expressar as vantagens e desvantagens do casamento. Dentre as vantagens, elas apontam que as mulheres solteiras têm o benefício da liberdade de se relacionar, de sair e de fazer o que quiserem com quem quiserem – o que elas não têm. Algumas se ressentem.

Por outro lado, elas estão mais expostas às violências, sobretudo a sexual, bem como à contraírem infecções sexualmente transmissíveis. Isso demonstra uma visão negativa em relação às mulheres solteiras na vivência de sua sexualidade, inferindo que estas não saberiam se proteger. No modelo de casamento que as entrevistadas vivem, essa desvantagem sexual não existiria.

Amostra 2 - Maranhão

APRENDIZAGENS DE GÊNERO E CONSTRUÇÃO DA FEMINILIDADE

As mulheres entrevistadas apontam como elementos marcantes que caracterizam a infância o universo brincante e lúdico, além da priorização do direito à educação. Também apontam os desafios enfrentados pelas crianças no município de Codó. Os mais citados,

pela ordem, são: trabalho infantil; abuso sexual, sobretudo contra meninas; inserção no que denominam genericamente de “mundo das drogas” (não sabemos se pelo consumo ou pelo trabalho) e racismo.

Quando o assunto é adolescência as mulheres e as meninas da amostra 2 concordam com as entrevistadas da amostra 1 ao apontarem que se trata de uma fase de maior responsabilidade, considerada positiva por elas. As narrativas salientam as distinções entre ser adolescente menino e menina pelos marcadores tradicionais de gênero, a saber: meninos buscariam inserção no mundo de trabalho, meninas aprenderiam as tarefas domésticas; meninos deveriam ter “maturidade de homem”, meninas seriam de meninas e “iriam fácil na conversa de homem”.

Percebemos que, assim como na Bahia, a amostra do Maranhão revela manutenção dos papéis de gênero. As mulheres são as principais responsáveis pelos afazeres domésticos, e duas delas ainda acumulam dupla jornada com trabalho remunerado (cuidadora de idosos e vendedora autônoma).

Os maridos estão na condição de provedor principal ou exclusivo, o que é considerado pelas mulheres uma situação natural e esperada. Assim como na amostra da Bahia, o verbo “ajudar” foi utilizado para explicar a participação masculina no cuidado com a casa e filhos/as.

Eu acredito que o homem pensa assim: a minha obrigação é trabalhar. A obrigação da minha esposa é ficar dentro de casa e cuidar das coisas. Mesmo que ele aceite a esposa trabalhar fora de casa, mas ele tem esse mesmo pensamento. A obrigação dele é trabalhar, não fazer as coisas dentro de casa. Ele faz se ele quiser. (Mulher casada, 25 anos)

O casamento a gente pensa assim: vou casar e vou ter um parceiro. A gente imagina assim, se eu estiver ocupada ele vai me ajudar, ou então não, por livre espontânea vontade ele vai fazer. E na hora não é assim. Às vezes você está pedindo e ele não faz. Ele acredita que a responsabilidade de casa é da mulher, não dele. (Mulher casada, 25 anos)

Apenas uma das entrevistadas vive uma realidade distinta das demais no que diz respeito à parceria e à divisão com o marido das tarefas domésticas e de cuidado com a filha e o filho. Esse caso é emblemático, em primeiro lugar porque é uma mulher que emigrou para conseguir romper com um ciclo de violência do primeiro casamento (realizado aos 15 anos, com um homem de 20 anos), e em segundo por ter conquistado a própria independência financeira. Ela entende que sua história com o marido atual não é a regra, e que normalmente as responsabilidades recaem muito mais para as mulheres numa união.

É um pouco diferente, porque mulher sempre tem mais responsabilidade por causa das crianças, termos disso... só que lá em casa meu marido convive muito mais com meus filhos do que eu, porque eu chego muito mais tarde. Ele tem mais convivência, cuida, ajuda muito. Do meu primeiro eu apanhava. (Mulher casada, 22 anos.)

A MATERNIDADE, MOTIVO DE DUAS UNIÕES, É REVELADORA DESSA FRUSTRAÇÃO DOS SEUS SONHOS. AO VIVENCIAREM ESSE PROCESSO AINDA MUITO JOVENS, PERCEBERAM COMO NÃO TINHAM A ESTRUTURA PARA DESEMPENHAR A FUNÇÃO DE MÃE NAQUELE MOMENTO, POR MAIS QUE A DESEJASSEM.

IMAGINÁRIOS SOBRE SEXUALIDADE

Os motivos para o casamento/união foram diversos e podem ser agrupados em três dimensões que se perpassam: sexualidade (um caso perda da virgindade e um de gravidez); amor/desejo de construir uma vida a dois (quatro casos) e desejo de vivência da maternidade (dois casos).

Percebemos que a o tema da sexualidade é uma narrativa difícil para algumas mulheres, que não quiseram aprofundar a questão ou o abordaram de maneira subentendida. A entrevistada que se casou devido à perda da virgindade é um exemplo:

“Nós tava namorando, né?! Aí meu pai ficou sabendo de outras coisas. Aí meu pai perguntou para ele. Aí ele disse que é, que é, queria casar”. (Mulher casada, 18 anos).

Seu caso é o único no qual a família teve influência na decisão pela união. As demais entrevistadas, apesar de destacarem a importância das famílias em suas vidas, afirmam que elas tiveram pouca relevância em suas decisões acerca do casamento.

A maioria das mulheres se casou após um período curto de relacionamentos, de menos de um ano. Duas tiveram casamentos anteriores e, portanto, maior repertório afetivo-sexual. As demais viveram suas primeiras experiências com seus maridos. Demonstaram ter se casado motivadas pelo sonho de uma vida a dois, que seria marcada pelo desejo e pelo afeto. No entanto, todas relatam que a realidade tem sido muito diferente daquilo que imaginaram.

A maternidade, motivo de duas uniões, é reveladora dessa frustração dos seus sonhos. Ao vivenciarem esse processo ainda muito jovens, perceberam como não tinham a estrutura para desempenhar a função de mãe naquele momento, por mais que a desejassem.

Desde de criança meu sonho era ter um bebezinho. Mas eu pensava que bebezinho era que nem boneca, a gente brincou e jogou ali, ali mesmo ele ficou. Mas só que não. Eu queria muito. Eu queria muito ser mãe desde quando eu tinha uns 7 anos, que eu via as mulheres passando com um bebezinho e eu queria um bebezinho para mim. Mãe eu quero um bebê. Minha filha tu não sabe o que é isso. Mãe, eu sei sim. Eu pensando que era igualmente uma boneca. Ela disse que não, que não era. Criança não é daquele jeito. Criança come, criança banha, criança veste, criança usa calçado, dorme, chora, fica doente. Depois que eu tive uma criança foi que fui saber que aquilo que ela falou era verdade. (Mulher casada, 19 anos)

Interessante notar que a realização do sonho da maternidade está atrelado, para as mulheres, ao casamento. Nenhuma aventa a possibilidade de serem projetos distintos. Isso demonstra a estreita correlação entre conjugalidade e parentalidade em sua percepção, algo observado nas duas amostras.

É a gente ter o filho da gente, ter mais responsabilidade em educar eles, é dividir as mesmas coisas, com o parceiro da gente, pensar igual [ao falar sobre o significado do casamento]

(Mulher casada, 21 anos)

PERCEPÇÕES SOBRE O AMOR, OS RELACIONAMENTOS E O CASAMENTO/UNIÃO

As mulheres de Codó definem o casamento como companheirismo – uma vida a dois na qual podem dividir responsabilidades e a educação dos filhos e filhas. Porém, a maioria relata dificuldades em concretizar o ideal vislumbrado.

O casamento a gente visualiza uma coisa e quando a gente entra na realidade é outra. Quando eu falo o que é casamento é para mim: ter responsabilidade, ter um companheiro que vai te ajudar em tudo, que vai lhe respeitar, que vai lhe entender. O certo é isso. Mas quando você entra muda muitas coisas. Tem uns que não conseguem nem ter respeito, acredito.

(Mulher casada, 25 anos)

Acreditam no afeto como maior motivador para iniciar e permanecer numa relação. Contudo, percebemos que isso está mais na dimensão do desejo que na da realidade, pois as mulheres demonstram muito desapontamento com suas experiências. O amor/desejo pelo casamento foi motivo para a união de metade delas, evidenciando que o ideal romântico de suas adolescências não correspondeu à realidade de suas vidas adultas.

Geralmente a mulher se esforça para ter uma família bem estabilizada, uma família sempre unida. E muitas vezes o homem não faz isso. Ele quer sair só, quer curtir a vida só e quer deixar a mulher em casa.

(Mulher casada, 22 anos)

Casamento é tudo de ruim. Logo tem a questão da pessoa certa. Que nem todo casal se dá bem. Casamento tem muitas brigas, desentendimentos, tem que dar satisfação de onde a pessoa vai, com quem a pessoa vai, que horas a pessoa vai chegar, tem tudo isso.

(Mulher casada, 19 anos)

O julgamento social pela escolha de casar ainda na menoridade, muito forte entre as meninas casadas, também aparece para as mulheres. Todavia, algumas apontam reconhecer, hoje, o fundamento das críticas recebidas, pois consideram que realmente se casaram muito novas, o que não gostariam que acontecesse com suas filhas e seus filhos.

Uma vez assim quando eu casei com o meu esposo, uma mulher, amiga da minha sogra, viu eu e ele na rua e minha sogra. Aí minha sogra disse assim: aqui é o meu filho e aqui é a minha nora. Ela olhou assim para nós e disse assim: eu tenho um filho de 25 anos e um filho de 23 anos mas nenhum são – ela falou desse jeito – nenhum são louco de falar para mim que vão casar porque casamento não é bom. A minha sogra achou assim, que não era resposta, mas hoje eu penso que é, o que é que ela quis dizer. Porque ela disse assim: eles tem que primeiro saber o que é, terminar uma faculdade e construir uma casa, isso é futuro, casamento não é futuro. Realmente.

(Mulher casada, 25 anos)

As mulheres acreditam que a idade ideal para o casamento seria acima dos 20 anos. A maioria, se pudesse, refaria as escolhas da adolescência, seja a do casamento ou da gravidez. Isso reforça a indagação já feita nesta pesquisa: se a menina estiver inserida num contexto de oportunidades, em que medida ela optaria por uma união antes dos 18 anos?

O ciclo geracional relativo ao casamento/união é marcante na amostra de Codó e ajuda a explicar os motivos por trás das uniões na adolescência. Apenas uma das mães das oito entrevistadas não se casou antes dos 18 anos (porém, teve a filha aos 19 anos). A média da idade de união dessas mães foi de 15 anos, mesma média de idade de união das mulheres. Ainda que as trajetórias dos casamentos sejam diferentes daquelas de suas mães, o desejo dessas mulheres é romper esse ciclo e garantir que suas filhas e filhos não repitam as mesmas histórias familiares.

Interessante notar como a percepção constatada nas entrevistas mudou com o passar dos anos e da experiência adquirida. Enquanto na sua adolescência o casamento/união era um sonho, mesmo quando realizado devido a alguma contingência (gravidez, perda da virgindade), na idade adulta ele é ressignificado de forma negativa. Talvez seja por isso que elas desejam romper com o ciclo familiar.

A maioria [que se casa] é porque não pensa muito, quando a pessoa fica adolescente a cabeça dá um nó... e é uma coisa, não sei se é o hormônio na pessoa, e aí a pessoa se desespera para casar e a mãe fica dizendo que não é o tempo, que não é a hora mas a pessoa não quer escutar. Quer ir pela cabeça da gente. A gente só vai ver que é errado depois que a gente quebra a cara. Que a gente vai ver o no passado a mãe da gente falou, mas a gente não quis escutar. Depois que a gente quebra a cara a gente vai pensar naquilo. Se eu tivesse escutado minha mãe, eu não taria aqui, agora.

(Mulher casada, 19 anos)

FATORES QUE FACILITAM OU DIFICULTAM O CAMINHO DO CASAMENTO/UNIÕES (VANTAGENS E DESVANTAGENS)

As relações familiares conflituosas não figuram nas narrativas das mulheres de Codó da mesma forma como apareciam na Bahia, onde chegaram até mesmo a motivar uniões. As escolhas pelo casamento, segundo as mulheres, partiram delas mesmas e dos seus maridos.

Inferimos que, em Codó, a prática do casamento/união é mais naturalizada e esperada na vida das mulheres; além disso, sua ocorrência antes dos 18 anos não configura, a princípio, um problema para as famílias. Tanto é que as entrevistadas afirmam que seus pais e mães tiveram pouca participação em suas escolhas. Até mesmo os familiares que questionaram os enlaces não tiveram força suficiente para interferir na decisão das mulheres.

A minha mãe não queria, e eu e ele queria. A minha mãe não queria por conta que eu era muito nova. Mas ela falando, falando... não adiantou de nada.
(Mulher casada, 18 anos)

As famílias muitas vezes auxiliam financeiramente o casal, já que grande parte das mulheres está desempregada e alguns dos maridos não possuem emprego formal. As dificuldades financeiras geram instabilidade na relação e são um dos aspectos mais apontados como desvantagem do casamento. Para além do aspecto financeiro, a família aparece ainda como ponto de apoio emocional.

Da primeira [experiência de casamento quando adolescente] eu sofri porque ele [marido na época] usava droga, ele chegava em casa e me batia, mandava eu ir embora, aí foi no tempo que minha mãe chegou e falou que era para eu ir para Brasília. Eu falei: 'mãe eu não vou mais apanhar' e decidi ir embora. Que eu falei que eu não queria ver meu filho vendo aquela cena, que ele ficou traumatizado, chorava... Ela foi arrumou o dinheiro da minha passagem e com dois dias eu fui, que ele estava me ameaçando. Aí eu fui e deixei o menininho... Quando voltei para pegar o menino ele não quis me devolver, aí eu entrei na justiça e ganhei a guarda. Porque ele não tinha condições de ficar com o menino. (Mulher casada, 22 anos)

As desvantagens do casamento/união apontadas pelas mulheres do Codó são as mesmas das meninas casadas e da amostra da Bahia: sobrecarga de trabalho doméstico e cuidados com os filhos; imaturidade para a união; preocupação financeira; limitação da mobilidade; atraso ou abandono escolar; falta de trabalho e profissionalização, conflitos cotidianos do casamento.

Você não trabalha. Você não estuda. Você não sai. Você não veste as roupas que você quer vestir. Não pode falar com ninguém, a não ser da família. Tem que ficar em casa esperando o marido chegar. Tem que tá a roupa lavada, a comida pronta, casa limpa. Tudo isso. (Mulher casada, 19 anos)

Primeiro interfere no estudo. Segundo que perde a liberdade. E mais para frente começa os arrependimentos de não ter escutado a mãe e o pai. Porque hoje em dia estou casada bem mais se eu voltasse atrás, eu tinha estudado, tinha terminado meus estudos. Porque com filho é muito mais difícil. Complica muito a vida. E depois que engravida para estudar de novo é ruim. (Mulher casada, 22 anos)

O ATRASO E/OU ABANDONO ESCOLAR É EVIDENTE NA AMOSTRA COLHIDA E DEMONSTRA SUA CORRELAÇÃO COM CASAMENTOS E UNIÕES FORÇADAS E PRECOSES DE MENINAS ADOLESCENTES, CONFORME OUTROS ESTUDOS INTERNACIONAIS SOBRE O TEMA JÁ MENCIONADOS NESTA PESQUISA. A SOMA DE GRAVIDEZ, CASAMENTO/UNIÃO FORÇADA E SERVIÇO DOMÉSTICO FIGURA COMO GRANDE MOTIVADOR PARA A BAIXA ESCOLARIDADE DAS MENINAS E MULHERES PESQUISADAS.

O atraso e/ou abandono escolar é evidente na amostra colhida e demonstra sua correlação com casamentos e uniões forçadas e precoces de meninas adolescentes, conforme outros estudos internacionais sobre o tema já mencionados nessa pesquisa. A soma de gravidez, casamento/união forçada e serviço doméstico figura como grande motivador para a baixa escolaridade das meninas e mulheres pesquisadas. As duas mulheres que estão no ensino superior nunca tiveram atraso escolar e, mesmo com a união, conseguiram continuar estudando, o que não ocorreu com as demais, que evadiram e/ou abandonaram a escola.

As violências também são apontadas na trajetória dos casamentos e uniões forçadas em idade precoce de algumas entrevistadas em diferentes dimensões. Há relatos de violência doméstica, envolvendo agressões físicas como tapas e murros, e outras simbólicas, como restringir a mobilidade, determi

Do meu primeiro eu apanhava. Fui muito agredida, ele usava droga. (Mulher casada, 22 anos)

Entrevistada: brigamos.

Pesquisadora: houve xingamento ou alguma coisa desse tipo?

Entrevistada: tapa, murro.

Pesquisadora: tapas em quem?

Entrevistada: nos dois. (Mulher casada, 21 anos)

Um dos relatos corrobora a percepção das meninas dos grupos focais da Bahia e do Maranhão sobre o abandono que adolescentes e mulheres sofrem em situações de gravidez e de casamentos/uniões. Elas não categorizam essas situações como violência, mas percebem o quanto elas são deletérias para a vida das meninas e das mulheres.

Depois da gravidez do meu primeiro filho, quando eu engravidei do segundo, o meu filho, esse mais novo, a gravidez eu passei sozinha. Porque ele me largou. Ele mexeu com a filha alheia lá. Aí ele me largou e me deixou grávida desse mais novo. Com uma menina mais nova do que eu. Ele mexeu com a menina lá, e o pai dela obrigou ele a casar. Ela tem 12 anos, a mesma idade que eu tinha quando me ajuntei com ele. Ele está com ela até hoje. Eu não achei ruim que ele foi morar mais ela. Eu achei ruim porque eu fiquei grávida e ele não me deu nada. Meu filho quando ele nasceu, ele não tinha nada. Se não fosse as patroas de minha mãe, que deram as fraldas, as roupas... eu não podia trabalhar. Minha avó é aposentada, mas não podia tirar do dinheiro dela mas mesmo assim ela me ajudou, minha mãe me ajudou. Só que ele não deu nada para a criança. Ele não registrou o menino. Ele disse que a criança não era filha dele. A gente está na justiça para a gente fazer o teste de DNA para ele poder registrar o menino. (Mulher atualmente separada, 19 anos)

Este caso evidencia uma série de violências sofridas pela entrevistada. A primeira delas é o estupro, consumado ao se unir com um homem aos 12 anos, o que é proibido por lei. Esse mesmo homem acabou se casando com outra menina, também com 12 anos, reforçando a ilegalidade do ato. Além disso, a entrevistada teve duas gestações na adolescência, vivia em situação de alta vulnerabilidade e foi abandonada grávida.

Tal situação reforça a necessidade de questionarmos o poder de decisão e de escolha das meninas frente ao casamento/união. Ao investigarmos o fenômeno mais a fundo, percebemos que esse poder está pautado, muitas vezes, pela falta de opções, oportunidades, informações e instrução para meninas e meninos.

Diferentemente da amostra da Bahia, as mulheres em Codó veem o fato de ser/estar solteira de modo positivo, apontando motivos como: ter liberdade para sair, aproveitar a vida, dedicar-se aos estudos e a si mesma. Apesar disso, não correlacionam essas vantagens com a realidade dos seus casamentos, à exceção de uma delas.

Tem mais liberdade de sair e conhecer novas pessoas. No casamento não... tem marido que é ciumento, que não pode sair, não pode sair com os amigos. A liberdade do namoro e a liberdade que não tem no casamento, tanto no casamento. (Mulher casada, 20 anos)

Se eu fosse solteira eu estaria trabalhando, trabalhando em qualquer lugar mas estaria trabalhando. Porque eu teria tempo para mim, para cuidar de mim, para mim cuidar do eu que queria. Não só para estudar como para trabalhar. Eu ia ter tempo. Eu ia ter tempo para mim. (Mulher casada, 25 anos)

6.2.3. Meninos não casados (10 a 17 anos)

Amostra 1 – Bahia

APRENDIZAGENS DE GÊNERO E CONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE

Meninos são mais livres e meninas são mais vigiadas. Esta fala resume a percepção dos meninos participantes dos grupos focais acerca das diferenças de gênero e demonstram como os papéis e as normas tradicionais modulam suas concepções. Na visão deles, as meninas são ciumentas, “pegajosas” e pressionam para relacionamentos mais sérios, enquanto eles são mais livres, experientes e “atirados”.

O homem se preocupa em ensinar coisas para a menina. (Grupo focal meninos 15 a 17 anos, Camaçari)

Hoje em dia vejo muitas mulheres que separam porque a mulher quer controlar o homem... não quer deixar ir pra festa. Não quer deixar jogar bola. (Grupo focal meninos 15 a 17 anos, Mata de São João)

Mulher ciumenta vai dizer logo que está traindo, vai atrás de você. (Grupo focal meninos 10 a 14 anos, Camaçari)

Se os códigos tradicionais de gênero são marcantes para as meninas e para as mulheres, para os meninos eles são centrais. Todas as falas, em todos os grupos, giram em torno do papel do homem como provedor e protetor e da mulher como cuidadora e protegida. No casamento, esta é a regra. Aliás, é também uma condição para estar pronto para casar.

Tem guria que com 10 anos já faz tudo. Minha irmã tem 12 anos e já lava prato, faz arroz, faz feijão. Já poderia se relacionar com alguém. (Grupo focal meninos 10 a 14 anos, Camaçari)

Se o homem trabalha na casa o povo acha errado. ‘Ah, não é ele que tinha que estar sustentando a casa?’ O povo ainda acha que é a mulher que tem que trabalhar [nos afazeres de casa]. (Grupo focal meninos 15 a 17 anos, Camaçari)

Agora me lembrei da mulher que disse: ‘Que nada, a mulher não manda em casa, não. Quem manda na casa é o homem. O homem manda em tudo’. (Grupo focal meninos 10 a 14 anos, Mata de São João)

Interessante notar que as opiniões demonstrativas das desigualdades de gênero são sempre tributadas a uma terceira pessoa, nunca a eles. Inferimos que os meninos sabem que há críticas a esse modelo hegemônico, mas ainda estão imersos nele e têm dificuldade para assumir uma postura que o corrobore. Por outro lado, os que contestam o modelo fazem questão de opinar em primeira pessoa.

As críticas ao machismo só ocorreram junto aos meninos dos grupos focais de Salvador, com idades entre 15 e 17 anos, que contestam práticas como: as mulheres abrirem mão dos estudos e dos seus sonhos para cuidar de uma família; os homens regularem sua mobilidade (proibir de ver as amigas) e seus corpos (roupa que vai sair, maquiagem); o abandono masculino em situação de gravidez, dentre outros. Para eles, esses são comportamentos ultrapassados, e hoje as meninas buscam outro tipo de relação.

Contudo, ao perguntarmos como isso se dá no cotidiano de suas vidas, observamos que a crítica se restringe ao âmbito teórico e que eles ainda vivenciam um modelo familiar e social tradicional de gênero. Em suas famílias, são as mães e as irmãs as responsáveis por todo o serviço doméstico, cabendo a eles o papel coadjuvante da ajuda, com tarefas pontuais como lavar pratos ou varrer a casa. Outros confessam que “eu nem sei como liga o fogão lá de casa, é minha mãe que faz tudo” (Grupo focal meninos 15 a 17 anos, Salvador).

Vemos o quanto as desigualdades de gênero são estruturais e como os meninos, de forma mais ou menos consciente, percebem sua incidência sobre a vida social. Porém, modificar essas práticas exige uma transformação que não engloba apenas eles, mas também as instituições familiares e sociais. O diálogo abaixo é emblemático para essa questão:

Hoje em dia a pessoa tem que ter a mente muito forte. Vamos supor: os dois dividem as tarefas de casa. Mas chegam nele: ‘ah não, você lava a casa, você é um abestalhado, quem tem que fazer isso é sua mulher, rapaz!’ Aí o cara vai pensar nisso, mente fraca. Vai começar brigar com a mulher.

Mas eu já vi mulher machista: ‘quem tem que lavar prato é mulher’. Eu ouvi a mulher falando isso. Eu achei errado. Não tem nada a vê. Ela mesmo fica se desprezando.

Um dia eu tava varrendo a casa da minha mãe e ela falou: ‘oh meu filho varrendo a casa... quem tinha que varrer a casa era suas irmãs, não era você não’. (Grupo focal meninos 15 a 17 anos, Mata de São João)

Outro tema demonstrativo das normas de gênero é o pânico dos meninos de serem traídos pelas meninas e vistos como “cornos”, “chifrudos”. Isso seria motivo mais que suficiente para não aceitarem se casar, nem com pressão familiar ou gravidez da menina.

IMAGINÁRIOS SOBRE SEXUALIDADE

Enquanto a sexualidade das meninas é motivo de pânico moral para as famílias e as instituições religiosas, a sexualidade dos meninos é valorada e estimulada. Todos são unânimes em dizer que a sociedade espera deles

um papel de macho viril e, das meninas, um papel de recatada e discreta. O tema da sexualidade, inclusive, é discutido entre eles com muito mais naturalidade do que entre as meninas, indicando que o tabu é menor.

ENQUANTO A SEXUALIDADE DAS MENINAS É MOTIVO DE PÂNICO MORAL PARA AS FAMÍLIAS E AS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS, A SEXUALIDADE DOS MENINOS É VALORADA E ESTIMULADA. TODOS SÃO UNÂNIMES EM DIZER QUE A SOCIEDADE ESPERA DELES UM PAPEL DE MACHO VIRIL E, DAS MENINAS, UM PAPEL DE RECATADA E DISCRETA.

É também um tema central, visto que, ao serem perguntados sobre os motivos para o casamento adolescente, todos respondem: poder viver a sexualidade. Os ganhos do casamento, por sua vez: ter relações sexuais com frequência, sem culpa, medo ou julgamentos.

Os meninos mais novos (10 a 14 anos) apresentam um repertório ainda pequeno acerca do tema da sexualidade, sem aprofundamento de questões e reflexões, embora considerem esta prática como motivadora de casamento/união.

“Estão com muito fogo”. “Pra fazer o ato sexual”, são algumas das

respostas dadas às motivações para as uniões.

Já os meninos mais velhos (15 a 17 anos) possuem maior repertório. O julgamento social recai sobre eles quando sua performance sexual não é satisfatória – algo cobrado pelos amigos e pela família. Eles se sentem pressionados a atender a essa expectativa, mesmo que não queiram. Isso demonstra que o machismo acarreta consequências também para os homens, que se veem impelidos a obedecer aos códigos vigentes, ainda que isso não seja uma tarefa fácil, ou mesmo desejada.

Nós homens desde pequenos somos pressionados a fazer sexo. Eu perdi a virgindade com 14 anos porque um tio meu me obrigou dizendo que se eu não fizesse ia passar o resto da vida me chamando de gay. Se fosse por mim, eu teria esperado, não teria feito pelo tempo de ninguém, teria esperado meu tempo.

Eu perdi a virgindade com 14 anos, por causa da pressão de amigos. Só porque você não transou, você é excluído. (Grupo focal meninos 15 a 17 anos Salvador)

‘É isso mesmo, é homem...tem que pegar mesmo’ [em referência ao que as pessoas falam sobre o comportamento masculino]. (Grupo focal meninos 15 a 17 anos, Camaçari)

Hoje em dia ninguém quer que a pessoa case... é uma disputa, caderninho – quem pegar mais é o melhor [...] eles falam assim: ‘só beijou na boca? Ah! Se fosse eu tinha comido. Você é fraco, devagar’. (Grupo focal meninos 15 a 17 anos, Mata de São João)

Para os meninos, o casamento/união só aparece como uma contingência devido à vivência da sexualidade (da menina, não dele), e dificilmente como um desejo, ao menos durante a adolescência. Mas, como as meninas são pressionadas a se casarem em situações de relação sexual ou gravidez, eles também acabam sofrendo pressão, embora de forma secundária. Com isso, observamos que a sanção familiar e religiosa e a imposição do casamento são menores para eles.

Não são apenas as instituições que tributam a responsabilidade pela vivência da sexualidade e pelo casamento às meninas. Os meninos também opinam que são elas que “se entregam” aos homens/relacionamentos; elas se iludem; elas não se previnem (contra gravidez não planejada); elas querem se casar. E, como relatamos anteriormente, as meninas tendem a aceitar essa responsabilização. Os meninos, inclusive, relatam muitos casos de abandono dos homens em situação de gestação para exemplificar a dissociação masculina frente às responsabilidades nos relacionamentos.

Interessante notar que a *performance* do macho, mesmo posta em discussão, está às vezes tão impregnada que os meninos não conseguem se desprender dela. Em um dos grupos focais, realizado em Mata de São João, os meninos ressaltaram em diversos momentos as vantagens e facilidades da vida sexual masculina e a objetificação das meninas/mulheres.

Rapaz, homem hoje fica sozinho quem quer!

O mal é que alguns escolhem mais, o mal é isso, escolher demais. Hoje em dia mulher tá muito fácil mesmo. Alguns caras que falam: ‘ah, não, essa aí é muito feia’... alguns escolhem demais. Mas hoje mulher tá fácil demais!

Tá fácil hoje em dia, a maioria das mulheres que chegam nos homens: ‘bora ali ficar’. Hoje em dia, os caras ainda se surpreende, mulher que pede pra casar, mulher que pede pra isso e aquilo.

Outro tema que surgiu em muitas falas foi a diferença de idade no casamento/união. Os meninos mais novos demonstram maior incômodo com as diferenças, sobretudo se for entre uma menina e um homem maior de idade. Eles prontamente definem essas relações como pedofilia.

Aliás, tanto para os mais novos como para os mais velhos, qualquer relação masculina com uma menina menor de idade é considerada pedofilia. Notamos uma compreensão baseada no senso comum, segundo o qual o conceito é de crime, e não de doença (o que de fato a pedofilia é⁶³). Com isso, não há qualquer questionamento acerca das relações de poder dos homens adultos sobre as meninas, somente uma suposta preferência por elas baseada em aspectos físicos, e não de dominação.

PERCEPÇÕES SOBRE O AMOR, OS RELACIONAMENTOS E O CASAMENTO/UNIÃO

O significado de casamento/união para os meninos é de responsabilidade financeira. Qualquer outro componente, como amor e sexo, vem depois da condição material. Ou seja, as questões econômicas são definidoras do conceito, o que revela um significado pragmático e objetivo.

⁶³ A pedofilia é uma doença com diagnóstico clínico. Já a violência sexual é crime. Nem todo crime sexual é praticado por pedófilos, mas sim por adultos que possuem uma relação de poder e de dominação sobre crianças e adolescentes. Mais informações sobre o tema podem ser encontradas na página eletrônica do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Acesso em: <<http://www.comitenacional.org.br/>>.

Os meninos mais novos agregam à questão do sustento e provimento a ideia de amor romântico, até mesmo ingênuo, mas os mais velhos não. Para estes, trabalho e dinheiro definem amor e afeto. Os mais novos apresentam os seguintes argumentos para uma decisão sobre casamento:

Ter olhos só para ela.

Ouvir o seu coração. (Grupo focal meninos 10 a 14 anos, Camaçari)

O certo mesmo é escolher se casar, se ele ama ela.

Para ter uma família feliz. Para ter uma casa, comprar uma casa, para ter meu filho lá dentro, ficar tudo bem. Ficar feliz lá dentro de casa com esposa e meu filho. (Grupo focal meninos 10 a 14 anos, Mata de São João)

Já os mais velhos não apresentam qualquer característica de inocência ou romantismo. Chegam a desacreditar nos afetos em alguns casos.

Facilitadora: E o amor, onde é que fica?

Participantes: Lugar nenhum, some.

Participantes: O amor vem por último.

Participantes: Que eles querem fazer mesmo é transar.

Participantes: É amor real...amor ao dinheiro. (Grupo focal meninos 15 a 17 anos, Mata de São João)

O fato de não terem autonomia e estrutura financeira é angustiante para os meninos. Isso é interessante, pois, nas entrevistas com especialistas e agentes públicos, estes apontam como um dos motivos para os casamentos/uniões as vulnerabilidades econômicas das meninas e de suas famílias, mas não a dos meninos. E estes, ao se colocarem no lugar de outro menino que vivencie o dilema entre se casar ou não, sentem-se premiados pelas condições econômicas e pela hipótese de não conseguirem desempenhar o papel de provedor da forma esperada.

Se as meninas se sentem pressionadas pelas responsabilidades domésticas, eles se sentem pelo sustento da família. Ou seja, o papel desigual e hegemônico de gênero, representado pela figura do provedor e da cuidadora é angustiante de distintas formas para os dois.

Um relacionamento para se chegar num casamento, deveria ter, no mínimo, uns 26 a 27 anos para mulheres e para homens uns 35 anos, porque estaria na faixa certa dos dois terem no mínimo uns 50% de maturidade de ver e entender realmente o que é o verdadeiro casamento, porque achar que casamento é botar uma mulher numa casa e encher o bucho dela de comida?! A mulher tem as despesas dela, tem suas contas [...] Acha que casamento é só despesa da casa...gás, água, luz, comida...e a mulher, a despesa dela fica como? Vai ficar despinguelada? Não vai ter um sapato, e o cabelo e a roupa? (Grupo focal meninos 15 a 17 anos, Camaçari)

Ressaltamos ainda que a categoria trabalho é significada pela atividade externa e remunerada. Assim, os afazeres domésticos, para os meninos, não constituem um trabalho. Tanto que a única exceção para a divisão das tarefas se dá no caso de as mulheres trabalharem fora; neste caso, não teriam o tempo prioritário para dar conta das demandas exigidas, o que justificaria a participação masculina na vida doméstica.

Um grupo focal de Mata de São João faz uma interessante discussão acerca de classe social para discutir casamento/união. De acordo com eles, as famílias ricas preferem que seus filhos e filhas se casem com homens/mulheres ricas para manter e/ou aumentar seus bens. Nestes casos, acreditam nas uniões como negócio e estratégia financeira, e não como algo motivado por desejo e amor. Também opinam que, se a menina ou o menino forem ricos, poderiam se casar em qualquer idade, pois o grande problema da união – de ordem financeira – inexistiria.

Tem um pai que é político, aí tem um cara lá que tem o terreno que ele quer. Aí ele fala assim: ‘pô, vei, vou botar minha filha pra casar com o desse cara aqui também’. Os pais mais mesmo de rico, que bota um pra casar com outro. (Grupo focal meninos 15 a 17 anos, Camaçari)

Os meninos observam menos situações de casamentos e uniões forçadas em idade precoce nas suas comunidades do que as meninas participantes dos grupos focais. Não há consenso entre eles acerca da idade – alguns apontam que eles ocorreriam mais entre dois adolescentes; outros, que seriam mais comuns entre meninas e homens mais velhos. Eles acreditam que grande parte dos casos são motivados por gravidez, cabendo às relações sexuais o posto de segundo maior instigador. Na maioria das vezes, são uniões informais, com coabitação na casa de uma das famílias. Desconhecem casos de casamentos/uniões homoafetivas.

O principal ganho do casamento, para eles, é ter uma vida sexual ativa e uma mulher só para si, o que pode lhes conferir *status*. Já as perdas são muitas: pressão econômica para sustento da família; abandono dos estudos para trabalhar; liberdade (vários citam não poder jogar futebol ou sair com amigos quando quiserem).

Ele ganha experiência pra quando ele tiver os filhos saber ensinar eles a não fazer a mesma coisa. Não repetir o mesmo erro. (Grupo focal meninos 15 a 17 anos, Mata de São João)

Perde a liberdade, o tempo de buscar o futuro dele e a vida dele toda [...] Vai ter que arcar com despesas. Vai se dedicar a trabalho, despesa, trabalho e despesa... só isso. (Grupo focal 15 a 17 anos, Camaçari)

O bom é ganhar responsabilidade. Ganha mais maturidade. Mesmo sem poder sair e namorar quem quiser e gastar com o que quiser, ganhar mais responsabilidade é bom.

O que o menino ganha? Sexo. (Grupo focal meninos 15 a 17 anos, Salvador)

O PRINCIPAL GANHO DO CASAMENTO, PARA ELES, É TER UMA VIDA SEXUAL ATIVA E UMA MULHER SÓ PARA SI, O QUE PODE LHE CONFERIR STATUS. JÁ AS PERDAS SÃO MUITAS: PRESSÃO ECONÔMICA PARA SUSTENTO DA FAMÍLIA; ABANDONO DOS ESTUDOS PARA TRABALHAR; LIBERDADE.

Na opinião deles, as meninas também perdem – inclusive mais do que eles –, pois abrem mão dos estudos para exercer serviço doméstico e correm o risco de sofrer com violência doméstica. No caso delas, a sexualidade também seria uma perda também. Ou seja, o direito de vivê-la é exclusividade masculina.

A vida dela vai virar um caos. [...] Ela vai deixar de curtir a vida, deixar de sair para os lugares que ela quer, vai ficar só em casa com o filho.

Desde o momento que ela passe a morar junto com ele [marido], ela vai ter que lagar os estudos e provavelmente apanhe. E se eles tiverem o filho, a responsabilidade vai ser dela de cuidar de casa, dele e do filho.

O que a menina perde? A virgindade. (Grupo focal meninos 15 a 17 anos, Salvador)

Apanha do marido se o marido for assim rígido. (Grupo focal meninos 10 a 14 anos, Mata de São João)

FATORES DE RISCO E DE PROTEÇÃO DE CASAMENTOS E UNIÕES FORÇADAS

As discussões sobre as instituições religiosas são acaloradas. Alguns acham que elas protegem contra uma união se a menina for muito nova, e outros acham que pressionam os jovens a se casarem devido à vivência da sexualidade. Para eles, o papel de sanção está mais presente nas denominações evangélicas do que nas católicas. Como já afirmamos, somente essas duas instituições foram citadas em todos os grupos focais.

A sanção religiosa pode ser exercida de muitas formas, abertas ou sutis, como crítica das lideranças ao casal e às suas famílias, afastamento temporário das atividades e fofocas. Eles citam expressões como “não casar e virar pessoa do mundo”, “se corromper”, “entrar na carne”, “viver no pecado”.

A minha [igreja] aconselharia a casar. Falaria que a melhor solução é casar para manter uma imagem.

Se Deus permitir e o pastor conversar com eles, eles vão orar e namorar, orar e noivar, orar e casar, e Deus permitindo o resultado vem em forma de mensagem [em referência à prática religiosa diante da possibilidade de casamento]. (Grupo focal meninos 15 a 17 anos Camaçari)

Por ela ser muito nova, acredito que nenhuma religião iria aceitar.

Se ela for evangélica, vai ser obrigada a casar por conta da relação sexual antes do casamento. (Grupo focal meninos de 15 a 17 anos, Salvador)

Já as famílias podem pressionar os meninos a se casarem numa situação de gravidez ou de perda da virgindade da menina para “não fugir às suas responsabilidades”. Mas os jovens ponderam que nem todas as famílias têm uma postura rígida. Há aquelas que tentam contornar a situação, orientando seus filhos a manter um namoro e se casar mais a frente.

O maior poder decisório é do pai, que é uma figura de autoridade inclusive perante a mãe. Estas são mais amigáveis e conselheiras: buscam soluções negociadas, enquanto os pais impõem as suas. Não há pânico moral das famílias em relação à sexualidade dos rapazes, mas sim preocupação quanto à responsabilidade provedora – assumir a menina e um/uma eventual filho/a.

A falta de diálogo familiar também é apontada pelos meninos e se configura como fator de risco. Eles não encontram em casa um lugar de acolhimento ou de diálogo sobre temas ligados a sexualidade, amor, desejo e relacionamentos.

A fofoca tem poder de sanção e representa um risco. Família extensa, vizinhos e, por vezes, amigos comentam e criticam o casal, gerando constrangimento para as famílias – que acabam optando pelo casamento para solucionar o problema. As meninas, sobretudo, correm mais risco de “ficarem faladas” e os meninos/homens se casam com elas para evitar essa imagem.

Os pais são mais exigentes com as meninas, nem tanto assim com os meninos [...] Com os filhos homens os pais falam ‘Meu filho é homem...por mim’. (Grupo focal meninos 10 a 14 anos, Camaçari)

Tem pai que diz assim: ‘Você só pode se governar quando você tiver 18-19 anos, enquanto tiver de 17 pra baixo e for criança, eu mando em você’. (Grupo focal meninos 15 a 17 anos, Camaçari)

[Pai] Quer que case porque os vizinhos vão ficar falando mal dele. (Grupo focal meninos 10 a 14 anos, Mata de São João)

O pai é mais rígido, o pai é mais pra casar. Você acha que se o pai ficasse sabendo que tá negociando com a filha dele, não ia querer que case? (Grupo focal meninos 15 a 17 anos, Mata de São João)

Para os meninos, a escola figura como instituição de apoio e proteção em alguns grupos focais, embora não aborde o tema casamento/união. Contudo, estudar é uma estratégia de prevenção, pois o foco da vida estaria voltado para a conclusão do ensino médio e o ingresso no ensino superior, que permitiria o alcance de uma profissão.

À exceção das instituições familiares, religiosas e educativas, os meninos têm muita dificuldade para

apontar outras redes de apoio e proteção contra casamento ou união forçada em idade precoce. Eles arriscam mencionar a polícia e os bombeiros e só citam o Conselho Tutelar, CRAS e postos de saúde quando estes são elencados pelas pesquisadoras.

METAS E PROJETOS DE VIDA

O casamento/união é visto como uma meta apenas na vida adulta, entre os 22 e 25 anos, após a conquista de sua independência financeira. A maioria deseja se casar, ainda que nos diálogos eles observem diversas vezes que os homens “não ligam para casamento”.

Percebemos nas entrelinhas que, embora as normas de gênero estejam presentes nos discursos e nas práticas, eles desejam afeto e companheirismo. “Eu tenho vontade, mas eu tenho vergonha [de entrar na igreja para se casar]”; “Eu, com 19 anos, eu tendo minha casa, meu trabalho já, eu caso. Eu quero ter um ‘bacurizinho’ [...]”.

O trabalho e a renda aparecem em primeiro lugar no projeto de vida. Concluir o ensino básico e cursar uma faculdade é menos citado, o que reforça como a questão econômica é determinante em suas vidas. O sonho da estabilidade financeira inclui “bom emprego”, casa e carro próprios, plano de saúde e dinheiro para “comprar coisas para a mulher e os filhos”.

Amostra 2 – Maranhão

APRENDIZAGENS DE GÊNERO E CONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE

Os relatos dos meninos de Codó, sejam aqueles com idades entre 10 e 14 anos ou aqueles entre 15 e 17 anos, demonstram (salvo algumas poucas exceções) que os papéis e as normas tradicionais de gênero condicionam suas percepções e atitudes – algo que também foi constatado na amostra da Bahia. Para eles, cabe ao homem o sustento da família e às mulheres, as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos e as filhas.

Todos mantêm a ideia do homem provedor como um papel social inquestionável que é exigido pela família, escola, igreja, etc. Isso não significa que eles se sintam confortáveis para desempenhar o papel: alguns revelam o peso de “ter que assumir toda a responsabilidade [financeira] da casa”. Porém, os meninos sugerem que o casal possa dividir tais responsabilidades. No imaginário dos meninos, ainda prevalece o modelo tradicional de família composto por um casal heterossexual com filhos/filhas e papéis sociais bem definidos para o marido e a esposa.

Ele tem que pensar em terminar os estudos, comprar uma casa, se formar, comprar uma moto para ele para poder levar a mulher pros lugares, ainda mais se for longe (Grupo focal meninos 10 a 14 anos).

Quando a pessoa se casa, a responsabilidade é maior. [o homem] Tem que se preocupar nesse ramo de sustentar ela [a mulher] (Grupo focal meninos 15 a 17 anos).

O casamento dá prejuízo pro homem. Ele tem mais responsabilidade porque é ele quem vai sustentar a casa. Aí perde a juventude dele (Grupo focal meninos 15 a 17 anos).

[o menino] não pode casar se não tiver dinheiro suficiente (Grupo focal menino 10 a 14 anos).

É o homem que paga as contas e as dívidas da casa (Grupo focal meninos 10 a 14 anos).

Apenas em um dos grupos focais, com meninos de 15 a 17 anos, um menino destaca a importância dos direitos iguais na relação de casamento/união e defende que a mulher também precisa batalhar por sua independência financeira (o mesmo aconteceu em um grupo de Salvador). Entre os meninos mais novos (10 a 14 anos), algumas falas apontam para esse desejo de relações mais equânimes, porém, logo em seguida, voltam a defender que é do homem o papel de sustentar a casa e a família.

Por um lado, os questionamentos sobre os papéis tradicionais de gênero revelam algum nível de conhecimento e de incômodo com o *status quo*. Por outro lado, os meninos não sabem como avançar nesse entendimento, pois parece ser algo novo para eles, sem referências próximas ou reflexões que possam ajudá-los. Esse avanço pode ser facilitado pelo trabalho do poder público e das organizações sociais que atuam ou desejam atuar com os temas de gênero e de casamento / união infantil.

Eu tenho namorada. O que eu quero agora, nesse momento, é que ela se forme, faça faculdade (Grupo focal meninos 15 a 17 anos).

A menina está preparada para casar quando concluir o que ela quer fazer da vida dela, se formar no que ela quer trabalhar. Depois que ela tiver alcançado tudo o que ela quer, pra não viver dependendo dele, ela pode casar (Grupo focal meninos 15 a 17 anos).

A mulher não quer depender do homem, quer ter seu dinheiro próprio (Grupo focal meninos 10 a 14 anos).

Interessante notar que, ao contrário do que aparece nos relatos da Bahia, em Codó (MA) os meninos, apesar de atribuírem às mulheres as tarefas domésticas, quando questionados sobre o que indicaria que uma menina/mulher está pronta para casar, a capacidade para desempenhar essas tarefas só aparece em uma fala: “pra casar tem que saber cozinhar” (Grupo focal meninos 10 a 14 anos). As demais falas destacam condições como: “ter a mente boa”, “ser certa” e “ser madura”.

Assim como nos relatos da Bahia, os meninos reforçam um imaginário das mulheres como “ciumentas”, “ingênuas” e “controladoras” e dos homens como vítimas deste controle. No casamento/união, atribuem e elas a perda da liberdade dos homens, que é representada pelo direito de jogar bola, beber e sair com os amigos.

Os homens de hoje em dia fala que mulher depois que se casa já não deixa o homem viver a vida dele como antigamente, com os amigos (Grupo focal meninos 15 a 17 anos).

O menino perde a juventude dele, porque tem que ficar mais em casa, sem sair de casa. Sem brincadeira, sem festa, bebedeira, não vai aproveitar a juventude. E se ele quiser sair, tem que levar ela (Grupo focal meninos 15 a 17 anos).

Se casar, não vai mais poder jogar bola (Grupo focal meninos 10 a 14 anos).

Casamento afeta a amizade dos amigos e os amigos não iriam gostar. (Grupo focal meninos 15 a 17 anos).

Perde a vida na balada, não curte e não tem experiências novas antes dos 18 anos, não vai poder conhecer outras pessoas (Grupo focal meninos 15 a 17 anos).

Eles destacam também o quanto os amigos cobram que os homens tenham uma “postura firme” e que não deixem a “mulher mandar nele”, o que aponta para a reprodução e perpetuação do machismo nas relações sociais de forma estrutural e estruturante.

Se a pessoa tá namorando, os amigos já começa: - não, cara, tá namorando, esse negócio de se amarrar, vai curtir sua vida! Deixa isso de mão. Ou então, quer curtir a noite com a mulher, coisa assim, aí os amigos chamam – bora ali... Ah, não, hoje não vou. ‘Ela não deixa tu mais sair, né?’. Aí fica botando coisa na cabeça do cara (Grupo focal meninos 15 a 17 anos).

Ah, ele abandonou a gente. Ele jogava bola com a gente, fazia isso com a gente e aí depois que ele casou, a mulher pegou no pé dele, agora ele num tá nem mais andando com a gente (Grupo focal meninos 15 a 17 anos).

IMAGINÁRIOS SOBRE SEXUALIDADE

De forma geral, os participantes dos grupos focais não distinguem conscientemente entre a sexualidade da menina e a sexualidade do menino. Dizem que ambos podem ter relações sexuais, mas precisam saber se prevenir contra a gravidez não planejada. Contudo, ao opinarem sobre diversos temas relativos aos direitos sexuais de ambos, percebemos que esse discurso de igualdade não é real.

Ao contrário dos relatos da Bahia, o papel do “macho viril” não é reforçado entre os meninos de Codó. Para os mais novos (10 a 14 anos) as relações sexuais, tanto para o menino como para a menina, só devem acontecer depois do casamento, e é preciso esperar “o tempo certo”.

Tem que casar primeiro e depois fazer esse negócio aí [sexo] (Grupo focal meninos 10 a 14 anos).

Eu tenho namorada. Mas, eu não pretendo, nesse momento, em momento algum, ter relação [sexual] com ela e nem casar (Grupo focal meninos 15 a 17 anos).

Quando tratam do tema da virgindade feminina, são unânimes em defender que a “honra” da menina precisa ser mantida e que, a depender da situação, principalmente em caso de gravidez, o casamento é uma

solução para que ela não “fique mal falada” na escola, no bairro e na comunidade. Tais narrativas nos permitem perceber que a indistinção no direito de vivência da sexualidade, afirmada em um primeiro momento, precisa ser relativizada.

Os meninos apontam que em geral é a família da menina, sobretudo o pai, que exige o casamento/união, mesmo entre adolescentes, para proteger a filha numa situação de vida sexual e/ou gravidez. Dizem não concordar com essa postura, mas acreditam que muitas vezes os adolescentes podem não ter escolha. Assim como na Bahia, a pressão

PARA O MENINO, CASAR É MANTER A HONRA COMO RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO; PARA A MENINA É NÃO PERDER A HONRA MORAL FRENTE À SEXUALIDADE VIVENCIADA E DESCOBERTA.

pela união recai sobre as meninas, afetando os meninos/homens apenas de forma secundária. Assumir a mulher e/ou um bebê é uma forma de atestar sua masculinidade.

O sentido de honra entre os dois, todavia, é diferente. Para o menino, casar é manter a honra como responsabilidade e compromisso; para a menina é não perder a honra moral frente à sexualidade

vivenciada e descoberta. Citam inclusive que, para manter a “honra” da filha, muitas famílias as ameaçam e agredem.

Se falou que vai casar, tem que manter a palavra dele. Se não é covarde. (Grupo focal meninos 10 a 14 anos).

Ele namorava com uma menina e ela era uns três anos mais nova que ele, né? Aí eles namoravam e ela engravidou. Aí, no começo, ela num contava, mas só que, como a barriga cresce, ela decidiu contar. Ele já era de maior. Aí o pai dela ficou muito zangado e disse que ia até matar ele [risos]. Aí, disse que eles iam ter que casar de um jeito ou de outro. Eles casaram e no final não deu certo [relato de um caso] (Grupo focal meninos 15 a 17 anos).

No momento que ela engravidou, tem que casar. Porque, geralmente, na localidade que nos encontramos, acontece isso. Bastante. A menina tá com o garoto, ocorre. Não vai dizer: não foi porque quis. É porque quis. Se ela tem o órgão genital dela e ele tem o dele e faz, faz porque eles querem. Então, se eles fazem isso e tem um filho pra cuidar, então, geralmente, isso vai obrigá-los a casar (Grupo focal meninos 15 a 17 anos).

Aqui [em Codó] é assim que acontece. Na maioria das famílias é assim que acontece (Grupo focal meninos 15 a 17 anos).

Tanto os meninos mais novos (10 a 14 anos) como os mais velhos (15 a 17 anos) atribuem à menina a responsabilidade pela gravidez precoce e pela “perda da virgindade” e dizem que são elas que querem casar, o que reforça a culpabilização da mulher pelo exercício de sua sexualidade e a isenção da responsabilidade do parceiro pela decisão de terem relação sexual e por uma eventual gravidez.

Por mais que apontem os homens que abandonam parceiras grávidas como culpados, irresponsáveis e, portanto, dignos de punição, os meninos de Codó continuam atribuindo à “fraqueza” da menina/mulher a culpa pela situação indesejada, que muitas vezes acarreta um casamento forçado. Para muitos, o casamento/união infantil continua a acontecer porque “a mulher se entrega muito rápido pro seu companheiro” (Grupo focal meninos 15 a 17 anos).

Meninas querem casar cedo. Menina tem mente fraca (Grupo focal meninos 15 a 17 anos).

Eu acho incrível! Como uma mulher pode se entregar pra um rapaz muito ligeiro. Por isso que acontece essas gravidez... Que a mulher, você sabe, mulher é muito fraca pra resistir aos pensamentos do homem, mas ela tá com um mês de namoro, tá ali na relação e ela fica se entregando, num sabe a última do rapaz, num sabe o que o rapaz faz (Grupo focal meninos 15 a 17 anos).

Eu acho que o homem é um total ilusionista daquilo. Então, ele, que tem que ser o total punido, porque ele que ilusiona a mulher. Porque ele dá falsas esperanças, várias ilusões pra mulher, no caso é - fica comigo... Nós vamos casar... Eu te amo... Num sei o que... Meu amor... Um bocado de coisa, aí a mulher vai e se entrega por completo. Aí, na hora ela vai, engravida, aí o pai obriga ela a casar. E na hora muitas vezes num casa. Ela fica pra lá sofrendo, sustentada por uma pensão e acaba sendo difamada pelo nome de várias pessoas (Grupo focal meninos 15 a 17 anos).

Segundo os meninos, o abandono parental é frequente e os papéis se repetem: a menina cuida do filho sem a presença do pai; a mãe da menina cuida dela, sem a presença do marido. Ou seja, a função materna e a ausência paterna se perpetuam ao longo de gerações. Ao pai, quando presente, é creditada a função de estabelecer limites e aplicar punições, além de garantir o sustento econômico da família.

Geralmente, engravida, deixa pra mãe cuidar... Continua frequentando a escola, algumas... E o pai fica trabalhando de oficina, porque, geralmente trabalha de oficina e fica só mandando mesada de R\$ 50,00 pra comprar um pacotinho de fralda. Essas coisas. Então, é relativo. Já tem outras famílias que dizem – ah, vocês vão morar juntos (Grupo focal meninos 15 a 17 anos).

PERCEPÇÕES SOBRE O AMOR, OS RELACIONAMENTOS E O CASAMENTO/UNIÃO

Duas percepções sobre o casamento/união se sobressaem. Conforme a primeira, ele significa uma permissão para ter relações sexuais, o que é uma vantagem: “ele só quer casar para transar” (Grupo focal meninos 15 a 17 anos). A segunda traz uma perspectiva mais romântica, da união como amor, carinho, casa e filho/filha, numa visão bastante idealizada do casamento e da família.

Ao contrário dos relatos da Bahia, a perspectiva do amor romântico aparece tanto entre os mais novos quanto entre os mais velhos enquanto motivação central para o casamento. Em alguns relatos, o amor é colocado acima da lei: para os meninos, mesmo se a menina for menor de idade, havendo amor e condições financeiras, o casamento pode acontecer.

Quer casar por amor, porque gostava muito dela, se amavam [ao comentar um caso hipotético de casamento] (Grupo focal meninos de 10 a 14 anos).

Se não existir amor, não deve casar (Grupo focal meninos 15 a 17 anos)

Ainda que o ideal romântico se sobressaia, é importante ressaltar que os meninos não relegam as questões materiais (ou a “confiança financeira”, como dizem alguns) ao segundo plano; eles acreditam que essa responsabilidade, como já foi ressaltado, é exclusividade masculina numa união. Opinam até mesmo que a segurança financeira propiciada pelo homem é um dos motivos para algumas meninas quererem se casar.

Algumas se iludem com presente e casa. Tá apaixonada pelo homem (Grupo focal meninos 15 a 17 anos).

Às vezes, os pais não dá o que ela pede e o de fora vai e dá o que ela pede, aí ela vai e se casa (Grupo focal meninos 15 a 17 anos).

O pai quer que a filha case com um homem com dinheiro (Grupo focal meninos 10 a 14 anos).

O casamento/união também é compreendido como uma forma de homens e mulheres seguirem o “caminho certo”, o que é descrito como uma relação estável e monogâmica para as mulheres e a diminuição no consumo de álcool, o não consumo de drogas ou a possibilidade de não “entrar para o mundo do crime” para os homens.

Essa perspectiva aparece com mais força entre os meninos mais novos e, pontualmente, nas falas de alguns mais velhos. Nesse sentido, o casamento/união é visto como uma forma de proteção, o que talvez indique a aceitação da transferência de responsabilidade pelos cuidados da/do adolescente da família para o/a cônjuge.

Quando falam sobre as perdas provocadas pelo casamento/união, assim como os meninos escutados na Bahia, os maranhenses destacam a liberdade e a abdicação dos seus projetos de vida.

Ele vai desistir dos sonhos dele. Vai desistir do que ele queria fazer, tudo mais (Grupo focal meninos 15 a 17 anos).

Acho que a pessoa se casando adolescente perde completamente toda adolescência. Vira adulto, como o pessoal fala. Cria mais responsabilidade, sendo que ele tem uma família pra cuidar agora. Uma esposa. Tem que arranjar emprego (Grupo focal meninos 15 a 17 anos).

Embora esta falta de liberdade seja mais demarcada quando ele se referem aos meninos/homens, os participantes também ressaltam que ela acontece para as

A MAIORIA DOS MENINOS AVALIA QUE É MELHOR CASAR E TER FILHOS DEPOIS DOS 18 ANOS, JÁ COM CONDIÇÕES FINANCEIRAS PARA SUSTENTAR A CASA E A FAMÍLIA. OS MAIS NOVOS ACREDITAM QUE UMA UNIÃO SÓ DEVERIA OCORRER A PARTIR DOS 30 ANOS.

meninas, pois estas se tornam dependentes emocional e financeiramente dos maridos. Todos destacam que também ficam sujeitas a situações de violência.

Na maioria dos casos, a menina aceita e ela não sabe se o homem pode se transformar em outra pessoa, como já vi. É experiência real. O homem vai impor o que ele quer, ela tando na casa dele, ele vai impor o que ele quer. Até mesmo pode agredi-la. Impedir ela de sair pros lugares. É o que acontece, hoje em dia, é isso (Grupo focal meninos 15 a 17 anos).

O homem e a mulher perde muita coisa se casando, o homem não vai poder sair com os amigos, jogar bola, ir pro bar e a mulher não vai poder falar com as amigas no telefone porque tem homem que é muito ciumento e pensa que é outro homem que tá com a mulher (Grupo focal meninos 10 a 14 anos).

A família da menina espera que ele [o marido] não bata nela, não espanque os filhos deles (Grupo focal meninos 10 a 14 anos).

Além do risco de sofrer violência doméstica, os meninos mais novos falam sobre os riscos de saúde que o casamento/união pode trazer às meninas, uma vez que o associam à maternidade. Para todos, sem exceção, não há casamento sem filhos/filhas. O casamento é o primeiro passo para a construção de uma família, entendida no seu modelo tradicional.

Vai casar para fazer filho, construir a família (Grupo focal meninos 10 a 14 anos).

Tem pessoas muito jovem que casa com pessoas assim grande e vai engravidar e às vezes não aguenta, ela morre ou o filho morre. Tem vezes que a pessoa até morre por causa do bebê (Grupo focal meninos 10 a 14 anos).

O útero de uma menina de 14 anos é muito pequeno, não serve pra sustentar o bebê dela (Grupo focal meninos 10 a 14 anos).

A maioria dos meninos avalia que é melhor casar e ter filhos depois dos 18 anos, já com condições financeiras para sustentar a casa e a família. Os mais novos acreditam que uma união só deveria ocorrer a partir dos 30 anos: “devia ter uma lei que dissesse que só pode casar depois dos 30” (Grupo focal meninos, 10 a 14 anos), já os mais velhos acham que a partir dos 20 anos homens e mulheres estão preparados.

Outros condicionantes, além da idade, são a garantia de condições financeiras de sustentar a mulher e os filhos/filhas, a configuração de uma relação baseada no amor e a maturidade para uma vida a dois.

Não iria casar até conseguir um emprego melhor, terminar os estudos e depois casaria (Grupo focal meninos 15 a 17 anos).

Primeiro termina os estudos, depois que vai pensar em relacionamento (Grupo focal meninos 15 a 17 anos).

Eu aproveitava a vida de criança, terminava os estudos e depois ia trabalhar, me formar, aí pensava em casar (Grupo focal meninos 10 a 14 anos).

A mulher deve se casar com a mesma idade do homem (Grupo focal meninos 10 a 14 anos).

Não é só a idade que importa, o trabalho também (Grupo focal meninos 10 a 14 anos).

Para casar, tem que esperar a mente amadurecer (Grupo focal meninos 15 a 17 anos).

O medo da traição aparece de forma recorrente entre os meninos de 15 a 17 anos escutados em Codó, assim como entre os da Bahia. E, para alguns, o casamento pode ser uma forma de evitar a traição e “segurar” a namorada.

Às vezes casa por medo de perder a namorada para alguém mais jovem. (Grupo focal meninos 15 a 17 anos)

A maioria dos meninos revela conhecer alguém com menos de 18 anos vivendo um casamento/união em suas próprias famílias, na escola ou no bairro onde moram. Citam, também, casais homossexuais compostos por pelo menos uma pessoa menor de idade, casos de meninas com homens mais velhos e casos de meninos com mulheres mais velhas. Destacam que são uniões não formalizadas. Salientamos que as uniões homoafetivas são pouco citadas nas duas amostras e, quando o são, isso ocorre de forma genérica.

Para muitos, principalmente aqueles que se declaram evangélicos, “morar junto” não é considerado casamento. Há um entendimento de que apenas o casamento oficializado na igreja tem validade e consolida um amor verdadeiro, que não irá se desfazer com uma eventual separação do casal – opinião que corrobora as reflexões feitas no capítulo 4 do presente estudo.

Porque as pessoas quando moram junto, eles tão se gostando. Por qualquer causa, eles vão se separar. Mas as pessoas quando estão se amando, assume total responsabilidade, como ele falou. Casa no papel e na igreja. Aí, sim, é o amor (Grupo focal meninos 15 a 17 anos).

FATORES DE RISCO E DE PROTEÇÃO CONTRA CASAMENTOS E UNIÕES FORÇADAS E PRECOSES DE MENINAS ADOLESCENTES

Assim como na Bahia, a família e as instituições religiosas aparecem ora como fator de proteção, ora como fator de risco para esses casamentos e uniões

forçadas. Apenas a escola é vista como espaço exclusivo de proteção, seja porque representa a escolha do/a menino/a em focar nos estudos e realizar seus projetos de vida, seja porque ali os jovens recebem orientações importantes para ajuda-los nas tomadas de decisões.

Se tivessem mais oportunidades de estudos, bolsas, as pessoas não casariam cedo (Grupo focal meninos 15 a 17 anos).

Contudo, há ressentimento pelo fato de que a escola não aborda o tema do casamento/união infantil de forma mais institucional e continuada. O apoio é dado por alguns professores, por meio de conselhos individuais.

Não tem atividade na escola. Poderia ter um dia na escola para conversar sobre isso igual aqui (Grupo focal meninos 15 a 17 anos).

Alguns professores falam para o menino, a menina pensar melhor e não casar cedo. (Grupo focal meninos 15 a 17 anos).

A tia [forma de se referir à professora] disse que tem que casar com 30 anos, tem que se divertir primeiro (Grupo focal meninos 10 a 14 anos).

Em Codó, as discussões sobre o papel das instituições religiosas são tímidas. Alguns meninos apontam padres e pastores como agentes que podem orientar sobre a importância de não se casar antes dos 18 anos. Assim como na Bahia, a instrução principal é a não vivência da sexualidade como forma de evitar gravidez e um possível casamento.

A igreja católica, ela permite isso de o adolescente não engravidar, porque a relação sexual só pode vir depois do casamento. Isso que a igreja católica quer transmitir, mas muitos num leva a sério. Por isso que muitos jovens acabam sendo pai e sendo mãe muito cedo (Grupo focal meninos 15 a 17 anos).

Há uma visão diferente sobre o papel da família entre os mais novos e os mais velhos. Para os primeiros, a família exerce uma autoridade maior: “a família que tem que decidir a idade dos filhos de casar” (Grupo focal meninos 10 a 14 anos). Já os mais velhos questionam essa autoridade e ressaltam que muitas vezes a pressão dos familiares para um casamento/união pode prejudicar a vida dos meninos e das meninas.

A maior parte da culpa é dos pais. O que eu acho que hoje em dia ainda tem pais que obrigam os homens a casar cedo, pelo fato da menina ser virgem e por ter tirado a virgindade da menina. Eu acho que a maior parte dos pais ainda acredita que tem que casar só pelo fato disso ter acontecido (Grupo focal meninos 15 a 17 anos).

Mas a família também exerce o papel da proteção. Para alguns, ela pode ser o lugar de apoio e de orientação para que o casamento/união infantil não ocorra, como diz um menino ao ser questionado sobre o que os familiares pensariam sobre um casamento entre um homem de 20 anos e uma menina de 14 anos: “se for um pai que goste muito da filha, nunca vai querer que a filha saia de casa tão jovem” (Grupo focal meninos 15 a 17 anos).

A mãe, assim como nos relatos da Bahia, é definida como aquela que tem mais diálogo com a filha, enquanto o pai é visto como o responsável pelas decisões, tomadas muitas vezes de forma arbitrária. Mas, em alguns relatos, o poder da mãe é equivalente ao do pai. Para eles, tudo depende da configuração da família: em algumas delas são as mães – às vezes, as avós – que exercem maior controle sobre as decisões dos jovens.

A fofoca da vizinhança e da família extensa tem poder de sanção e de risco. Assim como entre os meninos da Bahia, o “medo do que vão falar” aparece de forma recorrente nas falas. O julgamento dos amigos, da família e dos vizinhos parece ter um grande peso nas decisões, sejam elas favoráveis ou contrárias ao casamento.

Com exceção das instituições familiares, religiosas e educativas, os meninos têm dificuldades em citar outros órgãos de proteção, como ocorreu nos grupos focais da Bahia. O Conselho Tutelar surge apenas uma vez, bem como o Juizado de Menores e a Delegacia de Proteção às Mulheres. Porém, os meninos não sabem dizer exatamente que tipo de proteção esses órgãos podem oferecer.

METAS E PROJETOS DE VIDA

Trabalho e renda aparecem em primeiro lugar no projeto de vida dos adolescentes de Codó. O casamento está aliado à conquista de um “bom emprego” que possibilite manter a casa, a mulher e os filhos/filhas. Para os meninos, a noção de maturidade está relacionada a ter compromisso com o trabalho e com a família. Entre as meninas, o conceito é associado ao preparo para cuidar da família, dos filhos/filhas e do marido – percepção recorrente em todos os grupos focais das duas amostras.

Os meninos citam com maior frequência a importância de concluir os estudos, fazer uma faculdade e conseguir uma profissão melhor remunerada (“se formar doutor”, “fazer uma faculdade”, “ter uma carreira”). Já os mais velhos desejam um bom emprego, que não é necessariamente associado à construção de uma carreira. Para estes, terminar os estudos está ligado à conclusão do ensino médio.

Antes de casar o menino tem que procurar algo na faculdade, ser um doutor, alguma coisa assim (Grupo focal meninos 10 a 14 anos).

Para casar, tem que ter um bom emprego (Grupo focal meninos 15 a 17 anos).

Não iria casar até conseguir um emprego melhor, terminar os estudos e depois casaria (Grupo focal meninos 15 a 17 anos).

6.2.4. Homens adultos que se casaram, na ocasião, com meninas abaixo de 18 anos

Amostra 1 – Bahia

APRENDIZAGENS DE GÊNERO E CONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE

Os homens casados têm uma percepção sobre as meninas e mulheres próxima à dos meninos dos grupos focais. Elas são mais frágeis, vigiadas e ciumentas. Mas também recebem adjetivos como “centradas” e “desenvolvidas”. Um dos entrevistados reconhece que elas são historicamente discriminadas e sofrem violências. Já os homens são, na opinião deles, mais práticos, mais desleixados e menos propensos

ao sofrimento. A mulher é mais dramática e intensa e o homem, mais impassível e des preocupado.

Além dos aspectos comportamentais, alguns ressaltam a importância de se estabelecer as diferenças biológicas, que definem os papéis de homens e de mulheres na vida social. Um deles avalia que, hoje, esses papéis estariam misturados, o que seria muito ruim para a formação das crianças. Outro entrevistado afirma se sentir incomodado com a postura de algumas feministas, que estariam prejudicando a imagem dos homens.

Eu não sou uma pessoa que tem um preconceito não... jamais. Mas, não está tendo diferença, [...] porém era para ter. Tem mulher querendo ser homem, homem querendo ser mulher [...] Esse lado assim... de casamento gay, dessas coisas. E aí, isso com certeza vai confundir muito a cabeça das crianças. (Ex-marido, 24 anos)

Esse choque hoje que acontece muito entre o que é feminino e o que é masculino. E ah, você é machista, você é feminista. Esse embate, dessa dualidade, para mim é prejudicial [...] Eu tenho muitas amigas que são feministas e são ótimas amigas. Mas, as conversas da maior parte delas, vai fazer com que minha filha, por exemplo, veja um menino, veja um rapaz como um inimigo. Ah é um homem, automaticamente ele é machista, automaticamente ele abusa de mulher. Automaticamente ele é um provável estuprador. (Marido, 32 anos)

Percebemos que as novas dinâmicas sociais, protagonizadas principalmente pelas mulheres em sua busca por desconstruir os papéis e as normas tradicionais de gênero, é de difícil assimilação por parte dos homens. Os códigos tradicionais ainda estão

vigentes, e a maioria dos entrevistados demonstra dificuldade para absorver o processo de construção de novas masculinidades.

No casamento, esses papéis se tornam ainda mais evidentes. Mais uma vez, os homens são os provedores e protetores e as mulheres, as cuidadoras e protegidas – o que é relatado de forma naturalizada pelos maridos. Todos eles são responsáveis pelo sustento da casa e da família, cabendo às esposas o serviço doméstico e o cuidado com filhos/as, mesmo quando trabalham fora (é o caso de três delas).

A palavra empregada para designar o serviço doméstico é “ajuda”, como constatado também nos grupos focais de meninas e meninos e nas entrevistas com as mulheres. Os homens afirmam realizar algumas tarefas, sobretudo nos finais de semana, quando têm mais tempo. Como se casaram com meninas adolescentes e ainda sem experiência, alguns apontam que elas estão melhorando no casamento justamente porque conseguem assumir o serviço doméstico.

Trabalho de casa quem faz é ela [esposa]. Faz tudo...a comida, ela sabe fazer tudo. Eu fazer o que? O trabalho do homem é só botar comida dentro de casa. (Marido, 23 anos)

Trabalho em casa, faço os afazeres da casa, para ajudar a esposa, como é normalmente hoje em dia. (Marido, 32 anos)

Eu cozinho também. Ela faz tudo... Eu só cozinho quando estou... domingo, num feriado que estou em casa. (Marido, 20 anos)

Ela... assim ela é nova, mas ela vem melhorando cada vez mais [...] As responsabilidades de casa. Antes era mais devagar e aí, conversando, conversando, aí se entendendo e ela hoje está bem melhor (Marido, 27 anos)

IMAGINÁRIOS SOBRE SEXUALIDADE

As questões envolvendo a vivência da sexualidade foram o principal motivo para os casamentos/uniões: quatro se casaram devido à gravidez e um por perda da virgindade da menina (uma união foi motivada pelo apoio à menina para sair de um lar conflituoso). Isso reforça as percepções dos meninos dos grupos focais quando avaliam que a pressão e a sanção familiar e institucional recaem sobre as meninas, enquanto os homens a sofrem de forma secundária. Elas são pressionadas ao casamento e eles acabam cedendo.

É o caso de um dos entrevistados (na ocasião com 22 anos), pressionado a se casar (informalmente) porque a então namorada, com 14 anos, havia perdido a virgindade. A mãe da menina não aceitou a situação, obrigou-a a se casar e ele acabou concordando. “Foi a mãe dela, agoniada [...] A mãe dela foi e forçou ela [...] Foi quase obrigado, mas foi bom” (marido, 23 anos).

A prevenção a uma gravidez não planejada só passou a existir depois do casamento. Hoje todos afirmam utilizar métodos como camisinha, e/ou apontam que suas mulheres utilizam pílula anticoncepcional. Assim, o

casamento motivado pela gestação foi uma contingência e mudou o curso de suas vidas de forma repentina. “Com certeza [se pudesse voltar atrás]. Eu me planejava melhor... não engravidar. Não usava preservativo... Foi plano de Deus [gravidez e casamento]” (marido, 20 anos).

Grande parte dos casamentos ocorreu após uma curta trajetória de relacionamento – de um mês a um ano. Apenas um dos casais namorava havia quatro anos. Para dois deles, foi o primeiro namoro e relação sexual que tiveram. No caso de suas mulheres, foi a primeira relação afetivo-sexual de todas. Percebe-se, assim, um pequeno repertório amoroso e sexual.

Um dos entrevistados, atualmente separado e noivo de outra mulher, conta que sua experiência com o casamento foi tão traumática que ele optou por uma vasectomia e, dessa forma, aproveitar a então vida de solteiro sem se preocupar com outra possível gravidez como aquela que motivara o seu casamento.

Os homens fazem muitas comparações entre as mulheres solteiras e as casadas no que diz respeito à vivência da sexualidade. Para eles, as solteiras correm risco de contraírem infecções sexualmente transmissíveis e sofrerem violência sexual, pois não se protegem, ficam com vários homens – alguns mau-caráter – e são facilmente enganadas.

Percebe-se uma visão segundo a qual as mulheres não têm autonomia e liberdade sobre seus corpos e seus afetos, tampouco capacidade para se protegerem. Porém, a mesma visão não é aplicada ao caso dos homens. Pelo contrário: alguns entrevistados apontam que estes sabem se cuidar.

As mulheres casadas não sofrem os mesmos riscos, pois são protegidas pela instituição do casamento e por seus maridos. Talvez essa seja uma forma para que esses homens justifiquem suas uniões e reforcem seu papel de provedor e protetor.

A menina solteira corre muitos riscos. Vai querer ficando com um, com outro, com outro e aí, eu vejo um bocado aí com doenças já, se acabando. Fazendo um bocado de coisas erradas... ‘Coisando’ com um aqui, fazendo com outro ali [...] Porque menino é mais sabido. Menino já usa preservativo. Menino pode fazer o que quiser...se for sabido, né. (Marido, 23 anos)

Todos... Para mim uma menina solteira corre todos os riscos. Ela corre o risco de ser abusada, independente da idade. (Marido, 32 anos)

No mundo que vivemos, é um mundo machista. Sabemos que o homem, se ele ficar com cinco, ele é um garanhão. Se a menina ficar com cinco, ela é galinha. Então é melhor você [a menina] ter seu namorado... A desvantagem se uma menina ser solteira é de ser mal falada [...] (Marido, 20 anos)

Que homem se vira, mulher não. É mais fácil você enganar uma mulher do que enganar o homem (Ex-marido, 24 anos)

PERCEPÇÕES SOBRE O AMOR, OS RELACIONAMENTOS E O CASAMENTO/UNIÃO

O significado dos casamentos/uniões para os maridos é a família. Segundo eles, é fundamental constituir uma família, provendo-a e cuidando de seus membros, o que demonstra como seu papel de provedor é importante. Utilizam ainda termos como “diálogo”, “troca” e “companheirismo”, mostrando uma visão de negociação permanente para esta instituição.

Apenas um entrevistado, que teve uma experiência negativa com o casamento, designa-o de forma distinta, afirmando que casamento significa planejamento de vida, incluindo condições de sustento material e maturidade emocional. Vemos o quanto algumas vivências impactam as trajetórias dos sujeitos e determinam concepções distintas para o casamento.

O entrevistado referido se casou aos 15 anos com uma mulher de 18 anos devido a uma gravidez. Abandonou os estudos e precisou trabalhar, assumindo casa e família em uma idade na qual, segundo sua própria avaliação, ele não tinha condições de fazê-lo. É uma situação que demonstra como os casamentos e uniões forçadas e precoces de meninas adolescentes não impactam somente a vida das meninas, mas também a dos meninos.

Ele afirma se arrepender da decisão de se casar (os dois se separaram após seis anos) e aponta que não contou com nenhuma orientação da sua família. Precisou passar por um trabalho terapêutico para se recompor do trauma. Indagamos até que ponto ele considera que possa ter ocorrido uma inversão nas relações de poder neste caso, com a esposa mais velha impondo demandas emocionais e materiais que ele não tinha condições de atender, ao menos não à altura das expectativas criadas.

Não tem vantagem não. Eu tenho certeza que se eu tivesse estudando, não tivesse parado de estudar, eu já tinha almejado várias outras coisas [...] E eu tive que me curar de um medo né... de algo que eu nunca pensei em ter. Eu atrasei a minha vida [...] Para mim mesmo foi muita cobrança e não aguentei e terminei meu relacionamento. Porque eu não estava acostumado com aquilo, então tive que amadurecer na força.

Dos seis entrevistados, só um tinha planos de se casar, antecipado por uma gravidez. Para os demais, a união ocorreu de forma inesperada. Ainda assim, percebemos um caráter adaptativo aos casamentos (com exceção do homem que se casou aos 15 anos, mas que se separou depois).

Eles relatam que a vida foi se acomodando aos poucos e que foram ganhando experiência com o tempo, sem muitas expectativas. O casamento/união oscila entre ganhos e perdas, momentos bons e ruins. Os ganhos são a maturidade, a organização da vida, o *status* de ser pai de família e provedor e o estímulo para melhorar de vida.

Meu próprio emprego, por exemplo. Meu patrão me diz isso sempre. Ele fala: ‘eu confio em você porque você é um cara que é família’. Tem outras pessoas

que são casadas, na empresa onde eu trabalho, mas nem todos são família. E ele vive me dizendo: ‘você é família, você trabalha, vive seu dia a dia, você pensa e tudo o que você faz é na família’. Isso para mim é o que vale. (Marido, 32 anos)

As desvantagens são a pressão financeira constante e a necessidade de sustentar a família; a falta de liberdade para fazer o que quiser; a restrição da vida social e de convivência com os amigos; a perda da privacidade para os que têm filhos/as.

Na época que eu casei, nenhum dos meus amigos próximos eram casados. Então meus amigos eles estavam viajando, eles estavam curtindo fora do Brasil, eles estavam curtindo em outros estados. Eles estavam namorando, curtindo a vida, jogando bola, tal, tal, tal e eu estava casado, estava procurando trabalho para poder sustentar a família (Marido, 32 anos)

A desvantagem é que eu gostava muito de ir para as festas, agora mudou. Vou para as festas quando quiser... mais ela (Marido, 23 anos)

Não sei se tem tanta vantagem assim... Quando você se casa cedo você perde um pouco, não tanto quanto as pessoas dizem, mas perde um pouco da sua liberdade, da sua juventude... só. A única vantagem é que você vive sua vida, não tem interferência das outras pessoas (Marido, 20 anos)

Apesar de afirmarem estar satisfeitos com seus casamentos, nenhum gostaria que suas filhas e seus filhos se casassem cedo, sobretudo abaixo dos 18 anos. Para eles, o casamento só deve ocorrer depois de resolvido o binômio educação e trabalho: curso superior, profissão definida e trabalho suficiente para se sustentarem.

Alguns inclusive refletem que, apesar de terem se casado com meninas ainda adolescentes, não gostariam que suas filhas fizessem o mesmo. “Não concordo que meninas, apesar de ter casado com uma menina na época, eu não concordo que meninas devam casar. Eu concordo que mulheres devam se casar” (marido, 32 anos).

As brigas e os conflitos relatados têm como motivos as diferenças de opinião e os ciúmes. Ao contarem alguns episódios, enfatizam que são ocorrências do passado, hoje superadas. Um deles, por exemplo, relata que no começo da relação houve brigas mais sérias, com gritos e puxões no braço, mas que depois foram contornadas. Hoje, afirma ter aprendido e que estão “todo dia se policiando. É difícil, mas a gente está se policiando neste processo” (marido, 32 anos).

As famílias participam pouco da narrativa, sem papel expressivo de seus pais e mães, tanto na decisão ou não pelo casamento como na sua vivência cotidiana. Isso difere do verificado entre as mulheres, cujas narrativas são muito perpassadas pela presença da família, sobretudo de figuras femininas, como mães, avós, tias etc. Os depoimentos indicam ainda o quanto os homens têm vidas mais autônomas e menos reguladas, ao contrário das mulheres.

O grupo também apontou diferenças entre o casamento formal e o não formal: o primeiro é considerado um compromisso mais sério e definitivo, enquanto o segundo é visto como mais fluido e experimental. Três se casaram formalmente e três informalmente.

Se quiser esperar para o casamento? O conselho é, pelo menos, morar junto, ficar junto. Vai vendo o que... vai conhecendo a pessoa, um conhece o outro. Quando tiver bem conhecida mesmo, aí resolve casar. Porque, se for logo casando logo, no papel, aí não vai dar certo nunca, também. (Marido, 23 anos)

Casamento é quando de fato passa pelo papel, reconhece a pessoa. (Marido, 21 anos)

Amostra 2 – Maranhão

APRENDIZAGENS DE GÊNERO E CONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE

Assim como nos relatos da Bahia, é consenso entre os seis entrevistados que é papel do homem cuidar da mulher e protegê-la. Para eles, as mulheres, sobretudo as mais novas, precisam ser orientadas e direcionadas, e cabe ao homem assumir esse lugar de tutela: “eu vou ensinando a ela como é que é, como não é. Ela procura fazer as coisas assim correto como eu falo pra ela” (marido, 38 anos).

Dizem que devido à necessidade de assumir esse lugar, os homens têm mais responsabilidades e são mais cobrados do que as mulheres. “Acho que o homem ele é o varão da casa, ele é o cabeça. A mulher é uma auxiliadora né?” (marido, 40 anos). As mulheres são descritas como sensíveis, briguentas, obedientes e tranquilas e os homens, como “mais durão”, mais objetivos.

Para todos os entrevistados, cabe às mulheres as tarefas domésticas e a eles, garantir o sustento e a proteção de esposas e filhos/filhas. O mesmo discurso é reproduzido pelos homens entrevistados na Bahia e pelos meninos participantes dos grupos focais nas duas amostras.

A mulher é a base de tudo, da casa, e o homem é mais mesmo pra trabalhar e providenciar as coisas dentro de casa (marido, 20 anos).

Os papéis tradicionais de gênero vão sendo perpetuados nas famílias. Enquanto as mães ensinam às filhas as tarefas domésticas, os pais orientam os rapazes sobre a importância do trabalho e de “ser um homem direito”.

Aí tem duas moça dentro de casa [se refere às duas filhas adolescentes] que não trabalha fora também e que trabalha em casa por enquanto (marido, 49 anos).

Quem cuida da casa é minha mulher quando tá em casa. O dia que ela trabalha é minha filha que cuida (marido, 68 anos).

A atividade doméstica, desempenhada pelas mulheres, não é vista pelos homens como um trabalho: “ela é

OS PAPÉIS TRADICIONAIS DE GÊNERO VÃO SENDO PERPETUADOS NAS FAMÍLIAS. ENQUANTO AS MÃES ENSINAM ÀS FILHAS AS TAREFAS DOMÉSTICAS, OS PAIS ORIENTAM OS RAPAZES SOBRE A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO E DE “SER UM HOMEM DIREITO”.

doméstica mesmo em casa, ela não sabe mexer nada de roça e outro serviço não, só em casa mesmo” (marido, 38 anos). Os homens, quando desempenham algum serviço doméstico, dizem estar “ajudando”:

Eu faço, eu cozinho, eu lavo roupa, ajudo ela né, eu faço a comida eu cuido da menina junto com ela, troco fralda meia-noite e chamo ela, aí explico a ela como é que é né, a gente faz o chazinho dela que precisa né fazer, eu gosto muito da menina também (marido, 38 anos).

Sim, eu faço, tem vezes que eu varro casa, eu ajudo (marido, 20 anos).

De vez em quando eu lavo o terraço da minha casa (marido, 40 anos).

Como se uniram com mulheres quando estas ainda eram adolescentes, avaliam que elas estão melhorando no casamento à medida que ficam mais experientes no serviço doméstico – uma percepção também encontrada na Bahia.

Ela é uma ótima pessoa, ela faz as coisas [...] Eu tô orientando. Quando eu saio pra trabalhar às vezes eu chego e ela tá ainda tentando fazer, ver se consegue fazer a comida, aí eu ajudo ela né, então a gente vai levando a vida da gente dessa forma (marido, 38 anos).

IMAGINÁRIOS SOBRE SEXUALIDADE

Assim como os meninos com idades entre 10 e 17 anos que participaram dos grupos focais, os homens também cultivam a percepção de que o casamento – a instituição e o marido – é uma proteção para a menina, uma oportunidade para que ela tenha uma relação estável e não fique “mal falada” na comunidade.

As pessoas me falavam muito mal dela né, que ela não era menina eficiente pra viver com pessoas. Que vivia de casa em casa, aquele negócio, se relacionava com muitas pessoas, tinha que ver quem era quem não era, mas eu, até hoje, tá um ano né que a gente tá convivendo e eu nunca encontrei esse tipo de defeito que o pessoal falaram dela pra mim (marido, 38 anos).

Todos os entrevistados concordam que as meninas/mulheres solteiras correm mais riscos do que as casadas. Entre estes riscos estão: engravidar, usar drogas, contrair alguma infecção sexualmente transmissível ou sofrer algo tipo de violência. “Virar prostituta” é outro risco apontado.

O casamento, principalmente com um homem mais velho e mais experiente, seria, portanto, uma forma de colocar a menina no “caminho certo”. Dizem que é preciso protegê-la para que tenha “bom comportamento”. Percebemos uma visão negativa e estereotipada acerca das mulheres, consideradas incapazes e desprovidas de autonomia sobre os próprios corpos, afetos e escolhas. O controle patriarcal é evidenciado como forma de proteção e de correção.

Interessante observar que os entrevistados consideram os homens predadores e aproveitadores, sobretudo em relação às adolescentes. Contudo, não fazem essa leitura acerca de si mesmos; pelo contrário, veem-se como exceções por terem se casado com as meninas.

A menina solteira ela corre todos os riscos. Porque em primeiro lugar ela não tem valor, segundo todas pessoas que também tão no mundo perdidos só vão fazer com ela, só usar ela e, como fosse um copo descartável e abandonar (marido, 40 anos).

É na adolescência dela [a menina] ela vai se crescendo, ela vai se formando, ela vai ficando grandinha aí você tem que tá olhando, você tem que ficar conquistando ela, ensinando alguma coisa pra ela, então é isso (marido, 38 anos).

[menina solteira corre o risco de] gravidez, de doença, ficar na rua abandonada, é o que eu mais vejo aqui em Timbiras é as menina que é prostituta nova, que não sabe fazer nada em casa né (marido, 38 anos).

Enquanto para eles a infância é a fase da inocência, na adolescência eles/elas “já conhecem a parte do bem e do mal” (marido, 68 anos). Este mal seria o exercício da liberdade sexual por parte das meninas/mulheres, e não dos meninos/homens – um entendimento observado principalmente entre os maridos evangélicos.

Além de dependentes dos homens, as mulheres são vistas de forma objetificada, como exemplifica um dos entrevistados: “hoje em dia o cara compra logo a casa e depois vai caçar a mulher. O mais difícil é a casa dele. A muié é mais fácil. Isso aí com certeza” (marido, 49 anos).

PERCEPÇÕES SOBRE O AMOR, OS RELACIONAMENTOS E O CASAMENTO/UNIÃO

As motivações para o casamento são distintas entre os seis entrevistados. De início, todos afirmam que foi uma decisão tomada pelo casal de forma conjunta, às vezes com apoio das famílias, em outras realizada clandestinamente e sem apoio ou conhecimento dos familiares da menina. Contudo, ao explorar mais a questão, vemos que nem sempre eles estavam dispostos à união, mas se sentiram compelidos a aceitar devido ao desejo das meninas. “A muié dizia: ‘o meu sonho é uma casa’, é isso, aquilo ali. Mas, não era meu sonho não” (marido, 49 anos).

Dentre os seis entrevistados, o marido mais novo (20 anos) é o único que possui uma visão mais romântica do casamento: para ele, o matrimônio representou a realização de um sonho. “Casamento é uma união de duas pessoas que se gostam pra viver uma vida juntos. Tinha o sonho de casar, de ter um filho, sempre tive vontade de ter um filho” (marido, 20 anos). Dentre os entrevistados da Bahia, também mais novos, somente um compartilha desse mesmo desejo.

Apenas em um dos casos o motivo para o casamento foi a gravidez. Nos demais ela aconteceu depois da união, geralmente logo no início.

Ela me falou que queria uma pessoa pra conviver com ela aí eu falei então tá bom a gente faz um teste e vê se dá certo e nesse período, foi o período que ela engravidou né (marido, 38 anos).

Outro entrevistado revela que o casamento foi uma forma de se libertar da violência que sofria dentro de casa, com o “pai carrasco”, e de adquirir autonomia. Ele conta que a menina vivia a mesma situação de opressão em sua casa e, por isso, os dois decidiram se casar.

Meu pai me batia muito [...] aí eu disse ‘vou-me embora’. Vou me casar [...] eu tinha medo de casar e não dá conta da muié [...] eu casei novinho, fiz minha roça novinho, fiz minha casa, e agora eu tenho minha família e tal [...] Peguei uma mulherzinha [...] No propósito de crescer na vida no padrão de vida pra ser um homem, como diziam naquela época [...] Ela também queria casar porque o pai dela era cruel pra ela [...] ela num podia conversar mais os outro menino e quando saía ela saía debaixo de pontapé (marido, 68 anos).

Todos os entrevistados tinham pouco tempo de namoro – mínimo um mês e máximo um ano – quando decidiram se casar. Todas as uniões geraram filhos/filhas. Três entrevistados dizem estar no seu segundo casamento e os outros três, no primeiro.

Apenas uma das esposas trabalha fora de casa: ela concluiu o ensino superior e é pedagoga. As demais abandonaram os estudos por conta do casamento e/ou gravidez e trabalham exclusivamente com serviços domésticos. Dos seis homens entrevistados, somente dois concluíram o ensino médio. Dois atribuem ao casamento o abandono da escola. “O que me levou a parar de estudar foi o casamento, foi a responsabilidade que cresceu e devido o trabalho” (marido, 38 anos). Os outros dizem que a união não interferiu, visto que já teriam abandonado os estudos antes de casar.

Dois entrevistados, que já estão no segundo casamento, afirmam que têm medo de se divorciar e não poder mais conviver com o/a filho/filha ou de que a (ex)mulher se case novamente com um homem que os trate mal ou agrida. Ressaltam ainda que o risco de o/a filho/filha não ser bem cuidado/a decorre do fato de suas mulheres serem adolescentes e, portanto, não saberiam direito como criá-los sem eles (maridos). Todavia, não relatam se algo semelhante ocorreu em seus primeiros casamentos.

Metade dos entrevistados afirma não contar e não ter contado com apoio emocional ou financeiro de suas famílias ou de suas esposas. Além disso, eles alegam não ter encontrado resistência por parte dos familiares das meninas em relação ao casamento/união, mesmo com diferenças de idade tão grandes. Apenas um dos maridos relata que seu pai tentou impedi-lo de se casar com uma menina, mas, não conseguindo convencê-lo, acabou oferecendo apoiando, inclusive financeiro.

A MAIORIA DOS ENTREVISTADOS AFIRMA QUE O CASAMENTO TORNOU SUAS VIDAS MAIS DIFÍCEIS, UMA VEZ QUE AMPLIOU SUAS RESPONSABILIDADES COMO PROVEDOR, OBRIGOU-OS A LIDAR COM CIÚMES E COBRANÇAS DAS MULHERES OU FEZ COM QUE PRECISASSEM ENSINAR SUAS ESPOSAS A CUIDAR DA CASA E DA FAMÍLIA, DEIXANDO-OS SOBRECARRREGADOS.

A maioria dos entrevistados afirma que o casamento tornou suas vidas mais difíceis, uma vez que ampliou suas responsabilidades como provedor, obrigou-os a lidar com ciúmes e cobranças das mulheres ou fez com que precisassem ensinar suas esposas a cuidar da casa e da família, deixando-os sobrecarregados.

Contudo, todos dizem não estar arrependidos do casamento e alegam estarem felizes com sua situação. Dentre os principais

Meu pai dizia “rapaz, deixa dessa conversa, essa menina tem idade de ser tua filha” [...] eu era novo na época, eu tava despreparado, eu casei, num tinha casa, fui morar alugado. Meu pai me ajudou naquilo necessário, pra donativo e alguma coisa alimentação (marido, 68 anos).

As brigas no casamento, assim como no caso dos entrevistados na Bahia, estão relacionadas aos ciúmes, segundo eles por parte da esposa.

Não sei se é devido à idade dela, mas ela fala muita coisa, que eu não posso conversar com a vizinha [...] ela fica observando e fica falando história que não deve falar né? (marido, 38 anos).

No entanto, há uma dimensão simbólica da violência não percebida por eles, mas muito visível na amostra, que diz respeito ao domínio material, afetivo, social e corporal deles sobre suas mulheres. Tanto que, ao relatarmos as dificuldades de se casar com uma menina, alguns homens dizem que decorrem das diferenças entre “o sistema que ele foi criado e o que ela foi criada”.

Referem-se, portanto, ao fato de que as meninas mais novas foram criadas com mais liberdade pelos pais e pelas mães e, dentro do casamento, seria preciso controlar essa liberdade para que ela possa desempenhar bem o seu papel de esposa. Esse controle passa por ouvir menos a opinião das amigas, sair menos, cuidar da casa e do esposo.

[o casamento] foi difícil, porque eu achava ela muito nova né e um pouco assim diferente do sistema que eu fui criado né. Ela, a história dela é diferente da minha, assim no sistema em tudo né, no dia a dia, eu já conhecia os pais dela no interior a mãe dela e tive junto e tive observando algum lado né. Então eu achei um pouco assim diferente porque, como acabei de falar, ela é uma pessoa que ela precisa mudar muita coisa em tudo (marido, 38 anos).

Para o casamento dar certo é preciso que a menina não escute a opinião de outras pessoas que podem dizer coisas como: “ele é mais velho que tu, tu é menina nova e tem tudo pela frente, tu tem que estudar, fazer um monte de coisa, conhecer a vida, menina” (marido, 38 anos) e respeite o que o marido diz.

ganhos, citam os/as filhos/filhas e a possibilidade de construir e mobiliarem uma casa e se organizarem financeiramente. A mulher os ajuda a ficarem mais “centrados”, menos “rueiros”. Vemos o quanto a função de provedor é motivo de contentamento e realização para esses homens.

Apesar de terem se casado com adolescentes e não se arrependem da escolha, eles não aconselhariam ninguém a fazer o mesmo. Avaliam que o casamento precoce atrapalha projetos de vida, como estudo e construção de uma carreira, além de tolher sua liberdade. Todavia, essa leitura é endereçada a outras pessoas, e não às suas mulheres, que, na maioria dos casos, viveram as mesmas perdas.

Não acho que o adolescente não tem vantagem de se casar cedo. Acho que ele vai deixar de estudar, vai deixar de formar, ele vai cuidar da criança, ele vai ter que mudar totalmente o pensamento dele o sonho dele vai ser totalmente diferente daquilo que ele pensava (marido, 40 anos).

Eu vejo muitas aí, muitas jovem, elas largam o estudo, mesmo aqui na praça, eu trabalho aqui na praça direto, aí começa aquelas menina bunitinha, daqui a pouco aparece com namorado, daqui a pouco aparece buchuda. Aí quando aparece buchuda abandona o colégio (marido, 68 anos).

Para uma menina casar cedo, adolescente, ela perde é tudo, tudo, ela não vai ter vantagem alguma. Ela vai ter um dominador que vai dominar ela e ela, por ser adolescente, ela vai ser como se fosse sempre uma menina aonde aquele que vai morar com ela vai fazer com ela, vai perder tudo, nunca vai ter vida própria (marido, 40 anos).

Apesar de não avaliarem a situação de suas próprias esposas, os entrevistados afirmam não desejar que suas filhas e filhos se casem na adolescência e repitam a história delas (suas mulheres). Salientam ter consciência de que os maiores riscos para uma menina que se casa cedo são a gravidez e o abandono dos estudos.

O diálogo é apontado como uma forma de orientação e proteção, mas no sentido de alertar para os perigos e prejuízos de um casamento e/ou gravidez na

adolescência. Interessante notar que, para esse diálogo hipotético, demarcam bem os papéis de gênero, pontuando que as mães devem conversar com as filhas e os pais, com os filhos, “porque é mais fácil de mulher e mulher se entender”.

6.2.5. Familiares/Responsáveis por meninas casadas e não casadas

Amostra 1 – Bahia

APRENDIZAGENS DE GÊNERO E DE IDADE NAS FAMÍLIAS

A palavra “antigamente” é acionada diversas vezes nas narrativas das famílias para refletir sobre o modo como a adolescência é vivida hoje e as diferenças em relação à época em que eles e elas tinham a mesma idade. Os entrevistados avaliam que, atualmente, pais e mães enfrentam mais dificuldades, pois seus filhos e filhas são mais livres, mas não mais responsáveis. Seus medos são a sexualidade (vida sexual e gravidez), a violência (incluindo a de ordem sexual, no caso das meninas) e o uso de drogas.

Observamos familiares angustiados e pressionados em relação à vivência afetivo-sexual, sobretudo das meninas, sem saber ao certo como lidar com o tema e buscando sempre se apoiar numa situação anterior, na qual os comportamentos e práticas eram mais normatizados e previsíveis: namoro, noivado, casamento e vida sexual, tudo avaliado e validado pela família.

Mexer nessa estrutura é um desafio para eles. A complexidade da vida contemporânea, em que as/os adolescentes acessam mais informações, podem ter mais parceiros/as e, por vezes, questionam as regras é citada pelas/os participantes como uma das diferenças entre o passado e os tempos de hoje.

Se fosse antigamente, eu queria viver no antigo, na antiguidade. Sabe por quê? Era uma forma que você tinha respeito.

Era um homem para uma mulher. Hoje em dia é um homem para várias mulheres, uma mulher para vários homens. Não existe mais respeito [...] Até dentro de casa, fora de casa, na escola, o que seja. (Grupo focal responsáveis, Salvador)

Tanto no grupo focal de Salvador como no de Camaçari as/os participantes buscam em suas próprias experiências formas de refletir sobre os casamentos e uniões forçadas e precoces de meninas adolescentes. Quem avalia sua trajetória matrimonial e familiar de forma positiva utiliza essa mesma trajetória como parâmetro moral e tende a querer que seus filhos e filhas a repitam; quem teve uma experiência negativa, por sua vez, evoca seu exemplo como alerta e tende a relativizar melhor as escolhas das meninas e dos meninos frente à vida amorosa.

São muitas as histórias de repetição do ciclo geracional feminino relativo à vivência da sexualidade, à gravidez e ao casamento/união. Quatro mulheres se casaram na adolescência e duas engravidaram na juventude, mas não se casaram (outras quatro pessoas, entre homens e mulheres, casaram-se adultos). As mulheres relatam ainda que suas mães e avós também se casaram cedo, demonstrando como o fenômeno atravessa a trajetória feminina em diversas épocas. Os homens não contam histórias semelhantes (todos se casaram adultos).

As diferenças e as desigualdades de gênero são explicitadas pela figura do provedor e da cuidadora – uma visão hegemônica de toda a amostra do estudo. Interessante notar que apesar desses papéis serem cristalizados num casamento, as questões de gênero são sensíveis e foram muito perceptíveis no grupo focal de Salvador, no qual mulheres e homens apresentaram opiniões discordantes acerca de algumas questões.

As mulheres questionam, por exemplo, o serviço doméstico, que socialmente é tributado a elas. No entanto, as participantes afirmam estar sobrecarregadas, uma vez que ainda cuidam de filhos/as e trabalham fora. A opinião dos homens oscila entre discordar dessa afirmação e ponderar que os maridos precisam “ajudar mais em casa”.

É a balança natural da vida, quem casa quer casa. Quem casa quer responsabilidade. E se você assume um casamento, nada mais natural que as responsabilidades com os filhos sejam maiores. A responsabilidade de ter filho é da mulher. Quando vou dar palestras na igreja, para o batismo, eu falo: o homem é um educador que protege e a mulher é uma protetora que educa. (homem/pai, grupo focal Salvador)

Quando uma menina de menos 18 anos casa, ela quer casar e tal, pode ser até pela influência da mãe que tem um marido, faz a comida do marido, ela quer vivenciar aquela história [...] Mas tem umas que não querem viver desse jeito, queria viver com um cara que chegasse, no sábado está em casa lavando o banheiro, limpando o quintal, ajudando a mulher. Não, está é jogando bola e tomando cerveja [...] O cara devia ajudar sempre a esposa. (homem/pai, grupo focal Salvador)

Deveria, mas não é. Na rua você não vê muito homem com a sacola na mão de compras, mas as mulheres estão se acabando toda. Ainda vai fazer comida, passar para comprar carne e os homens estão bebendo, jogando bola. (mulher/mãe, grupo focal, Salvador)

Eu tenho 25 anos de prefeitura, 93% das mulheres são arrimos de família. (mulher/mãe, grupo focal, Salvador)

Para as famílias, o desejo de casar parte mais das meninas do que dos meninos/homens, até porque são elas que mais sofrem com as causas e consequências das uniões, como no caso daquelas motivadas pela gravidez.

NA PERCEPÇÃO DE TODAS/OS, É COMUM QUE OS HOMENS ABANDONEM AS MENINAS EM SITUAÇÕES DE GESTAÇÃO. NESSES CASOS, ELAS RECORREM ÀS PRÓPRIAS FAMÍLIAS, QUE ACABAM ASSUMINDO-AS JUNTO COM SEUS FILHOS/AS.

Menino não pensa em casar, só quer usar. Eu vejo pelo meu filho, no Facebook dele só tem mulher, na agenda dele tem uma renca de mulher. Eu digo: meu filho, se decida.

O menino não pensa em casar. A menina pressiona mais o menino a casar. (Grupo focal responsáveis, Salvador)

Na percepção de todas/os, é comum que os homens abandonem as meninas em situações de gestação. Nesses casos, elas recorrem às próprias famílias, que acabam assumindo-as junto com seus filhos/as. Essa mesma percepção é compartilhada pelas meninas e pelos meninos participantes dos grupos focais, demonstrando o quanto a parentalidade está correlacionada às questões de gênero. A responsabilidade materna é inquestionável e assumida, enquanto a paterna é frágil e, muitas vezes, ausente.

Assim, as mulheres do grupo focal demonstram muita preocupação com a escolha do “homem certo”, aquele que seja provedor e que assuma a família. A visão sobre eles é bastante negativa e reforça a imagem de presa e predador – são aproveitadores, sedutores, não querem nada sério, abandonam as meninas, podem não ter trabalho, etc.

Com isso, dizem alertar constantemente suas filhas para uma escolha mais segura, ao mesmo tempo em que vão construindo no imaginário das meninas um repertório negativo e cristalizado acerca dos papéis e dos comportamentos masculinos e femininos.

Têm muitos [homens] que até do trabalho saem, porque senão vai ser obrigado a pagar pensão [para filho/a]. Ou quando não assume a esposa, a moça, só quer assumir o filho... A maioria das vezes o outro está até desempregado... Já ouvi muitos falar isso: ‘essa abençoada vai querer que eu pague pensão e eu não vou pagar... Ela engravidou porque quis’. (Grupo focal responsáveis, Camaçari)

Então a gente tem que ter muito tato. Muito amadurecimento [...] O mundo é um mundo cão. No começo é assim: primeiro dia de namoro, ai meu amor, eu te amo. Mas depois, minha filha, quando você vai ver... (Grupo focal responsáveis, Salvador)

Em relação aos ganhos provenientes do casamento, as/os participantes não apontam nenhum. Porém, as perdas são inúmeras, como falta de maturidade e experiência; sobrecarga de trabalho doméstico; abandono escolar; perda da juventude e da liberdade; dentre outros. Algumas mulheres indicam preocupação com a possibilidade de mudanças de comportamento dos homens após o casamento – de afetivos, tornar-se-iam violentos.

Ela perdeu praticamente a juventude dela [uma menina ao se casar adolescente]. Ela não vai ter como sair, se não tiver alguém pra cuidar dos filhos. Vai dificultar pra ela ir pra escola também. Ela não sabe como ele irá agir com ela a partir desse momento. Se ele vai continuar sendo carinhoso, atencioso com ela. Porque muitos depois que casam mudam totalmente. Hoje a violência está demais. (Grupo focal responsáveis, Camaçari)

[...] A mulher, quando ela casa, a menina, quando casa antes dos 18 anos, ela ganha duas responsabilidades: uma é o filho e a outra é o marido. Marido se torna um filho. A verdade é essa: nós mulheres cuidamos de duas crianças. Você tem que cuidar do homem. Saber lidar com o homem. Você tem que saber aceitar, ponderar, tolerar. (Grupo focal responsáveis, Salvador)

Consideram que os meninos/homens perdem menos do que as meninas/mulheres no casamento. Para eles, a pressão pelo sustento seria o principal problema. Porém, as mulheres acumulam trabalho fora, serviço doméstico e cuidado com filhos/as, o que geraria uma sobrecarga muito maior.

DINÂMICAS DE PODER, COMUNICAÇÃO E TOMADA DE DECISÃO

As famílias avaliam que casamentos/uniões na adolescência são inadequados tanto para meninas como para meninos, de modo que não forçariam seus filhos/as a se casarem, mesmo numa situação de gravidez. Para elas e eles, forçar uma união contra a vontade do casal representa um risco, pois as chances de fracasso são grandes. Mas, se o casal insistisse na união, acreditam que não haveria alternativa senão aceitar.

Porém, argumentam que esse posicionamento não é hegemônico: para muitas famílias, o casamento é uma imposição, sobretudo em casos de vivência da sexualidade e de gravidez. As vulnerabilidades socioeconômicas, em especial das meninas, são pouco citadas pelas/os participantes, em contraste com as/os agentes públicos, que apontam esta questão como uma das principais motivações.

As mães tendem mais ao diálogo e ao acolhimento, enquanto os pais tendem a ser mais rígidos. Estes teriam um posicionamento favorável ao casamento, sobretudo em casos que envolvem gravidez, pois temem acabar com a responsabilidade de sustentar a criança caso o homem não assuma o/a filho/a. “Eu acho que o pai tem mais essa visão de que quer que case. ‘Eu quero

que minha filha case, eu não quero uma filha solteira, com filho, dentro de casa” (grupo focal responsáveis, Camaçari).

Contudo, o poder decisório divide opiniões. No grupo focal de Salvador as/os participantes opinam que ele deveria ser do pai e da mãe, já que envolve uma pessoa menor de idade, mas que, na prática, “quem acaba decidindo tudo são eles mesmos [casal]”. Já no grupo de Camaçari, as participantes indicam que essa é uma escolha do casal e que a família opina e orienta, mas não pode decidir por eles.

A opinião sobre o momento mais adequado para o casamento/união segue a tendência dos outros grupos focais e entrevistas: somente depois que os estudos e o trabalho estiverem encaminhados. A maioria também é um critério, em que pese uma das participantes, de Salvador, afirmar que, tendo recursos financeiros para se sustentar, não vê problema em um casamento antes dos 18 anos. A opinião gerou polêmica no grupo, com a maioria discordando dessa afirmação e reforçando que, além da questão financeira, há outra – maturidade.

Porém, ao explorarmos o que seria essa “maturidade”, nos dois grupos focais as pessoas se referiram em primeiro lugar a questões materiais e financeiras, como emprego, casa e carro. Em segundo lugar, a cumprir com a responsabilidade de cuidar da casa e dos/as filhos/as. Neste último caso, seria uma incumbência sobretudo das meninas e mulheres, pois é a elas que tributam esse papel.

Participante: Eu creio que, se é uma menina com 20 anos, ela está estabilizada financeiramente, um emprego bom, uma casa, os estudos avançados, ela está com uma cabeça muito boa pra pensar em se casar.

Facilitadora: a cabeça boa significa estar madura?

Participante: Exatamente, uma menina com 20 anos, que já tá pra formar, com seu emprego bom, com sua casinha ou com uma visão de pelo o menos juntar dinheiro pra comprar uma casa, ela já tem uma estrutura muito boa mentalmente. (Grupo focal responsáveis, Camaçari)

Interessante notar que, a partir do início da juventude (todos os grupos sempre citam entre 18 e 24 anos), os participantes já avaliam a possibilidade de essa estabilidade financeira – curso superior, emprego, casa e carro próprios – ter se efetivado, o que é uma expectativa alta para pessoas nessa faixa etária, além de ser incompatível com a realidade do país.

Vencidos os critérios de sustentabilidade e de idade, há uma expectativa unânime de que seus filhos e filhas se casem. Ninguém aventa a possibilidade de essa escolha não ocorrer. Assim, vemos que a instituição casamento é normatizada a tal ponto que não considerá-la na trajetória de vida dos sujeitos é quase impossível.

No fundo, no fundo, acho que todo mundo sonha em casar, construir sua família, né? Independente da condição financeira que tenha. (Grupo focal responsáveis, Camaçari)

PRÁTICAS DE COERÇÃO E DE CONSENTIMENTO FRENTE AO CASAMENTOS E UNIÕES FORÇADAS E PRECOSES DE MENINAS ADOLESCENTES

Se nos grupos focais de meninas e de meninos família e igreja (evangélica e católica) figuram como instituições paradoxais frente aos fatores de risco e de proteção a esses casamentos e uniões forçadas, nos grupos de responsáveis, o binômio é escola e igreja.

Observamos dois posicionamentos sobre a escola. O grupo de Salvador tem uma visão mais utilitarista: para ele, se a posição da escola coincidir com a da família, o tema do casamento pode ser abordado. Se for divergente, não pode.

Já o grupo de Camaçari avalia que a escola tem um posicionamento menos institucional sobre o tema, e o que se verifica são posturas morais mais individuais do corpo docente: professores/as mais velhos/as tendem a ser mais favoráveis ao casamento, e os/as mais novos/as tendem a ser contra.

A escola ia depender da opinião dos próprios pais, e talvez tenham alguma orientação na escola que venha a dar um apoio a essa questão [casamento motivado por gravidez]. (Grupo focal responsáveis, Salvador)

A escola não deveria se meter para não influenciar negativamente, como você falou, dar um apoio, procurar saber como é que está. (Grupo focal responsáveis, Salvador)

Eu acredito que os professores de hoje apoiam estes adolescentes, através do diálogo, da negociação com os pais, levar o assunto pra casa... Tem que ter este diálogo hoje. Antigamente não tinha. (Grupo focal responsáveis, Camaçari)

Acho que os professores funcionavam muito como a rigidez dos pais, hoje eles estão mais abertos a conversa. (Grupo focal responsáveis, Camaçari)

Já as instituições religiosas não apoiam os casamentos/unhões, exceto quando o caso envolva prática sexual. Ou seja: caso as meninas e os meninos sigam à risca os preceitos morais relativos à castidade e virgindade, não correrão o risco de precisar se casar.

Para aqueles/as que seguem a doutrina à risca, o casamento (mesmo quando não é planejado e ocorre de forma contingente) é tributado à “vontade de Deus”, que teria orientado essa decisão. Uma das participantes revela seu desconforto quanto à sanção que pode sofrer da sua igreja caso sua filha engravide e não queira se casar.

Se eu não aceitar o casamento e minha filha dizer: ‘não, eu não quero casar também’ [...] e eu não apoio o casamento também... Eu sou evangélica. Uma parte da igreja vai apedrejar, por quê? A religião com quem eu convivo tem que ter o casamento, e se se perdeu antes do casamento eles querem abafar aquele caso ali [...] mas e se ela não quer? Eu vou dizer que se casem forçados com um marido que ela não quer, só por obrigação porque está grávida?

No geral elas [igrejas] querem que casem. Depois do ato consumado, a maioria quer que case. Primeiro já não permitem que faça o ato antes do casamento, porque não é o correto. O correto é que primeiro você se case e depois... Mas já que pularam a ordem dos fatores, então que casem. (Grupo focal responsáveis, Camaçari)

Cabe sim [à igreja] a orientação do que deve ser feito, que você não deve ter relações antes do casamento, mas cabe à pessoa escolher. Se ela escolheu e engravidou, cabe agora a orientação. Se é isso mesmo. Se Deus escolheu isso para ela, se está na hora mesmo de casar.

A igreja católica, ela não diz que tem que casar, a igreja católica diz que é bom casar. É bom que você case. Pode não casar, mas ficar sozinha, pura. Não é você ficar e levar um cara para sua casa hoje, enjoa leva outro... e o vizinho fica falando. (Grupo focal responsáveis, Salvador)

Percebe-se que a sanção recai sobre as meninas e mulheres – elas cedem à sexualidade, vivem algo fora da cronologia esperada e são pressionadas ao casamento. Quando o rejeitam, sofrem consequências da comunidade religiosa. A exceção para não se casarem é não ter vida sexual; o mesmo não é cobrado dos homens.

A mídia figura como outra instituição influenciadora da sexualidade adolescente. As/os participantes citam que novelas e filmes, sobretudo aqueles veiculados na mídia de massa, mostram situações muito naturalizadas em que meninas e meninos têm vida sexual e passam por dramas como a gravidez e o casamento. Eles avaliam que tal abordagem é negativa, pois pode induzir à vivência afetivo-sexual numa idade que consideram incorreta.

Os vizinhos não recebem nenhum atributo positivo, sendo considerados fofoqueiros, críticos e julgadores da vida alheia. Impressiona como a visão sobre eles é negativa nos dois grupos focais (Salvador e Camaçari). Numa situação de casamento/união infantil, a vizinhança comentaria que não houve orientação familiar, e o caso serviria como exemplo a não ser seguido por meninos e meninas da comunidade.

As/os adolescentes dos grupos focais avaliam que a sanção comunitária pode ser fator de pressão sobre as famílias em prol do casamento. No entanto, as/os responsáveis afirmam que não; se sentem incomodados, mas não intimidados pelo possível julgamento moral da vizinhança. Vemos, assim, um conceito de comunidade menos coletivo e solidário e mais privado e individual.

Você iria ser chamada de incompetente, uma pessoa relapsa que não cuida do filho [em situação de gravidez e casamento]. (Grupo focal responsáveis, Salvador)

As/os participantes afirmam não conhecer nenhum serviço público que discuta o tema de casamentos/uniões, e tampouco saberiam onde buscar apoio.

A MÍDIA FIGURA COMO OUTRA INSTITUIÇÃO INFLUENCIADORA DA SEXUALIDADE ADOLESCENTE. AS/OS PARTICIPANTES CITAM QUE NOVELAS E FILMES, SOBRETUDO AQUELES VEICULADOS NA MÍDIA DE MASSA, MOSTRAM SITUAÇÕES MUITO NATURALIZADAS EM QUE MENINAS E MENINOS TÊM VIDA SEXUAL E PASSAM POR DRAMAS COMO A GRAVIDEZ E O CASAMENTO.

Ressentem-se da falta de estrutura das políticas públicas para essa questão que consideram importante, e lamentam ainda a invisibilidade do tema.

Eles elencam alguns órgãos para essa abordagem, como a escola (citada de forma prioritária), os postos de saúde e os serviços da assistência social. Acreditam que campanhas de informação também podem ser uma boa estratégia. No entanto, a grande questão diz respeito a quais conteúdos podem ser abordados e veiculados, uma vez que o tema das relações afetivo-sexuais entre adolescentes é polêmico e se encontra cercado de sanções. Falar sobre casamentos e uniões forçadas e precoces de meninas adolescentes, portanto, implica discutir e gerar tensões acerca de duas questões centrais: as relações de gênero e a sexualidade.

EDUCAÇÃO SEXUAL NO SISTEMA FAMILIAR

As/os responsáveis apontam o diálogo como elemento essencial na relação com os filhos e filhas, mas admitem que a prática nem sempre está presente nas famílias. Algumas mulheres afirmam orientar suas filhas para os cuidados a serem tomados em uma relação amorosa, alertando-as para o risco de se envolver com meninos/homens “aproveitadores”. Mais uma vez, observamos o quanto o papel hegemônico do homem predador é motivo de temor para as famílias.

De forma geral, eles e elas acreditam que a orientação mais adequada é a de prevenção à vida sexual na adolescência, de forma a não “queimar etapas”, ou seja, de não vivenciar a sexualidade antes da idade adulta e do casamento. Isso demonstra como os direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes não são concebidos pelas famílias e o quanto essa questão evoca um pânico moral.

Se o pai não chegar na criança e formar o caráter dela, com aquele pensamento de que ela não pode fazer sexo antes do tempo... que tem muitas psicólogas idiotas aí que diz que a criança tem que fazer sexo dentro de casa porque na rua é perigoso. E muitas mães, mais idiotas ainda, aceitam essa condição dentro de casa. (Grupo focal responsáveis, Salvador)

Eu tinha muito diálogo em casa. Minha mãe sempre foi aberta comigo sobre essas coisas... Ela me falava: o homem é assim, ele só quer isso [sexo]... Falava um pouco de tudo. Ela não aprofundava, mas ela falava. (Grupo focal responsáveis, Camaçari)

Além do sistema familiar, acreditam que a escola, a igreja e os serviços de saúde e assistência social também são instituições que poderiam fomentar discussões sobre o tema da educação sexual, contanto a perspectiva seja da prevenção da sexualidade. Tanto é que criticam as escolas e os postos de saúde que ensinam os jovens a utilizar métodos contraceptivos, por considerarem que isso induziria à prática sexual.

A orientação é para não fazer. O certo é que tudo tem sua hora, tudo tem seu tempo. “Use camisinha”, isso para mim não é orientação.

Esses órgãos que deveriam orientar, eles desorientam. No caso da saúde, ao invés de prevenir a criança a não fazer, incentiva; “tome a camisinha”. Aqui na escola da mesma forma. (Grupo focal responsáveis, Salvador)

As familiares do grupo focal de Camaçari apontam outra questão que consideram problemática nas escolas: as discussões de gênero, sobretudo aquelas que abordam padrões que não sejam heteronormativos e cisnormativos.

É, mas agora só querem colocar que existe trans, existe pessoas que nasceu no corpo errado... Que a boneca pode ser homem e mulher ao mesmo tempo [...] mas também não se pode comentar porque senão você vai preso porque é preconceito. Tudo hoje é preconceito. (Grupo focal responsáveis, Camaçari)

As/os participantes de Salvador também avaliam que gênero não é discussão para escola. Contudo, ao aprofundarmos um pouco mais a questão vemos o quanto esta categoria é incompreensível para eles e elas e como vem carregada de sentidos negativos, ainda que os participantes não entendam muito bem o tema.

Facilitadora: gênero é importante entrar no currículo?

Participantes: Eu acho muito discriminatória essa coisa de gênero, é muito complexo essa coisa de gênero.

Participantes: Tem uma definição?

Facilitadora: Direito dos homens, direitos das mulheres, respeito que tem que ter...

Participantes: Exatamente, essa orientação deveria existir para dizer aos meninos o que é o homem, o que a mulher e o terceiro sexo inventado [...] Existe você que é fêmea e existe eu que sou macho.

Participantes: Eu acho que há muito tempo atrás já existia e era tudo debaixo de pano. Existia o homossexual do mesmo jeito que existe hoje, mas era tudo por debaixo do pano. (Grupo focal responsáveis, Salvador)

⁶⁴ O PNE determina as diretrizes, as metas e as estratégias para a política educacional dos próximos 10 anos (2014-2024). A supressão do item sobre gênero, raça e orientação sexual foi incitada por parlamentares federais representantes de grupos religiosos e conservadores.

A escola figura como uma instituição marcada por tensões e cercada por sujeitos e grupos sociais em constante disputa por sentidos acerca dos temas com os quais ela pode trabalhar. Gênero e sexualidade são dois deles, e se encontram envoltos em grande polissemia e compreensões baseadas no senso comum e no pânico moral.

De um lado, algumas lideranças religiosas e famílias têm incidido junto aos legislativos e executivos nacional, estaduais e municipais para tentar retirá-los dos conteúdos escolares. De outro, especialistas, ativistas, professores/as e outros agentes públicos e sociais buscam garantir sua permanência ou ampliação. O Plano Nacional de Educação⁶⁴ é um exemplo desse cenário, no qual as questões de gênero, raça e orientação sexual foram suprimidas do documento.

Todavia, como vimos neste estudo, a complexidade da questão não está só na escola, mas também em grande parte das instituições sociais como família, igreja, mídia, serviços público, etc. Isso mostra como o tema dos casamentos e uniões forçadas e precoces de meninas adolescentes precisa ser interpretado a partir das dinâmicas sociais e culturais para que se haja avanços na sua prevenção e em seu enfrentamento.

Amostra 2 – Maranhão

APRENDIZAGENS DE GÊNERO E DE IDADE NAS FAMÍLIAS

Os quatro grupos focais realizados em Codó (MA), compostos pelos/as responsáveis por meninas casadas ou não casadas, reuniram um público eminentemente feminino. Dos 16 participantes, 14 eram mulheres. Talvez por esse motivo, as questões de gênero e a perspectiva feminina vieram à tona de forma mais significativa.

Em todos os grupos, foi necessário em algum momento um rápido alinhamento sobre o conceito de casamento/uniões, que eram utilizados de forma geral para designar somente os casos em que há registro civil legal, conforme debatido no capítulo 4.

Assim como nos grupos focais ocorridos na Bahia, em Codó (MA) também foram relatadas percepções e preocupações acerca da diferença entre a forma como os jovens são educados hoje e como eram educados “antigamente”. Isso ocorreu mais intensamente em dois grupos, mas permeou também os demais. As falas refletem a dificuldade das famílias na condução de uma educação distinta da que vivenciaram, em que filhos e filhas têm mais autonomia e uma relação mais horizontal com os familiares.

A criação daquele tempo era diferente de hoje. Os pais eram mais rígidos, os filhos obedeciam mesmo. Hoje não, a gente conversa, dá conselho, mas não ouvem. (Grupo focal responsáveis meninas casadas, Codó- MA)

Os responsáveis afirmam tentar estabelecer diálogo com seus filhos e filhas, mas sem sucesso. Entre as preocupações trazidas por eles e elas não figuram os casamentos e uniões forçadas em idade precoce, mas o início da vida sexual e a gravidez. Isso vale tanto para

o caso das meninas como o dos meninos, embora a intensidade e os contornos sejam distintos. Assim como na Bahia, essas questões têm como pano de fundo a referência a situações já vividas por eles próprios ou por pessoas próximas da família e da vizinhança e um temor de que essas histórias se repitam com seus filhos e filhas.

Casar, sendo nova, eu não concordaria, porque eu fiz isso e sujei o meu nome. (Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

Minha irmã se casou com 16 anos. Ela tinha fugido com um rapaz mais velho. (Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

Eu trabalhava muito, quebrava coco, não estudei. (Grupo focal responsáveis meninas casadas, Codó)

Meu irmão casou-se com 16 e ela [a esposa] ia fazer 14. Eles são um par perfeito. (Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

Uma instituição que aparece pouco nos relatos na Bahia, mas é muito trazida pelas famílias de Codó (MA), é o conselho tutelar. Os/as responsáveis avaliam que a existência do conselho tutelar trouxe mais dificuldade, porque não permite que batam nos filhos e filhas, nem que os coloquem para trabalhar. Relatam que os conselheiros ameaçam as famílias que batem nos filhos e filhas e que as crianças aprendem e passam também a ameaçar os pais e mães.

Porque, se eu bater num filho meu, e o vizinho der parte de mim no conselho tutelar, eu disse pra S. [conselheiro]: “no dia que eu ‘der’ num filho meu, que vierem denunciar de mim aqui pra tu, tu pode ficar ciente, meu filho, que nós vamos brigar feio aqui dentro do conselho”. (Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

Os pais não podem botar os filhos pra trabalhar. (Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

Aí quando acontecem as coisas, eles culpam os pais. Porque os filhos hoje em dia não trabalham. Eu criei meus cinco filhos. Graças a Deus, nenhum me responde. Mas por quê? Porque trabalhava ali. Minhas meninas fazem mesmo o serviço de casa e meus meninos também. (Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

Os depoimentos revelam um grande desconhecimento do que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do papel do conselho tutelar enquanto agente de garantia dos direitos que estão assegurados nessa lei. Essa falta de informação possivelmente é um dos motivos que aumentam a insegurança sentida pelas famílias na condução da educação dos filhos e filhas. Em um dos grupos focais, foi necessária a intervenção do facilitador, esclarecendo o que prevê o ECA, sobretudo em relação ao trabalho infantil, tema que mobilizou bastante os participantes.

Assim como na Bahia, ao avaliarem as consequências dos casamentos e uniões forçadas e precoces de meninas adolescentes, as famílias tomam como referência os papéis clássicos, cristalizados, do homem

OS DEPOIMENTOS REVELAM UM GRANDE DESCONHECIMENTO DO QUE PRECONIZA O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) E DO PAPEL DO CONSELHO TUTELAR ENQUANTO AGENTE DE GARANTIA DOS DIREITOS QUE ESTÃO ASSEGURADOS NESSA LEI.

provedor do lar e da mulher que cuida da casa e dos filhos. Apenas duas mães apresentam um modelo de relação no qual as responsabilidades com a casa são compartilhadas, embora a relação de poder não esteja completamente equilibrada.

Não tem como ficar do mesmo jeito. A partir daquele dia você é uma senhora casada. Você vai ter sua casa, ter seu esposo. Não querendo dizer que ali o dever é só da mulher. É dos dois. A responsabilidade é do casal. Em muitas coisas os direitos são iguais, mas não na safadeza. (Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

(...) a mulher era sujeita, não podia usar nada. Tinha um jantar, tinha que usar um vestido de manga. Hoje a mulher fica do jeito que ela tem vontade. É por isso que eu digo que hoje, no casamento, o mesmo direito que o homem tem, a mulher tem, a filha tem, todo mundo tem. A mulher tem direito de andar pra onde ela quiser. A filha já tem direito de ir para as festas sem pedir. Mas naquele tempo mulher ficava pra ser mulher. (Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

Em sua grande maioria, os/as responsáveis consideram que os casamentos e uniões forçadas e precoces de meninas adolescentes só trazem prejuízos. Nas justificativas, há uma associação quase inexorável do casamento com a gravidez, o que implicaria numa carga de responsabilidade muito precoce, sobretudo para as meninas. Ao assumir essas obrigações, elas abririam mão da sua liberdade para ficar com os amigos, brincar e estudar. Também apontam que as meninas se casam com um imaginário de que serão mais autônomas e livres, mas a realidade se apresenta de forma contrária.

Quando você casa nova demais, você não brincou, você não aproveitou nada da sua vida, porque, quando você arruma um marido, você nunca pense que você vai viver sua vida como quando você era moça não. Porque quando você é moça, sua vida é uma. Quando você se casa é totalmente diferente, porque sua responsabilidade aumenta. Pra quem não quer ter responsabilidade, não dá certo casar nova. (Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

Atrapalha e muito os estudos. Abandona. Minha nora não tá estudando mais porque o bucho já tá grande. Ela disse que é longe pra ela ir para o colégio a pé todo dia. Ela tem 17 anos. (Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

Ela empatou de sair com as amigas. Deixou de estudar. Primeiro porque tava com vergonha. No começo ainda ia. Depois abandonou.

(Mãe do grupo focal responsáveis meninas casadas, fazendo um relato sobre a sobrinha que engravidou e abandonou a escola onde cursava o oitavo ano)

Apesar da perspectiva feminina ser mais forte, quando se trata das desvantagens do casamento/união, também foi colocada uma preocupação em relação aos meninos, especialmente pelas famílias com filhos do sexo masculino. Essa preocupação diz respeito especificamente a situações de gravidez. Nesse contexto, seguindo o papel de provedor da casa, os meninos teriam que abandonar os estudos para trabalhar e sustentar a família.

Os meninos vão ter uma responsabilidade grande porque vão ser pais de família. (Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

Ao serem questionadas sobre possíveis benefícios dos casamentos e uniões forçadas e precoces de meninas adolescentes, diferentemente dos grupos da Bahia, as famílias de Codó apontam que as meninas passam a ser mais respeitadas nos casos de união motivada por gravidez. Em um dos grupos focais, as mães entendem que o benefício estaria relacionado a algum ganho financeiro, e utilizam o Bolsa Escola⁶⁵ e o Salário Maternidade⁶⁶ como exemplos.

Ela se torna mais respeitada quando aquilo combina, dá certo. Quando todos os dois têm cabeça, aí tem respeito. (Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)***A mulher só na boca do povo não tem valor.*** (Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

Por outro lado, como constatado nos grupos da Bahia, as famílias de Codó também demonstram grande receio com o tratamento que os maridos podem dispensar às meninas, sobretudo quando se casam por pressão familiar. Dessa forma, quando os meninos ou rapazes não estão dispostos a assumir, até preferem que o casamento/união não aconteça.

Eu tenho medo é das minhas filhas passarem mal na mão do marido. (Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)***A maioria dos homens hoje é ruim. Vivem maltratando a mulher.*** (Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)***Muitas vezes casam e ele dizendo que ela poderia estudar e depois não deixa.*** (Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

⁶⁵ O Programa Bolsa Escola é uma iniciativa do Governo do Maranhão que complementa a renda das famílias com filhos entre 4 e 17 anos de idade, visando garantir a frequência escolar. Mais informações podem ser encontradas no site do programa: <<http://www.bolsaescola.sedes.ma.gov.br/site/>>.

⁶⁶ Benefício concedido pelo INSS a mulheres no caso de nascimento de filhos. Têm direito ao programa contribuintes individuais, microempreendedores individuais, empregadas domésticas, seguradas empregadas ou desempregadas e trabalhadoras rurais. No caso do parto, o benefício é concedido por 120 dias. Mais informações podem ser obtidas no site do programa: <<https://www.inss.gov.br/beneficios/salario-maternidade/>>.

Citam diversos relatos de homens que não assumem a responsabilidade pela gravidez e de meninos que, obrigados a se casar, tratam mal as meninas durante a relação e acabam se separando. Nestes casos, a sobrecarga (filho e casa) recai sempre sobre a menina e sua família.

Só sobra pra mãe porque o pai só faz fazer e não tem o trabalho de assumir. Aí sobra pra mãe e para os avós, que vão sofrer pra criar o filho porque o pai faz de conta que não existe. (Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)***Porque, hoje, o marido melhor da gente chama-se o trabalho da gente. É muito bom a gente ter o esposo da gente, mas às vezes a gente arruma um e não dá certo.*** (Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)**DINÂMICAS DE PODER, COMUNICAÇÃO E TOMADA DE DECISÃO**

Quando perguntados sobre quem deve decidir em relação aos casamentos/uniões infantis, as famílias de Codó são quase unânimes ao afirmar que deveriam ser os pais e as mães. Entretanto, mostram-se dispostos a escutar o desejo dos filhos e filhas.

No caso das meninas grávidas, declaram que elas poderiam escolher entre se casar ou não. Contudo, algumas mães têm uma posição distinta, afirmando que as filhas ou filhos teriam que assumir a responsabilidade sobre o que fizeram e, se fosse necessário abandonar os estudos, teriam que fazê-lo para criar seu filho ou filha.

Nesse contexto, pontuam uma diferença sobre como poderiam ser as reações da mãe e a do pai, afirmando que o homem teria mais dificuldade para aceitar uma filha grávida que não quisesse casar e continuasse sob os seus cuidados. Assim como na Bahia, os grupos de Codó afirmam que o pai tem uma rigidez maior em relação a esse tema e certamente obrigaria a filha a se casar.

A sociedade vai falar... Se não casar, eu denuncio, conselho tutelar... Mas tem que ver a opinião dos dois. Se eles querem casar. (Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

Ao refletirem sobre o que levaria meninas e meninos a se casarem cedo, fora de um contexto da gravidez, as famílias apontam a situação financeira, a falta de liberdade – especialmente no caso das meninas – e a pressão dos próprios pais e mães.

Afirmam também que as meninas costumam se casar mais cedo que os meninos, motivadas apenas por um desejo irresponsável de liberdade para viver a sexualidade e aproveitar a vida. Tal opinião negativa sobre as meninas revela como as questões de gênero estão prementes na construção dos papéis e comportamentos esperados: elas são centrais no discurso enquanto os meninos figuram de forma periférica. Não há questionamento sobre as condições e o contexto de vida das meninas, que, sobretudo ao não permiti-las desenvolver de forma plena seus aspectos afetivo-sexuais e de construção da autonomia, acaba induzindo ao casamento, visto como uma possível solução.

As meninas se casam mais cedo por causa do ‘fogo’.

(Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

Tem meninas que acha que é liberdade. ‘Ah, porque minha mãe não deixa fazer isso, fazer aquilo. Se eu casar eu vou ter liberdade’. Na verdade, vai ser prisioneira. (Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

Tem delas que engravidam e deixam o filho no lixo.

(Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

Tem muito essas meninas que querem casar e quando casam não querem ter responsabilidade. Aí umas separam, outras ficam morando mais o marido, mas indo namorar com os outros. (Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

Marido vai trabalhar e elas ganham o mundo. (Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

Não há consenso se, além da família, outros atores influenciariam no processo de decisão sobre o casamento/uniões de meninas e meninos. Os participantes citam de forma difusa a importância dos amigos (como influência positiva ou negativa), da comunidade e da igreja.

A maioria [dos amigos] diz assim: ‘Larga esse menino pra tua mãe cuidar ou dá pra ele [o pai da criança]. Vai cuidar dos seus estudos’. Aí ela fica confusa.

(Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

Só porque o pai do menino tem um pouco de dinheiro. Ouvi os coleguinhas falarem que tem que casar sim porque ele tem dinheiro, ele tem um carro, tem uma casa boa. Os amigos podem influenciar.

(Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

Muitas vezes a situação financeira, quem cai no mundo, as amizades erradas... (Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

Mesmo considerando a possibilidade de influência de outras pessoas e instituições, as famílias avaliam que quando a decisão não é das meninas e dos meninos, o casamento não dá certo. Uma das mães relata que seu filho engravidou uma menina e não lhe contou, sendo influenciado pelos amigos a abandoná-la. O pai da menina obrigou-o a assumir a relação e ele foi morar com ela, mas não deu certo. Segundo a mãe, ele não gostava da menina, que “vivia chorando”, até que o pai dela resolveu levá-la de volta para casa.

Não adianta você pegar sua filha de 12 anos e casar com ninguém. Porque só piora tudo. Vai encher a casa de filho pra gente criar. E eles não vão ter responsabilidade nenhuma. Nem um, nem o outro.

(Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

Isso revela, de alguma maneira, um movimento de escuta das famílias sobre as opiniões e os sentimentos dos seus filhos e filhas e um entendimento sobre sua construção de autonomia.

A MOTIVAÇÃO PARA O CASAMENTO É UMA VARIÁVEL FUNDAMENTAL PARA EMBASAR A POSIÇÃO DAS FAMÍLIAS. A GRAVIDEZ NÃO PLANEJADA FIGURA COMO O PRINCIPAL MOTIVO E, NESSA CIRCUNSTÂNCIA, PARTE DAS FAMÍLIAS OBRIGARIA OS FILHOS E AS FILHAS A SE CASAREM.

Sempre vai ter aquele momento deles construírem a vida sozinhos, porque eles não vão ter pai e mãe pra sempre. (Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

PRÁTICAS DE COERÇÃO E DE CONSENTIMENTO FRENTE AOS CASAMENTOS E UNIÕES FORÇADAS E PRECOSES DE MENINAS ADOLESCENTES

A motivação para o casamento é uma variável fundamental para embasar a posição das famílias. A gravidez não planejada figura como o principal motivo e, nessa circunstância, parte das famílias obrigaria os filhos e as filhas a se casarem, entendendo como um passo necessário para assumirem a responsabilidade que têm sobre a criança gerada.

Qualquer menina, quando engravida assim, a maioria das famílias quer que case. É uma responsabilidade que ela vai ter que lidar. (Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

Eu acho que a família quer sempre isso. Engravidou então vai casar. (Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

Em nenhum grupo focal das duas amostras (Bahia e Maranhão) as famílias afirmam que tomariam a atitude de expulsar suas filhas e filhos de casa como forma de punição a uma gravidez não planejada. As atitudes se dividiriam apenas entre estimular ou não o casamento/união, mas sempre numa condição de apoio. Nesse sentido, algumas falas são ambíguas, pois as mesmas pessoas que declaram que apoiariam o/a filho/a caso decidissem não se casar também afirmam que não seria o ‘correto’, mesmo reconhecendo as possíveis consequências de um casamento/união tão precoce.

Muitas vezes acontece, quando a menina engravida, os pais não aceitam. (Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

Acolher, colocar dentro de casa e colocar o barco pra frente. (Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

Muitos iam pensar: ‘quem pariu Mateus que balance!’ Então ia querer que ela deixasse de estudar. Outros pensam diferente. Iam ajudar a cuidar da criança pra ela continuar a estudar. (Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

Se ele não quisesse casar com ela, eu também não ia obrigá-lo, mas só que eu cuidava da minha filha, não ia expulsar ela de casa. Eu ia cuidar dela e do meu neto, mas só que jamais ela ia se encontrar com ele. Eu não ia aceitar. O menino tudo bem, que era filho dele. (Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

Já o grupo focal que reuniu os responsáveis por meninas casadas tem uma posição quase unânime em relação à necessidade inexorável do casamento/união numa situação de gravidez. Essa seria a única forma de dar segurança e proteger a menina grávida, que seria sustentada pelo marido e não sofreria preconceito por ser mãe solteira.

Se reunir, conversar e aceitar. Se é o que está aí, tem que ajudar, dar conselho. (Grupo focal responsáveis meninas casadas, Codó)

O certo mesmo é se casar. Mas hoje em dia... O casamento quem faz é os dois. Não sou casada no papel. (Participante do grupo focal dos responsáveis por meninas já casadas. Casou-se com 19 anos).

Ela casando, ela tem mais segurança. (Grupo focal responsáveis meninas casadas, Codó)

Parte dos/das responsáveis demonstra preocupação em relação aos casamentos e uniões forçadas e precoces de meninas adolescentes, como nos grupos focais da Bahia, baseando-se principalmente na sua própria trajetória ou no conhecimento de outras situações ocorridas com pessoas da família em que o casamento não trouxe benefícios para aqueles que se casaram.

Outros participantes, apesar de não estimularem o casamento antes dos 18 anos, não parecem se preocupar com o tema. Em parte, também trazem uma referência de experiência pessoal ou próxima que avaliam positivamente.

Mas não é todas não, porque eu me casei com 12 anos e nessa época era outra coisa. Meu marido já tinha quase uns 30 anos. Estamos separados hoje porque é caso de morte, se não fosse isso tava junto. Tive meu primeiro filho com mais ou menos 18 anos [Atualmente tem 12 filhos]. (Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

Eu casei fugida. Meu pai não queria nem que eu chegasse perto de casa. Tinha uns 16 anos. Ele não queria que eu namorasse, então eu fugi [com o tempo o pai aceitou]. (Grupo focal responsáveis meninas casadas, Codó)

Quando questionados/as sobre qual seria o melhor momento para se casar, a idade figura como um dos critérios. Nos grupos de responsáveis por meninas não casadas, essa idade fica em torno dos 20 anos, tanto para meninas como para meninos. Nos grupos de responsáveis por meninas casadas, a idade cai para 18 anos.

Além dessa referência, existem outros critérios, como conclusão dos estudos, inserção no mercado de trabalho e estrutura financeira. É interessante notar que, tomando

como base as trajetórias relatadas, poucos familiares seguiram o percurso que apontam como ideal. Ademais, assim como na Bahia, há um desequilíbrio entre os critérios financeiros e educacionais e a idade ideal para se casar. Entre 18 e 20 anos, o binômio estudo e trabalho não costuma estar resolvido para os jovens.

Tendo uma casa, tendo um emprego. (Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

Poderia casar depois da formatura [Nível médio]. (Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

Antes dos 18, a gente não tem que pensar em nada. Depois dos 18, já é diferente. (Grupo focal responsáveis meninas casadas, Codó)

O certo seria casar com 18 anos. Mas hoje tá tudo moderno... (Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

Sem ter um serviço, não deve nem procurar mulher. (Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

Indagados sobre a possibilidade de seus filhos e filhas optarem por não se casar, os/as responsáveis de imediato afirmam que não consideram essa decisão um problema. Sua preocupação é com as pessoas por quem eles e elas se interessam e com quem se relacionam.

Você tem respeito também quando só namora. Às vezes, é até melhor do que quando estão os dois juntos dentro de casa. (Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

É normal não casar hoje em dia. (Grupo focal responsáveis meninas casadas, Codó)

Sobre a posição das instituições religiosas, os/as responsáveis acreditam que seus representantes não se envolveriam nos casos por iniciativa própria, limitando-se a aconselhar a família ou o próprio menino ou menina caso fossem procurados. Nesse caso, tratando-se uma circunstância de gravidez, os participantes são quase unânimes (assim como nos grupos da Bahia) ao afirmarem que o casamento seria recomendado, tanto na igreja católica, como na evangélica.

A igreja ia dar opinião se a mãe ou pai ou Jéssica [personagem fictícia do snap] fossem lá pra se aconselhar, mas fora isso não ia se meter. (Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

A igreja ia querer que ela casasse. Filho é família. (Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

Para outras situações hipotéticas, as opiniões são bastante divergentes. Há relatos que variam desde propostas de casamento infantil não aprovadas pelas igrejas (a denominação “casamento infantil” não foi utilizada) até casos em que foram plenamente permitidos. Os participantes relatam já terem presenciado casamentos em que um dos noivos tinha 14 anos.

Na igreja católica, é só botar o nome. Chegou, botou o nome dos noivos, das testemunhas e pronto. (Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

Aconteceu na minha família que o cartório não aceitou e o padre aceitou. Foi lá e casou. (Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

Na minha época, se chegasse no padre, no pastor com 17 anos e dissesse que queria casar, ele mandaria de volta pra casa. (Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

Na igreja, tem que casar. (Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

Padre não aceitaria que não casasse. [no caso de gravidez]. (Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

Os/as responsáveis opinam que a escola orientaria os jovens de modo a garantir a continuidade de seus estudos em qualquer situação. Eles acreditam que, assim como as instituições religiosas, a escola não se envolveria em um problema “da família”, em que pese se ressentirem dessa falta de parceria. Assim como nos grupos focais da Bahia, os participantes avaliam que a escola poderia ter um papel importante de orientação para a prevenção de casamentos e uniões forçadas e precoces de meninas adolescentes, mas, acima de tudo, de prevenção da vida sexual na adolescência.

Quando as meninas largaram a escola, ninguém do corpo escolar foi dar algum tipo de apoio, ou perguntar por que elas não estavam mais indo pra escola. (Grupo focal responsáveis meninas casadas, Codó)

Da comunidade, espera-se postura oposta à dos líderes religiosos e da escola. De acordo com os/as responsáveis, os vizinhos tendem a se envolver nos problemas uns dos outros, dar opinião, conselhos e comentar tudo que acontece. Não identificam, na comunidade, uma posição de incentivo aos casamentos/uniões infantis, embora sinalizem que a vizinhança dificilmente aceitaria bem uma menina grávida sozinha. Eles acreditam que não se deve levar em consideração a opinião da comunidade, porque ela não é responsável pelo problema. Essa visão também é comum aos focais realizados na Bahia.

Os demais integrantes da família teriam uma posição semelhante à da comunidade: tentariam dar conselhos, opinar e, em situação de gravidez, recomendariam o casamento, sobretudo se o conselho viesse de pessoas mais velhas.

Em relação à legislação referente aos casamentos e uniões forçadas e precoces de meninas adolescentes, as famílias demonstram desconhecer as normas vigentes, embora alguns participantes arrisquem apontar que os casamentos e uniões em idade inferior aos 18 anos seriam proibidos.

Illegal porque é menor de idade. Não tem responsabilidade. (Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

EDUCAÇÃO SEXUAL NO SISTEMA FAMILIAR

As famílias reconhecem que hoje existe um outro tipo de educação, diferente daquele a que tiveram acesso quando mais novos. Uma educação que pressupõe mais autonomia dos adolescentes e uma relação mais próxima entre pais/mães e filhos/as, com mais diálogo e orientações que podem nortear suas decisões. Os relatos indicam a tentativa de praticar esse modelo, sobretudo quando o tema se refere à sexualidade; contudo, nem sempre há sucesso.

Nesse sentido, queixam-se da postura dos/das adolescentes, que não escutam e não respeitam, mas também da escola, que segue passiva frente ao seu

comportamento. Por outro lado, os participantes não refletem muito sobre o conteúdo e a forma que deveriam caracterizar esse diálogo. As meninas dos grupos focais, por exemplo, queixam-se de que as falas buscam somente alertá-las para os perigos oferecidos por meninos e homens, pela sexualidade e pela gravidez; sentimentos, desejos e curiosidades inerentes às descobertas afetivo-sexuais jamais são debatidos.

Este se revelou um tema delicado para as famílias, que demonstraram certo nível de constrangimento

ao abordá-lo. Mas é possível perceber através dos relatos que, embora os pais e mães ainda considerem a educação sexual um tabu, eles ao menos reconhecem a importância de que essa orientação seja fornecida em algum espaço, seja na escola, na igreja ou através de campanhas; eles também sinalizaram a baixa oferta desse tipo de conteúdo.

Eu converso muito com a minha filha. Ela tem 16 anos e já tem um namorado. Eu não queria, porque eu acho cedo e eu converso muito com ela sobre isso. A gente tem muita confiança uma na outra.

(Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

Hoje tá tudo aí. Se você não conversar, a TV vai conversar, o celular vai conversar e vai mostrar de forma errada. Tem que ter liberdade para conversar.

(Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

Nenhum dos participantes dos grupos focais se lembra de alguma campanha veiculada sobre o casamento infantil ou reconhece a existência de alguma organização que atue nesse campo. Todos indicam uma atuação tímida da escola e mais intensa por parte das instituições religiosas; a perspectiva, contudo, seria sempre a educação sexual, e nunca especificamente o casamento/união. No caso do discurso religioso, contudo, percebe-se uma forte questão moral, marcada pela proibição de uma vivência da sexualidade na adolescência. Essa sanção moral-religiosa também está bastante presente nas falas dos grupos focais da Bahia.

NENHUM DOS PARTICIPANTES DOS GRUPOS FOCAIS SE LEMBRA DE ALGUMA CAMPANHA VEICULADA SOBRE O CASAMENTO INFANTIL OU RECONHECE A EXISTÊNCIA DE ALGUMA ORGANIZAÇÃO QUE ATUE NESSE CAMPO.

Na igreja, o pastor prega. Não ter relação antes do casamento. Eles pregam muito sobre isso. Resta o jovem obedecer. Durante o culto e aqueles que participam de grupo também. (Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

É só o jovem obedecer à palavra de Deus. (Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

Tem que ter campanha sobre o casamento precoce. O correto é estudar. A gente não ouve falar sobre isso. (Grupo focal responsáveis meninas não casadas, Codó)

Há uma posição muito específica verificada no grupo focal realizado com os/as responsáveis por meninas casadas. Os familiares presentes consideram campanhas de prevenção do casamentos e uniões forçadas e precoces de meninas adolescentes e as ações de orientação de meninos e meninas importantes; no entanto, não acreditam na sua eficácia, pois acham que o desejo deles e delas é mais determinante. Em outras palavras, eles acreditam que por mais que sejam feitas campanhas e se invista em ações educativas, esses casamentos e uniões forçadas continuarão existindo.

Essa fala nos leva ao seguinte questionamento: em que medida esses familiares tiveram acesso a campanhas e ações de orientação que pudessem ter lhes auxiliando à época dos casamentos/uniões de seus filhos e filhas? Como o Brasil passou a discutir o tema apenas recentemente, o fenômeno ainda está saindo pouco a pouco da invisibilidade. Antes naturalizado, ele agora passa a se constituir em um fenômeno social.

Nossa hipótese é de que, em um contexto pautado pela orientação, pelo apoio e pelo acesso a serviços públicos adequados, outros desejos poderiam (e podem) surgir entre seus filhos e filhas, permitindo-lhes uma gama maior de escolhas; também é possível que suas famílias tivessem uma posição diferente em relação ao próprio casamento.

Por outro lado, é preciso pensar em estratégias de comunicação e mobilização realmente eficazes que possam contribuir para mudar comportamentos e pautar os grandes desafios impostos pelo fenômeno. Essas estratégias passariam pelas discussões sobre gênero e sexualidade. Nos GFs de famílias, torna-se clara a relação entre essas duas questões e a origem e construção dos casamentos e uniões forçadas e precoces de meninas adolescentes.

Por isso, tais ações comunicativas e mobilizadoras devem ser direcionadas não apenas às crianças e aos adolescentes, mas também às suas famílias e aos profissionais (de saúde, educação e assistência social) que atuam junto a esse público, de forma a criar ambientes que favoreçam e reforcem posturas diferenciadas sobre novas possibilidades de vivência da sexualidade, e também sobre o lugar que o casamento/união ocupa nos projetos de vida de meninos e meninas.

⁶⁷ As entrevistas foram feitas com lideranças comunitárias de associações de moradores e creches comunitárias de Salvador, Camaçari e Mata de São João. Os líderes religiosos – um pastor e um padre – são de Camaçari.

6.3. RELAÇÕES COMUNITÁRIAS E CASAMENTOS E UNIÕES FORÇADAS E PRECOSES DE MENINAS ADOLESCENTES: DINÂMICAS DE PRESSÃO E COLABORAÇÃO

Amostra 1 - Bahia

PERCEPÇÕES DAS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS/RELIGIOSAS

As lideranças comunitárias⁶⁷ pontuam as diferenças de gênero para meninas e meninos e homens e mulheres, ligadas, sobretudo, a aspectos biológicos. Embora não haja um reflexo explícito disso, a construção social de gênero surge nas entrelinhas como fonte de incômodo. Por exemplo, “mulher é mulher, nasce feminina, e homem é homem, nasce masculino” (líder comunitária, Salvador).

As meninas vivem naturalmente o ambiente doméstico e privado, enquanto os meninos vivem o público. Isso induz seus futuros papéis dentro de um casamento/união. “Ela [menina] tem mais tempo de ajudar a mãe, ajudar em casa, estudar, pois o trabalho em casa não atrapalha. Menino ajuda mais trabalhando na rua” (líder comunitária, Mata de São João).

Um líder religioso aponta que questionar as diferenças biológicas entre homens e mulheres é uma inversão de valores. Sua fala, pautada em uma determinada leitura da Bíblia, evidencia como a concepção de gênero enquanto construção social é temida e incompreendida.

Foi a própria Bíblia que instruiu desta maneira [...] O homem nasceu com o papel de dominar e a menina com um papel de adjuntora. Estar sempre ao lado do seu futuro marido ou do seu futuro namorado. Então, papel diferente. Menina vai brincar com brinquedos de menina, menino brinca com brinquedos de meninos. Cada um no seu local, entendeu?

Para todas as lideranças, o casamento/união tem um sentido de permanência e imutabilidade. Muitas/os o destacam como uma decisão séria, para a vida toda, baseada em votos de compartilhamento e constituição de família. O sentido do amor só aparece na fala de uma entrevistada. Aliás, o amor está pouco presente em todas as narrativas, seja dos grupos focais, seja das entrevistas.

As lideranças comunitárias dizem não ver diferença entre casamento/união formal ou não formal. Para elas, o compromisso assumido – preferencialmente de forma permanente – é o que importa. Já as lideranças religiosas pontuam essa diferença, até por seu impacto sobre o trabalho de formalização religiosa das uniões.

Há uma forte expectativa pelo “acerto” do casamento, para que este nunca precise ser desfeito. Para um dos entrevistados, em caso de término, existe uma prescrição religiosa para a não constituição de outra união, que seria considerada adultério tanto para a mulher como para o homem.

Por isso, o casamento adolescente é visto como um problema, posto que, de acordo com eles e elas, sua chance de durar é menor. A modalidade mais comum em suas comunidades são as uniões informais, algumas de caráter experimental e seguidas de separações. Isso demonstra que adolescentes “não levam mais o casamento a sério como era antigamente”. “Elas não dizem casei. Elas dizem ‘tô junto’” (líder comunitária, Salvador).

Não há concordância quanto à prevalência das uniões por gênero – alguns percebem mais meninas casadas/unidas que meninos, outros veem equilíbrio. As idades mais comuns são de 15 a 17 anos, e muitos moram em regime de coabitação com uma das famílias. As diferenças de idade entre os cônjuges também não são grandes, mas quando existem são sempre meninas com homens mais velhos, e jamais o contrário.

Só um entrevistado, líder religioso, vê vantagens nos casamentos/uniões infantis, contanto que ocorram por vontade do casal e sejam autorizados pela família e orientados pela igreja: “casar é melhor do que abraçar”. Ou seja, o casamento é uma solução no contexto de vivência da sexualidade adolescente. Além disso, o matrimônio evita escândalos perante a igreja e a discriminação por parte da comunidade. Essa posição seria válida para adolescentes de qualquer idade, inclusive para menores de 14 anos. Não se considera que isso poderia significar uma violação de direitos.

O posicionamento corrobora as diversas falas de meninas, meninos e familiares dos grupos focais, que apontam algumas denominações religiosas com forte poder de sanção moral sobre a sexualidade adolescente e riscos de casamento ou união forçada. Inclusive, a estratégia de disciplinar – afastar a pessoa das suas funções na igreja para fazê-la refletir sobre o “erro” – também é ressaltada por esse mesmo líder religioso. Ao mesmo tempo em que defende não ver pressão nessa ação, ele afirma que o adolescente que “cai” [em tentação] é visto “como um aproveitador, um galanteador, que não tem compromisso com a igreja”.

Para as demais lideranças (incluindo religiosa), os casamentos/uniões infantis só acarretam desvantagens. As meninas perdem sua juventude e sua liberdade; têm sobrecarga doméstica e com o cuidado de filhos/as; param de estudar; não se profissionalizam; sofrem com a solidão e correm o risco de violência doméstica. O ciúme dos maridos seria o grande motivador para as relações violentas. Já os meninos e homens perdem pouco, citando apenas a pressão econômica para sustento da família.

Quando ela casa [...] não vai estar mais estudando, ela vai estar lavando a roupa do marido, ela vai estar fazendo os afazeres domésticos, fazendo uma comida. E [...] ele vai até mostrar como achar que ela é sua propriedade: ‘você tem que fazer’ [serviço doméstico]. Ele chega até os maus tratos mesmo, bater nessa adolescente [...] ela imaginava uma coisa porque no início teve aquele amor, aquele carinho... e ela pensou que era pro resto da vida. (Líder comunitária, Salvador)

Os motivos que levam ao casamentos e uniões forçadas e precoces de meninas adolescentes são: conflitos familiares e desejo de sair de lares opressores (ressaltado por várias lideranças); vontade de vivência afetivo-sexual; gravidez e ilusão amorosa. Neste caso, as meninas seriam enganadas por homens que só querem ter relações sexuais. “Se iludem com juras de amor dos parceiros, mas eles só querem sexo, não querem relação séria. Elas estão no mundo da fantasia e quando acordam é difícil”, sentencia uma líder de Mata de São João.

Percebemos que a família também é vista de forma crítica: tributa-se a ela a responsabilidade pelo casamento/união. Há muitas falas que desaprovam pais e mães por estes não terem controle sobre seus filhos e filhas, não imporem limites e não servirem de exemplo. Além disso, os entrevistados comentam que hoje há uma maior desestruturação familiar; a criação inadequada ou insuficiente seria reflexo disso.

Contudo, ninguém reflete sobre o quanto as famílias se encontram sobrecarregadas e imersas em um modelo socioeconômico excludente, muitas vezes desprovido de acesso à estrutura pública e a oportunidades.

MORALIDADE E PRÁTICAS DA COMUNIDADE

A vivência da sexualidade, como apontado nos grupos focais com adolescentes e famílias, também é motivo de pânico moral e sanção por parte da comunidade (social e religiosa). Uma menina casada, sobretudo de maneira informal, é vista com maus olhos, como uma falha pessoal e familiar.

Ela é vista como aquela menina que saiu, principalmente se ela não casou formalmente, aquilo que traz tristeza, não só para a menina, mas no âmbito maior, a família. Percebe-se que a família falhou. Então existe aquela vergonha camuflada. (Líder comunitária, Salvador)

O momento adequado para o casamento/uniões segue a mesma indicação dos grupos focais – quando possuírem maturidade, expressa pela independência financeira e, se possível, pelo término dos estudos.

De imediato tem que ter emprego; estudo nem digo, porque é difícil para eles concluírem os estudos. (Líder comunitária, Mata de São João)

A partir que ele vê que pode assumir uma tal responsabilidade e ele pode caminhar só – sem os pais, sem a mãe. Aí sim, ele pode estar assumindo uma responsabilidade. Ser autônomo, estar trabalhando. (Líder comunitária, Salvador)

Apenas um entrevistado aponta questões subjetivas como critério para as uniões: “Depois de amadurecer, ter equilíbrio psíquico, social e afetivo. A decisão é dos dois e não de um só [...] Não é algo que se deva decidir por impulso, de forma imediata” (Líder religioso, Camaçari).

A decisão sobre o casamento cabe em primeiro lugar ao casal, seguido da família. Esta não tem, na opinião das/dos entrevistados, poder decisório incontestável; sua função se limitaria a orientar e sugerir.

Os líderes religiosos avaliam que seu próprio papel é o mesmo: orientação e conscientização. Contudo, percebemos que acreditam ter um papel de certificação (garantir que o casal deseja aquilo mesmo), e não de orientação para que não efetivem a união devido às vulnerabilidades decorrentes de sua idade.

O casamento religioso de menores de idade só é realizado nos casos em que foi antes efetivado no civil; portanto, com autorização dos pais e das mães. Não percebemos muitos questionamentos acerca do papel das lideranças religiosas nesse contexto. Ao contrário, um deles avalia esta prática como positiva para a adolescência.

Pra mim é um ciclo natural da vida. Um jovem quando ele começa a ter quatorze anos de idade, chega na puberdade, automaticamente ele começa a sentir atrações mais fortes. Meninas ou meninos. Então, é o ciclo natural da vida. Não tem pra onde correr, não. Hoje, o jovem se casa na verdade porque é uma coisa bíblica, é uma coisa normal, eles estão namorando. Acho que todo mundo tem um sonho de casar. (Líder religioso, Camaçari)

PAPEL DOS SERVIÇOS E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

As lideranças comunitárias indicam que as instituições sociais não apoiam o casamentos e uniões forçadas e precoces de meninas adolescentes, à exceção de algumas denominações religiosas que, como vimos, podem assumir de fato uma postura favorável. Avaliam que as políticas públicas e oportunidades para adolescentes são insuficientes, sobretudo nas cidades pequenas, o que dificulta uma visão mais ampla de mundo e a construção de outros projetos de vida. Na ausência deles, o casamento/união configura uma opção.

Falta a eles, principalmente aqui, visão de mundo. Nunca saíram daqui, os sonhos são pequenos. É diferente do homem e da mulher que saíram, que estudaram. Falta oportunidade para eles ampliarem o querer. (Líder comunitária, Mata de São João)

Os entrevistados desconhecem órgãos ou serviços públicos que abordem o tema, ou mesmo que esteja associado às discussões sobre sexualidade adolescente;

AS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS INDICAM QUE AS INSTITUIÇÕES SOCIAIS NÃO APOIAM O CASAMENTOS E UNIÕES FORÇADAS E PRECOSES DE MENINAS ADOLESCENTES, À EXCEÇÃO DE ALGUMAS DENOMINAÇÕES RELIGIOSAS QUE, COMO VIMOS, PODEM ASSUMIR DE FATO UMA POSTURA FAVORÁVEL.

por outro lado, opinam que é necessário incluir o tema na agenda pública. Eles próprios abordam pouco o casamento/união em suas organizações sociais, em que pese reconhecerem sua importância.

Escolas são as mais citadas como locus adequado para as discussões, seguida pelos serviços da assistência social e da saúde. Porém, os resultados reforçam um desafio também citado por agentes públicos: a falta de intersectorialidade entre as políticas e de entrosamento dos órgãos de garantia de direitos de crianças e adolescentes. Suas organizações, por exemplo, têm pouca ou nenhuma parceria com órgãos públicos.

Cras, Creas, Conselho Tutelar poderiam fazer mais, mas esses serviços nem chegam aqui [na comunidade]. Nem tenho informações, mas deveria ter, pois aqui é uma associação que deveria ter todas as informações. (Líder comunitária, Mata de São João)

Eu sinto falta do poder público de estar amparando esse jovem. De ver o que a gente pode fazer, de estar encaminhando esse jovem. (Líder comunitária, Salvador)

Já as lideranças religiosas têm uma avaliação muito restrita acerca das políticas e dos serviços públicos, demonstrando certo desconhecimento sobre o tema. Um aponta que a conscientização a respeito dos casamentos e uniões forçadas e precoces de meninas adolescentes deve ser feita pelas igrejas, escolas e organizações da sociedade civil, mas não indica como isso poderia ser feito. Já outro possui uma percepção muito naturalizada do fenômeno, que não avalia como um problema nem para sua congregação, nem para as instituições sociais de forma geral.

Pesquisadora: Alguma instituição, tipo escola... apoia ou é contrária?

Entrevistado: Eles na verdade concordam. Se querem casar... Acho que uma boa parte do mundo secular, lá fora, tirando fora a religião, o mundo secular... Tem que observar que são muitos e muitos casamentos com menores de idade.

Pesquisadora: Os professores acham que pode se casar antes dos dezoito?

Entrevistado: Podem sim. Não são contra, de maneira nenhuma.

Pesquisadora: Você acredita, então, que essa prática do casamento de meninas e meninos com menos de dezoito anos deve permanecer?

Entrevistado: Com certeza deve continuar.

Amostra 2 – Maranhão

PERCEPÇÕES DAS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS/ RELIGIOSAS

Para todas as lideranças comunitárias de Codó (MA)⁶⁸, a infância deve ser um momento de brincar, estudar e não ter preocupações. Elas apontam diferenças entre as crianças de antigamente e as de hoje, que não brincam e querem ser adultas (uma cultura estimulada pelos próprios adultos). Já a adolescência aparece como um momento de maior risco e que merece o máximo de atenção. Manifestam ainda preocupação com a criminalidade e as drogas (no caso dos meninos) e com a vivência da sexualidade sem orientação e cuidado (no caso das meninas).

Hoje em dia, você não vê mais uma criança de dez anos brincando. No caso da menina, você já vê aquela mocinha, que já tá querendo... é... não vou dizer que já é namorar porque é muito difícil, mas uma mocinha já totalmente diferente. Não é mais aquela menina que brincava na rua, que brincava de boneca. Eu acredito que até a própria sociedade, ela passa isso. (Líder comunitária, Codó)

Adolescência é uma coisa mais perigosa. Quando ele está na adolescência, corre o risco de estar se afundando com um monte de gente ruim. Os pais deveriam ter muito cuidado. Porque é uma idade muito complicada. Você vê como tá a violência aí, a violência sexual, droga, incentivo ao roubo... O que mais a gente vê na nossa Codó, no nosso bairro são muitos abusos. Criança de dez anos já sendo mãe de família, treze anos. (Líder comunitária, Codó)

Apenas duas lideranças afirmam não haver diferenças em relação ao gênero. Porém, mais adiante, reconhecem existir, por exemplo, distinções salariais no mercado de trabalho em relação a homens e mulheres. A questão da desvalorização da mulher no mercado de trabalho figura em quase todas as entrevistas.

A mulher pode exercer a mesma função, a mesma atribuição do homem. Às vezes, a sua atribuição ainda é até mais louvável, tem uma eficácia maior do que a do homem, mas a remuneração, ou seja, a valorização é bem menor. (Líder comunitário, Codó)

Pontuam existirem características próprias dos meninos e das meninas, embora não consigam defini-las objetivamente, e também padrões distintos de educação. Na comparação, as meninas são definidas como mais frágeis, merecedoras de cuidados especiais da família, especialmente no sentido da vivência da sexualidade.

A menina, ela tem características femininas. O menino tem características masculinas. Por mais que hoje em dia a diversidade tá grande, mas ainda vejo menina, menina e menino, menino. (Líder comunitária, Codó)

⁶⁸ Foram entrevistadas lideranças comunitárias integrantes de associações beneficentes, de moradores e de lavradores e clube de mães.

Sempre uma mulher requer um cuidado maior da família. Ela é olhada de outra maneira. A mãe tem que olhar mais. O pai tem que ter mais cuidado. Não é que vai ficar vigiando, mas tem que ter mais cuidado com a mulher. A mulher, por mais forte que seja, tem aquela coisa de achar que a mulher é mais frágil, mais fácil de cair em tentação. (Líder comunitário, Codó)

Para todos/as os/as entrevistados/as, o casamento é fruto do amor entre duas pessoas e do desejo do casal em compartilhar a vida e as responsabilidades. Isso em teoria; na prática, citam inúmeras situações – inclusive pessoais – que não contemplam esse ideal, mesmo quando se tratam de casamentos entre adultos.

Todas se declaram contra o casamentos e uniões forçadas e precoces de meninas adolescentes. Afirmam que a modalidade formal tem baixa ocorrência nas suas comunidades, mas as informais ocorrem com certa frequência. As meninas se casam mais que os meninos, e a diferença de idade é pequena.

Casamento, na minha opinião, tinha que ser adulto e adulto. Porque uma criança casar com outra criança é meio complicado. Casamento é uma coisa de grande responsabilidade. (Líder comunitária, Codó)

Menos de 18 anos, pra mim ainda é uma criança. Apesar de que eu casei com 14 anos [o marido tinha 21 anos]. Então, nessa época era uma coisa assim que manchava uma honra de uma família uma jovem casar com 14 anos, mas hoje você vê meninas de 12 anos casando, mas não é a vontade dos pais. (Líder comunitária, Codó)

As falas deixam nítido o quanto o entendimento sobre casamento passa pela formalidade da relação (conforme pontuamos no capítulo 4) e como a informalidade pode camuflar a dimensão do fenômeno: “Casamento mesmo, a gente não vê muito porque a gente sabe que a lei não permite. Agora de conviver junto, a gente sabe até de crianças de 12 anos, 13 e 14 anos. Na minha comunidade eu não tenho, mas já ouvi falar”. (Líder comunitária, Codó)

A visão negativa sobre as/os adolescentes permeia os discursos em muitos momentos. Há afirmações de que estes são irresponsáveis nas situações de casamento e de que não compreendem a dimensão das mudanças que ocorrem em suas vidas a partir de uma união. Como já pontuamos, os adultos, na maioria das vezes, possuem uma representação social negativa da adolescência, vista como uma fase de problemas e conflitos, jamais como de potencialidades.

Os pais adolescentes não têm responsabilidade com seus filhos. As meninas, nem todas, porque o único papel que elas fazem é o de andar nove meses. Depois que pare, joga nas costas do pai, da mãe, dos avós e continua a vida que estava antes. (Líder comunitária, Codó)

Interessante observar que, na opinião das lideranças, a falta de liberdade para as meninas é um dos fatores que motiva o casamento/união, o que reflete as desigualdades de gênero. Meninas provenientes de famílias opressoras e controladoras sobre seus afetos

e seus corpos acabam encontrando no casamento uma forma de liberdade. Porém, muitas vezes essa união não traz a tão sonhada liberdade, uma vez que há apenas uma troca de responsável – da família para os maridos –, e não uma conquista de autonomia.

Alertam ainda que a opressão familiar é, por vezes, composta por outros tipos de violência físicas e simbólicas, protagonizadas sobretudo pelos padrastos.

Tem casamento que, às vezes, a pessoa pensa que é um livramento. Pra poder sair de casa, pra poder achar que vai ter independência, que vai conseguir isso, vai conseguir aquilo, que acha que dentro da família não tem. Mas muitas vezes é totalmente diferente. (Líder comunitária, Codó)

Acho que casamento na adolescência, ele tem que ter alguma coisa que incentivou a gente fazer aquilo. No meu caso, é porque meu padrasto era muito ruim, ruim mesmo. No meu entendimento, se eu casasse, eu ia viver melhor. (Líder comunitária, Codó)

Outra causa para o casamento/união bastante citada é a gravidez não planejada, tema que aparece fortemente entre as lideranças de Codó e da Bahia, assim como entre as famílias. Nestes casos, a união seria uma resposta ao “problema” da gestação, uma consequência quase natural e uma forma de proteger a menina e sua família dos olhares críticos do restante da comunidade.

Um adolescente engravidou de outro adolescente. Tem que morar junto pra não sujar o nome da família, pra dizer que o filho tem um pai, sem eles se respeitarem. Vai sofrer ele, sofre eu como mãe e sofre o filho também. (Líder comunitária, Codó)

Em alguns depoimentos de algumas mães que eu já ouvi, elas falam que é o medo da prostituição, da menina ficar falada na rua, na vizinhança, então esse medo que permeiam os pais e isso leva a eles serem mais flexíveis e aceitarem o casamento. (Líder comunitária, Codó)

A relação com o abuso de álcool e outras drogas também é mencionada pelos/as entrevistadas/os como motivo para relações sexuais desprotegidas que podem ter como consequência a gravidez e o casamento. Criticam as/os adolescentes pela falta de cuidado e por levarem uma vida sexual que avaliam como intensa. Algumas lideranças citam inclusive casos graves, que indicam extrema vulnerabilidade para adolescentes.

Percebemos que suas falas recriminam mais as meninas e suas famílias do que os meninos. Contudo, não há uma reflexão sobre educação sexual para esse público: não se discute se e como as orientações sobre o tema lhe são ofertadas.

Ela ficou grávida. Ela disse que o pai dela era um senhor, que nunca foi casado e não tem nenhum filho. Ele nega. Ela fica o dia todinho, a noite todinha dentro do motel se prostituindo, na porta da minha casa. O tio dela vende droga, a tia vende droga. Todo mundo na casa dela é usuário de droga. Que estrutura uma família dessa tem que tem a raiz só na droga? (Líder comunitária, Codó)

**A RELAÇÃO COM O ABUSO DE
ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS
TAMBÉM É MENCIONADA PELOS/AS
ENTREVISTADAS/OS COMO MOTIVO PARA
RELAÇÕES SEXUAIS DESPROTEGIDAS
QUE PODEM TER COMO CONSEQUÊNCIA
A GRAVIDEZ E O CASAMENTO.**

Quando acontece o casamento, bem. E quando não sabe nem de onde é o parceiro, quem é a parceira? Porque o fluxo da drogadição aqui é muito grande, às vezes têm relação sexual, estando no uso de entorpecente. Eles não sabem com quem estão ficando. De repente aparece grávida e não sabe nem quem é o pai. Como aconteceram agora dois casos recentes. (Líder comunitária, Codó)

Também apontam as dificuldades financeiras das famílias como uma das principais causas para as uniões. Famílias de zona rural, numerosas, com baixo nível de instrução e pouquíssimas oportunidades, têm no casamento de suas filhas uma oportunidade para melhorar suas condições de vida. Relatos pessoais ou de conhecidos são bastante citados para exemplificar as situações.

O meu caso foi assim. A gente sempre foi da zona rural. Aí o pai era lavrador, a mãe quebradeira de coco, 13 filhos... Aí apareceu essa pessoa. Essa pessoa era da beira do Guarapa, o pai tinha muito gado, era mais velho. Uns 15 ou 20 anos. Eu tinha 14 anos. Aí eu olhava, não, não quero, não quero. Mas aí foi feita aquela coisa, foi casado mesmo no cartório, não foi no padre. Ele fez o casamento. E eu fugi... Aí eu conheci uma amiga, ela conseguiu uma casa pra eu ficar em São Luís e, a partir daí, minha vida foi mudando. Aí eu encontrei uma solução! Eu tenho que estudar! Hoje sou pedagoga... professora pelo município há 11 anos. Eu sou o meu próprio desafio! (Líder comunitária, Codó)

Em geral, as/os entrevistadas/dos não veem benefícios nos casamentos e uniões forçadas e precoces de meninas adolescentes. O aumento da responsabilidade, o abandono dos estudos e a perda de liberdade aparecem em todas as narrativas. Assim como nas entrevistas com lideranças da Bahia e nos grupos focais com famílias, nas duas amostras há uma avaliação de que os prejuízos são muito maiores para as meninas, sobretudo devido à postura dos maridos.

Aqui não fica evidente um temor tão grande em relação ao assédio e aos maus tratos dos maridos, como aparece nos relatos das famílias, mas há um reconhecimento das relações de poder, em que a menina se encontraria sempre em desvantagem – mesmo quando é mais velha.

Eu conheço um caso de um rapaz que ele era mais novo e a moça com mais idade. Então ele sai muito, ele namora muito e aí, quando ela reclama, ele fala que ele está vivendo porque ele não viveu. Esse casamento foi muito uma investida dela. Ele era muito pobre, ela dava muito presente pra ele. Ele era adolescente [tem 20 anos de diferença aproximadamente]. (Líder comunitária, Codó)

A divisão clássica de papéis de gênero (homem provedor e mulher cuidadora) também é observada pelas/los entrevistadas/os – uma percepção presente nas duas amostras e em todos os grupos focais e entrevistas realizadas.

A mulher quando se diz casada, ela se vê um vidro intocado, ela está sempre pronta pra servir o marido. Ele chega, ela tá com a roupa limpa, comida pronta e o homem não tá nem aí. Ele sai pra farra, ele brinca. A mulher é mais séria que o homem. (Líder comunitário, Codó)

As famílias, assim como na amostra da Bahia, são muito criticadas, sobretudo por não acompanharem seus filhos e filhas mais de perto. Entretanto, uma líder comunitária consegue fazer uma leitura mais ampla, contextualizando a falta de políticas públicas como maior desafio para que as famílias consigam dar conta de sua prole.

Pelo meu povo que vive sofrendo, vive passando fome, tudo que você imaginar, todo tipo de necessidade, todo tipo de privações, principalmente saúde e educação. Tu acha que qual é a família que resiste? Aí vamos lá... Oh, mas a família de fulano de tal não educou, o pai não educou, a mãe não educou, o filho engravidou com tantos anos, a menina pariu com 14 anos, o menino tá usando, cheirando tino, vive na esquina, tem só 11 anos. Menino tem um pai de família e tá usando crack? Alguém procurou saber como é o alicerce dele? Alguém procurou saber como foi a escola que ele estudou? Alguém procurou saber quantas vezes ele levou uma mãe passando mal na fila do SUS? Aí vamos condenar. Vamos saber por que que a família fez isso, por que que a família fez aquilo. (Líder comunitária, Codó)

MORALIDADE E PRÁTICAS DA COMUNIDADE

Assim como nos grupos focais com famílias e nas entrevistas com líderes comunitários da Bahia, em Codó a preocupação maior sobre a vivência da sexualidade recai sobre as meninas. Para os/as entrevistados/as, o início da vida sexual para elas, quase sempre mal orientadas, acaba resultando em gravidez e, conseqüentemente, em casamento (em alguns casos). Mesmo quando não engravidam o casamento aparece como melhor saída para que não acabem mal vistas pela comunidade.

Às vezes uma menina de comunidade, o pessoal tem mania de falar que a menina é mal vista, mas a partir do momento que ela conhece uma pessoa, ela começa a se relacionar e casa, aí já muda. Vão tratar ela com mais respeito porque vê que a partir dali ela vai mudar. (Líder comunitária, Codó)

Aqueles relacionamentos de namorinho. Que terminam indo logo para as relações e engravidam e simplesmente cada um vai pro seu lado e ela vai assumir a criança. (Líder comunitária, Codó)

Interessante observar que a relação de empatia que as lideranças manifestam em relação aos casamentos que acontecem antes dos 18 anos, inclusive contando suas próprias histórias, não ocorre quando se trata da postura das famílias no que refere à educação dos/das filhos/filhas e a aspectos morais.

Os/as entrevistados/as, apesar de serem todos/as casados/as e com filhos/as, não refletem muito sobre as suas próprias famílias ou sobre o modo como conduzem o diálogo com seus filhos/as. As falas se restringem ao levantamento dos equívocos de outras famílias e, em alguma medida, à contextualização dos motivos que as levam a agir dessa ou de outra maneira.

Quando você tem uma adolescente em casa, você tem que ter um conhecimento pra conversar, pra dialogar, pra ter uma conversa aberta. Porque tem mães que não falam com os filhos sobre sexo. Isso é normal, tem que falar. Tem que abrir os olhos e dizer quais são as consequências, pra que evitem elas fazerem o que estão fazendo. É falta de orientação mesmo. Então é isso que se vê aqui. Os pais precisam ser orientados, precisam ser reeducados para transmitir esse conhecimento para seus filhos. (Líder comunitária, Codó)

É esse diálogo entre famílias e filhos/filhas que, segundo as lideranças, pode contribuir para que o casamento/união ocorra apenas na hora adequada, qual seja: quando o casal concluir os estudos e tiver trabalho e alguma estabilidade financeira. Os mesmos critérios são mencionados pelas lideranças entrevistadas na Bahia e pelos familiares. No caso de Codó, reconhecem que essa condição é muito difícil, principalmente no que tange a aspectos econômicos – situação agravada pela atual crise. Uma das líderes conta que, hoje, metade dos responsáveis por famílias no município está desempregada.

Apesar da idade não ser elencada como fator de peso, os participantes sinalizam que é melhor que a união ocorra na fase adulta, quando se tem mais certeza do que se quer fazer da vida e mais maturidade para lidar com os desafios e a responsabilidade de uma união. Essa maturidade poderia ocorrer antes da fase adulta, embora isso seja mais raro.

Todavia, uma pessoa que opta por se casar mais tarde ou mesmo por não se casar também pode ser mal vista na comunidade, que entende o casamento como ordem natural da vida. Tanto o homem como a mulher teria sua heterossexualidade questionada – algo que, como se percebe nas entrelinhas do discurso é altamente recriminado na comunidade.

A vida é um momento. Não tem aquela idade precisa. Tem aquela coisa do amor. Acho que a pessoa tem que ter o emprego, uma formação. Primeiramente se organizar a vida pra depois ter uma casa. Porque ter uma casa não é mole não. (Líder comunitária, Codó)

Hoje em dia, se você uma pessoa que chegou aos 30 anos, não casou, não tem filhos, não tem namorada, a pessoa já começa a olhar. Por quê? Porque na verdade todos nós nascemos, morremos, mas queremos ter família, ter filhos. (Líder comunitária, Codó)

É praticamente unânime o entendimento de que a decisão a respeito do casamento deve contar com a participação da família e que esta em geral não é favorável, exceto em condições adversas como dificuldade financeira ou gravidez.

Os participantes também acreditam que não se deve forçar o casamento, pois a possibilidade de que dê errado é muito grande. A família deve então exercer o seu papel através do diálogo e do à decisão dos filhos/filhas. Nesse processo, reconhecem que costumam haver diferenças entre a postura da mãe e a do pai. Este seria mais rígido, menos propenso a aceitar a decisão dos filhos/filhas de não se casar. Já a mãe teria uma função mais acolhedora, de escuta e suporte.

Nenhum pai de família fica satisfeito com a filha engravidar dentro de casa e ficar sem casar. Mas se a gente vê que é uma pessoa que não vai dar futuro pra filha da gente, por que a gente vai obrigar a casar? Eu acho que a gente tem que acolher e aquela criança não vai pagar pelo erro. (Líder comunitário, Codó)

Acho que a mãe é mais importante até porque da mulher acho que é uma coisa característica. Ter um conhecimento de vida. É uma pessoa realmente que cuida do lar, cuida dos filhos, mais do que o homem. Acho que a mãe é o cartão de visita de uma casa. A mãe é mais importante para orientar uma filha. Principalmente uma filha. (Líder comunitário, Codó)

PAPEL DOS SERVIÇOS E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

As lideranças percebem que existem mais pessoas e organizações que se posicionam contra o casamento e uniões forçadas e precoces de meninas adolescentes do que a favor deles e acreditam que ações educativas ou de mobilização podem colaborar para a sua prevenção.

(...) acredito que por parte de gestores deveria ter mais ações, projetos que chamassem a atenção dessas crianças e adolescentes, pra não deixarem eles se influenciarem tanto com a ideia do casamento. (Líder comunitária, Codó)

Por outro lado, percebem uma resistência por parte de quem poderia ser público alvo das campanhas e atividades de sensibilização: as famílias e os/as próprios/as adolescentes. Percebem que as famílias não estão preparadas para lidar com os filhos/as, mas também não reconhecem suas dificuldades, o que não ajudaria a promover as mudanças necessárias.

Conscientização, mas tem gente que não aceita, acha que sabe tudo. Ninguém sabe tudo, a vida é um aprendizado. (Líder comunitária, Codó)

Além de sinalizarem a necessidade de ações de prevenção de casamentos e uniões forçadas e precoces de meninas adolescentes, que consideram muito escassas, seja por parte de organizações da sociedade civil ou do poder público, as lideranças também apresentam dimensões mais estruturais relacionadas ao problema.

Analisam o contexto de um município como Codó, fortemente rural, com poucas oportunidades e com um nível elevado de desigualdade social, e acreditam ser muito difícil para as famílias uma mudança comportamental e cultural. Como julgar um pai, por exemplo, que decide casar sua filha de 14 anos com um homem mais velho que pode lhe assegurar uma qualidade de vida, se ele próprio não se sente minimamente capaz de sustentá-

la? Nesse caso, entendem que o casamento evitaria um dano maior. Todavia, pensam na situação do pai, mas não na situação da filha. As meninas, num contexto como esse, seriam sacrificadas em nome da família.

Porém, ao trazerem essas questões, as lideranças não questionam a eficácia das ações preventivas, nem pretendem eximir as famílias de responsabilidade; elas apenas entendem que outras dimensões influenciam a ocorrência do problema, e resolvê-las demandaria transformações e políticas públicas mais estruturantes para a promoção do desenvolvimento econômico e social do município.

6.4. PERSPECTIVAS INSTITUCIONAIS: APOIOS E BRECHAS (NACIONAL, BAHIA E MARANHÃO)

PERCEPÇÕES DE AGENTES PÚBLICOS, ESPECIALISTAS E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

“Casamento infantil no Brasil? Mas isso não é um problema da África ou da Ásia?” Esse questionamento é recorrente na maioria das entrevistas. Muitas pessoas ficam surpresas ao serem informadas sobre a situação brasileira nos rankings global e regional (América Latina e Caribe) e afirmam estar tratando do tema pela primeira vez. Isso vale tanto para os agentes públicos nacionais e locais como para os sociais, o que indica o quanto o fenômeno é invisível e como se encontra ausente da agenda pública.

“CASAMENTO INFANTIL NO BRASIL? MAS ISSO NÃO É UM PROBLEMA DA ÁFRICA OU DA ÁSIA?” ESSE QUESTIONAMENTO É RECORRENTE NA MAIORIA DAS ENTREVISTAS. MUITAS PESSOAS FICAM SURPRESAS AO SEREM INFORMADAS SOBRE A SITUAÇÃO BRASILEIRA NOS RANKINGS GLOBAL E REGIONAL (AMÉRICA LATINA E CARIBE) E AFIRMAM ESTAR TRATANDO DO TEMA PELA PRIMEIRA VEZ.

As vulnerabilidades socioeconômicas figuram como principal causa para os casamentos e uniões forçadas e precoces de meninas adolescentes, de acordo com as/os entrevistadas/os das amostras nacional e locais. Para elas e eles, meninas que vivem em famílias com condições precárias e pouco acesso a políticas públicas são mais suscetíveis a uma união como fator de proteção. Em segundo lugar, apontam as questões de gênero, como machismo e patriarcado, que forjam papéis e normas desiguais para meninas e mulheres, meninos e homens.

Gravidez adolescente e desejo de sair de lares e famílias conflituosos, violentos e/ou opressores figuram em terceiro lugar. A vivência da sexualidade só aparece na quarta posição. Outros fatores citados em menor escala são: idealização do casamento e das relações (que também podem ter vinculação com as questões de gênero); omissão das políticas públicas; práticas culturais de grupos específicos (ciganos, indígenas); afeto/desejo/amor; influência da mídia e evasão escolar.

Eu percebo que o casamento infantil tem ganhado um espaço, mas tem muita gente que não sabe do que se trata. Ao não saber do que se trata, também não percebe as uniões precoces como um reflexo da maneira como as meninas são tratadas. A união precoce é a ponta do iceberg [...] Mas embaixo, tem muito mais. Para a gente poder olhar para o casamento infantil e enfrentar os números, a gente precisa olhar um passo atrás [e discutir gênero].

(Agente público nacional)

Vai entrar [menina casada] no que chamamos de feminização da pobreza. O ciclo não vai ser rompido, ela vai ser subvencionada, tudo vai ser perguntado, não vai conquistar nada, tudo que ela quiser fazer vai ter que pedir permissão. Ela não tem direitos.

Tem deveres e cumpre e continua a vida desse jeito.

(Especialista representante da academia)

Causa preponderante: pobreza. A menina é envolvida por toda uma construção de que ela casar é melhor do que ficar no estado de pobreza. O cara deve dar uma condição melhor. (Representante de organização da sociedade civil de nível nacional)

Observamos que as causas apontadas corroboram as percepções de adolescentes e familiares dos grupos focais. O mesmo ocorre com os motivos que levariam às uniões dos maridos, das meninas e das mulheres casadas nas duas amostras. No entanto, as vulnerabilidades socioeconômicas, mais citadas por entrevistados/as nacionais, não têm tanta ressonância entre os/as participantes do estudo amostral, que até chegam a citá-las, mas não como principal motivador.

ALGUNS/MAS ENTREVISTADOS/AS ARRISCAM QUE SE TRATARIA DE UM FENÔMENO LOCALIZADO, PRESENTE SOMENTE EM ÁREAS RURAIS; DETERMINADAS REGIÕES, COMO NORTE E NORDESTE; E JUNTO A COMUNIDADES TRADICIONAIS. PORÉM, VIMOS QUE SE TRATA E UMA PRÁTICA DISSEMINADA EM DIVERSOS CONTEXTOS E ESPRAIADA EM TODAS AS REGIÕES BRASILEIRAS.

As questões de gênero e de vivência da sexualidade, incluindo a gravidez, são as mais prementes e foram citadas de forma hegemônica, principalmente na amostra da Bahia. Contudo, sexualidade aparece menos nas narrativas nacionais. Isso demonstra que os fatores subjacentes motivadores de casamentos/uniões infantis são complexos e exigem uma análise precisa para que sejam melhor compreendidos e enfrentados.

Dentre as consequências, as/os entrevistadas/os elencam: perpetuação do ciclo de dominação e reprodução das desigualdades de gênero; abandono e/ou evasão escolar; gravidez; intensificação de serviço doméstico; cuidados parentais com sobrecarga feminina; perda da liberdade e mobilidade; falta

de profissionalização; entrada precária e/ou tardia no mercado de trabalho; violência doméstica; despreparo emocional e psíquico e limitação dos projetos de vida.

Vemos novamente muita aderência às percepções dos grupos das amostras locais. As relações de gênero desiguais são reforçadas depois dos casamentos; a maioria das meninas e mulheres que não se casaram devido à gravidez tiveram filhos logo depois das uniões; todas são responsáveis pelo serviço doméstico e pelo cuidado parental, e poucas trabalham.

Uma das entrevistadas da sociedade civil reflete que há uma linha tênue entre os casamentos e uniões infantis como prática cultural e enquanto violação de direitos, o que dificulta seu reconhecimento e a formulação de políticas públicas. Nossa hipótese é que ainda há uma percepção cultural acerca do fenômeno, que é visto como natural e, por isso, é pouco questionado.

Tanto é que, até pouco tempo atrás, era comum vermos casos de pessoas casadas antes dos 18 anos nas famílias (avós, mães, tias, etc.), mas esses casos nunca eram questionados e encarados como um problema. Somente depois que o casamento infantil ganhou o conceito normativo de violação é que, aos poucos, a sociedade começou a perceber a complexidade do fenômeno.

Casamento infantil é extremamente antigo, existe há gerações. Nossos avós casavam ainda mais cedo. Mas quando a ONU começou a tratar criança e adolescente como sujeitos de direitos mudou de patamar, com a Constituição Federal de 88, Estatuto da Criança e do Adolescente, essa visão de proteção aumentou. (Representante de organização da sociedade civil)

Alguns/mas entrevistados/as arriscam que se trataria de um fenômeno localizado, presente somente em áreas rurais; determinadas regiões, como Norte e Nordeste; e junto a comunidades tradicionais. Porém, vimos que se trata e uma prática disseminada em diversos contextos e espaiada em todas as regiões brasileiras. As duas

questões mais evidenciadas pelo estudo amostral como motivadoras dos casamentos/uniões – gênero e sexualidade – parecem, em nossa opinião, abranger diferentes públicos e contextos, sendo difícil, portanto, delimitar um grupo ou local.

Por outro lado, ainda que o fenômeno abranja diversas realidades e contextos, é possível que haja pontos de concentração, a depender das características sociais, econômicas e culturais de determinados locais e grupos sociais e do nível de investimento público (ou a ausência dele) ali realizados. Em Codó (MA), por exemplo, os agentes públicos arriscam que pode haver maior incidência do fenômeno nas comunidades rurais e tradicionais (como comunidades quilombolas) presentes no município. Ainda assim, esse é um dado de percepção, pois o poder público local nunca fez uma ação voltada especificamente para o tema no município.

É a área (mais presente) na zona rural de Codó, porque como você não tem um espaço de desenvolvimento de uma sociedade muito mais organizada, e a zona rural é um pouco mais deixada de lado, isso acontece muito. Em áreas rurais quilombolas, principalmente, onde as pessoas são cada vez mais excluídas. Nas áreas quilombolas nós temos crianças de 14, 12 anos que já estão com os filhos nas mãos, que já tem uma casa. Na zona rural isso pode acontecer mais facilmente porque as pessoas não estão sendo assistidas pelas políticas públicas. (Agente público local de Codó - MA)

Especialistas e representantes da sociedade civil alertam para uma questão ligada ao conceito de casamento, que só abrangeria apenas uniões heteronormativas. “Não existem casamentos relativos à infância que sejam homoafetivos?”, provoca uma especialista. Nas amostras locais, percebemos o quanto as relações homoafetivas são pouco percebidas e/ou pouco pensadas pelos/as participantes.

Nosso estudo não explorou esse tema a fundo, mas reconhecemos que ele é de ordem prioritária e precisa ser investigado, até mesmo porque uma união homossexual pode ser tão vulnerável quanto uma união heterossexual envolvendo meninas e meninos.

As diferenças etárias também são abordadas por algumas/uns entrevistadas/os, que avaliam que o casamento/união entre dois adolescentes configura uma situação distinta em relação ao casamento entre uma menina e um homem ou vice-versa.

⁶⁹ Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase, instituído pela lei federal 12.594/2012. Para saber mais acesse: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/sistema-nacional-de-medidas-socioeducativas/sistema-nacional-de-atendimento-socioeducativo-sinase-1>>.

⁷⁰ As entrevistas foram realizadas com agentes públicos de Conselhos Tutelares e Centros Especializados da Assistência Social (Creas) dos três municípios da amostra; das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Social de Camaçari e de Salvador, e da Câmara Municipal de Salvador. Além disso, foram feitas entrevistas com representantes estaduais, sendo: Ronda Maria da Penha / Polícia Militar, Ministério Público e Sindicato das Empregadas Domésticas (esta representando a sociedade civil).

Alguns representantes do poder público de Codó (MA) acreditam que as uniões entre dois adolescentes podem ser motivadas pelo afeto, ao contrário daquelas entre uma/um adolescente e um adulto, que pode até mesmo ser resultado de aliciamento.

Nas circunstâncias envolvendo dois adolescentes, um dos entrevistados do poder público nacional acredita que ambos têm direitos os violados e precisam de proteção. Contudo, nos casos em que a menina tem menos de 14 anos, mesmo se o companheiro for adolescente, ele é enquadrado como violador, pois se trata de estupro de vulnerável pela lei. Nesses casos, há uma diferenciação entre proteção e responsabilização que não é fácil de equalizar.

[...] Veja bem como é difícil tomar as decisões: o artigo [do Código Penal que trata sobre estupro de vulnerável] é fundamental porque com menor de 14 anos a violência é presumida e nós não estamos discutindo consentimento nesse caso. Eu coloco no mesmo balaio o cara de 60 e a menina de 13 e o cara de 15 com a menina 13 que transaram desprotegidos e ela engravidou. Esse menino, inclusive, vai cumprir medida socioeducativa no Sinase⁶⁹. (Agente público nacional)

[...] Na prática, ao invés da gente cuidar, a gente acabou criando uma situação de vulnerabilidade e além, de novo, aquele foco de gênero. Chega a adolescente menor de 14 anos com o adolescente menor de 14 anos no posto de saúde. Quando chama o conselho tutelar, leva o rapaz. Quando na verdade, ele também deveria, pela norma, estar protegido [...] A presunção de violência é absoluta. Não tem relativismo com relação a isso. (Agente público nacional)

Na esfera do judiciário, um dos entrevistados afirma desconhecer casos de juízes/as que tenham negado consentimento para meninas e meninos entre 16 e 18 anos que se casaram, contanto que houvesse autorização do pai e da mãe. Ele infere que esse tema é pouco refletido na área jurídica e que o casamento de adolescentes não é percebido como um problema. Os juízes/juízas têm o poder decisório legal incontestado sobre a questão e, muitas vezes, são permeados pelos mesmos códigos tradicionais de gênero e pela visão “adultocêntrica” ainda vigentes no senso comum.

A entrevista é feita pro casamento, mas naquele sistema tradicional nosso de sala de audiência. Você quer casar com ele? É de livre escolha sua? É meio nesse negócio truculento do adulto conversando com o adolescente, imaginando que ele tivesse total autonomia e formação pra de repente, numa pergunta dessa, encarar todo mundo e dizer: ‘não, não quero!’ [...] É dentro desta ritualística que nós fazemos. De fato se estamos preocupados com a questão do conteúdo, eu acho que não. Estamos preocupados, ainda, com a questão da formalística. (Agente público nacional)

ATENDIMENTO NA PONTA – BAHIA ⁷⁰

Os/as agentes públicos locais que atuam na ponta dos serviços na amostra da Bahia (Salvador, Camaçari e Mata de São João) têm dificuldade de entendimento acerca do termo casamento infantil e reforçam muito que é

preciso observar a questão do ponto de vista semântico. Somente ao compreenderem que o estudo abarca todas as formas de união marital eles identificaram as situações atendidas por seus órgãos.

O fenômeno só é abordado por demanda espontânea da própria população atendida. Os entrevistados não possuem dados sistematizados para avaliar o seu tamanho, mas opinam que seria pequena. Os temas de maior incidência nos órgãos são trabalho infantil, violência sexual e uso de drogas. Vemos que esses fenômenos podem ter correlação com casamento/união, mas não há reflexão a respeito disso.

Assim como ocorre junto às lideranças comunitárias, há um endereçamento da questão às famílias, pouco responsáveis e muito negligentes na educação e no cuidado dos seus filhos e filhas, o que pode motivar os casamentos/uniões. Todavia, sua percepção difere daquela dos agentes públicos nacionais, para quem as famílias podem sofrer vulnerabilidades socioeconômicas que as impelem à união de seus filhos/as como estratégia de mitigação e/ou superação.

Parece-nos importante levar os dois posicionamentos em conta. Por trabalharem na ponta dos serviços, os agentes locais conhecem bem a realidade social e familiar com a qual atuam. Já os agentes nacionais possuem uma visão macro que lhes permite compreender as múltiplas causas do fenômeno.

ATENDIMENTO NA PONTA – MARANHÃO⁷¹

O município de Codó (MA) demonstra estar mais sensibilizado para as questões de gênero na infância; um indício é a institucionalização, por exemplo, do Dia da Menina, comemorado em 11 de outubro. Contudo, o tema dos casamentos e uniões forçadas de adolescentes é novidade para os agentes públicos, que demonstram surpresa ao descortinar um fenômeno tão comum e naturalizado na sociedade codoense.

Assim como na amostra da Bahia, o tema só figura nos órgãos de atendimento a crianças e adolescentes por demanda espontânea, e mesmo assim os agentes ainda não haviam atentado para o seu possível caráter de violação de direitos.

Agora que nós acordamos para essa tamanha violência. O casamento infantil é uma violência. É algo que nós em contexto geral, nós enquanto comunidade, mesmo com todo o processo, mesmo trabalhando a questão da gravidez, nós nunca trabalhamos essa questão do casamento infantil. É uma violência do corpo, violência da mente, violência que gera outra violência. (Agente público local)

A família, assim como na amostra da Bahia, é apontada como principal responsável pela ocorrência do fenômeno, sem que haja, contudo, nenhuma leitura mais aprofundada do contexto ou das dificuldades, à exceção

⁷¹ As entrevistas foram realizadas com agentes públicos do Centro Especializado da Assistência Social (Creas); das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Social e de Educação e da Câmara Municipal de Codó.

de dois entrevistados que relataram as condições de vulnerabilidade em que muitas delas vivem.

Percebemos que as/os entrevistados têm um conceito de família tradicional, no modelo heteronormativo, formado por pai, mãe e filhos/filhas de uma única união, situação que não corresponde à realidade atual. Assim, indagamos se uma quebra nesse padrão tradicional não seria motivo para já a classificarem como “desestruturadas”.

Outra situação é que mesmo tributando a responsabilidade às famílias, as narrativas nunca explicitam que esse grupo social deve ser acolhido e atendido pelas políticas públicas. Apenas as crianças e adolescentes aparecem como público beneficiário, as famílias não. Alguns agentes alertam que as pessoas se casam e têm filhos sem planejamento ou dimensionamento sobre o impacto disso em suas vidas, porém, mais uma vez, questionamos sobre em que medida os sujeitos – sobretudo as/os adolescentes – têm acesso a serviços públicos de planejamento familiar, capazes de orientar suas trajetórias de vida.

Desestrutura familiar, por exemplo, quando a mãe é casada e tem seus filhos, e se separa e se junta com outra pessoa, e aí desestrutura a família e há uma quebra de sequência naquele desenvolvimento da criança. Então a criança ela tende a mundo só para ela, a ter um mundo de não liberdade mais. Porque já é outra instância outra estrutura familiar. Acaba perdendo a essência de ser criança. Às vezes ser acusada pelo próprio parceiro da mãe que está ali.

(Agente público local)

A família está precisando entender o que é ter uma criança, qual é a responsabilidade de se botar uma criança. Ela não tem esse discernimento. A gente tem trabalhado muito nesse sentido. (Agente público local)

A família hoje vive um momento de enfraquecimento, as famílias desestruturam e com isso a criança e o adolescente também fica desprotegida em relação ao seu local de proteção. Aí busca externamente essa proteção que não vai ter dentro de casa, na hora que essas pessoas que são violadores, que se aproveitam. Eu acho que é um dos fatores determinantes nesse sentido. Nós precisamos trabalhar políticas específicas que vai de encontro a necessidade dessa criança, desse adolescente, fortalecendo esses papéis que o estado tem em relação a elas, a assistência. (Agente público local)

Interessante notar que as/os agentes públicos comentam sobre a falta de diálogo entre as famílias, mas se concentram apenas no sexo feminino – mães que não dialogam com suas filhas; os pais e os meninos não figuram nesse contexto.

Hoje a mãe não quer conversar com a filha sobre sexualidade, não quer orientar suas filhas nas descobertas da vida, de forma natural, principalmente a adolescente na construção dos hormônios, do corpo. Então é necessário que a pessoa de referência desse adolescente faça esses recortes, que oriente e para que ela não venha interromper suas fases da vida. (Agente público local)

NÍVEL DE INVESTIMENTO PÚBLICO

Os marcos legais relativos aos direitos de crianças e adolescentes adotados pelo Brasil definem a universalidade como premissa, o que é importante para garantias mais amplas a todas as meninas e meninos. Contudo, há um debate sobre até que ponto a universalidade consegue dar conta das especificidades de determinadas infâncias e adolescências.

Por exemplo, os casamentos ou uniões infantis impactam em proporção muito superior as meninas do que os meninos, como demonstrado no capítulo 5. Considerando essa prática como uma possível violação de direitos, temos que as trajetórias de vida as das meninas são muito mais impactadas pelo fenômeno. Isso evidencia a necessidade de um olhar e de uma intervenção a partir da consideração sobre as especificidades.

Porém, as políticas para a infância e a adolescência brasileiras ainda têm um longo percurso nesse sentido. Perguntamos aos agentes públicos nacionais e locais se conhecem leis, políticas, programas ou orientações técnicas que abordem as desigualdades entre meninas e meninos e todos responderam de forma unânime que não. Um dos entrevistados da sociedade civil aponta o quanto essa abordagem é nova:

Não faria diferença, meninas e meninos são iguais. Porque pensamos em política pública para crianças e não separadamente. Mas precisa de um olhar mais apurado. Mas eu não sei te dizer essas diferenças, até porque o Brasil não trabalha isso. Quem trabalha essas nuances são as famílias. (Representante de organização da sociedade civil de nível nacional)

Se na pauta da infância e adolescência o tema de gênero é reduzido, na pauta das mulheres o tema geracional, capaz de abarcar as meninas, também o é. Uma entrevistada alerta, por exemplo, que a Lei Maria da Penha⁷² não abrange as meninas adolescentes vítimas de violência doméstica praticada por cônjuges ou ex-cônjuges, ainda que os crimes sejam iguais aos cometidos contra mulheres.

Nesses casos existem outras legislações e serviços de atendimento a meninas, mas que nem sempre veem nexos causais com a conjugalidade. Isso demonstra a necessidade de maior diálogo e cooperação interinstitucional entre as duas áreas (infância e mulheres).

TODAVIA, O ARTIGO (Nº 1.517) QUE AUTORIZA O CASAMENTO AOS 16 ANOS COM CONSENTIMENTO DE PAIS E MÃES PERMANECERIA INALTERADO, REPRESENTANDO UMA BRECHA EM RELAÇÃO À CONVENÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, QUE ESTABELECE A DURAÇÃO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA ATÉ OS 18 ANOS INCOMPLETOS.

Crianças e adolescentes são separados de adultos. A gente vem dialogando com a rede para tentar uma parceria, mas ainda não existe, mas deveria existir. Se me perguntar quantas adolescentes sofrem violência doméstica não sei, não sei categorizar via lei Maria da Penha. É tudo caixinha separada. Não tenho nenhum caso de menina que sofre violência doméstica e familiar, não passa por aqui, não dialogamos. (Agente público estadual atuante em órgão específico de atendimento a mulheres vítimas de violência)

Como abordamos no capítulo 3, há uma proposta legislativa em curso para alterar o Código Civil (Lei nº 10.406/2002) e eliminar as exceções para casamentos ou uniões infantis. O projeto de lei (PL 7.119/2017)⁷³, aprovado pela Câmara dos Deputados em junho de 2018, propõe a revogação do artigo (nº 1.520), que autoriza o casamento em situações de gravidez ou para evitar imposição de pena criminal. A matéria agora será votada pelo Senado Federal⁷⁴.

Todavia, o artigo (nº 1.517) que autoriza o casamento aos 16 anos com consentimento de pais e mães permaneceria inalterado, representando uma brecha em relação à Convenção dos Direitos da Criança, que estabelece a duração da infância e da adolescência até os 18 anos incompletos. Houve propostas para que o projeto de lei em curso abrangesse também essa exceção, mas isso não foi aprovado pela Câmara.

O tema é objeto de intenso debate entre as/os entrevistados nacionais e locais, sobretudo no tocante ao artigo que autoriza uniões a partir dos 16 anos. Já o artigo que trata de gravidez e pena criminal provoca unanimidade: todos concordam com sua eliminação.

Algumas entrevistadas argumentam que a lei legitima uma violação e vai contra os acordos e pactos internacionais ratificados pelo Brasil. Ademais, a supressão das exceções tem um caráter simbólico e contribui para desnaturalizar esse tipo de prática. Opinam ainda que, além da mudança legal, devem ser promovidas intervenções nas políticas públicas para que o tema passe a figurar de forma prioritária na agenda.

⁷² Lei federal criada em 2006 (nº 11.340/06) que estabelece mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres. Atende a tratados e acordos internacionais ratificados pelo Brasil. Acesso em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>.

⁷³ No dia 12 de março de 2019 foi sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro, a Lei 13.811/19 que altera o Código Civil e proíbe o casamento de menores de 16 anos de idade. O código permitia o casamento de menores de 16, desde que autorizado pelos pais, para evitar cumprimento de pena criminal ou em caso de gravidez.

⁷⁴ Projeto de Lei da Câmara (PLC) 56/2018. Acesso em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/133561>>.

Está proposto pela ONU: o caminho para eliminar as práticas se dão pela lei, em conjunto com as mudanças na política pública, na influência positiva cultural também [...] Há um desconhecimento geral no Brasil sobre essa questão. Reconhecer e colocar o tema na agenda de debate e política no país é fundamental [...] A gente achar que não mexer na lei porque ela pode incentivar, não é o melhor caminho. A lei legitima uma agressão. (Representante de organização da sociedade civil de nível nacional)

Em primeiro lugar, [estamos] dando um recado claro à sociedade: a era da legitimação, da naturalização do casamento precoce, acabou [...]. Estamos sinalizando que é inadmissível que menores de 16 anos se casem, que o estado não dará guarida civil a esse tipo de união. Essa é a função material do projeto. Há também outra função, que é a função simbólica. Ao dizer que a lei civil não admite esse tipo de união, esperamos contribuir para desnaturalizar, deslegitimar a aceitabilidade desse tipo de união [...] Precisamos vencer essa agenda para centrar força total na prevenção e proteção, que é o que deve reduzir o número de uniões informais. (Agente público nacional)

Porém, algumas/uns entrevistadas/os temem que uma mudança legislativa que abranja também a exceção do casamento aos 16 anos com consentimento de pais e mães possa aumentar o número de uniões informais – que já é alto, como comprovamos neste estudo –, tornando ainda mais difícil a compreensão da magnitude desse problema e dificultando o mapeamento das meninas mais vulneráveis.

Outros opinam que medidas impositivas e criminalizadoras não produzem efeitos em termos de mudanças culturais. Para tanto, seria necessário investir em ações de educação e conscientização. O debate, portanto, é sobre até que ponto as leis têm poder de incidência sobre as questões culturais.

Salientamos que outros temas da agenda da infância e adolescência foram objeto de reflexões semelhantes, como foi o caso do trabalho infantil e dos castigos físicos e degradantes⁷⁵ – fenômenos naturalizados e de intensa prática social. Ambos foram objetos de leis, *paripassu* intervenções em políticas públicas. Podem, dessa forma, ser utilizados como experiências concretas para que se avalie a questão dos casamentos ou uniões infantis.

A produção de evidências também é citada pelas/os entrevistados como estratégia urgente para que se conheça o tamanho do problema, seus fatores causais e sua ocorrência nos diversos contextos, sobretudo num país de dimensões continentais como o Brasil.

⁷⁵ As normativas sobre trabalho infantil são descritas no capítulo 5. Os castigos físicos e degradantes são conteúdo da lei federal Menino Bernardo (Lei nº 13.010/2014), que altera o ECA, dispendo sobre o direito de crianças e adolescentes de serem educados e cuidados sem castigos físicos ou tratamentos cruéis e degradantes. Acesso em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13010.htm>.

No entanto, percebemos que os agentes públicos tributam essa responsabilidade às organizações da sociedade civil. Apenas uma entrevistada apontou a obrigação do seu órgão de produzir e cruzar dados. Os demais não propõem como tarefa do Executivo e/ou do Judiciário a produção de dados, estudos e pesquisas.

APOIOS E RESISTÊNCIAS À MUDANÇA SOCIAL

O maior ponto de resistência apontado pelas/os entrevistadas/os é justamente o desconhecimento sobre o tema. A falta de dados e informações impede que se pensem estratégias para formular e implementar ações adequadas.

A questão é tão premente que em Salvador, por exemplo, um projeto de lei acerca do casamento infantil foi rejeitado pelas/os parlamentares (em 2017) porque estes não estariam convencidos a existência do fenômeno na cidade. Isso obrigou a parlamentar autora do PL a montar um dossiê elencando uma série de dados para ver se, assim, consegue convencer seus pares sobre a importância e prioridade do tema.

O assunto é novo na Câmara Municipal, nunca [parlamentares] tinham ouvido falar. O desconhecimento assusta, o tema assusta. Estou mostrando um ET numa caixinha.

A invisibilidade impede que o fenômeno seja tratado como problema na agenda pública e se torne uma prioridade política. Ademais, ele engloba questões sensíveis para a sociedade, como a desigualdade de gênero e os direitos sexuais e reprodutivos, e abarca um público nem sempre visto de maneira positiva (os adolescentes).

De um lado a lei tem brechas que estão amparadas pela cultura. Isso pode ser uma forma de resistência. A normalização também é uma barreira, ou seja, a negação da existência do problema. Existe um impedimento social que acaba legitimando isso como uma prática normal. É preciso mostrar os números, desnaturalizar isso e mudar a cabeça dessas pessoas. (Representante de organização da sociedade civil de nível nacional)

Existe uma resistência da sociedade pra tudo o que diz respeito a adolescente. O direito da infância, ninguém é contra ele [...] Na adolescência a pessoa já tem autonomia, tem mais consciência, e é até difícil convencer a sociedade em geral da importância de apoiar esta figura. (Representante de agência de cooperação internacional)

Algumas especialistas apontam que há uma pauta conservadora em curso no Brasil em relação aos comportamentos sociais, em que gênero e sexualidade – justamente as duas categorias centrais observadas neste estudo – são vistos sob uma ótica negativa, moralista e cercada de tabus e incompreensões. Algumas instituições religiosas, políticas e famílias podem, portanto, atuar como pontos centrais de resistência.

A igreja conservadora é uma resistência. Está havendo um lado da igreja que tem esvaziado o debate da violência sexual, estão chamando os atuantes de pedófilos. É uma cultura para esvaziar a democratização e os espaços que temos ocupado a partir de muitas lutas. Lutas contra as práticas de violências que estão respaldadas por uma coerção de discussão sobre direitos sexuais. (Especialista nacional)

O trabalho específico sobre meninas ainda é um grande desafio. Principalmente em tempos que os debates sobre gênero, e eu não chamaria de ideologia de gênero, têm provocado tanto furor e ódio sociais. Esse é um tema que volta a ser colocado abaixo do tapete. Ao invés de voltar para a pauta, vem sendo colocado em escanteio. Porque os debates sobre igualdade de gênero geram também uma aproximação com um conceito que é cultural e social e de grande influência religiosa. (Especialista nacional)

Outra resistência apontada é o trabalho intersetorial, fundamental para abordar um fenômeno multicausal. O trabalho articulado e sistêmico, em que pese ser desenhado normativamente, ainda é um desafio no Brasil, tanto em âmbito nacional como local. A pergunta é: qual seria o órgão coordenador e mobilizador do tema, capaz de articulá-lo dentro de secretarias e dos ministérios?

O problema reverbera na ponta. Alguns agentes públicos da Bahia se queixam da pouca articulação da rede de atenção e proteção de crianças e adolescentes, o que impede que seu trabalho seja realizado com qualidade e agilidade.

A gente busca que as coisas funcionem, mas a gente não consegue dar andamento a tudo isso que a gente busca. Tá tudo lindo, tá tudo maravilhoso, a lei diz isso e diz aquilo [...] Tem horas que a gente sente de mãos e pés atados, quando a gente tem uma situação de violação, que depende de órgãos de competência maior pra que possa dirimir, dizer: 'vai fazer assim, vamos encaminhar para x lugar' e a gente não encontra esse apoio. (Agente público local)

A geração de dados e evidências é a principal estratégia para angariar apoios e conseguir inserir o tema nas ações dos órgãos do sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes.

Precisamos sim ampliar nossas análises sobre o tema, principalmente sob a ótica das meninas. Precisamos utilizar nosso sistema de informação [público e oficial] para ampliarmos nossos estudos sobre o tema, a partir dos dados que nós temos. Eu acho que temos dados que possam nos revelar um pouco essa situação. (Agente público nacional)

Algumas/uns entrevistadas/dos refletem que o casamento ou uniões infantis devem fazer parte de um rol maior das questões relativas aos direitos infanto-juvenis para evitar desfragmentação e isolamento. Por exemplo, pode ser incluído nos planos nacionais e locais setoriais, como de enfrentamento da violência sexual e do Sinase, mas com ações direcionadas.

ALGUMAS/UNS ENTREVISTADAS/DOS REFLETEM QUE O CASAMENTOS OU UNIÕES INFANTIS DEVEM FAZER PARTE DE UM ROL MAIOR DAS QUESTÕES RELATIVAS AOS DIREITOS INFANTO-JUVENIS PARA EVITAR DESFRAGMENTAÇÃO E ISOLAMENTO.

Um ator estratégico citado é o Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (Conanda), que pode elaborar resolução, nota técnica ou outro instrumento normativo visando à inclusão do tema nas políticas públicas. Pode ainda provocar a rede de conselhos estaduais e municipais – que, atuando de forma conjunta, teriam capacidade de capilarizar o tema.

Integrar o próprio conceito do casamento precoce como variável de políticas já em curso pode ser bastante importante no enfrentamento dessa questão. (Agente público nacional)

O sistema de conselhos, por exemplo: se você consegue que seis mil atores qualificados façam esse debate, você está levando para a sociedade, um monte de gente vai ter acesso ao tema. Vai ganhar visibilidade. (Representante de organização da sociedade civil de nível nacional)

Os aspectos culturais que circundam os casamentos e uniões forçadas e precoces de meninas adolescentes podem ser objeto de campanhas de mobilização e ação por parte das escolas. Mais uma vez, esta instituição é apontada como potencial aliada, mas é também a mais disputada e vigiada em relação aos conteúdos que pode abordar, como já citamos algumas vezes ao longo deste estudo.

O sujeito de direitos deveria ser o receptor das mensagens preventivas. Campanhas usando filmes, curtas-metragens! Romper com a ideia do mundo das princesas e dos super-heróis, em que talvez essa ideia do casamento já esteja sendo implantada desde muito cedo. No que se refere ao casamento infantil, deveria ser um pouco isso. Focar no positivo de não se casar. Nessa linha de informar prepositivamente e que as próprias crianças e jovens entendessem essa informação. Não deveriam ser campanhas somente para adultos. (Especialista nacional)

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Este estudo buscou compreender os fatores que promovem os casamentos ou uniões infantis no Brasil, como parte de uma pesquisa maior que abrange outros países da América Latina e Caribe. Seu propósito foi conhecer o tema a partir das percepções e vivências de diversos sujeitos sociais, especialmente das meninas e dos meninos, diretamente afetados pela questão.

Esperamos colaborar para aumentar o repertório de dados, informações e evidências acerca do fenômeno, ainda muito invisibilizado no Brasil. Em que pese ser um estudo amostral, concentrado em quatro municípios de dois estados brasileiros (Bahia e Maranhão), ele oferece uma série de pistas e informações relevantes que podem subsidiar os agentes públicos e sociais em quatro dimensões: (I) conhecer mais a fundo o tema a partir de dados primários e secundários levantados e analisados; (II) identificar as causas, consequências e brechas existentes; (III) formular ações concretas com base em evidências; (IV) identificar parcerias para um trabalho cooperativo e sinérgico.

Vale ressaltar uma questão metodológica quanto à aplicação da pesquisa nos três municípios baianos (Salvador, Camaçari e Mata de São João). Não encontramos diferenças substantivas nos dados colhidos; pelo contrário, constatamos pontos em comum na maioria das questões abordadas. Algumas diferenças, embora sutis, foram a percepção um pouco mais aprofundada acerca das questões de gênero entre algumas meninas, meninos e mulheres casadas em Salvador, se comparadas a Camaçari e Mata de São João.

Levantamos algumas hipóteses sobre essa proximidade de percepções e de dados: (I) os três municípios, apesar de terem características distintas, como apontado no capítulo 5, estão localizados na região metropolitana e compartilham algumas identidades geográficas e históricas, sobretudo com Salvador, a capital do estado; (II) o principal locus de mobilização de participantes foi a escola, portanto, um mesmo tipo de instituição e de perfil de público (estudantes e familiares de estudantes).

Avaliamos que a convergência não diminui o potencial da análise. Ao contrário, ela reforça as evidências encontradas, comprovando que a prevalência de determinadas percepções e dados é potencialmente explicativa do fenômeno.

Semelhanças entre as amostras

De forma geral, houve alto nível de saturação de dados e muitas semelhanças entre as duas amostras, com percepções próximas entre os participantes de grupos

focais da Bahia e do Maranhão. As entrevistas com meninas, mulheres e homens casados, em que pese suas diferentes trajetórias de vida e motivações para as uniões, também apresentaram conformidades em aspectos como, por exemplo, as funções conjugais exercidas pelo casal.

Destacamos dois pontos relevantes relativos às entrevistas com meninas e mulheres casadas e maridos das duas amostras:

- Todos, sem exceção, não gostariam que seus filhos e filhas se casassem antes dos 18 anos e repetissem o ciclo familiar. Nem mesmo as pessoas que se uniram por amor/desejo e que avaliam seus casamentos de forma positiva opinam que ele seja desejável na adolescência. Avaliamos que contar sobre seus casamentos propiciou a reflexões não somente sobre suas próprias vidas, mas também sobre a instituição do casamento. Para algumas/uns entrevistadas/dos, essa reflexão foi um exercício novo, pois a união era tão naturalizada que eles jamais haviam parado para pensar nela de forma mais ampla para si, para seus filhos e filhas e para a sociedade; ao fazê-lo, ponderaram que, antes dos 18 anos, ele não deveria ser uma opção.
- A violência como consequência do casamento figurou de forma recorrente na percepção dos grupos focais e das entrevistas com agentes públicos e lideranças comunitárias e/ou religiosas. No entanto, apareceu de forma discreta nas entrevistas com meninas, mulheres e homens casados. Algumas/uns entrevistadas/dos citaram episódios de violência física e psicológica, mas sempre de maneira superficial e alegando que eram situações superadas. Argumentamos que este tema é de difícil revelação e relato, o que pode impactar na possibilidade de conhecermos a real dimensão do fenômeno no estudo aqui realizado. Indicamos que a análise sobre essa correlação entre casamento e violência se desdobre em estudos posteriores.

Contrastes entre as amostras

- A diferença média de idade entre os cônjuges é maior no Maranhão que na Bahia. As meninas de Codó (diferença média de sete anos) têm quase o dobro da diferença de idade dos seus maridos em comparação com as meninas dos três municípios baianos (diferença de quatro anos). Já para as mulheres, os valores são mais próximos (cinco anos de diferença na Bahia e quatro anos em Codó - MA). Em relação aos maridos as diferenças médias de idade em Codó (dez anos) são o dobro do observado na Bahia (cinco anos).

Esses dados corroboram outras pesquisas que indicam a prevalência de uniões de meninas com homens mais velhos, o que é percebido sobretudo no Maranhão.

- Segundo as amostras colhidas, Codó (MA) demonstrou ser um município com mais características rurais e com tradições e costumes culturais mais arraigados no que tange aos casamentos/uniões do que os municípios baianos. O patriarcado e o machismo, conceitos de gênero que colaboram para a compreensão do fenômeno, tiveram forte presença na amostra maranhense, sobretudo junto ao grupo dos maridos, das famílias e das lideranças comunitárias. Inferimos que os municípios baianos, por incluírem a capital e duas cidades da região metropolitana, possuem características urbanas e mais possibilidades de acesso a outras reflexões acerca das questões de gênero, o que torna as tradições e os costumes mais permeáveis a outras leituras e práticas.
- O ciclo geracional feminino relativo ao casamento foi evidente nas duas amostras, sobretudo nos relatos e histórias de vidas das meninas dos grupos focais, das meninas casadas e das mulheres. Todavia, em Codó (MA) ele foi preponderante e esteve presente na narrativa de todas as entrevistadas. Essa constatação comprova o quanto gênero é um conceito estruturante para a ocorrência do fenômeno e o quanto a dimensão cultural precisa ser priorizada nas estratégias de prevenção.
- O atraso e o abandono escolar foram superiores no Maranhão para os três grupos entrevistados: meninas, mulheres e homens casados. Na Bahia, em que pese o melhor nível de escolaridade, sobretudo das meninas casadas, os estudos também foram comprometidos pelo casamento/união. Assim, a defasagem e a exclusão escolar figuram como uma das principais consequências dos casamentos e uniões forçadas e precoces de meninas adolescentes, conforme já indicavam outras pesquisas na área.
- O papel das instituições religiosas na sanção moral relativa à vivência afetivo-sexual das adolescentes e, portanto, de risco para os casamentos e uniões forçadas foi maior na Bahia que no Maranhão. Nos grupos focais de meninas, meninos e familiares, essa questão figurou de forma intensa, bem como nas entrevistas junto às lideranças comunitárias e religiosas. Em Codó (MA), o papel dessas instituições foi citado, mas a família figurou com um peso de sanção maior.
- Na Bahia os casamentos/uniões tiveram quatro motivações principais: gravidez, perda da virgindade, sair de lares conflituosos e desejo/amor. Já em Codó (MA), as motivações foram mais diversificadas e reuniram, além das citadas acima, o desejo pela maternidade, a proteção contra a violência e a sanção comunitária. Tais casos comprovam a multicausalidade

do fenômeno e a necessidade de uma leitura abrangente e complexa para que possamos entendê-lo.

Dimensões de mudanças

Partindo da Teoria de Mudança Global da Plan (18+) para fazer frente aos casamentos e uniões forçadas e precoces de meninas adolescentes, subdividimos as considerações finais nas três dimensões de mudança elaboradas pela organização: (I) normas sociais, atitudes, comportamentos e relações; (II) marco político legal e pressupostos; (III) recursos econômicos e redes de segurança social.

Normas sociais, atitudes, comportamentos e relações

Os dados do estudo indicam que o sistema de crenças reforçador desses casamentos e uniões forçadas é formado por duas categorias fundamentais: gênero e sexualidade. Sua compreensão por parte dos sujeitos molda concepções, práticas e comportamentos que favorecem ou não as uniões de meninas e de meninos.

Há uma visão hegemônica nos grupos das amostras quanto às diferenças de gênero, baseadas em papéis tradicionais tributados a meninos e meninas, homens e mulheres e que, no casamento, recebem duas representações: provedor e cuidadora.

HÁ UMA VISÃO HEGEMÔNICA NOS GRUPOS DAS AMOSTRAS QUANTO ÀS DIFERENÇAS DE GÊNERO, BASEADAS EM PAPÉIS TRADICIONAIS TRIBUTADOS A MENINOS E MENINAS, HOMENS E MULHERES E QUE, NO CASAMENTO, RECEBEM DUAS REPRESENTAÇÕES: PROVIDOR E CUIDADORA.

Poucas meninas, meninos e adultos questionam esses papéis, ainda que alguns argumentem sobre o machismo e as tentativas de superação desses modelos, sobretudo por iniciativa das mulheres. Porém, a substituição da matriz patriarcal hegemônica por outra, mais igualitária, não é tarefa simples, como visto neste estudo.

São normas e papéis muito cristalizados e naturalizados, simbolizadas nesta análise pelo verbo “ajudar” – o mais utilizado pelas e pelos participantes para se referirem aos serviços domésticos.

Em um contrato social no qual as responsabilidades são desbalanceadas, inexistente uma percepção de colaboração mútua e repartição das tarefas.

Vimos que, ao pensarem na possibilidade de uma vida cotidiana no casamento, as meninas e os meninos solteiros têm muita insegurança quanto à capacidade dos adolescentes para cumprir com esses papéis de gênero designados para o casamento/união. É uma perspectiva quase ameaçadora para elas e eles.

As meninas se sentem pressionadas pela possibilidade do trabalho doméstico, do cuidado com os filhos/as e com uma vida somente privada, e os meninos, com o sustento e o provimento material de uma família. Isso nos indica o quanto o machismo e as relações desiguais de gênero produzem efeitos distintos, mas deletérios, para ambos.

As aprendizagens de gênero também impactam a percepção e a vivência da sexualidade. Portanto, essas são duas categorias são intrínsecas e moldam a vida conjugal. Os direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes, sobretudo das meninas, não é reconhecido pelas famílias e, por vezes, por outros adultos como as lideranças comunitárias e religiosas e os agentes públicos. Há um pânico moral acerca da vivência sexual das meninas e uma tentativa de controle sobre seus corpos e afetos, representado pelo símbolo da virgindade e da castidade.

A concretização e a revelação da vivência sexual, principalmente por meio de uma gravidez (que não pode ser escondida) pode motivar um casamento/união como forma de resolver ou mitigar um problema social. Operam nesse sentido não só a família, mas também outras instituições, a exemplo das religiosas. Aliás, a religião cumpre um papel importante frente à sexualidade e às questões de gênero, sobretudo de sanção moral.

Todavia, não é fácil para meninas e meninos cumprir com as expectativas sociais e morais prescritas acerca da sua sexualidade. Desejos, afetos, aprendizados sobre o corpo e relacionamentos são temas caros a elas e eles, mas pouco debatidos pela família, pela escola e por outras instituições.

As vulnerabilidades socioeconômicas são muito citadas por agentes públicos nacionais e especialistas como causa dos casamentos e uniões forçadas e precoces de meninas adolescentes, corroborando dados de pesquisas nacionais e internacionais sobre o tema. No entanto, aparece menos nas narrativas do estudo amostral local. Isso não significa que seja um fator menos importante, mas sugere que deve ser associado a outros para garantir uma compreensão multicausal do fenômeno.

Indicamos duas hipóteses para a menor percepção sobre as vulnerabilidades por parte das/dos participantes das duas amostras: (I) falar sobre esse tema pode ser constrangedor para as pessoas, pois revela fragilidades e desafios econômicos numa sociedade cada vez mais marcada pelo dinheiro como valor material e simbólico; (II) pouca reflexão sobre o papel do Estado na produção das desigualdades, tributando somente aos indivíduos e às famílias a responsabilidade suas próprias condições materiais de existência – o casamento decorrente da irresponsabilidade ou da falta de cuidados da menina e/ou de suas famílias, e não da falta de oportunidades oferecidas pelo Estado e pelas políticas públicas.

Vale ressaltar ainda que as pesquisas internacionais apontam a grande diferença de idade entre meninas e homens como um dos motivos para as uniões – casar a menina com um homem de mais posses seria uma forma encontrada pela família da menina para solucionar uma questão socioeconômica.

Neste estudo, a diferença média de idade entre os cônjuges foi de 5,8 anos para as duas amostras. Na Bahia, ela foi menor (em torno de cinco anos) e pode ter impactado na percepção mais discreta dos/das participantes acerca das vulnerabilidades como causa explicativa. Já em Codó (MA) as diferenças foram maiores (em torno de sete anos) e as falas das/dos entrevistados e participantes dos grupos focais incluíram de forma um pouco mais intensa as vulnerabilidades como motivações.

Outra questão importante observada diz respeito às mudanças na instituição casamento experimentadas por adolescentes. Aquele casamento formalizado em cartório e/ou na igreja e envolvimento de rituais (vestido, festa, aliança, etc.) tem perdido espaço para outro modelo de relações afetivo-sexuais e de união.

A sequência clássica de namoro, noivado, casamento e relações sexuais já não segue essa cronologia, especialmente no que diz respeito à vida sexual, antecipada nos relacionamentos. Há mais uniões informais, realizadas de forma a experimentar uma vivência a dois e que, não dando certo, pode ser desfeita com menos burocracia.

Os adultos tendem a criticar esse modelo, uma vez que concebem o casamento como algo eterno e imutável; percepção que não tem ressonância entre adolescentes.

Isso nos leva a inferir que estão em curso novos modelos de relacionamentos afetivo-sexuais, casamentos e constituição familiar, bastante distintos daqueles da idade moderna. Contudo, são modelos que não questionam de forma mais profunda as relações de gênero e sexualidade.

Ao analisarmos os motivos que induzem ou induziriam meninas e meninos a se casarem, vemos que o amor e a vontade de compartilhar uma vida a dois estão presentes. Porém, as evidências colhidas apontam que, na maioria dos casos, a falta de oportunidades ou direitos está por trás das motivações aparentemente desejadas.

Questões como impossibilidade de viver a sexualidade, gravidez não planejada, lares conflituosos e poucos acolhedores, sanções sociais e morais, necessidade de proteção, dentre outras, são indicadas pelas meninas e meninos de forma prevalente para justificar as uniões. Isso nos leva a questionar até que ponto as meninas se casam por vontade ou por necessidade subjetiva e material.

Assim, o sistema de crenças, para ser modificado, prescinde da construção de novos significados para as categorias gênero e sexualidade. O empoderamento das meninas e a construção de novas masculinidades dos meninos nos parecem centrais para a transformação almejada. Isso implica mudanças nas práticas culturais, com ações de educação, conscientização e mobilização social.

Marco político legal e pressupostos

Avaliamos que as soluções políticas e legais para o enfrentamento aos casamentos e uniões forçadas e precoces de meninas adolescentes não precisam e não devem ser excludentes, como muitas vezes os debates entre agentes públicos e especialistas sugerem ao se referirem às mudanças propostas no Código Civil para eliminar as exceções.

Ao contrário, o fenômeno só pode ser enfrentado com ações concatenadas em diversas frentes: (I) atualização do marco legal; (II) implementação de metodologias para identificação e coleta de dados sobre uniões formais e informais de adolescentes, bem como cruzamento com outros indicadores; (III) previsão do tema nas diversas políticas, programas e projetos públicos; (IV) estratégias amplas e contínuas de conscientização e mobilização social, dentre inúmeras outras necessárias.

Portanto, a questão mais premente, a nosso ver, é o reconhecimento público dos casamentos e uniões forçadas e precoces de meninas adolescentes como problema que demanda políticas públicas. Tirá-lo da invisibilidade e tornar o combate a ele uma prioridade para o alcance da igualdade de direitos entre meninas e meninos nos parece ser o foco necessário.

O tema abarca inúmeros desafios, sobretudo pela tímida presença do conceito de gênero nas políticas para crianças e adolescentes. Em pesquisa junto a órgãos do Executivo e do Legislativo federal, Magalhães (2016) aferiu a ausência de conceituação de gênero e de medidas visando à igualdade entre meninas e meninos nas políticas, programas, projetos e ações públicas federais, bem como nas proposições legislativas.

Somente em 2017 o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) editou uma resolução⁷⁶ dispondo sobre o tema. Mas, a medida ainda não surtiu efeito substancial.

No presente estudo, reforçamos sua escassez nas políticas, com a negativa de todos participantes das entrevistas e grupos focais quando perguntados se conheciam políticas e ações públicas sobre igualdade de direitos ou com foco em meninas.

A opacidade do conceito de gênero reforça a ausência do conceito de casamentos e uniões forçadas e precoces

A QUESTÃO MAIS PREMENTE, A NOSSO VER, É O RECONHECIMENTO PÚBLICO DOS CASAMENTOS E UNIÕES FORÇADAS E PRECOSES DE MENINAS ADOLESCENTES COMO PROBLEMA QUE DEMANDA POLÍTICAS PÚBLICAS. TIRÁ-LO DA INVISIBILIDADE E TORNAR O COMBATE A ELE UMA PRIORIDADE PARA O ALCANCE DA IGUALDADE DE DIREITOS ENTRE MENINAS E MENINOS NOS PARECE SER O FOCO NECESSÁRIO.

de meninas adolescentes na esfera pública. Não há repertório sobre o tema, experiências, boas práticas ou soluções públicas que servissem como ponto de partida. Portanto, é preciso dar um primeiro passo.

Estudos como este ora apresentado ou como aquele realizado pelo Promundo em 2016 (veja nas Referências Bibliográficas), podem ser considerados pontos de

partida no sentido da produção de evidências. Porém, é preciso ampliar o escopo e abranger todo o país. Isso é uma demanda do poder público, que pode ser feita em parceria com as organizações da sociedade civil e das universidades e centros de pesquisa.

O Brasil possui bases de dados oficiais consistentes, como aquelas produzidas pelo IBGE e pelos sistemas de informações dos órgãos públicos, notadamente nas áreas de saúde e educação. Porém, os dados sobre esses casamentos e uniões são pouco trabalhados e evidenciados.

Assim, faz-se necessário a inclusão dessa categoria nos

sistemas hoje existentes, de maneira a permitir mais e melhores cruzamentos de dados – por exemplo, sobre casamentos e uniões forçadas em idade precoce com nascidos vivos de adolescentes ou com evasão e abandono escolar ou com ocorrências violentas.

A coalização *Girls Not Brides*, integrada também por organizações brasileiras, desenvolveu um documento⁷⁷ com as principais estratégias necessárias para o enfrentamento do fenômeno que pode ser muito útil para a realidade do país. A ferramenta fornece uma estrutura para que se saiba quais estratégias adotar e como implementá-las para maximizar seus impactos em três áreas: desenvolvimento, conteúdo e implementação.

Recursos econômicos e redes de segurança social

O papel de instituições como famílias, denominações religiosas e escolas frente aos direitos das meninas e ao apoio ou resistência aos casamentos e uniões forçadas e precoces de meninas adolescentes é paradoxal e está estreitamente relacionado às questões de gênero e sexualidade. Portanto, há um componente simbólico e moral relevante que determina a ocorrência do fenômeno.

Observamos que nenhuma instituição apoia ou tem o casamento/união como planejamento de vida para crianças e adolescentes. Há uma visão normalizada de que este instituto é esperado para a vida, mas na fase adulta. Para tanto, a expectativa é de que antes sejam cumpridos os objetivos de estudo e ingresso no mundo do trabalho.

⁷⁶ Resolução nº 180. Acesso em: <<http://www.direitosdacrianca.gov.br/conanda/resolucoes/resolucao-no-180-de-20-de-outubro-de-2016/view>>.

⁷⁷ O documento de *Girls Not Brides* pode ser acessado em: <http://www.girlsnotbrides.org/wp-content/uploads/2016/03/2016_03-GNB-Check-list-for-National-Strategies.pdf>.

Contudo, havendo alguma contingência como vivência da sexualidade, gravidez, conflitos no lar ou vulnerabilidades, dentre outras, o casamento pode figurar como solução e fator de proteção. Para algumas instituições, não há a leitura de que isso poderia intensificar algum problema ou aprofundar uma violação.

Portanto, é necessário que as políticas públicas enfrentem o fenômeno levando em consideração o trabalho com famílias (sobretudo pelos serviços da Assistência Social), os direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes (Saúde) e a educação sexual (numa perspectiva não só biológica, mas também sociológica e emocional), dentre outros.

Alertamos para a necessidade de que não haja culpabilização ou criminalização das famílias; não seria justo tributar a elas toda a responsabilidade por uma questão que não pertence somente às esferas privada e individual, mas que está estruturada socialmente. Há uma relação dialética entre a produção e reprodução das práticas sociais e culturais, na qual as famílias impactam e são impactadas por elas.

Ademais, é preciso considerar esses casamentos e uniões forçadas como uma questão pública, em que o Estado e as políticas públicas possuem responsabilidades frente à criação de estruturas e oportunidades suficientes e eficientes para que meninas e meninos façam uma escolha realmente pautada pela construção dos seus projetos de vida.

O judiciário e as instituições religiosas, ambos com poder para oficializar uniões, são atores-chave ainda pouco sensibilizados pelo tema. Percebemos certo desconhecimento e naturalização acerca da questão, e inferimos que muitos casamentos são oficializados sem maiores questionamentos sobre as possíveis violações de direitos. Nesse sentido, uma alteração legal poderia colaborar para forçar a mudança de um hábito culturalmente arraigado.

A escola é uma instituição muito citada pelas pessoas como possível aliada na prevenção dos casamentos e uniões forçadas em idade precoce e como espaço de proteção. Porém, ao observarmos a escolarização das meninas, mulheres e homens casados, vemos que ela nem sempre tem conseguido cumprir esse papel, haja vista o alto índice de atraso escolar e/ou abandono vivenciado pelas/los entrevistadas/dos, sobretudo em Codó (MA), antes e após o casamento/união.

Argumentamos que a escola, sozinha, não tem competência nem atribuição para transformar uma questão cultural tão estrutural. Além disso, ela reflete e é reflexo da própria sociedade; portanto, as desigualdades de gênero, o machismo, a falta de compreensão sobre direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes a atravessam de forma profunda. Assim, é necessário preparar a escola para a discussão sobre o tema de forma integrada a outros órgãos da rede de atenção e proteção de direitos de crianças e adolescentes.

No entanto, reforçamos uma questão de conteúdo já abordada aqui, de ordem fundamental: a disputa

simbólica pela escola travada por determinados grupos sociais com o objetivo de proibir seu papel de formação e questionamento da realidade social, sobretudo a respeito de temas como gênero, sexualidade e direitos humanos.

Dois outros temas, bem como seus órgãos correspondentes, parecem-nos importantes na abordagem sobre os casamentos e uniões forçadas e precoces de meninas adolescentes: trabalho infantil doméstico e violência doméstica. Os dados oficiais (veja mais no capítulo 5) demonstram uma alta incidência de meninas inseridas no trabalho doméstico e vítimas de violência. Os casamentos/uniões podem colocá-las em uma situação ainda mais vulnerável e precária.

O estudo amostral aponta essa possibilidade. Na percepção de adolescentes e famílias participantes dos grupos focais, esses dois temas aparecem de forma recorrente como consequências indesejáveis dos casamentos e uniões forçadas e precoces de meninas adolescentes. Vimos que, na trajetória dos casamentos, o serviço doméstico e o cuidado parental são comuns para as meninas e as mulheres casadas e, por vezes, podem representar um obstáculo para outros projetos de vida, como o estudo e a profissionalização.

As três dimensões de mudanças citadas sinalizam os desafios que estão colocados para o Brasil, além de indicarem pistas importantes para avançarmos nesse tema. Esperamos que este estudo sirva de subsídio para o trabalho do governo e das organizações sociais, visando à criação de uma agenda positiva e propositiva para o enfrentamento do fenômeno.

Esperamos ainda que a situação brasileira possa ser cotejada com a realidade de outros países da América Latina e Caribe participantes deste estudo para que possamos obter uma compreensão mais holística da região, bem como uma agenda comum de trabalho.

Indicamos abaixo algumas recomendações para o avanço do tema no Brasil, de forma a orientar e qualificar as ações públicas e sociais.

RECOMENDAÇÕES

- Buscar a adesão e a construção de uma agenda comum entre órgãos do Executivo e do Judiciário, tendo a Secretaria Nacional da Criança e do Adolescente como ente coordenador e os seguintes órgãos do Judiciário como parceiros: Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público, Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais;
- Elaborar uma agenda de trabalho conjunto das secretarias e ministérios do poder Executivo federal para viabilizar a implementação da Resolução 181 do Conanda, visando à igualdade de direitos de meninas e meninos nos programas e ações públicas, com inserção prioritária do tema;
- Harmonizar o marco legal relativo à idade núbil no Brasil (Código Civil) com as normativas internacionais das quais o país é signatário, como a Convenção sobre os Direitos da Criança, a fim de se eliminar as brechas que favorecem as uniões de meninas e meninos com menos de 18 anos;
- Englobar o tema nos planos setoriais voltados para crianças e adolescentes nas três esferas;
- Introduzir o tema nos planos de ação e nas capacitações dos conselhos de direitos e dos conselhos tutelares nas três esferas;
- Gerar mais e melhores dados sobre uniões formais e não formais e cruzá-los com outras variáveis importantes (educação, saúde, violência, etc.), utilizando os sistemas, as pesquisas e as bases públicas e oficiais já existentes (IBGE, Pnad, Sistema de Informação de Agravos de Notificação, Disque Direitos Humanos, Pesquisa Pense, Censo escolar etc., todos apontados e descritos neste estudo);
- Incluir nos programas de capacitação continuada dos profissionais dos serviços públicos, sobretudo daqueles que atuam na ponta da política pública, conteúdos sobre gênero, direitos sexuais e casamentos e uniões forçadas e precoces de meninas adolescentes;
- Inserir o tema nos programas de formação continuada de profissionais da educação e fomentar sua inclusão nos projetos político-pedagógicos das escolas;
- Desenvolver metodologias dialógicas para abordar o tema junto a crianças e adolescentes que possam ser amplamente utilizadas pelos serviços públicos e pelas organizações sociais;
- Propor que organizações públicas e privadas que promovem projetos e/ou prêmios nas áreas de direitos humanos, educação, crianças e adolescentes, mulheres e outras, incorporem os casamentos e uniões forçadas em idade precoce às temáticas de atuação, de forma a estimular a produção de experiências públicas e sociais;
- Fomentar a realização de novas pesquisas, em parceria entre governos, organizações sociais e universidades, sobre temáticas prioritárias tais como: casamentos e uniões forçadas homoafetivos, em diferentes estratos sociais e junto às populações tradicionais; papel da mídia e das redes sociais para visibilização e agendamento do fenômeno; papel das instituições religiosas;
- Realizar campanhas perenes de mobilização social sobre o fenômeno com estratégias, produtos e ações específicos para diversos contextos e públicos;
- Trabalhar de forma específica o conceito de casamento infantil, buscando contornar os sentidos polissêmicos do termo e reafirmar uma conceituação pública de violação de direitos.

São recomendações que abrangem as diversas questões encontradas neste estudo e que respondem às dimensões de mudança propostas pela Plan. Com isso, esperamos que haja um ponto de partida para que os casamentos e uniões forçadas em idade precoce ganhem visibilidade e ingressem na agenda pública.

O caminho a ser percorrido exige um olhar abrangente dos sujeitos sociais acerca do fenômeno, bem como a compreensão de que os direitos só serão plenamente garantidos quando for alcançada a igualdade entre meninas e meninos. Descortinar o véu que encobre os casamentos e uniões forçadas e precoces de meninas adolescentes é um importante passo para isso.

O CAMINHO A SER PERCORRIDO EXIGE UM OLHAR ABRANGENTE DOS SUJEITOS SOCIAIS ACERCA DO FENÔMENO, BEM COMO A COMPREENSÃO DE QUE OS DIREITOS SÓ SERÃO PLENAMENTE GARANTIDOS QUANDO FOR ALCANÇADA A IGUALDADE ENTRE MENINAS E MENINOS. DESCORTINAR O VÉU QUE ENCOBRE OS CASAMENTOS E UNIÕES FORÇADAS E PRECOSES DE MENINAS ADOLESCENTES É UM IMPORTANTE PASSO PARA ISSO.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO MUNDIAL. Fechando a Brecha – Melhorando as Leis de Proteção da Mulher contra a Violência, 2017.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Câmara Federal. Projeto de Lei (PL). Confere nova redação ao artigo 1520 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, de modo a suprimir as exceções legais ao casamento infantil. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2125584>>

BRASIL. Código Civil. Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2002/L10406.htm>

BRASIL. Código Penal. Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Alterado pela Lei nº 11.106, de 28 de março de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/11106.htm>.

BRASIL. Convenção Sobre os Direitos da Criança. Decreto no 99.710, de 21 de novembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm.

BRASIL. Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L8069.htm>.

BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Gestação de alto risco: manual técnico / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – 5. ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2012. 302 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

BRASIL. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Lei 12.594/2012, de 18 de janeiro de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12594.htm.

CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO (CEBRAP). O que pensam os jovens de baixa renda sobre a escola. Projeto de pesquisa desenvolvido pelo com o apoio da Fundação Victor Civita, 2013.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Resolução 180. Disponível em: <http://www.direitosdacrianca.gov.br/conanda/resolucoes/resolucao-no-180-de-20-de-outubro-de-2016/view>

CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER. Disponível em: <http://compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/SPM2006_CEDAW_portugues.pdf>.

DECLARAÇÃO DE PEQUIM. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf>.

DISQUE DIREITOS HUMANOS. Balanço de denúncias de violência contra crianças e adolescentes. Acesso dos dados em: <<http://www.sdh.gov.br/disque100/balanco-2016-completo>>.

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. O Trabalho Infantil nos Principais Grupamentos de Atividades Econômicas no Brasil. Brasília, dezembro de 2016.

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. Trabalho Infantil e Trabalho Infantil Doméstico no Brasil. Avaliação a Partir dos Microdados da Pnad/IBGE (2012-2013). Brasília, outubro de 2015.

FUNDAÇÃO ABRINQ, Criança e o Adolescente nos ODS. Marco zero dos principais indicadores brasileiros. ODS 1, 2, 3 e 5, 1ª edição, São Paulo, 2017.

GIRLS NOT BRIDES. Exploratory Research: Child Marriage in Latin America, 2014. Disponível em: <<http://www.girlsnotbrides.org>>.

HEILBORN, M.L. Por uma agenda positiva dos direitos sexuais na adolescência. Psic. Clin., Rio de Janeiro, vol. 24, n.1, p. 57 – 68, 2012.

IBGE. Características da População e dos Domicílios: Resultados do Universo. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/caracteristicas_da_populacao_tab_uf_zip_xls.shtm>.

IBGE. Estudos sociodemográficos e análises espaciais referentes aos municípios com a existência de comunidades remanescentes de quilombos. Rio de Janeiro, agosto de 2007.

IBGE. Estatísticas de Registro Civil. Rio de Janeiro, Vol. 42, 2015.

IBGE. Estatísticas de Registro Civil, Rio de Janeiro, v. 43, p. 1-8, 2016.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) – Síntese de indicadores 2015. Rio de Janeiro: 2016.

IBGE. Síntese de indicadores sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira. 2016.

MAGALHÃES, D.R. Nota técnica: (des)igualdade de direitos entre meninas e meninos no Brasil: um olhar sobre o cenário atual. Plan International. Brasília: setembro de 2016.

MAGALHÃES, D.R. Trabalho infantil: uma análise sobre a construção de sentidos a partir de campanhas de mobilização social. Dissertação apresentada no Programa de Pós Graduação Strictu Sensu em Comunicação da Universidade Católica de Brasília. Brasília: 2017.

MARTINS, Paulo Cezar Rodrigues; PONTES, Elenir Rose Jardim Cury; FILHO, Antonio Conceição Paranhos e RIBEIRO, Alisson André. Gravidez na adolescência: estudo ecológico nas microrregiões de saúde do Estado do Mato Grosso do Sul, Brasil – 2008. Epidemiol. Serv. Saúde[online]. 2014, vol.23, n.1, pp.91-100. ISSN 1679-4974. <http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742014000100009>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE; MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO; IBGE. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (Pense) 2015. Rio de Janeiro: 2016.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Docs/TransformandoNossoMundo.pdf>>.

PISCITELI, A. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (Org.). A prática feminista e o conceito de gênero. Textos Didáticos, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 7-42.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. Cadernos Pagu (16) 2001: pp. 115-136.

SANTOS, B.R. et. al. Gravidez na adolescência no Brasil. Vozes de meninas e de especialistas. Brasília: INDICA, 2017.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, 15, 05-20. 1989.

TAYLOR, A.Y., LAURO, G., SEGUNDO, M., GREENE, M.E. Ela vai no meu barco. Casamento na infância e adolescência no Brasil. Resultados de Pesquisa de Método Misto. Rio de Janeiro e Washington DC: Instituto Promundo&Promundo-US. Setembro 2015.

WASELFISZ, J.J.; ONU Mulheres; OPAS; SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES; FLACSO. Mapa da violência 2015 – homicídio de mulheres no Brasil. 1ª ed. Brasília: 2015.

UNICEF, O estado da criança no mundo, 2016.

UNICEF. Cenário da Exclusão Escolar no Brasil, 2017.

Anexo

Relação de órgãos cujos entrevistados/das locais e nacionais autorizaram a divulgação dos nomes:

Associação Clube de Mães do Bairro Santo Antônio e Centro Comunitário (Codó - MA)

Associação Clube de Mães Rosa de Saron (Codó - MA)

Associação Comunitária e Recreativa dos Moradores de Campinas de Açú da Torre (Mata de São João/BA)

Associação das Pessoas com Deficiência de Codó - MA (Aspedec)

Associação de Agricultores e Agricultoras de Codó (MA)

Associação de Moradores de Açú da Torre / Mata de São João (BA)

Associação de Moradores do Bairro do São Francisco (Codó - MA)

Associação de Moradores do Residencial Santa Rita (Codó - MA)

Câmara de Vereadores do Município de Codó (MA)

Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente (Caoca) – MP/BA

Centro de Referência Especializado da Assistência Social / Camaçari (unidade centro) - BA

Centro de Referência Especializado da Assistência Social / Codó (MA)

Centro Social Urbano / Salvador (BA)

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Conselho Tutelar / Camaçari (unidade centro)/BA

Conselho Tutelar / Mata de São João (unidade sede)/BA

Conselho Tutelar / Salvador (unidade Federação)/BA

Coordenação de Políticas Públicas para as Mulheres / Departamento de Direitos Humanos / Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social / Codó (MA)

Coordenação de Ensino / Secretaria Municipal de Educação / Codó (MA)

Coordenação Geral de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente / Secretaria Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente / Ministério dos Direitos Humanos

Creche Nossa Senhora do Amparo / Camaçari (BA)

Departamento de Direitos Humanos / Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social / Codó (MA)

Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Sistema de Execução de Medidas

Socioeducativas / Conselho Nacional de Justiça

Fundação Abrinq

Igreja Assembleia de Deus / Camaçari (bairro Ficom) (BA)

Igreja de São Bento / Camaçari (distrito de Monte Gordo) - BA

Mandato deputada federal Laura Carneiro

Mandato vereadora Rogéria Santos (Salvador) - BA

Núcleo de Estudos sobre Direitos Humanos / Universidade Católica de Salvador (NEDH/UCSAL) - BA

Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher / Universidade Federal da Bahia (NEIM/UFBA) - BA

Programa de Desenvolvimento e Participação de Adolescentes / UNICEF Brasil

Ronda Maria da Penha / Polícia Militar da Bahia

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social / Camaçari (BA)

Secretaria de Promoção Social e Combate à Pobreza / Salvador (BA)

Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Estado da Bahia

União Brasileira de Mulheres







**TIRANDO O VÉU
ESTUDO SOBRE
CASAMENTO INFANTIL
NO BRASIL**



@planbrasil



@PlanInternationalBrasil



@PlanBR



**MENINAS
PELA IGUALDADE**